



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO AVANÇADA

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIA & TECNOLOGIA|

Análise histórica do Plano Nacional de Bibliotecas
Universitárias (PNBU - 1986)|

Edilene Toscano Galdino dos Santos

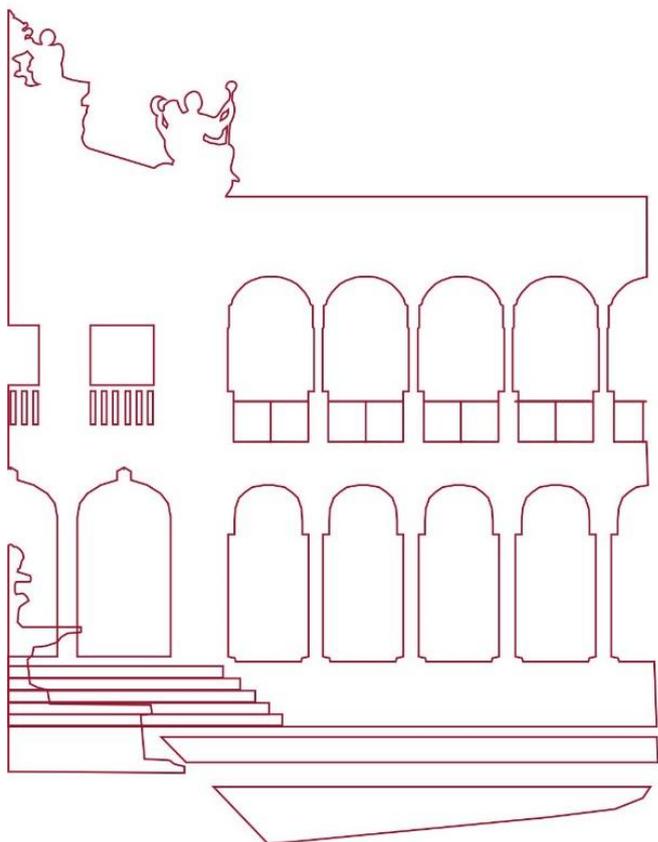
Orientadores: Professora Doutora. Maria de Fátima Nunes

Professor Doutor. Armando Barreiros Malheiro da Silva|

Coorientadora: Professora Doutora. Eliany Alvarenga de Araújo |

Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de
Doutora em História e Filosofia da Ciência

Évora, 2019





UNIVERSIDADE DE ÉVORA

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO AVANÇADA

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIA & TECNOLOGIA|

Análise histórica do Plano Nacional de Bibliotecas
Universitárias (PNBU - 1986)|

Edilene Toscano Galdino dos Santos

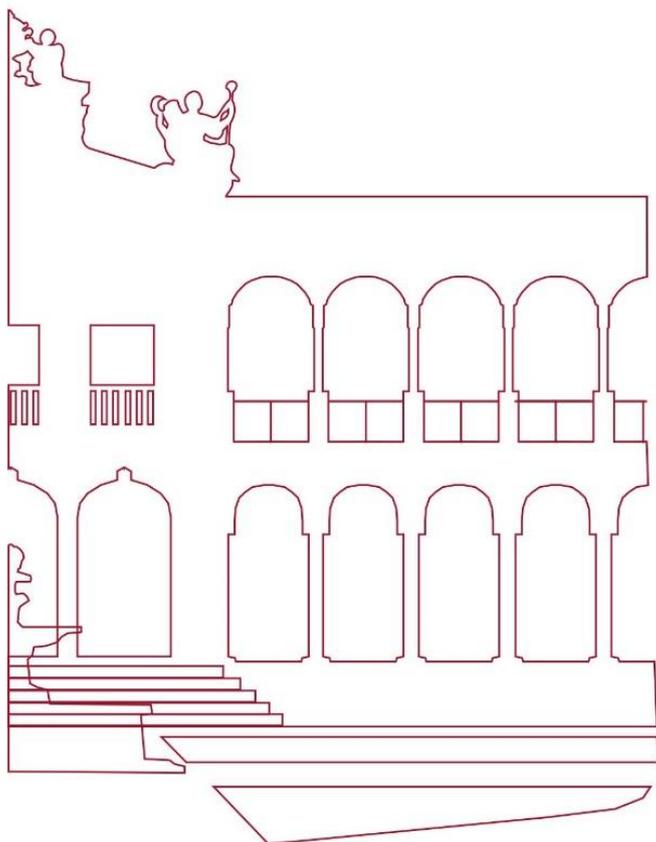
Orientadores: Professora Doutora. Maria de Fátima Nunes

Professor Doutor. Armando Barreiros Malheiro da Silva|

Coorientadora: Professora Doutora. Eliany Alvarenga de Araújo |

Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de
Doutora em História e Filosofia da Ciência

Évora, 2019





COMPOSIÇÃO DO JÚRI

Presidente:

Doutor **Filipe Manuel Miranda Barata**, Professor Catedrático da Universidade de Évora, por delegação de competências do Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada.

Vogais:

Doutora **Maria de Fátima Nunes**, Professora Catedrática, da Universidade de Évora, orientadora.

Doutor **Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva**, Professor Associado c/Agregação da Universidade do Porto, orientador.

Doutora **Maria Cristina Vieira de Freitas**, Professora Auxiliar, da Universidade de Coimbra.

Doutora **Mariana de Jesus Valente**, Professora Auxiliar, da Universidade de Évora.

Doutora **Maria Inês Peixoto Braga**, Professora Adjunta, Instituto Politécnico do Porto.

Doutor **Quintino Manuel Junqueira Lopes**, Investigador Doutorado Integrado, IHC-FCSH-Nova.

DEDICO

*In memoriam com minha saudade
e como exemplo de Fortaleza*

A meus pais Ernani e Beatriz

AGRADECIMENTOS

Esta parte do trabalho não poderia iniciar sem revelar o que sou, de onde venho, meus valores e crença. A gratidão é um gesto de reconhecimento da importância que pequenas e grandes atitudes tiveram na trajetória de minha vida em especial no percurso realizado para este Doutorado.

Primeiramente, a Deus de quem minha fé me faz forte, a Jesus Cristo pelo exemplo de amor e a Nossa Senhora, Maria mãe de Jesus Cristo, que tantos nomes há, porém cito em especial Nossa Senhora da Penha, Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, pelas vezes que a Ela recorri e fui atendida em minhas necessidades de fortaleza espiritual para vencer as dificuldades que se apresentaram pelo caminho.

In memoriam a minha mãe Professora Beatriz Toscano dos Santos, que foi minha primeira professora e incentivadora das conquistas pela educação e a meu pai o agricultor Ernani Galdino dos Santos pelo exemplo de trabalho na terra e liberdade.

À minha irmã Ediane Toscano Galdino de Carvalho pela convivência e encorajamento dos meus passos na educação continuada, por acreditar que mesmo em momentos difíceis poderia eu, realizar a aventura de um Doutorado em terra distante, a meus sobrinhos Artur Toscano Galdino de Carvalho e Vitor Toscano Galdino de Carvalho pela alegria e esperança que me transmitem. A meu cunhado João Alberto Aragão de Carvalho pela capacidade de servir nesta empreitada.

Conhecer uma terra distante se traduz numa feliz aventura que fiz em caminho inverso dos primeiros portugueses e descobrir a pessoa maravilhosa e humana da Orientadora e Diretora do Programa de História e Filosofia da Ciência a Professora Doutora Maria de Fátima Nunes. Com seu coração bondoso, sua hospitalidade e compreensão, sabedoria e ao mesmo tempo firmeza fez para além de uma orientação de tese, uma magistral orientação acadêmica. Minha eterna gratidão!

Saber descobrir uma boa oportunidade, talvez tenha sido mérito meu, porém foi mérito da Professora Doutora Eliany Alvarenga de Araújo, o mote para esta Tese, que a partir de uma conversa despreziosa revelou-me uma boa história esquecida no silêncio do tempo, aqui por meio científico registrada para o futuro da história da Biblioteconomia brasileira e por ter aceitado a Coorientação desse trabalho de Tese. Minha gratidão!

Ao Professor Doutor Armando Malheiro da Silva, que prontamente aceitou participar na orientação deste fazer científico, e, que, com sua visão ampliada no saber da História e Ciência da Informação, soube dar-me condução no rumo de uma interseção de saberes.

Ao meu amigo Alan Curcino, responsável por me apresentar esta fronteira de conhecimento em terras lusitanas, precisamente na cidade de Évora no Programa de História e Filosofia da Ciência, pelo incentivo. Minha gratidão!

A Luciana Ferreira da Costa, colega de Departamento e amiga de aventura transoceânica em cursar Doutorado em Portugal precisamente na Universidade de Évora, por vislumbrar essa fronteira e essa possibilidade, meu agradecimento.

Aos Sujeitos dessa pesquisa pela bondade na participação prestimosa e enriquecedora, pela paciência em buscar na memória vivências e registrá-las para serem eternizadas nesta pesquisa.

A Yone Sepulveda Chatinet, presença importante na construção do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias, objeto desse estudo, que abrilhantou essa Tese com seu depoimento e fornecimento de fotografias raras para publicação nesse fazer científico.

A Maria Carmem Romcy Carvalho, pela capacidade de partilhar a experiência e informações sobre o PNBU, de outra forma teria sido mais difícil o acesso a fontes de pesquisas, minha gratidão.

A Ana Suely Pinho Lopes, pela força do destino em dois encontros o primeiro em Évora e o segundo em Brasília de muito significado para uma bonita amizade e para provimento de informações relevantes a esta pesquisa.

Ao bibliotecário Luiz Antonio Gonçalves pela conversa esclarecedora de ocorrências antecedente a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias.

Ao meu amigo Leandro Vilar, cuja conversação sobre História da Ciência foi de grande valia para organização de meus pensamentos sobre o assunto.

À Doutora Thereza Christina Pedrosa e à Doutora Ana Paula Marques de Lucena pela competência em manter-me em equilíbrio necessário para o percurso dessa saga em construir este Doutorado.

Às minhas primas Cacilene Toscano de Oliveira e Valdinete Oliveira de Lima pelo apoio nesta Tese em momento necessário.

À Chefe de Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e colega Professora Doutora Edna Gomes Pinheiro pela disponibilidade em ajudar-me nesse empreendimento de minha vida profissional.

Às colegas de Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba Alba Lígia Almeida da Silva e Isabel França de Lima pela disponibilidade em aceitar disciplinas distribuídas para mim, possibilitando meu afastamento para concretizar este estudo.

Aos Professores do Programa de Doutorado em História e Filosofia da Ciência pela transmissão de conhecimento nas aulas.

À equipe das Bibliotecas: do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), do Sistema de Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba e do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Évora pela precisão e gentileza no atendimento.

Às bibliotecárias da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Cecília Isabel dos Santos e Margareth Régia Lara de Menezes pela presença em munir-me de fonte primária sobre o III Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias.

A Mariana Soler pela generosidade e contribuição no final desse processo de tese.

A Claudia Marques, Maria de Fátima Zacarias, Maria Felicidade Lopes e Diana Pinto pelo atendimento sempre gentil.

Às amigas de Portugal Marco Cardoso e a Professora Doutora Rosalina Pisco pela amizade sincera e cheia de gentilezas.

Às amigas Susete Soares e Gildete Martins que sempre estiveram a orar por mim. A todos que dedicaram uma palavra de incentivo, uma oração de apoio a essa caminhada, agradeço.

A todos que me foram o não, pois me fizeram descobrir novos caminhos novas possibilidades, conhecer outras formas do sim sempre após um não.

“Quando mudam os paradigmas, muda com eles o próprio mundo”.

Thomas Kuhn (1962)

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIA & TECNOLOGIA: Análise histórica do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986)

Edilene Toscano Galdino dos Santos

RESUMO

Trata esta Tese do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias, inserido nos contextos de desenvolvimento de políticas econômica, educacional e de ciência e tecnologia ocorrida no Brasil na segunda metade do século XX. Tem por objetivo principal analisar historicamente o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) como planejamento para a biblioteca universitária como instrumento político para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil na década de 1980. Os recursos metodológicos empregados foram: a pesquisa documental, descritiva, e para análise, o Discurso do Sujeito Coletivo. Esta política para biblioteca universitária brasileira resultou da prática científica desenvolvida no Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), considerando uma conjuntura de contextos favoráveis associados a atores (indivíduos e instituições), que ao examinarem a realidade da biblioteca universitária e constatarem que a mesma não atendia, de forma eficiente, à demanda informacional dos pesquisadores nas Universidades, propuseram e executaram uma nova arquitetura organizacional para a biblioteca universitária transformando-a em centro de excelência para informação científica nas Universidades brasileiras. Criado em 1986 com 12 diretrizes e 46 ações o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986) modernizou a biblioteca universitária transformando-a num espaço de democratização do conhecimento científico e tecnológico, sendo considerada, uma inovação para o planejamento bibliotecário do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Política Científica. Ciência e Tecnologia. Planejamento Bibliotecário Brasileiro. Biblioteca Universitária. Plano Nacional de Biblioteca Universitária (PNBU).

THE BRAZILIAN UNIVERSITY LIBRARY IN THE CONTEXT OF DEVELOPMENT IN SCIENCE AND TECHNOLOGY: Historical analysis of National Universities Libraries (PNBU – 1986).

Edilene Toscano Galdino dos Santos

ABSTRACT

This work talks about the National Universities Libraries Plan inserted in the contexts of development of economic policies, educational, science and technology occurred in the second half of the twentieth century. It has as main aim to analyze historically the National Universities Libraries Plan (PNBU- 1986) as a planning for university library as a political instrument to scientific and technological development from Brazil in the 1980s. The methodological resources employed were: a descriptive documental research and to analyze the Discourse of Collective Subject, this policy for Brazilian university library resulted of practice developed in National Universities Libraries Seminar (SNBU) , considering a conjuncture of favorable contexts, associated to actors (individuals and institutions), that on examining the reality of university library and verified that it did not correspond to the informational demand of researchers in universities, it proposed and executed a new organizational architecture for university library transforming it in centre of excellence for scientific information in Brazilian universities. Created in 1986 with 12 guidelines and 46 actions, The National Universities Library Plan (PNBU-1986) modernized the university library transforming it in space of democratization of scientific and technological knowledge, being considered an innovation for librarian planning of contemporary Brazil.

Key Words: Scientific Policy. Science and Technology. Brazilian Librarian Planning. University Library. National University Library Plan (PNBU).

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	3
AGRADECIMENTOS	5
EPÍGRAFE	9
RESUMO	11
ABSTRACT	13
ÍNDICE DE FIGURAS	17
ÍNDICE DE QUADROS	19
ÍNDICE DE GRÁFICOS	21
ÍNDICE DE GRAFOS	23
LISTA DE SIGLAS	25
INTRODUÇÃO	31
CAPÍTULO 1 – A PESQUISA E SUAS BASES METODOLÓGICAS	41
1.1 A Arquitetura do Discurso do Sujeito Coletivo Aplicado na Pesquisa	52
CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA DA CIÊNCIA: esboço de uma compreensão	57
CAPÍTULO 3 - POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA BRASILEIRA: 1964-1994	77
3.1 Universidade e Pós-Graduação no Brasil: um desafio para progresso científico e tecnológico	99
CAPÍTULO 4 - A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: planejamento e interação com a Informação, Ciência e Tecnologia na segunda metade do Século XX	115
4.1 Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU).....	130
CAPÍTULO 5 - PLANO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (PNBU - 1986): organização científica	135
5.1 O resultado dos depoimentos no Discurso do Sujeito Coletivo	152
5.2 PNBU: uma representação em mapa conceitual	166
5.3 PNBU: a rede e o fato na perspectiva colaborativa	173
CAPÍTULO 6 - DAS PRÁTICAS CIENTÍFICAS À POLÍTICA DE MODERNIDADE DAS BIBLIOTECAS BRASILEIRAS	201
6.1 O Contributo Político e Técnico do PNBU (1986) para a Biblioteca Universitária Brasileira	217
6.2 Encerramento do PNBU: o fim ou início de uma nova era?	221
CAPÍTULO 7 - YONE SEPULVEDA CHASTINET: a intervenção pública de uma intelectual	233
CONCLUSÃO	245
FONTES	259
BIBLIOGRAFIA	263
APÊNDICES	277
APÊNDICE A	279
APÊNDICE B	281
ANEXOS	283
ANEXO A	285

ANEXO B	295
ANEXO C	299
ANEXO D	301
ANEXO E	309
ANEXO F	325

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Diagrama interligação de conhecimentos	74
Figura 2 - Capa que antecede documento: atos de criação do PNBU (1986).	139
Figura 3 - Portaria 287/1986	140
Figura 4 - Portaria Nº 288/1986, Criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitarias	150
Figura 5 - Portaria Nº 55/1986, Aprova o Regimento do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias	151
Figura 6 - Capa de Documento Elaborado por Yone Chastinet	154
Figura 7: Mapa Conceitual do PNBU (1986)	170
Figura 8 - Capa do Anais do I SNBU (1978)	177
Figura 9 - Capa do Anais do II SNBU (1981)	182
Figura 10 - Capa III SNBU (1983)	186
Figura 11 - Capa dos Anais do IV SNBU (1985)	189
Figura 12 - Notícias da Revista Latino-Americana de Documentação	236
Figura 13 - Apresentação da Coletânea Sistemas de Bibliotecas Universitárias por Yone Sepulveda Chastinet	237
Figura 14 - Capa do documento (SESu/PNBU/DOC. PLAN – 86/003)	239
Figura 15 - Capa do documento (SESu/PNBU/DOC. TEC. 86/002)	239
Figura 16 - Capa do documento SESu/PNBU/DOC. TEC. 009/88	240
Figura 17 - Capa do documento (SESu/PNBU/DOC. TEC. 015/90)	241

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Administração dos questionários	49
Quadro 2 - Organização para edificação da análise da pesquisa	54
Quadro 3 - Resultado do Plano de Ação da CAPES (Década de 1990)	111
Quadro 4 – Extrato histórico da Biblioteca Universitária no Brasil	117
Quadro 5 - Planejamento Organizacional.....	140
Quadro 6 - Planejamento Financeiro.....	141
Quadro 7 - Planejamento de Recursos Humanos.....	142
Quadro 8 - Planejamento de Recursos Físicos.....	143
Quadro 9 - Formação e Desenvolvimento de Coleções.....	145
Quadro 10 - Processamento Técnico dos Documentos.....	146
Quadro 11 - Automação de Bibliotecas.....	147
Quadro 12 - Usuários e Serviços.....	148
Quadro 13 - Atividades Cooperativas.....	149
Quadro 14 - Grau de Efetivação Total das Ações do PNBU -1986	205
Quadro 15 - Grau de Efetivação Parcial das Ações do PNBU -1986	207
Quadro 16 - Grau de Efetivação Nula das Ações do PNBU -1986	208
Quadro 17 - Conclusões Yone Chastinet 1990	209
Quadro 18 – Contributo Político e Técnico do PNBU – 1986	219
Quadro 19 – Objetivos do PROBIB (1990)	223

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Participação de autores SNBUs (1978-1985)	193
Gráfico 2- Participação de Instituições SNBU (1978-1985)	194
Gráfico 3 - O PNBU Exemplo de Política Setorial para BUs Brasileiras	211
Gráfico 4 - Entendimento Atual das BUs e as Políticas Setoriais do MEC	213
Gráfico 5 - Pertinência de Criação de Política para BUs no Contexto ..	215
Gráfico 6 – Alcance dos objetivos pelo PNBU 1986	220
Gráfico 7 – Ato Institucional de Encerramento do PNBU -1986	225
Gráfico 8 – A Classe Bibliotecária e Desativação do PNBU – 1986	230

ÍNDICE DE GRAFOS

Grafo 1 - Rede Colaborativa: I SNBU (1978)	179
Grafo 2 - Rede Colaborativa: II SNBU (1981)	183
Grafo 3 - Rede Colaborativa: III SNBU (1983)	187
Grafo 4 - Rede Colaborativa: IV SNBU (1985)	190
Grafo 5 - Construtores do PNBU (1986)	195
Grafo 6 – Colaboradores Sujeitos da Pesquisa (2015), PNBU (1986)	197

LISTA DE SIGLAS

ABBU -	Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias
AGRIS -	Sistema Internacional de Informação sobre Ciências e Tecnologias Agrícolas
ANPG -	Associação Nacional de Pós-Graduandos
APBRN -	Associação Profissional de Bibliotecários do Rio Grande do Norte
BDTD -	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BID -	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BINAGRI -	Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
C&T -	Ciência e Tecnologia
CALCO	Formato de Catalogação Legível por Computador
CAPES -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBU -	Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CCN -	Catálogo Coletivo Nacional
CEDATE -	Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação
CEPAL -	Comissão Econômica para América Latina
CFE -	Conselho Federal de Educação
CI -	Ciência da Informação
CNEN -	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPG -	Conselho Nacional de Pós-Graduação
CNPq -	Conselho Nacional de Pesquisas (até 1974)
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUT -	Comutação Bibliográfica
CRUB -	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CTA -	Comitê Técnico Assessor
CTC -	Conselho Técnico e Científico
DEPOSITA -	Repositório Comum do Brasil

DF -	Distrito Federal
DIADORIM -	Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras
DSC -	Discurso do Sujeito Coletivo
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESAM -	Escola Superior de Agricultura de Mossoró
EUA -	Estados Unidos da América
FAO -	<i>Food And Agriculture Organization</i>
FAPERJ -	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FEBAB -	Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FGV -	Fundação Getúlio Vargas
FMI -	Fundo Monetário Internacional
FID -	Federação Internacional de Documentação
FINEP -	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT -	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNDE -	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT -	Grupos de Trabalhos
IBBD -	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT -	Instituto Brasileiro Informação Ciência e Tecnologia
IC -	Ideias Centrais
ICT -	Informação Ciência e Tecnologia
IES -	Instituições de Ensino Superior
IFES -	Instituições Federais de Ensino Superior
IFLA -	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IHMC -	<i>Institute for Human and Machine Cognition</i>
INEP -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira
ISSN -	<i>International Standard Serial Numbers</i>
ITA -	Instituto Tecnológico da Aeronautica

LATINDEX -	Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
MCT -	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC -	Ministério da Educação e Cultura
MIC -	Ministério da Indústria e Comércio
NAT-8 -	Núcleo de Assistência Técnica – 8
NATIS -	<i>National Information System</i>
OASIS -	Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica
OCDE -	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OEA -	Organização dos Estados Americanos
OJS -	<i>Open Journal Systems</i>
ONU -	Organização das Nações Unidas
PADCT -	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PAEG -	Programa de Ação Econômica do Governo
PAP -	Programa de Aquisição Planificada
PBDCT -	Plano Básico de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia
PED -	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PNBU -	Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias
PND -	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPG -	Plano Nacional da Pós-Graduação
PNUD -	Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREMESU -	Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior
PROBIB -	Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Nível Superior
PUCCAMP -	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-RJ -	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RIDI -	Repositório Internacional Digital
RJ -	Rio de Janeiro (Estado do Sudeste Brasileiro)
SBPC -	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SciELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SDBib -	Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas de Instituições Federais de Ensino Superior
SEER -	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SEPLAN -	Secretaria de Planejamento
SESu -	Secretaria de Educação Superior
SNBU -	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
SNDCT -	Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
SNIDA -	Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola
SNICT -	Sistema Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia
SNPG -	Sistema Nacional de Pós-Graduação
STI -	Secretaria de Tecnologia Industrial
SUDENE -	Superintendencia de Desenvolvimento do Nordeste
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF -	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS -	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE -	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS -	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ -	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN -	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRSA -	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UnB -	Universidade de Brasília
UNESCO -	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

UNESP -	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP -	Universidade Estadual de Campinas
UNIMEP -	Universidade Metodista Piracicaba
UNIRIO -	Universidade do Rio de Janeiro
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID -	<i>United States Agency for International Development</i>
USP -	Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da pesquisa se deu a partir do objeto o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), criado para o desenvolvimento do ambiente da biblioteca universitária no Brasil. Como objeto de pesquisa suscitou uma transversalidade de eixos temáticos, onde a História da Ciência se encontra com a Ciência da Biblioteconomia e a Ciência da Informação, uma experiência situada geograficamente no Brasil, porém o plano de estudo desenvolvido em Portugal no Programa de Doutorado em História e Filosofia da Ciência pela Universidade de Évora.

De modo que houve um esforço em transcender os limites de uma História da Ciência não apenas voltada a vida e obra de pensadores, para deter-se na narrativa de um fato que mudou a condição da Biblioteca Universitária no Brasil. Portanto, foi a partir de uma experiência vivida por atores envolvidos na prática científica de construção de uma planificação para a biblioteca universitária brasileira, que se tornou evidente a formação de uma rede colaborativa no desenvolvimento da biblioteca universitária e do progresso científico e tecnológico no Brasil. Se essa rede não foi formada com característica intencional, evidencia contudo, ter sido voluntária, possível de ser vista através do tempo, ao se voltar o olhar para o passado, onde a História enquanto campo científico oferece ferramentas de base científica para a construção de uma narrativa posta em recortes de memória individual, cuja tarefa na pesquisa foi transformar em memória coletiva uma história situada no silêncio do tempo.

O aspecto motivacional da pesquisa reside na vivência da prática bibliotecária vivida pela pesquisadora, atualmente desempenhando a atividade de professora no Departamento de Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na oportunidade, a pesquisa proporcionou a busca por informações dispersas em fontes variadas para transformação de um estudo na edificação científica de uma história importante para o planejamento bibliotecário brasileiro, inserido no contexto de desenvolvimento de políticas para Ciência e Tecnologia no Brasil, sendo envolvente à temática que revelou toda uma operação organizacional para elaboração de uma política pública para a biblioteca universitária brasileira.

Nessa perspectiva, foi estabelecido como objetivo principal para essa pesquisa, analisar historicamente o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986) como planejamento da biblioteca universitária, inserido no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil na década de 1980. Com o fim de atingir esse objetivo, foram constituídos os objetivos específicos descritos a seguir: 1) conhecer os contextos de idealização, execução do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), para se ter uma história contada a partir de atores e fontes; 2) reconhecer as ações do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) que foram estabelecidas como uma Política para as bibliotecas universitárias brasileiras; 3) identificar os contextos político, governamental e institucional que contribuíram para o encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986); e, 4) verificar a contribuição político-técnica do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias para o planejamento da biblioteca universitária brasileira no contexto dos planos de desenvolvimento de ciência e tecnologia que eram implementados no Brasil na década de 1980.

Persecurar o tempo histórico dos acontecimentos para entender em que circunstâncias ocorreram a idealização, execução e encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), provoca questionamentos: 1) em que contexto de desenvolvimento político-científico foi idealizado o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986)? 2) Uma vez que houve condições para a criação do Plano como se deu a estruturação de execução das ações de desenvolvimento da biblioteca universitária brasileira? 3) e por fim, que contexto político, governamental e institucional pode explicar o encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986)?

Diante dessas questões, tem-se como hipótese a compreensão de que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), enquanto ação de planejamento voltada para estruturação da biblioteca universitária brasileira apresenta-se como inovação voltada aos aspectos de: planejamento organizacional; planejamento de recursos humanos; planejamento de recursos físicos; formação e desenvolvimento de coleções, processamento técnico dos documentos; automação de bibliotecas; usuários e serviços; e, cooperação de recursos informacionais. A duração do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) pode ser considerada de vida curta, embora tenha

sido de grande importância para a biblioteca universitária. Nesse sentido, o encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), no início da década de 1990, na ótica da pesquisadora, deu-se por uma mudança na estratégia governamental para continuar com o desenvolvimento da biblioteca universitária brasileira.

Como força motriz da pesquisa, foi preciso situar o contexto histórico relativo à sociedade brasileira nos contextos político, econômico, educacional, científico e tecnológico. Nesse sentido, esta pesquisa sobre o planejamento para bibliotecas universitárias com foco no Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986) representa uma contribuição relevante para o resgate histórico da memória nacional sobre o planejamento bibliotecário e sua conexão com o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil, bem como transcende fronteiras, ao ser realizada em terras lusitanas, num importante centro de estudos para a História da Ciência, a Universidade de Évora.

Essa investigação visou a biblioteca universitária numa conjuntura de política para Ciência e Tecnologia, a partir do planejamento global das políticas de desenvolvimento do Brasil, em especial por ser a biblioteca universitária “inserida em locais de produção técnico-científica (as universidades), representam espaços de mediação de comunicação tanto institucional quanto social”. (Carvalho & Silva, 2009, p. 125). É com esse foco de local de disseminação da informação, possibilitando apoio ao pesquisador, para alcançar maiores proporções, no desenvolvimento da pesquisa no Brasil, que a biblioteca universitária contribuiu com informação, importante insumo, para o desenvolvimento científico, concorrendo para a produção de conhecimento, num desempenho de relevante papel às determinações de desenvolvimento que foram estabelecidas nas políticas científicas no Brasil.

A planificação formulada se insere num contexto de outras ações de planejamento: a de Ciência e Tecnologia (C&T)¹, de Pós-Graduação e de Informação Ciência e Tecnologia (ICT)². O amadurecimento do sentido de planejamento na classe bibliotecária e a demanda por informação a partir das políticas de Ciência e Tecnologia e Pós-Graduação conduzem à criação do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

¹ Uma das áreas de enquadramento da pesquisa.

² Uma das subáreas onde a pesquisa foi delineada.

(SNBU)³, importante foro para discussão das bibliotecas universitárias, sua realidade e seu futuro.

Nessa perspectiva, os quatro primeiros Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias (SNBU) formam o escopo de reflexões e análises da conjuntura da biblioteca universitária, quanto a seu papel diante do desenvolvimento científico, tecnológico e da Pós-Graduação no Brasil, tendo suas recomendações sido de grande importância para elaboração do primeiro Plano Nacional de Biblioteca Universitária em 1986.

Em relato de Yone Sepulveda Chastinet sobre a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) revela que

[...] optou-se então pela elaboração de um documento de política para área, que se harmonizasse com a Ação programada para ICT, com as políticas de C&T e com a política da Pós-Graduação. Decidiu-se de acordo com as recomendações da UNESCO, que o documento de política para as bibliotecas das IES, incluiria política e planejamento, ou seja, definição das diretrizes para o desenvolvimento da área e propostas de ações capazes de implementar essas diretrizes, à semelhança da Ação Programada em ICT. Considerando que a definição de políticas setoriais é uma atividade complexa e contínua, decidiu-se também que sua implementação teria início tão logo à primeira versão do documento fosse revista e ratificada pela comunidade. (Chastinet, 1990, p. 44)

Assim, foram estabelecidas as diretrizes e ações para criação e implantação de uma política para a biblioteca universitária, sendo instituído o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias a partir de um parâmetro dos anseios de usuários e bibliotecários motivados pelas políticas de Ciência e Tecnologia, Informação Ciência e Tecnologia e Pós-Graduação (Portaria 287, 1986)

Nesse contexto, a condição evolutiva no tocante à formação do Estado Brasileiro, quanto ao seu perfil estrutural, para um avanço na cultura brasileira por demanda de informação como insumo básico para o desenvolvimento tecnológico que passa a ser produzida basicamente no âmbito da Universidade e disseminada principalmente pela biblioteca universitária, alcança uma organização e expansão significativa, na segunda metade do Século XX. Nesse período, o Brasil, embalado pelo desenvolvimento eco-

³ Evento que tem por temática a área da biblioteca universitária teve seu início em 1978.

nômico, começa a necessitar de informação científica e tecnológica demandada por um parque industrial que se consolida com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Essa fase histórica brasileira, apesar de estar politicamente em plena Ditadura Militar, estava aberta à influência de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU)⁴ e suas ramificações, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO)⁵, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁶, além do Fundo Monetário Internacional (FMI), que promoviam o crescimento dos países em desenvolvimento, com suas indicações de planejamento para todos os setores da gestão pública, o Brasil aproveitou essa fase de fomento internacional para o desenvolvimento, com uma plêiade de planos que nortearam o progresso do País. (Dias, 2012; Salles Filho, 2003a; Salles Filho, 2003b).

Contudo, é com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PNDs I, II, III) que o País contempla um desenvolvimento de informação, ciência e tecnologia de maneira planejada, incluindo os Planos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCTs I, II, III) (Amaral, 1991, p. 71; Brasil, 1980). Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) passam a contemplar investimentos em Educação e, com isto, há um fortalecimento da Pós-Graduação no Brasil. É no âmbito dessas políticas que foi lançada a setimamente do desenvolvimento de bibliotecas universitárias, embora os planos não abordassem diretamente esta temática.

Um planejamento, neste contexto, dá-se dentro da definição de políticas de desenvolvimento de maior abrangência, como ocorreu no período correspondente à se-

⁴ ONU: A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma instituição internacional formada por Estados soberanos e fundada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações amistosas entre as nações, promover o progresso social e melhores padrões de vida. Os membros são unidos em torno da Carta das Nações Unidas, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional. Constitui-se por cinco órgãos principais: a Assembleia-geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Económico e Social, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado.

⁵ UNESCO: A *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, possui o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros.

⁶ PNUD: O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU e trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano. O PNUD está presente em vários países do mundo, colaborando com governos, a iniciativa privada e com a sociedade civil para auxiliar as pessoas a construírem uma vida mais digna.

gunda metade do século XX com a implantação da política de desenvolvimento em Ciência e Tecnologia, da reforma universitária e da política de Pós-Graduação.

O desenvolvimento de um Plano para as Bibliotecas Universitárias refletia a estrutura de desenvolvimento do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e Plano Básico de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (PBDCT) e da política de Pós-Graduação. Dessa forma, a “biblioteca no contexto acadêmico se constitui não somente em sua mais importante infraestrutura, como também em elemento integrador, uma vez que a comunidade universitária é, simultaneamente, geradora e transmissora de conhecimentos”. (Galvão, 1987, p. 8). Com a lei 5.540 de 1968, a educação superior revela um novo elemento: a pesquisa, que proporcionará uma melhoria da qualidade ao “promover o desenvolvimento científico e tecnológico autônomo do País” (Galvão, 1987, p. 8).

As discussões para criação de um plano para as Bibliotecas Universitárias visavam “contribuir para melhoria da infraestrutura da informação e conseqüentemente para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, de acordo com o preconizado nas políticas de Ciência e Tecnologia e da Pós-Graduação”. (Chastinet, 1989, p. 39). Com este panorama avançam os debates e cria-se a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU)⁷, a qual se transforma em Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU)⁸ que até a atualidade tem ações relativas à biblioteca universitária brasileira, depois o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) em 1978, que impulsiona as discussões sobre um plano que estruturasse a biblioteca universitária no País.

Dessa forma, após anos de discussões, a biblioteca universitária entra no universo de desenvolvimento da educação superior do Brasil, por ser instrumento de difusão de informação científica e necessitar de condições para o cumprimento adequa-

⁷ A Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU), constituída para pensar a biblioteca universitária. Transformouse na Comissão Brasileira de Biblioteca Universitárias.

⁸ A Comissão Brasileira de Bibliotecas Ununiversitárias (CBBU) foi criada em 1987 por recomendação do V Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, em Porto Alegre, é um órgão assessor de sua Diretoria Executiva, da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e tem como finalidade promover o desenvolvimento das bibliotecas universitárias brasileiras.

do de sua função primordial que é servir à comunidade acadêmica em suas necessidades por informação, culminando essa agenda na implementação das ações que foram desenvolvidas no Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Sendo necessário criterioso exame do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU -1986), como objeto de estudo, numa perspectiva para além de seus próprios limites, abrangendo o conhecimento dos contextos históricos que situam esse fato e expandem a visão para entender a sociedade brasileira, na ação governamental e na relação dessa ação com o campo científico. Nesse sentido, temos ainda que considerar o desenvolvimento da ciência brasileira que era basicamente circunscrito à Universidade e tendo a biblioteca universitária como instrumento fundamental ao apoio informacional para o desenvolvimento científico que era imprescindível ao Brasil.

Para além do relatório de pesquisa, foi gerado um produto de divulgação da história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), que é um blog para facilitar o acesso em rede à memória dessa política para biblioteca universitária brasileira, sendo este o endereço eletrônico <https://pnbu1986.wixsite.com/pnbu>.

Este trabalho está organizado por capítulos temáticos:

No primeiro capítulo tem-se o roteiro metodológico dessa pesquisa que envolveu métodos e técnicas que foram escolhidos para melhor adequação ao Programa de Doutorado a que esteve vinculada a linha de pesquisa de Política Científica em que se inseriu o estudo, tendo no objetivo principal o norteamento da elaboração da pesquisa. Assim sendo, pautou-se por uma busca de fontes para embasar a narrativa da história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), além de atribuir um viés documental descritivo, abordando ainda como instrumento de análise o Discurso do Sujeito Coletivo, além da utilização de apoio dos *softwares*: *cmptools* para elaboração de um organograma sobre o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986) e suas relações político-institucionais, bem como o uso do *software Pajek* para construir uma visualização da rede de colaboração ocorrida na arquitetura do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986).

O segundo capítulo aborda uma compreensão da História da Ciência, cuja finalidade foi estabelecer um canal de diálogo entre disciplinas basilares desta pesquisa, que teve por intuito reunir as convergências encontradas na literatura consultada, de maneira a sintetizar o contexto teórico de aproximação entre a História da Ciência, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, numa experiência que resulta na soma de conhecimentos abordados nessa investigação.

No terceiro capítulo o enfoque é para instauração da política científica e tecnológica no Brasil, a partir do período de Ditadura Militar na segunda metade da década de 1960, o que confere novas possibilidades na construção de uma organização do setor de Ciência e Tecnologia, favorecendo a evolução da ciência brasileira. Nessa perspectiva, a institucionalização da ciência brasileira ocorre com a estruturação de sistema de informação científica e tecnológica, tendo por principais órgãos fomentadores: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) que foi transformado no atual Instituto de Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT).

O quarto capítulo destaca a biblioteca universitária, inserida num contexto de planificação para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no Brasil, cujo diagnóstico demandava uma estruturação para atuar na disseminação e recuperação da produção científica, reivindicada pela comunidade acadêmica em função da organização da Pós-Graduação nas Universidades brasileiras. O planejamento da biblioteca universitária brasileira constitui um esforço para transformar a realidade dessa entidade de vital importância para a Universidade e culmina em ações de delineamento estrutural da biblioteca universitária, em sua função social e cultural para a sociedade brasileira.

No quinto capítulo inicia-se a análise da pesquisa foi estruturada de forma a construir uma narrativa que possa ser vista como uma história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), contada a partir de seus atores, sejam indivíduos partícipes, testemunhas oculares desse acontecimento ou atores coletivos, ou seja, instituições que estiveram no apoio à estruturação e financiamento dessa construção que se configura como um dos principais marcos-históricos no desenvolvimento da bibliote-

ca universitária brasileira. Está estruturado com um mapa conceitual e figuras de rede colaborativa, para melhor definição dessa edificação analítica.

Aborda a história contada a partir da organização científica do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) que foi idealizado e transformado em realidade, e para melhor visualização foi feita uma construção representativa de um mapa conceitual, a partir da trajetória da pesquisa, construída com os elementos que foram se apresentando na coleção de dados sobre a temática abordada, com o apoio do *software cmaptools*, também como forma de percepção das relações interativas que remetem a uma rede colaborativa, foram elaborados grafos com apoio do *software Pajek*, de maneira que se insere o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) num contexto de rede de colaboração que gerou uma política pública importante para a biblioteca universitária brasileira.

O sexto capítulo foca a prática científica através das discussões no Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) sobre a biblioteca universitária, sendo este um importante foro de apresentação de ideias capaz de construir modelos técnico-científicos para assegurar uma prática científica que origina o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), como política de modernidade que contribuiu nos aspectos político-técnicos para a biblioteca universitária e, por conseguinte, com o progresso científico e tecnológico do Brasil.

O sétimo capítulo traça um perfil intelectual e profissional de Yone Sepulveda Chastinet, idealizadora e coordenadora do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), através de documentos soltos, porém, foi possível formar um esboço de competência intelectual e profissional dessa que se constitui em uma figura de relevância para o planejamento bibliotecário brasileiro.

CAPÍTULO 1 – A PESQUISA E SUAS BASES METODOLÓGICAS

Esta investigação está pautada num desenho histórico revelado pelas fontes detentoras de elementos de uma política científica do Brasil da segunda metade do século XX. O Ato Institucional de elaboração de um Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) revela uma dimensão da história da biblioteca universitária brasileira, inserida num contexto de uma política de Estado para o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia.

Emergem à tona atores: a) indivíduos, planejadores governamentais, diretores de sistemas de bibliotecas universitárias e personalidades envolvidas nesta ação de planejamento; b) Instituições tais como: Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Superior (SESu), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Financiadora de Projetos (FINEP) e a prática científica Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), envolvidos no desenvolvimento da biblioteca universitária, ao ser contextualizados os esforços para construção de uma política para a biblioteca universitária no Brasil na segunda metade da década de 1980.

Examinou-se o registro documental para construir a história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), perscrutando ainda lembranças de indivíduos (atores) que recorreram às suas lembranças pessoais que foram organizadas e, são capazes, segundo Halbwachs (2009, p. 31) de “descrever com muita exatidão fatos”, da história de cada um que se transforma, ainda de acordo com Halbwachs (2009, p. 29) em “testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós”. Com isto, a narrativa proposta não encerra em sua totalidade o conhecimento do objeto de estudo, mas lança luz, a partir da ótica da História da Ciência, ao que pode ser considerada, a mais importante política para a biblioteca universitária brasileira, de que, ao tempo presente da construção deste estudo, se tem conhecimento.

Para caracterizar o objeto de estudo, foi realizada uma pesquisa documental que deu suporte necessário à fundamentação teórica, uma vez que coleta as informações

em fontes primárias e secundárias proporcionando ampla cobertura das informações possíveis de serem trabalhadas. Para tanto, foi realizado um levantamento de informações em fontes primárias e secundárias de maneira a analisar o percurso de desenvolvimento de uma planificação para a biblioteca universitária, a partir dos contextos de idealização, execução e encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986). Para tanto, foi utilizada a técnica de pesquisa descritiva, que visa o princípio, em si da descrição, que segundo Gil (1999) promove não só a descrição da “população ou fenômeno”, mas procura estabelecer relações do objeto estudado, mesmo quando de uma perspectiva histórica. Em especial, foi contemplada uma análise dessa planificação estudada para as bibliotecas universitárias brasileiras.

Outro aspecto demonstrado nesta pesquisa é o caráter qualitativo, que se utilizou da técnica de processamento de dados, o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), para a análise dos dados, considerando se constituir de “uma estratégia metodológica que, utilizando uma estratégia discursiva, visa tornar mais clara dada representação social, bem como o conjunto das representações que conforma um dado imaginário” (Lefèvre; Lefèvre, 2005a, p. 19). Estas técnicas ofereceram suporte para organização, interpretação e compreensão dos dados coletados.

Dessa forma, buscou-se um olhar atento do momento histórico em que aconteceu o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) com suas interações na formação dessa ação de planejamento da biblioteca universitária brasileira com a política de informação implementada naquele momento, associado aos planos de desenvolvimento científico e tecnológico.

A descrição dos passos realizados na obtenção de dados para compor a narrativa histórica do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) e sua contextualização, é revelada a seguir na configuração do percurso da busca por informações relevantes, obtidas em fontes de informação e por meio de recolha provocada, a sujeitos artífices de valiosa política para a biblioteca universitária brasileira.

Como forma de aquisição de informação documental sobre o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), foram consultadas *in loco* as seguintes fontes de informação em Brasília (DF):

- Ministério da Educação (MEC) – A pesquisa presencial feita nesse Ministério foi encaminhada para a Secretaria de Educação Superior (SESu).

- Secretaria de Educação Superior (SESu), a busca nesta Secretaria foi infrutífera em termos de documentação, entretanto, foi obtida a indicação de que a documentação desse órgão estaria no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)⁹.

- Arquivo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Apesar do empenho do arquivista em empreender busca por algum documento relativo ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) não foi encontrado nenhum registro que indicasse informação sobre o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

- Biblioteca do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a busca com a estratégia “Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias” e “PNBU” foram sem sucesso, embora, tenha encontrado material documental sobre o Núcleo de Assistência Técnica – 8 (NAT-8). Pode ser considerado que se deram, no âmbito do NAT-8, as primeiras ações de planejamento da biblioteca universitária no Brasil.

- No arquivo do Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia, foram encontrados documentos referentes ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), alguns documentos referentes ao contexto de Ciência e Tecnologia, bem como política de Informação Ciência e Tecnologia implantada no Brasil.

- A Biblioteca do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT), importante fonte quanto à documentação sobre o planejamento bibliotecário latino-americano e do Brasil, assim como o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU).

É importante relatar que, quanto ao Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) em março de 2014, quando foi feita a busca presencial nessas fontes

⁹ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Criada em 1937, sua missão é subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo visando contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

de pesquisa, ainda não existia a divulgação eletrônica dos primeiros Seminários Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), que passa a ser disponibilizado só a partir de novembro de 2014, com a ocorrência da XVIII (décima oitava) edição do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) acontecido em Belo Horizonte – Minas Gerais - Brasil, realizado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais e apoio: Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU); Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FE-BAB); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre outras instituições.

Desse modo, a organização dessa edição divulgou um endereço eletrônico com a disponibilização da XVIII edição do SNBU: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014>¹⁰, e, para as edições anteriores, foi divulgado no endereço eletrônico: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais-edicoes-anteriores>¹¹, onde é possível, portanto, nesse último endereço a disponibilidade até a XVII (décima sétima) edição dos Anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), à exceção do III Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) de 1983, quando não houve divulgação de anais.

Durante a fase que compreende o período de realização dessa pesquisa doutoral ocorreram mais duas edições do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU): a XVIII edição, já devidamente apresentada, e a XIX (décima nona) edição, ocorrida em outubro de 2016 na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas - Brasil, cujos anais encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <http://periodicos.ufam.edu.br/anaisnbu/index>.¹² A edição XX do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) aconteceu no período de 15 a 20 de abril de 2018, na cidade de Salvador (Bahia), voltando mais uma edição à Região Nordeste do Brasil, cujo endereço eletrônico é: <https://snbu2018.ufba.br/>¹³.

¹⁰ Acesso em: 15 ago. 2017.

¹¹ Acesso em: 15 ago. 2017.

¹² Acesso em: 15 ago. 2017.

¹³ Acesso em: 23 ago. 2017.

O caso do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) é emblemático da falta de política de informação histórico-institucional: o órgão que trata da disseminação da informação em acesso aberto não possui seu acervo arquivístico digitalizado, para oferecer ao pesquisador das regiões mais afastadas do Planalto Central a possibilidade de recuperar a informação desejada, de cunho histórico ou necessário a sua pesquisa, de maneira menos onerosa, visto que a pesquisa presencial demanda, a depender da distância, deslocamento com ônus de transporte terrestre ou aéreo e hospedagem, para se pesquisar nesse arquivo.

Considerando aqui a lista de serviços ofertados em linha¹⁴: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Catálogo Coletivo Nacional (CCN); *International Standard Serial Number* (ISSN); Centro Brasileiro do Latindex; Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM); Diretório Luso Brasileiro; Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (OASIS); Portal Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação; Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT); Repositório Internacional Digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (RIDI); Revista do SEER; Repositório Comum do Brasil (DEPOSITA).

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
– A busca por informação nesse importante órgão deu-se um tanto rápida, porém em contato com o arquivista, que retorna com alguns poucos documentos digitalizados sobre o Programa de Aquisição Planificada (PAP)¹⁵, este informa haver outros documentos que não podem ser digitalizados, de maneira que a pesquisa só poderia ser realizada na forma presencial nas dependências do arquivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em Brasília.

- Biblioteca Universidade de Brasília (UnB), importante fonte para as primeiras informações ainda em nível de projeto inicial de pesquisa, com alguns dos pri-

¹⁴ Ver página <http://www.ibict.br>.

¹⁵ Programa de Aquisição Planificada (PAP), com definição na página 145.

meiros Anais da biblioteca universitária, além de documentação publicada com o financiamento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Foram também realizados contatos via correio eletrônico, com arquivista do Arquivo Central do Ministério da Educação (MEC), cujo resultado foi de pouca utilidade, sendo indicado o modo de acesso à informação pelo “e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão”. Foi feito um cadastro e manifestação de interesse da informação desejada, sob o número de protocolo 23480.017198/2015-03. A resposta a esse pleito foi a seguinte: “Em atendimento à Manifestação registrada sob o protocolo nº 23480.017198/2015-03, segue resposta da Área Técnica: Informo que **não foram recuperados quaisquer registros** sobre o “Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) na Base de Dados do acervo do “**Arquivo Histórico**”.

Outro pedido de busca de informação foi através do “e-Ouv - Sistema de Ouvidorias”, sob Protocolo: 23546.014944/2016-78, sendo a resposta insatisfatória e incompleta. A Manifestação de solicitação de informação identificou todas as entidades que possivelmente custodiassem documentos sobre o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias. São elas: Secretaria de Educação Superior (SESu)¹⁶; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)²⁹; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A resposta indica que apenas um órgão foi contatado, e ainda há a seguinte sugestão [...] “entre em contato com as demais instituições para obter as informações solicitadas”.

Diante da trajetória feita para recolha de informação pertinente ao tema, fica evidenciada a falta de uma política para preservação informacional da memória institucional de órgãos governamentais no Brasil. Considerando o caso específico da Secretaria de Educação Superior (SESu), órgão integrante do Ministério da Educação (MEC), pode-se caracterizar como um órgão sem passado, devido à dificuldade de identificar

¹⁶ Secretaria de Educação Superior, unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. (<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior>).

onde verdadeiramente foi parar a documentação produzida nas administrações anteriores em especial no que se refere ao século passado.

Para composição da história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), foi necessário adotar uma formatação de recolha de informação provocada, ou seja, foi elaborado um questionário que fosse capaz de atender aos objetivos, onde as respostas fossem integradas com a pesquisa documental da literatura, cujo conteúdo cumpre a função dessa pesquisa de pôr em evidência a capacidade de planejamento para o desenvolvimento da biblioteca universitária brasileira, em contextos de uma *práxis* voltada para o crescimento da ciência brasileira.

No concernente ao instrumento da coleta provocada dos dados, foi utilizado o questionário que constitui um instrumento de pesquisa composto por questões “apresentadas por escrito a pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (Gil, 1999, p. 128), e por função a descrição e a credibilidade da recolha dos dados. Desse modo, foi realizado um inquérito utilizando como instrumento, o questionário com 17 (dezessete) questões abertas, com abrangência de todos os objetivos propostos para essa pesquisa. Damas & Ketele (1985, p. 147) consideram que “as questões abertas são particularmente interessantes por ocasião [...] de investigações exploratórias para alcançar o máximo de aspectos do problema estudado”. Permite ainda ao inquirido a exploração do tema em suas respostas, ao expor suas memórias do fato ocorrido.

Desse modo, para efetivar a coleta de dados, em princípio foram identificados na literatura atores que participaram de algum modo do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), ocorrido na década de 1980. Foi baseada em duas fontes principais que indicavam participantes do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) em diferentes estágios de abordagens: a primeira fonte, os anais dos quatro primeiros “Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias”, constituindo o principal fórum de discussão sobre a biblioteca universitária no Brasil. Dessa forma, considero a influência dos autores de artigos publicados nesses anais¹⁷, através dos estudos empíricos, os quais proporciona uma reflexão sobre a biblioteca universitária.

¹⁷ Ver Gráfico 1: Participação de autores SNBUs (1978-1985), na seção 5.3 PNBU: a rede e o fato na perspectiva colaborativa, página 173.

Outra fonte foi o trabalho de avaliação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), “Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias: Planejamento e Permanências”, que foi realizado pela autora Maria Lúcia Andrade Garcia, no ano de 1991. Este trabalho apresenta uma lista de “pessoas contatadas para informações específicas”, num total de 67 (sessenta e sete), “entrevistadas e contatadas” (Garcia, 1991). Tem-se, portanto, uma população potencial de 391 pessoas, depois de somados o resultado de autores do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) no período de 1978 a 1985, mais os entrevistados no trabalho de Maria Lúcia Andrade Garcia. Contudo esse universo potencial não foi garantia de conseguir sucesso no inquérito devido às seguintes variáveis: dificuldade em identificar quem efetivamente teve participação no plano; dificuldade na identificação de endereço para comunicação; possibilidade de ausência, na atualidade, por morte.

Desse modo, na administração do questionário para obtenção dos dados foram ainda usados meios de comunicação formal, informal e eletrônico como forma de distribuir e receber o retorno dos questionários respondidos. Para Meadows (1999 p.116) “Quaisquer que sejam os canais empregados, o fornecimento e absorção de informações depende em última instância dos sentidos humanos”. Nesse aspecto, ao ser empregada uma diversidade de canais de comunicação para alcançar o objetivo da pesquisa, foi feito uso da capacidade de pensar os mecanismos de como obter os resultados esperados.

Com o reconhecimento de alguns atores principais e, após conseguir o endereço para comunicação, foi enviado questionário de maneira a estimular a identificação de outros personagens que tiveram participação na construção do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). Todos os sujeitos indicaram livremente nomes de participantes (ou seja, colegas). À medida que os questionários foram sendo devolvidos, foram identificados os personagens, e procurado o endereço de contato para efetivar a comunicação de convite para colaborar como sujeitos da pesquisa.

Contudo, os pesquisados que retornaram com a resposta, estavam situados nas seguintes cidades: Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), situada na Região do Sudeste,

João Pessoa (Paraíba) e Salvador (Bahia) na Região Nordeste e Brasília (Distrito Federal), situada no Centro-Oeste, a capital do país, onde está localizada a maioria dos sujeitos, o que de certa forma é compreensível, visto que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) estava vinculado a um órgão da Administração Central.

Assim, temos um total de 28 (vinte e oito) indicados como potenciais colaboradores da pesquisa, no entanto, só foram conseguidos 24 endereços para efetivo contato. Considerando assim, o universo real, 24 pessoas para a administração dos questionários como contato efetivo.

Quadro 1 - Administração dos questionários

QUESTIONÁRIOS	UNIDADE	PERCENTUAL
Respondidos efetivos	10	41%
Respondidos com recusa nas respostas	4	18%
Sem respostas ao contato	10	41%
Total	24	100%

Fonte: Pesquisa Direta

Logo, tem-se uma resposta de 10 questionários de um total de 24 encaminhados, portanto a pesquisa contou com 10 colaboradores que responderam a 17 questões abertas cada um, num total de 170 unidades de respostas que foram categorizadas e analisadas à luz do Discurso do Sujeito Coletivo.

A participação dos colaboradores teve a seguinte constituição no que respeita à representatividade dos integrantes: Coordenação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), representantes à época, Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Educação Superior (SESu), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Sistemas de Bibliotecas Universitárias das Universidades Federais, avaliador e usuário.

Como caracterização de campo da pesquisa, foram abordadas as instituições: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Superior (MEC/SESu), CAPES,

Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia (IBICT), além da prática científica, o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU). Como fonte de documentação primária e a influência que estas instituições tiveram na criação e desenvolvimento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), entre outros segmentos do campo de pesquisa, foram profissionais, referentes e titulares de ações diretas do processo de formação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias, identificados na investigação.

A análise das informações se estabeleceu à luz dos resultados obtidos com os dados recolhidos e confrontados com o aporte teórico consultado nas fontes de informação. A apresentação analítica das informações foi feita, através de uma avaliação qualitativo-descritiva. Para Minayo (2008), na análise qualitativa do material recolhido, seja na pesquisa de campo ou na pesquisa documental, deve este ser analisado buscando a compreensão das significações descobertas em seus contextos. Dessa forma, o tratamento dos dados qualitativos associado à análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) constitui um conceito para dar respostas teórico-metodológicas na edificação de uma narrativa histórica.

Nesse sentido, buscou-se dar ao estudo em tela uma visão sistemática da opinião do sujeito participante do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), com uma significação de pensamento coletivo, que dá sustentação ao caráter histórico da pesquisa, visando contribuir com a compreensão do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), enquanto política que estruturou a biblioteca universitária brasileira num panorama de desenvolvimento da ciência, da pesquisa e da tecnologia no país.

A análise dos resultados buscou evidenciar o registro dos acontecimentos referentes a esta ação de planejamento através da sua interpretação e sintetização, na perspectiva de determinar tendências dos seus significados para a prática da Biblioteconomia brasileira junto às Universidades Federais, a partir dos cenários de idealização, execução e encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), numa perspectiva da política de ciência e tecnologia desenvolvida no Brasil na década de 1980.

- O Estabelecimento de uma Codificação dos Sujeitos da Pesquisa

A codificação para identificar os sujeitos na pesquisa, foi necessária, em função de não se ter conseguido a Cessão de Direitos do Depoimento de todos que responderam ao questionário, ainda que a maioria esteja exposta na literatura e todos tenham se identificado na questão do perfil do instrumento de recolha dos dados.

Com isto, e para efeito de publicação do relatório final em repositórios em Portugal e no Brasil, não foram creditados os extratos dos discursos diretamente ao nome de cada sujeito, que passa a ser identificado por um código atribuído de maneira que a referência ao nome dos sujeitos esteja protegida.

Para tanto, foi escrito o nome de cada sujeito em um papel, que foi dobrado, de maneira que o nome ficasse oculto, depois colocado em um recipiente de onde foi feita a escolha aleatória, ou seja, por sorteio, de modo a preencher um quadro em que todos receberam a inicial “S” de “Sujeito”, e a numeração sequencial do total dos sujeitos, considerando a sequência dos números de 1 a 10. Ao ser sorteado o nome do sujeito, este foi acrescido da inicial “R” da “Representatividade”, sendo finalizado com uma sigla criada para indicação do partícipe do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) quanto ao seu posicionamento de atuação profissional à época da criação e execução do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986).

Dessa forma, temos a seguinte configuração:

S1RA – Sujeito 1, Representante Avaliador;

S2RSB – Sujeito 2, Representante Sistema de Biblioteca;

S3RU – Sujeito 3, Representante Usuário;

S4RSS – Sujeito 4, Representante SESu;

S5RSB – Sujeito 5, Representante Sistema de Biblioteca;

S6RI – Sujeito 6, Representante IBICT;

S7RSB – Sujeito 7, Representante Sistema de Biblioteca;

S8RI – Sujeito 8, Representante IBICT;

S9RC – Sujeito 9, Representante CAPES;

S10RSS – Sujeito 10, Representante SESu.

Assim temos a formatação do código de identificação utilizado na organização dos dados e na elaboração da narrativa que conta a história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

1.1 A Arquitetura do Discurso do Sujeito Coletivo

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) constitui uma metodologia desenvolvida, cuja “finalidade precípua é marcar, expressivamente, a presença do pensamento coletivo na pessoa de um Sujeito Coletivo de Discurso”. (Lefèvre; Lefèvre, 2005b, p. 23). A aplicabilidade dessa estratégia metodológica está na análise do material discursivo, seja verbal, na forma de depoimentos por meio de coleta provocada; seja escrito, na forma de documentos primários ou secundários.

Quando se trata de depoimentos, o discurso emitido individualmente, ao ser reunido com outros discursos, é considerado a expressão de um pensamento coletivo. Ao relatar um pensamento sobre um tema, cujas “formações discursivas” existentes na cultura são comunicadas, na medida em que há interação entre os indivíduos de uma mesma cultura, determinadas pela linguagem, cuja função essencial é “representar um pensamento coletivo”, esta faz a coletividade *falar*. Trocando em miúdos, o Discurso do Sujeito Coletivo “é uma forma ou um expediente destinado a fazer a coletividade *falar* diretamente”. (Lefèvre; Lefèvre, 2005a, p. 16).

De acordo com Lefèvre e Lefèvre (2005a), o Discurso do Sujeito Coletivo, como estratégia metodológica, aplica uma técnica discursiva que busca aclarar um agrupamento de representações que caracteriza um dado imaginário. De maneira prática, o Discurso do Sujeito Coletivo inicia-se com o discurso em seu estado bruto, e o uso das figuras metodológicas serve para decomposição do discurso, cujas partes estratificadas são reunidas num trabalho pormenorizado com a finalidade de restabelecimento da representação social.

- Da Organização dos Dados Aplicados ao Discurso do Sujeito Coletivo

No que se refere à organização de dados dos depoimentos recolhidos na pesquisa, estes foram agrupados de acordo com cada questão de onde se extraiu a Ideia Central (IC) do depoimento de cada sujeito, ou seja, constrói-se um quadro-síntese do que foi relatado, para assim se transformar em um discurso coletivo de cada inquirição feita. Este discurso, construído pela autora da pesquisa, a partir do que foi relatado pelos sujeitos, foi extraído como Ideia Central (IC). Por conseguinte, a descrição síntese da análise do discurso do depoimento com a construção da narrativa do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), fez-se sem omitir por vezes o próprio discurso original do sujeito, assim este também tem participação ativa na feitura da narrativa, favorecendo a verdade na realidade do acontecido.

Quanto à organização das questões no atendimento aos objetivos, estas foram agrupadas segundo cada objetivo, não formando uma sequência matemática, mas uma sequência lógica de respostas a cada objetivo. Assim temos o seguinte quadro:

Quadro 2 – Organização para edificação da análise da pesquisa.

ORGANIZAÇÃO DA ANÁLISE DOS DADOS			
OBJETIVO GERAL	Analisar historicamente o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias como planejamento da biblioteca universitária, inserido no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil na década de 1980.		
Objetivo Específico (1)	(1 A) Idealização	Perguntas:	1 - Qual o seu nome completo e sua formação? 4 - Que outras pessoas/profissionais se envolveram na criação e implementação do PNBU? 5 - Como ocorreu o planejamento para criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias? 6 - Como se deu a participação da classe bibliotecária na criação e desenvolvimento PNBU?
	(1B) Execução	Perguntas:	2 - Quando e por que motivo(s) você começou a trabalhar com o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias? 3 - Qual sua função no Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias? 4 - Que outras pessoas/profissionais se envolveram na criação e implementação do PNBU? 6 - Como se deu a participação da classe bibliotecária na criação e desenvolvimento PNBU? 7 - Relate sua experiência ao trabalhar no Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias. 8 - Em sua opinião, que fatos da política do MEC para as universidades foram importantes para criação e execução do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias?
Objetivo Específico (2)	Das práticas à Política Bibliotecas Universitárias Brasil	Perguntas:	15 - Como você entende hoje a situação das bibliotecas universitárias diante das políticas setoriais do MEC para o ensino superior? 16 - Seria pertinente na atual situação do ensino superior brasileiro a criação e implementação de uma política setorial para as bibliotecas universitárias? 17 - Você considera o Plano Nacional de Biblioteca Universitárias como um exemplo de política setorial as bibliotecas universitárias brasileiras?
Objetivo Específico (3)	Contributo PNBU	Perguntas:	9 - Quais as contribuições (político e técnica) do PNBU para as bibliotecas universitárias brasileiras? 14 - Em sua opinião o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias cumpriu os objetivos a que se propôs?
Objetivo Específico (4)	Contextos: encerramento	Perguntas:	10 - Em sua opinião quais fatos teriam contribuído para o encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias? 11 - A classe bibliotecária teria se manifestado contra o encerramento do PNBU? 12 - Qual o cenário político e econômico do país no momento do encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias? 13 - Existiria algum ato institucional que registra o encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias?
Fonte: Dados coletados da Pesquisa Empírica (2015). Nota: Ilustração da Pesquisa Doutoral (2018). Tese: Santos, Edilene Toscano Galdino dos.HFC/Universidade de Évora – Portugal			

Fonte: Dados coletados da Pesquisa Empírica (2015).

- Representação em mapa conceitual usando a ferramenta *CmapTools*

Diante da coleção de fontes referentes ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) e para facilitar a visualização do processo de pesquisa que expunha o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) num escopo central de reunião de atores num conjunto organizacional, foi elaborado um mapa conceitual. Assim sendo, é possível ver na trajetória da pesquisa o mapa conceitual, na página 169 com uma representação que se mostrou adequada a proposta da pesquisa. Por consequência foi escolhido o *software cmaptools* para organização dos conceitos e ideias com suas ligações entre si ou principalmente relacionadas diretamente ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), Assim foi elaborado um mapa conceitual numa perspectiva de organização das informações retiradas das fontes sejam elas: documentais ou depoimentos.

- A Representação da criação do PNBU na perspectiva da Análise de Redes Sociais com uso do *Software Pajek*

Ante os desdobramentos da pesquisa houve a necessidade de melhor explicar a narrativa de criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), visto que sua concepção teve início em espaço-temporal anterior à data de formalização em norma jurídica através de Portaria. De acordo com o conhecimento das informações que se apresentavam foram construídos grafos para demonstração das relações e inter-relações entre atores indivíduos e Instituições, e colocar em debate a existência de um contexto de desenvolvimento do país não acompanhado pelas bibliotecas universitárias, assim as discussões são reunidas e formalizadas com a criação do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) em 1978 e depois criado o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). Dessa forma, fica registrado em grafos, no subcapítulo 5.2, a partir da página 172, com o uso do *Software Pajek* na formatação de matriz, porém com manuseio próprio para melhor relacionar os atores, as temáticas, as práticas técnico-científicas e o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

O grafo 1 apresenta uma teia de interligações de autores e instituições com suas conexões aos eixos temáticos, tendo como objetivo ao centro o I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU - 1978).

No grafo 2 o II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU – 1981) demonstra uma conexão de autores e instituições num escopo maior, organizado com simpósios, demonstra uma conexão intensa dos vários eixos temáticos com suas interligações a conexão central do evento.

Para o grafo 3, produzido a partir do III Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU – 1983), as conexões de autores e instituições são mantidas, porém com uma dimensão de discussão temática em menor amplitude, mas com a mesma interação própria de uma prática científica como é um evento dessa natureza.

O IV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias foi produzido o grafo 4 que demonstra uma conexão direta dos temas com seus autores sem a variedade de mini eventos como no II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU - 1985), mas uma estrutura de trabalhos apresentados e trabalhos oficiais, se consolida como a base para o I Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

O grafo 5 apresenta uma estrutura simples de demonstração de atores individuais e coletivos, em que há uma indicação de nomes pessoais e institucionais conectados e interligados ao centro que é o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU).

O grafo 6 possui uma estrutura mais simplificada pela dimensão menor de indicar apenas os 10 sujeitos da pesquisa interligados as instituições e sua formação. Possui sua relevância numa demonstração de uma teia formada por atores participes e artífices do I Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986).

Dessa forma, tem-se uma estrutura em grafos que demonstra a rede de colaboração que foi espontaneamente formada para as discussões nos Seminários Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBUs), dando origem ao planejamento bibliotecário para a biblioteca universitária brasileira.

CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA DA CIÊNCIA: esboço de uma compreensão

Do desafio possível, está situado este trabalho na curiosidade pelo passado, onde se situa uma realidade ainda que contemporânea, mas que constitui uma história. Ventilamos uma possibilidade dialógica na compreensão de que o conhecimento não é estanque, nem se limita apenas a ser dividido em áreas fechadas em si mesmas, é que nestas breves palavras posicionadas num olhar que desafia as possibilidades de interação entre áreas de conhecimento aqui delimitadas: nas Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, nessa pesquisa essas áreas se encontram num entrelaçamento próprio do que se convencionou cientificamente chamar de interdisciplinaridade.

A abordagem da História da Ciência nesta pesquisa não se estabelece de forma biográfica, mas num sentido evolutivo de interação entre áreas ao abordar a Biblioteconomia e Ciência da Informação como áreas científicas factíveis de ser realizado um trabalho numa perspectiva da História da Ciência proporcionando um contributo para o desenvolvimento de uma interação da prática científica entre as áreas. Não atende esta pesquisa aos requisitos mais filosóficos das áreas em questão e sim foca a História como base para uma narrativa voltada à construção de uma história da biblioteca universitária brasileira.

Se a Biblioteconomia e a Ciência da Informação possuem questões em comum, ainda que sejam áreas distintas, contudo ao serem confrontadas com a História da Ciência, no contexto de suas fundamentações filosóficas, configuram-se em conhecimentos distintos. Ao unir-se à História da Ciência, atribui uma fundamentação para o tratamento do objeto de estudo desta pesquisa, que é possível considerar a ocorrência dessa política pública um fato social, em específico, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), ao mesmo tempo em que pode ser tido como um acontecimento histórico, passível de ser estudado do ponto de vista da História.

No entanto, se faz necessário uma noção sobre a ciência e a história como uma compreensão de que a caminhada da humanidade deixou marcas no tocante à evolução científica, contudo não é ocupação desta pesquisa traçar toda a trajetória e entendimento que a História da Ciência perfaz ao longo do tempo. No entanto, se faz coerente estabelecer as bases que fundamentam essa pesquisa, realizando-se um breve comen-

tário sobre o conceito de ciência, especialmente no século XIX, quando ocorreu o surgimento de novas e variadas ciências, que levaram os estudiosos a repensar o antigo conceito dessa palavra.

Precisamente não há uma determinação acabada sobre o que é ciência, todavia se pode ter a percepção por meio de construções epistemológicas, de características da ciência. No entanto, essa investigação não se circunscreve apenas ao âmbito da Filosofia, mas a “outras disciplinas meta-científicas” (Martins, 1999). As respostas à definição de ciência incluem os fenômenos empíricos descritos ao longo do tempo. A ciência procura responder a problemas propostos por atores científicos (indivíduos e instituições), que podem ser solucionados por meio de métodos científicos. Do ponto de vista de uma interpretação contemporânea sobre o que é ciência, essa pode ser considerada como uma linguagem construída para explicar e transformar o mundo. (Chassot, 2004).

A ciência do ponto de vista de Michel Foucault está situada como “campo do saber e nele tem um papel, que varia conforme as diferentes formações discursivas e que modifica de acordo com suas mutações”. (Foucault, 1997, p. 209). Essa percepção considera a ciência como um processo de construção de novas explicações para as discussões epistêmicas sobre a ciência e sua identidade de campo do saber.

Considerando como Alan Chalmers trata a questão “o que é ciência?”, “cada área de conhecimento deve ser julgada pelos próprios méritos, pela investigação de seus objetivos, e, em que extensão é capaz de alcançá-los”. (Chalmers, 1993, 2012). Assim, não está no âmbito da ciência a busca da verdade na determinação de uma área científica, logo “cada área do conhecimento pode ser analisada por aquilo que é. Ou seja, podemos investigar quais são seus objetivos”. (Chalmers, 1993, p. 211). O que Alan Chalmers quer dizer é que não existe uma ciência única, mas diversas áreas de conhecimento estabelecidas como disciplinas científicas, e que estas podem ser consideradas ciência a partir do objeto que as caracteriza.

Considerando a evolução científica num recorte temporal, pode-se aqui determinar o seu tratamento a partir do século XIX, com o desenvolvimento das Ciências Sociais, cujas respostas para as interrogações da ciência deixam de estar concentradas apenas na natureza, passando a incluir os embates das relações sociais. Dessa forma é a

sociedade que faz a história da humanidade e, por conseguinte o desenvolvimento da ciência. (Chassot, 2004).

Nessa perspectiva, foi abordada de forma interrelacionada a História da Ciência, Biblioteconomia e a Ciência da Informação, numa história que trata a produção da ciência, numa configuração de interações sociais, histórico-cultural e tecnológica pensada a partir de uma prática científica com suas relações na sociedade. Dessa forma, busca para explicação dos problemas sociais mantém uma diferença com a tecnologia que *“usa el conocimiento para elaborar artefactos y planes que contribuyen a modificar la realidad (natural o social) más que a explorarla o entenderla”*. (Bunge, 1999, p. 15).

Durante o século XIX, a Europa passou por um período de supremacia no desenvolvimento social, tecnológico e científico. A ciência passou a ter um valor na explicação e resolução de problemas afastando-se da especulação. Dessa forma o mundo passou a ser visto através de análises metodológicas para os fenômenos sociais. Isto impôs uma evolução do pensamento humano, conferindo maior elevação do pensamento científico para questões humanas. É nesse século em questão que surgem diversas ciências como disciplinas de estudo, entre elas a História. (Rosa, 2012).

É no século XIX que a História firmou-se como ciência e disciplina científica, na evolução da explicação do passado, sendo este considerado o século da história. Dessa forma, a compreensão de História passa por um processo de significação histórica a qual se preocupa não apenas com *“orientações cognitivas, mas também causais, da realidade”*. (Carr, 1996, p. 139). Assim, a explicação sobre o conhecimento do passado constitui-se em um progresso na história humana, mas ainda recorre a conhecimentos que são da competência de outras disciplinas para dar conta da complexidade da narrativa dos acontecimentos ocorridos. E apesar dessa ocorrência interdisciplinar, ou talvez por ela a História seja considerada por Bunge (1999) a mais madura das Ciências Sociais.

Como ponto de compreensão das Ciências Sociais além da História, a Sociologia, a Antropologia e a Etnologia compõem as divisões iniciais desse campo de conhecimento desenvolvido a partir do século XIX. Contudo para esta pesquisa salienta-se apenas uma breve palavra sobre a Sociologia e a História.

A Sociologia ocupa-se do estudo dos fatos sociais que são “fenômenos que se passam no interior da sociedade, por pouco que apresentem, além de certa generalidade, algum interesse social” (Durkheim, 1995, 46). Dessa forma, a Sociologia estuda a sociedade em suas diferentes formas de organização, assim como os processos de interação entre indivíduos, grupos e instituições. (Simiand, 2003).

A formação das ciências, em caso específico aqui de interesse a História que

é uma disciplina bem constituída, possui considerável organização científica, pesquisadores numerosos e experientes, um método a cada dia melhor definido e empregado com consciência e rigor. O estudo dos fenômenos sociais só tem a ganhar caso seja confiado o labor preciso, paciente, seguro e experimentado da disciplina histórica. (Simiand, 2003, p. 68).

É com essa compreensão que a História se insere no contexto das ciências, como uma ciência estruturada e com uma prática científica reconhecida por fazer a descrição dos acontecimentos e torná-los compreensíveis para a humanidade. Assim, a História começa a ser concebida como ciência na Alemanha com Leopold von Ranke o qual propõe seu método devendo levantar “os fatos como eles realmente se passaram”, (Ranke, 1979). Quanto ao conceito de História é “a descrição do que é específico quer dizer compreensível, nos acontecimentos humanos”. (Veyne, 1971). Contudo um pensamento contemporâneo é de que a História como “ciência distingue-se apenas pelos seus métodos e pelas normas, com cujo auxílio ela conduz a resultados comprováveis”. (Koselleck, 2006, p. 120). Logo, o conceito moderno de História passa por uma discussão da temporalidade e vai além da concepção de narrativa, sendo vista como “espaço de ação e processo, progresso e evolução, criação de sentido e destino, acontecimento e ação”. (Koselleck, Meier, Günther & Engels, 2016, p. 223).

No entanto, Reinhart Koselleck, apresenta uma reflexão que não dá a história uma condição de ciência acabada, visto que não possui um objeto de estudo próprio, dividindo o próprio com outras Ciências Sociais. Logo o objeto fenômenos histórico pode ser isolado de outras disciplinas com outras percepções sistematizadas. (Koselleck, 2006).

Considerando, portanto, que a História se subdivide em muitas Histórias, entre elas a História da Ciência, assim, se faz necessário tratar a História da Ciência como campo de conhecimento não apenas dentro da ciência ou a margem da história,

mas ao longo do tempo vai evoluindo com a aquisição dos métodos da história, da Sociologia e da Antropologia, bem como com ciências humanas, que contribuem para a História da Ciência contemporânea como área de estudos, cujos “métodos e processos foram criados para que a História da Ciência pudesse adaptar, de maneira harmoniosa, esses conhecimentos variados vindos de diversas áreas”. (Alfonso-Goldfarb, 1994, p. 9).

Alexandre Koyré (1892-1964) afirma que a História da Ciência se constituiu como disciplina independente no século XVIII, dados os avanços do pensamento histórico-filosófico e das descobertas científicas, bem como pelo otimismo com que foi marcado o século das luzes. (Koyré, 1982). No entanto, Helge Kragh faz uma reflexão sobre a História da Ciência que considera que o século do iluminismo, ainda não tinha elementos para reconhecer a ciência como fenômeno histórico, sendo a História da Ciência tida como uma exposição cronológica de fatos, não uma reflexão. (Kragh, 2001)

A História da Ciência ganha sua autonomia metodológica no século XX, embora já na segunda metade do século XIX tenha em Paul Tannery (1843-1904) uma importante participação na construção da História da Ciência moderna, na sua organização como disciplina sendo abordada como parte da história geral da humanidade, Paul Tannery difundia a ideia de amplitude da História da Ciência visando descrever o desenvolvimento da ciência como um todo. (Kragh, 2001)

Outro historiador da ciência que embasou os fundamentos modernos da História da Ciência foi George Sarton (1884-1956) com participação na institucionalização da História da Ciência ao ajudar na fundação de várias sociedades para História da Ciência em várias partes do mundo, bem como na difusão do pensamento científico por meio do periódico *Isis*, sendo seu fundador em 1912, e que almejava uma “História da Ciência real, isto é, ciência como a conhecemos hoje”. (Debus, 2004, p. 32).

Nessa perspectiva, a História da Ciência transcende suas fronteiras enquanto disciplina, para o desafio, junto a outras ciências, de explicar o mundo contemporâneo, quanto ao desenvolvimento científico e tecnológico, cuja prodigiosa expansão do conhecimento traduz uma integração de saberes na construção científica.

Assim sendo, pode-se acrescentar, nesse estudo, a área de conhecimento das ciências sociais aplicadas, que tem na aplicabilidade da ciência a construção de produtos e modelos na expectativa de preencher as necessidades sociais. Constituindo “uma área

do conhecimento e de atuação profissional multivalente [...] produz conhecimentos que, aplicados às organizações, tratam de conduzi-las ao alcance dos objetivos visados”. (Diehl & Tatim, 2004, p. 35). Nesse campo de conhecimento situam-se a Biblioteconomia e a Ciência da Informação entre outras.

Assim sendo, e diante da necessidade de encontrar no conhecimento estabelecido uma correlação com enfoque de interação entre campos científicos, foco desta pesquisa, é que buscaram-se autores que estabelecem um diálogo possível entre a Biblioteconomia, a Ciência da Informação e a História da Ciência. Dessa maneira

a ciência busca, essencialmente, desvendar e compreender a natureza e seus fenômenos, através de métodos sistemáticos e seguros. No entanto, face à dinamicidade intrínseca à própria natureza, seus resultados são sempre provisórios. Isto é, esses sistemas explicativos não têm caráter permanente. Inserem-se num processo ininterrupto de investigação, o que faz da ciência uma instituição social, dinâmica, contínua, cumulativa. Em tal perspectiva, sem pretensões históricas, infere-se que a ciência influencia há séculos a humanidade, criando e alterando convicções, modificando hábitos, gerando leis, provocando acontecimentos, ampliando de forma permanente e contínua as fronteiras do conhecimento. (Targino, 2000, p. 2).

A História da Ciência em sua essência possui um contexto interdisciplinar, segundo o qual

a percepção de que a ciência e sua produção são historicamente contextualizadas e o diálogo interdisciplinar favoreceram o aumento significativo não apenas de pesquisas, como também dos objetos e problemas propostos para análise, das fontes documentais utilizadas e das opções teóricas de abordagem. (Silveira, 2010, p. 840),

Esta visão interdisciplinar tem seu futuro na perspectiva de que a História da Ciência “deve estar aberta a novas interpretações em direção a um diálogo cada vez mais enviesado para o presente e o futuro, sem se deixar encerrar numa objetivação fechada sobre si mesma no passado”. (Belens & Porto, 2009). Assim, a História da Ciência pode dialogar com outras áreas, em especial nesta pesquisa com a Biblioteconomia e Ciência da Informação ao colaborar, em sua condição metodológica para as explicações da evolução de paradigmas que envolvem a construção e organização do saber.

Compreendendo paradigma na construção do pensamento de Kuhn (1997) em que o conhecimento estabelecido é confrontado com novos parâmetros explicativos, estabelecendo uma mudança conceitual e técnica para fenômenos da ciência. Sendo ainda observado que

O desenvolvimento de qualquer ciência admite-se habitualmente que o primeiro paradigma explica com bastante sucesso a maior parte das observações e experiências facilmente acessíveis aos praticantes daquela ciência. (Kuhn, 1997, p. 91).

Exigindo um desenvolvimento posterior para observação do campo científico na construção de novidades não explicadas por meio do senso comum, mas por meio de descobertas que conduzem às mudanças paradigmáticas afetando em profundidade o conhecimento existente.

Quando se reconhece o diálogo das ideias, podem ser ampliados os espaços para novos olhares, dando a conhecer possibilidades de estudos que oportunizam a interação entre as ciências numa investigação que supera a linha de circunscrição de saberes organizado historicamente.

No que diz respeito à Biblioteconomia, historicamente, a referência é o bibliotecário francês Gabriel Naudé (1600-1653) por ter cunhado o termo Biblioteconomia, contudo seu enfoque foi técnico, considerando o aspecto prático que envolve a instituição de uma biblioteca. Foi na Alemanha do século XIX que surgiu o primeiro pensamento da Biblioteconomia enquanto ciência, com Martin Scherrettinger ao publicar a obra “*Versuch eines vollständigen Lehrbuchs der Bibliothekwissenschaft order Anleitung zur vollständigen Geschäftsführung eines Bibliothekars* (1829)”. (Morales López, 2008, p. 80). É o primeiro momento em que é sistematizada a Biblioteconomia enquanto disciplina independente e cunhado o termo *Bibliothekwissenschaft*, ou ciência bibliotecária. O mundo anglo-saxão dividiu-se em dois termos: *Librarianship* na Inglaterra e *Library Science* nos Estados Unidos da América. O grande nome da Biblioteconomia norte americana é, sem dúvida, Melvil Dewey (1851-1931), cuja sistematização de uma classificação decimal atribui um elemento inovador para organização técnica das bibliotecas. Outro enfoque de Melvil Dewey consiste na educação técnica dos bibliotecários. (Morales López, 2008).

Jesse Hauk Shera, um dos representantes da Escola de Chicago, já no século XX, identifica a Biblioteconomia como uma ciência social, com caráter interdisciplinar. Pierce Butler, também representante dessa Escola admite na obra *An introduction to Library Science*, publicada em 1933, um *corpus* teórico e uma fundamentação epistemológica da Biblioteconomia, num conceito interdisciplinar com a Sociologia, Psicologia e História.

Pierce Butler ao considerar o estabelecimento do campo científico da Biblioteconomia considera a troca de conteúdos na construção do estudo científico da Biblioteconomia explicitando que

Haverá um intercâmbio mútuo e contínuo de ideias com outros campos do estudo científico. Serão utilizados resultados de outras ciências e as descobertas da Biblioteconomia serão fornecidas às demais, também. O campo do novo empreendimento será sempre considerado essencialmente como apenas um aspecto do complexo maior que é a atividade humana. (Butler, 1971, p. 19).

Ao sinalizar para a interdisciplinaridade com outras ciências, Butler (1971) aponta a relação que a Biblioteconomia tem com a História, quando demonstra a existência de desenvolvimento da sociedade que leva ao acúmulo de conhecimento e sua transmissão por meio do registro gráfico (escrita). Dessa forma, são compreendidos alguns fenômenos históricos que contribuem para a ciência da Biblioteconomia e a formação de um *corpus* profissional, visando à contribuição para função da biblioteca e seu crescimento institucional.

Na exposição do pensamento sobre as variantes da História da Ciência e o conteúdo que um bibliotecário deve ter no sentido de que suas concepções sejam alicerçadas do ponto de vista do pensamento histórico, Butler (1971, p. 67) considera que “a prática do bibliotecário será em parte determinada por sua compreensão da História”. Quanto ao historiador da ciência, Butler (1971, p. 67) afirma que seu interesse primordial é pelo “eterno presente da verdade absoluta, ele sempre tem uma consciência mais aguda do desenvolvimento progressivo do que um classicista literário”.

Além de estar presente também no conteúdo de erudição do bibliotecário que, inserido na cultura social e com uma função de educador, é capaz de transmitir conteúdos e auxiliar na investigação de novos conhecimentos, dessa forma terá o reco-

nhecimento social de seu campo de atuação. Nesse sentido, o fazer bibliotecário inclui como

tarefa principal colecionar para a comunidade os registros gráficos de maior importância para seu bem-estar social e explorá-los ao máximo em benefício da própria organização e administração do seu cargo para este propósito. Para fazer isto inteligentemente precisa utilizar constantemente o seu conhecimento da história da ciência, particularmente em seu mais recente desenvolvimento. (Butler, 1971, p. 68).

Contudo, o bibliotecário precisa conhecer além do conteúdo que encerra a custódia e técnica biblioteconômica, também conteúdos que promovam a compreensão da função da biblioteca no seu contexto cultural em sua dimensão histórica.

Do ponto de vista conceitual, a Biblioteconomia passa a ter uma cientificidade com o estabelecimento das cinco leis da Biblioteconomia pensadas por Ranganathan, atribuindo um conceito moderno à prática biblioteconômica frente ao desenvolvimento da sociedade. Para Ranganathan (2009), a determinação de uma ciência social consiste na aplicação do método científico, que tem nos “princípios normativos” a fundamentação da disciplina como condição de ciência. Assim sendo, as cinco leis de Ranganathan atribuem à Biblioteconomia um *corpus* de “princípios normativos” possíveis de serem tratados pelo método científico, visto que, na visão de Ranganathan, a Biblioteconomia deve ser reconhecida como ciência.

Na trilha do desenvolvimento científico da Biblioteconomia, Araújo (2014) aponta três aspectos que fundamentam a Biblioteconomia em sua contemporaneidade: a perspectiva do pensamento funcionalista – que se traduz na análise dos procedimentos técnicos para o tratamento do acervo e seu relacionamento com a sociedade; a perspectiva do pensamento crítico – cuja prática é desenvolvida para inclusão adotando a ação cultural como fator de “intervenção na realidade”; e, estudos de usuários – identificando as necessidades do usuário o uso efetivo da biblioteca no atendimento à comunidade, bem como diagnosticar, avaliar e planejar as ações da biblioteca. O autor ainda destaca três tendências contemporâneas para a Biblioteconomia: a mediação – atuação do bibliotecário numa intencionalidade de difusão do saber abrangido na biblioteca numa proposta de “participação multicultural no espaço da biblioteca”; a *Information Literacy* – representando uma mudança na concepção da Biblioteconomia, ao mesmo tempo em que incorpora aspectos educacionais de empoderamento de competências com foco no

processo de aprendizado, transformando a biblioteca em “uma organização aprendente, provocadora de mudanças nas instituições em que se situam”; e a biblioteca digital – situando-a numa realidade de alta tecnologia em que se destaca a *Web 2.0* e a criação da chamada *library 2.0*, cujo foco é na interação biblioteca/usuário que passa a participar “na construção dos conteúdos que todos vão usar”. (Araújo, 2014, pp. 87-91).

Do ponto de vista de sua cientificidade, situada no âmbito das ciências humanas como tronco principal e tendo como subdivisão o âmbito das ciências sociais aplicadas. Araújo (1991, p. 16) entende que a

cientificidade das ciências humanas é sempre "um vir a ser", pois o sentido que move a ação não permanece invariável, exigindo assim, para sua interpretação, diferentes esquemas analíticos. Consideradas desta maneira, as ciências humanas são ciências em construção, que lutam para alcançar um método científico, que sempre está sendo elaborado e reelaborado, a partir dos diferentes esquemas analíticos montados, para os diferentes sentidos das ações.

Ou seja, existe uma espécie de metamorfose nas formulações do conceito estrutural das ciências no que tange à elaboração científica de seus contornos e alcance. Nesse sentido, Araújo (1991) ao construir o pensamento de uma “subjetividade enclausurada” da Biblioteconomia, argumenta sobre a cientificidade da Biblioteconomia, cuja discussão concebe passar pelo contexto da ciência moderna, para alcançar a criticidade necessária ao desenvolvimento de uma explicação filosófica e epistemológica da Biblioteconomia.

E, em meio ao discurso científico de ser ou não ser ciência, a Biblioteconomia passa a ocupar posição na construção de uma nova ciência forjada no contexto pós-moderno em que se configurava a sociedade do século passado. O desenvolvimento tecnológico e científico favorece a produção de informação, tendo por consequência uma explosão informacional, que leva a um desenvolvimento técnico-conceitual da recuperação da informação, como base para um novo campo de conhecimento.

Assim sendo, com o surgimento da Ciência da Informação em meados do século XX, as discussões em torno do conteúdo epistêmico entre Biblioteconomia e Ciência da Informação ganham cada vez mais estudos. Embora tenha como princípio histórico o século XX, a Ciência da Informação, “não surge espontaneamente em meados deste século. De facto, ela tem raízes em outras disciplinas que, desde muito antes,

se começaram a afirmar como tal”. (Silva, Ribeiro, Ramos & Real, 2009, p. 27). Assim a Ciência da Informação mantém uma interação com a Biblioteconomia, a Documentação, a Arquivologia e a Museologia.

Associado ao fluxo de informação o desenvolvimento tecnológico, cuja utilização da máquina para automatizar processos, armazenamento e recuperação da informação, associado aos interesses de especialistas em estabelecer novos significados às mudanças ocorridas, em meio a uma “explosão da informação”, cuja repercussão foi o surgimento da *Information Science*, uma nova área que se ocupa a partir de então, em estabelecer um *corpus* epistemológico para o conjunto de disciplinas relacionadas com a informação, a qual já nasce interdisciplinar. (Silva, Ribeiro, Ramos & Real, 2009, p. 27-29).

Apesar da similaridade quanto ao objeto que compõe a episteme da Biblioteconomia e Ciência da Informação, que é a informação, para Saracevic (1996, p. 49) a “Biblioteconomia e Ciência da Informação, embora relacionadas, constituem campos diversos”. De onde se pode inferir que possuir semelhanças não significa a igualdade, ainda que se tenha como objeto de convergência, a informação. Diante de uma vasta teorização da informação, a que aqui importa como elo entre os campos de conhecimento ora abordados é a percepção de Silva (2006) quando define informação como uma espécie de substância, capaz de ser manipulada e consumida, devendo ser transformada em matéria e por consequência depositada em algo manuseável, um suporte físico.

Assim, é atribuída à informação, uma flexibilidade na forma de ser e ao mesmo tempo um atributo de materialidade, possível de ser armazenada, tratada e recuperada, com vistas a uma necessidade e uso. Em face disso, está presente no contexto científico da produção e comunicação da informação.

Nessa perspectiva a informação possui uma transcendentalidade, sendo que

não podemos esquecer que a própria natureza da informação, sua horizontalidade ou onipresença em todos os campos do conhecimento, pode determinar as relações interdisciplinares. Isto significa que pesquisas de redes e sistemas de informação especializados ou as chamadas “aplicações”, comunicação científica e tecnológica e mesmo Bibliometria conduzirão, obrigatoriamente, a estudos vinculados à área em questão, seja via Sociologia da Ciência, História da Ciência ou da Cultura. (Pinheiro, 1997, p. 240).

Temos, portanto, uma perspectiva de que, sendo a informação objeto da Ciência da Informação, é inevitável a interdisciplinaridade com outras ciências, para este estudo, o caso específico da História da Ciência, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Considerando ainda a área da comunicação científica uma prática científica da ciência, é possível traçar um breve comentário a esse respeito, tendo em vista que a biblioteca é um importante centro de difusão do saber.

Dessa forma, com o desenvolvimento da ciência e o aperfeiçoamento dos meios de comunicação dos resultados da pesquisa estava sendo reforçado o papel da biblioteca como ambiente de difusão da informação científica. Para Meadows (1999), uma importante fonte de difusão da informação científica é a biblioteca, em tipologia específica a biblioteca universitária, visto que é na universidade contemporânea que está o maior desenvolvimento da produção científica e, portanto, é aí que libera o maior consumo de informação científica.

As mudanças ocorridas com o advento da ciência moderna proporcionaram a visão de novos horizontes fora do formato da escolástica, até então meio mais propício à difusão das ideias e visão de mundo. Diferente da escolástica universitária que difundia o conhecimento teórico-abstrato, a escola humanista fundamentava-se em disciplinas práticas focando a exploração experimental.

Temos, portanto, uma idade média em que as universidades, na sua maioria, eram ligadas à igreja, exercendo o Vaticano um controle sobre o que era ensinado, buscando apenas a síntese dos saberes com *trivium* e *quadrivium*, deixando de fora do currículo universitário os ensinamentos das ideias científicas. Corroborou o atraso dos ensinamentos universitários o fato da universidade ter sido pensada em seu escopo como ser uma instituição de ensino, voltada para a educação das elites e não uma instituição de pesquisa, voltada para a organização do conhecimento investigativo experimental. (Solís & Sellés, 2004; Charle & Verger, 1996).

Esse quadro em que a universidade está inserida, de uma instituição fechada em um saber recuperado, é revelador de uma luta de poder científico entre quem controla a universidade e aqueles que são libertários do pensamento que promove a exploração da investigação de maneira a desenvolver novas formas de ver o mundo ou descobrir novos modelos de observação da natureza. É, nesse sentido, que existiam outras formas

de instituições técnico-científicas mantidas pelas coroas de Portugal e Espanha, com o objetivo de promover o desenvolvimento da navegação e do comércio, diferenciando-se das universidades tradicionais, pois possuíam um caráter aplicado. (Solís & Sellés, 2004).

Enquanto isso, em outros países como Inglaterra, França, Itália e Alemanha a ciência se desenvolvia fora das universidades, por meio de instituições privadas, onde, o surgiam associações de entusiastas pelas novas descobertas do conhecimento humano. A orientação de algumas dessas instituições dava-se com ênfase no experimento prático, outras com preocupações filosóficas, ocupadas por problemas teóricos gerais. Estas instituições fomentavam o desenvolvimento do conhecimento científico fora das universidades e possuíam liberdade de pensamento, embora também fossem difusas no que focavam, pois tudo era pesquisado da magia, passando pelos interesses naturalistas. (Solís & Sellés, 2004).

Contudo, o acúmulo de informação se firmava com o tempo, sendo divulgada de forma durável e acessível. Para ter êxito essa estratégia dependia de pessoas envolvidas na comunicação, ou seja, a sociedade científica passou a ser o principal veículo de comunicação. Gonzalez (2012).

Se a comunicação científica passou a ter importância na divulgação da ciência, tem a Universidade sua parcela de contribuição com o ensino do saber humano transmitido às novas gerações, embora tímido no desenvolvimento das ciências. Isto aconteceu devido ao seu formato de transmissão do conhecimento de maneira hermética, alijada das novas descobertas, ao passo que as instituições formadas como alternativa ao desenvolvimento da ciência, com liberdade de pensamento e de experimentação, bem como de exploração de novos limites para os territórios conhecidos, utilizavam-se de um conhecimento novo para o avanço das fronteiras territoriais e da ciência. Tal evolução passou a contar com o periódico científico, como um novo veículo de comunicação científica.

Este inaugura uma nova forma de comunicação científica, bem como de relacionamento entre o cientista e a produção científica, sendo esta difundida de forma célere e com confiabilidade, visto que publicada por instituições, formadas por uma comunidade científica, que ousava avançar o saber que tinha das coisas e da natureza.

Assim, havia muitas razões para se criar periódicos científicos, entre elas a “necessidade de comunicação de modo mais eficiente possível, com uma clientela crescente interessada em novas realizações”. (Meadows, 1999, p. 7). Desse modo, floresce um novo mundo movido a investigação e, cada vez mais, a informação vai modificando para sempre a forma de comunicação das práticas científicas.

Como ponto de partida histórico, o periódico “surgiu com a ciência moderna, dada a necessidade de acesso às experiências da ciência, às ideias e às críticas diversas, à veiculação de notícias para a comunidade científica”. (Moura, Gomes & Silva, 2014 p. 463). Para Nunes (2001, p. 6), o periódico pode ser visto a partir de duas vertentes: como “repositório informativo resultante de um conjunto de leituras feitas pelos seus responsáveis”, e como “veículo de difusão de ideias” constituindo um “suporte de conhecimentos científicos”. Ao longo do tempo essa descoberta ganha credibilidade para a rápida difusão da produção científica, inaugurando uma nova era para a história da ciência.

Com a mudança ocorrida na realidade face às publicações periódicas científicas é possível perceber novas formas de produção e propagação científica, estabelecendo um novo papel cultural e social para instituições como Universidades, Academias e Sociedades que colaboram para difusão da ciência. (Nunes, 2001).

Nesse sentido, o aspecto do periódico científico é importante para a instituição biblioteca universitária brasileira, por meio do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) tendo em vista que foi criado o Programa de Aquisição Planificada de Periódicos para Bibliotecas Universitárias (PAP) devido à grande proporção de conhecimento científico que era e continua a ser divulgado por meio desse veículo de comunicação científica. Assim foi criado um Programa para compor e recompor a coleção de Periódicos nas Bibliotecas Universitárias participantes do Programa e do esforço na comunicação do pensamento científico produzido no mundo, visto ser as coleções compostas por periódicos nacionais e estrangeiros.

Desde o advento do periódico científico, o volume de informação científica tem crescido exponencialmente, com progresso na difusão do periódico científico que não tem apenas o papel como suporte, mas passa a ser eletrônico, ganhando uma dimensão universal no acesso e uso da informação que é publicada.

Consiste o periódico científico

na memória da ciência, uma vez que acumula as funções de registrar e arquivar as ideias, os resultados das pesquisas, a produção do conhecimento. Assume ainda, a responsabilidade pela manutenção da qualidade do que é divulgado e para isso conta com equipas de especialistas para proceder à avaliação dos artigos, ou seja, um sistema de arbitragem. (Moura; Gomes & Silva, 2014, p. 463).

Verifica-se a evolução do periódico científico que tinha em seus primórdios de criação a função de difundir o pensamento científico. Este era discutido no âmbito das sociedades e academias científicas criadas para congregar aqueles que se interessavam, por ciência. Era a forma de registrar suas discussões e descobertas, de maneira que seus membros fossem informados do que de mais recente havia sobre a ciência moderna em seu início.

Com a evolução do pensamento científico, o periódico torna-se o meio mais usual para comunicação dos resultados das pesquisas científicas. Consolida-se como publicação científica confiável e de qualidade, pois a divulgação do trabalho científico só se dá depois de uma avaliação por pares, o que atribui um caráter de veracidade à matéria estudada e garantida a divulgação dos resultados encontrados nos fenômenos experimentados ou observados na natureza ou em condições manipuladas.

O periódico científico, ao ser aperfeiçoado, em seu formato e maneira de divulgação, ganha periodicidade e lhe confere regularidade na publicação do conhecimento científico, proporcionando versatilidade na comunicação com variedade de informações, ao mesmo tempo que expande o alcance da literatura científica a um número maior de pessoas que se dedicam a difundir a ciência por meio de pesquisas científicas e tendo

a vantagem de uma publicação regular é que ela proporciona uma divulgação rápida e garantida dos resultados de um grande número de pesquisas que, se tomadas separadamente, não teriam grande significação, mas formando o grosso das pequenas e minuciosas observações sobre as quais se alicerçam os grandes avanços científicos. (Ziman, 1979, p. 118),

Dessa forma o periódico científico situa-se no campo da Comunicação científica que para Meadows (1999), tal configuração nos dias atuais se deve às decisões tomadas outrora, por meio das sociedades científicas que reuniam uma parcela de pes-

quisadores, cujo objetivo era transmitir a seus contemporâneos os descobrimentos de suas análises úteis ao progresso de novos conhecimentos.

Do ponto de vista da Comunicação Científica, enquanto campo científico, William D. Garvey e Belver C. Griffith foram os principais pesquisadores que lançaram a estrutura para uma abordagem do pensamento científico da comunicação da produção científica. De acordo com Garvey e Griffith (1967), a Comunicação Científica passa pelo entendimento de uma construção social, visto haver uma interação entre os cientistas ao divulgarem os resultados de suas pesquisas, cujo sistema envolve as instituições sociais voltadas à área científica específica. Outra característica da compreensão dos autores é a função “formal” e “informal” da Comunicação Científica. Segundo Suaiden (2012, p. 8), a Comunicação Científica é estudada “à luz da Ciência da Informação, da História da Ciência e da Sociologia da Ciência, entre outros campos do conhecimento”. Corroborando esse entendimento interdisciplinar da Comunicação Científica, Pinheiro (2012, p. 141), ao afirmar que esta área “mantém fortes laços interdisciplinares com a sociologia da ciência ou estudos sociais da ciência, história da ciência e mesmo com a epistemologia”. Em busca do contexto epistemológico a autora identifica seus principais autores e sua ascendência de formação na História da Ciência, entre os quais: “Derek John de Solla Price (1922-1983) e John Michael Ziman (1925-2005), William Garvey e Jack Meadows”. (Pinheiro, 2012, p. 121). Para Hurd (2004, p. 6) “*Scientific communication is a complex and interrelated system*”, o que caracteriza uma composição científica inter-relacionada a outras áreas do conhecimento científico.

Dessa forma, evidencia-se uma investigação nos domínios da interdisciplinaridade, característica dessas áreas que fundamentam e articulam o conhecimento de maneira a estabelecer uma convergência de uma concepção científica, de troca de informações entre as áreas do saber, ora abordadas.

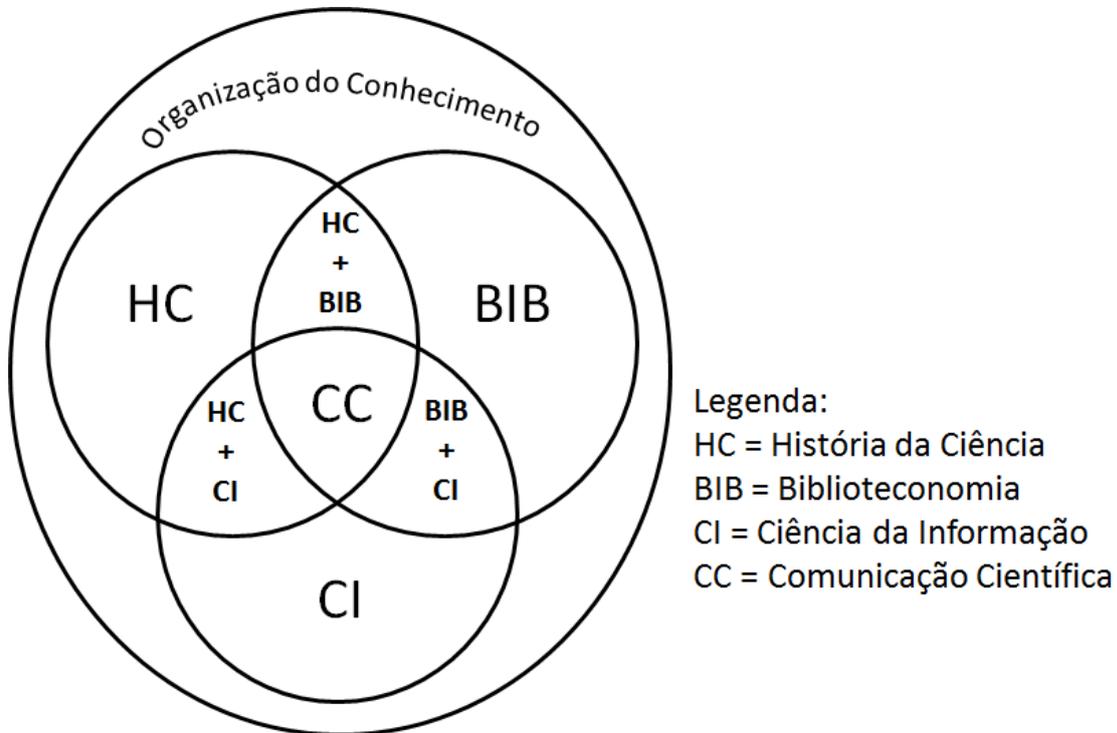
A atualidade reserva uma maneira equânime na distribuição do acesso à informação científica, por meio de uma ação governamental ao estabelecer o Portal de Periódicos da CAPES, cujas Bases de Informação Científica, onde são indexados os periódicos científicos, são adquiridas e distribuídas às Universidades Brasileiras com Programas de Pós-Graduação consolidados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), atingindo principalmente as Universidades Fede-

rais. Entretanto, isto não significa que todas as Universidades estejam em igualdade de condições de pesquisa, visto que, as que possuem melhores condições financeiras, podem custear a compra de Bases de Informação Científica que não constam do pacote da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mas para um país continental e com sérias dificuldades para o desenvolvimento científico e tecnológico, o investimento em informação científica, bem como seu modelo de difusão, é considerado uma inovação no fomento da pesquisa científica brasileira, tendo a biblioteca universitária como elemento componente para a divulgação da Comunicação Científica produzida não só em nível nacional, mas em outras partes do mundo.

Tomando-se o histórico inicial, temos que, a biblioteca universitária brasileira garantiu e, mesmo com o advento da disseminação do acesso à internet ainda garante, o acesso dos pesquisadores aos resultados de pesquisas publicadas nos periódicos científicos nacionais e internacionais, contribuindo assim, para o desenvolvimento da ciência brasileira.

Assim, pode-se considerar que em breve incursão pelos domínios dos campos de conhecimento: Biblioteconomia, Ciência da Informação, História da Ciência e Comunicação Científica, se pode traçar um diagrama booleano em que a organização do conhecimento seja ponto de intercessão entre as ciências, o que induz a um entendimento que, se há organização do conhecimento, é para que este seja comunicado. Deste modo, se estabelece uma cultura científica, que envolve campos distintos, mas com uma visão integrada de sua aplicabilidade, cuja formatação é possível a partir de uma compreensão interdisciplinar que interliga espaço, processo e temporalidade para novas experimentações no desafio de aperfeiçoar o conhecimento adquirido.

Figura 1- Diagrama interligação de conhecimentos



Fonte: Elaboração a partir apanhado teórico para a pesquisa (2016).

Nota: Ilustração para Pesquisa Doutoral (2018). Santos, Edilene Toscano Galdino dos. Programa Doutorado em: História e Filosofia da Ciência /Universidade de Évora/Portugal.

A comunicação entre os conhecimentos reduz obstáculos metodológicos, num desenvolvimento recíproco em que pesquisadores trabalham em busca de uma interação espistêmica entre as disciplinas, onde a organização de pesquisas é com vista à resolução de problemas de enfoque teórico, devendo-se atentar para as aplicações das formulações teóricas, cuja evolução e aplicabilidade permitem novas maneiras de conhecimento teórico.

A considerar, que o conhecimento é socialmente organizado, está intimamente relacionado à realidade da singularidade das ciências (Hjørland, 2003), porém, de acordo com a filosofia da organização do conhecimento descrita por Richard Smiraglia a organização do conhecimento é o campo de diversos pontos de vista filosóficos, ainda que tenha maior relevância para o funcionamento da ciência da informação, quanto à ordenação do conhecimento deve ser a partir do ponto de vista do qual o conhecimento é percebido. (Smiraglia, 2014).

Contudo, temos, no diagrama, um conjunto de disciplinas cada uma com domínios de conhecimentos entrelaçados e organizados nos limites da ciência, segundo o qual se justifica a interação de áreas constituindo uma organização do conhecimento como fenômeno social que apesar da complexidade do entendimento humano, se encontram numa ordem interdisciplinar do saber.

CAPÍTULO 3 - POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA BRASILEIRA: 1964-1994.

Quando no Brasil, é instaurado o Golpe Militar de 1964, a ordem política e econômica é alterada, de uma representação marcada pelo poder estatal e uma sociedade rural, para uma dinâmica da economia pautada no conhecimento científico e tecnológico. (Morel, 1979).

Porém essa mudança de foco econômico não acontece apenas pela ascensão dos Militares ao poder, há uma conexão com o que era divulgado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que desde a década de 1960 passaram a orientar a estruturação de políticas científicas nos países, principalmente países em desenvolvimento, por meio da criação e estruturação de instituições que reunissem condições de planificar e executar uma política científica governamental ajustada ao modelo de desenvolvimento que priorizasse e valorizasse a ciência, de maneira que os objetivos fossem de interesse nacional. (Souza, Almeida & Ribeiro, 1972; Dias, 2012).

É nesse contexto de fomento de organizações internacionais para a Ciência e a Tecnologia principalmente para os países em desenvolvimento, como forma de garantir crescimento econômico e bem estar social, que assim era visto o progresso pela via da ciência. Com essa ênfase é iniciado um novo processo de planejamento em Ciência e Tecnologia no Brasil, de maneira a assegurar à comunidade científica uma política pública capaz de alcançar diversos segmentos de pesquisa na busca por uma independência de infraestrutura científica e tecnológica nacional.

A construção histórica da política científica a partir dos governos da Ditadura Militar constitui uma peça importante no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, consistindo em seguir numa narrativa das bases que fundamentam o planejamento de uma política científica a partir de 1964.

Assim, o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no Brasil é marcado por descontinuidade; no entanto, com a instauração da República, ocorre uma mudança de

pensamento na sociedade que se reflete no poder governamental, mas essa atenção ocorre numa movimentação lenta. Só depois da segunda Guerra Mundial, com a efervescência do desenvolvimento científico e tecnológico no mundo, é que acontece o marco para a Ciência e Tecnologia brasileira com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, segundo Morel (1979) e Dias (2012), que só é a partir da existência desse acontecimento no início da década de 1950, se pode perceber uma melhor organização do Estado com respeito ao desenvolvimento científico nacional.

Contudo, nesta pesquisa o intuito é contextualizar a Política Científica brasileira, traçando um recorte histórico numa síntese de 1964 a 1994, compreendendo os períodos da Ditadura Militar e início da Redemocratização, visto ter esse período compreendido a estruturação dos contextos para criação, execução e encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), sendo possível perceber que o desenvolvimento de uma Política Pública para a Ciência no Brasil não ocorre de uma hora para outra. É uma soma de boas práticas e resultados, culminando na percepção de governo, que o desenvolvimento científico e tecnológico pode garantir ganhos econômico-sociais, com melhoria para a sociedade em geral.

Dessa forma, a institucionalização da Política Científica brasileira ocorre com a Lei 4.533 de 8 de dezembro de 1964 ao estabelecer alterações e reestruturar o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), (Souza, Almeida & Ribeiro, 1972) e ampliar suas prerrogativas estabelecendo no Art. 3º, alínea a) “formular a política científica e tecnológica nacional e executá-la, mediante planejamento com programas a curto e a longo prazo, periodicamente revistos” (Brasil, 1964).

Com essas modificações o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) “procura auscultar as associações sábias, grupos de cientistas ou mesmo indivíduos de autoridade, recolhendo dos seus pronunciamentos os subsídios para formação de sua política científica” (Souza, Almeida & Ribeiro, 1972). É com essa formatação de síntese do que pensa a comunidade científica brasileira que vai se constituindo o esforço do Brasil em possuir uma orientação para seu desenvolvimento científico e tecnológico.

Assim ao se falar em política pública, estas devem considerar um conjunto de preceitos para determinação de suas ações ao alcance de sua finalidade. Dessa forma

qualquer que seja a política que se venha a formular para um determinado setor, ela se justifica em função de dois pressupostos essenciais. Um deles é o direito que têm os cidadãos de exigirem do Estado os meios que propiciem a efetivação daquelas atividades que lhes assegurarão o melhor usufruto possível dos bens, serviços e prerrogativas compatíveis com o grau de desenvolvimento da sociedade. O outro pressuposto é o dever do Estado em atender às reivindicações e direitos dos cidadãos de forma justa e equitativa. (Lemos, 1987).

Diante dessa contextualização pode-se traçar um extrato histórico que abrange três décadas de Política Científica e Tecnológica no Brasil com uma visão de cada governo da Ditadura Militar ao início da Redemocratização. Esse período demarca o contexto de criação, execução e encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

No Governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), do ponto de vista econômico, é criado o Programa de Ação Econômica (PAEG), com vistas à criação de condições de desenvolvimento do país; a política científica não recebe uma atenção direta, embora tenha evidenciado uma política para a educação, com uma atenção a Pós-Graduação, mesmo não havendo ainda um plano que orientasse a Pós-Graduação e a pesquisa. (Lima, 2009; Guimarães, Araújo Júnior & Erber, 1985).

Com as medidas econômicas tomadas pelo governo possibilitando debelar a hiperinflação, deu-se o crescimento econômico. Quanto aos investimentos em Ciência e Tecnologia, “contemplava, basicamente, responder às necessidades tecnológicas do sistema produtivo do país, através da intensificação do uso de tecnologia proveniente do exterior”. (Guimarães, Araújo Júnior & Erber, 1985). Sendo que o início do Governo Militar ainda não tinha um foco em desenvolver uma política científica, embora estivesse sendo criado um ambiente favorável a esse feito, porém o Governo de Humberto de Alencar Castelo Branco ainda revelava uma forte tendência à importação de tecnologia, criando um ambiente que não propiciava uma viabilização de maior fluxo ao investimento para a Ciência e Tecnologia.

Em 1967, tem início o Governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969), com ênfase no controle inflacionário, o qual propôs, como objetivo no crescimento econômico, estabelecer o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que favorecia de maneira explícita a criação de uma política científica e tecnológica, com foco na indústria e valorização da pesquisa nacional como mola propulsora do desenvolvimento cien-

tífico e tecnológico do país, com vínculo no crescimento econômico. (Lima, 2009). É nesse Governo que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) assume papel relevante na condução da política científica que se inicia, quando tem início um

Processo de revalorização da investigação científica e tecnológica como instrumento de apoio ao desenvolvimento nacional, no qual o CNPq, em particular, atuou como instituição estratégica. Esse movimento esteve apoiado no Plano Trienal (1968-1970), no qual a área de ciência e tecnologia ocupava uma posição fundamental como instrumento de aceleração do desenvolvimento nacional. (Dias, 2012).

Inserido no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), foi constituído o I Plano Básico de Pesquisa Científica e Tecnológica (PBDCT), cuja execução ficou a cargo da coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ainda é destacado por Dias (2012) que é a partir da Constituição de 1967 no artigo 179, que o binômio Ciência e Tecnologia são evidenciadas na estratégia de governo em seu programa econômico com o fim de legitimar o incentivo à pesquisa como dever do Estado.

Como fonte de financiamento para a política científica que se inicia foi criado pelo Decreto nº 61.056, de 24 de julho de 1967 a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que “atuará no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento da tecnologia nacional, principalmente no que concerne à engenharia de projetos e assistência técnica”. (Brasil, 1967). Outra instituição de financiamento foi criada, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) por meio do Decreto-Lei Nº 719 de 31 de julho de 1969, cujo artigo 1º determina a “finalidade de dar apoio financeiro aos programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico, notadamente para implantação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico”. (Brasil, 1969). Dessa forma, estão lançadas as bases de construção de uma política científica nacional, com foco central no desenvolvimento tecnológico da indústria. Contudo, essas fontes de financiamento segundo Dias (2012) davam suporte ao “sistema de pesquisas científicas e tecnológicas brasileiras”.

Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) eram “compostos por: recursos orçamentários; recursos provenientes de incentivos fiscais; empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades; contribui-

ções e doações de entidades públicas e privadas; e recursos de outras fontes”. (Dias, 2012).

Nessa conjuntura, a política científica e tecnológica passa a ter importância, ainda que em estágio incipiente considerada uma política pública explicitada por ação governamental como suporte ao desenvolvimento econômico, e que servia também como fortalecimento do Regime em sua base ideológica.

O Governo de Emílio Garrastazu Médice (1969-1974) do ponto de vista político foi marcado por uma forte repressão à liberdade política, contudo nesse período foi estabelecido o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), elevando a taxa de crescimento econômico do Brasil, a ponto de ser chamado o período do “milagre brasileiro” (Singer, 1972). Inserido no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), foi lançado o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (I PBDCT, 1973-1974). Essa fase da política científica brasileira tinha como base fortalecer áreas prioritárias como a indústria de alta tecnologia, a agricultura e recursos naturais. Nesse período é que foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) através da Lei 5.851 de 7 de dezembro de 1972, tendo por finalidade principal

promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento agrícola do País; dar apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo, com atribuições de formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola. (Brasil, 1972).

A inclusão da ciência nos Planos estabelecidos e a incorporação da tecnologia ao setor produtivo conforme o planejamento do desenvolvimento científico e tecnológico orientado pelo governo, serve como ponto estratégico para atingir o crescimento econômico.

Para Dias (2012), um dos pilares do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) foi a “dotação de caráter estratégico à política científica e tecnológica, evitando a diluição de esforços e priorizando setores industriais de alta intensidade tecnológica”. Com isto eleva-se o padrão da indústria de manufaturados colocando a ênfase na exportação da produção nacional.

Apesar dos esforços alocados para uma política científica nacional não havia uma coordenação central para execução dessa política; uma diversidade de órgãos tocava de maneira desarticulada os investimentos em Ciência e Tecnologia, reforçando a estrutura burocrática que dificultava uma eficiente administração da incipiente política científica e tecnológica que não conseguia materialidade, devido à “desagregação dos interesses governamentais centrados na não estruturação dos organismos de apoio e financiamento de Ciência e Tecnologia no Brasil”, (Lima, 2009).

Embora difuso e complexo, há ação governamental como suporte direto à existência de uma política científica no Brasil, como fator preponderante para que o País conquistasse um grau de industrialização e avanço tecnico-científico para estar entre as nações desenvolvidas.

Com o ingresso, no governo, de Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) são lançadas novas diretrizes de desenvolvimento através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-1979), instituída pela Lei n.º 6.151, de 4 de dezembro de 1974.

Com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-1979), foi posta em execução a Política Científica e Tecnológica por meio do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), através do Decreto n.º 77.355, de 31 de Março de 1976, definindo as diretrizes e prioridades para o setor. Neste II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-1979) foi incluído o I Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNG) como fator de integração entre a Universidade e o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

A Política Científica e Tecnológica no Governo de Ernesto Geisel considerava a Ciência e Tecnologia como uma estratégia de desenvolvimento para além de um programa setorial; acreditava ser a força propulsora da concepção de progresso e modernização, que orientava a produção em massa para universalização do consumo de bens e serviços.

Em final da década de 1970 ascende ao poder o General João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), com o País envolvido em mais uma crise inflacionária. A atenção principal desse Governo foi a área econômica com ações para debelar a alta inflação. Contudo, é lançado o III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (III PBDCT – 19780-1985) com o Decreto n.º 85.118, de 03 de setembro de

1980. Para Guimarães, Araújo Júnior e Erber (1985) não houve novidades nessa terceira fase de planejamento científico e tecnológico. Este Plano foi lançado, haja visto os resultados dos Planos anteriores, não consistindo numa ação de crença do Governo no investimento em Ciência e Tecnologia como fator de alavancar o desenvolvimento nacional. Contrastando com os autores mencionados, Dias (2012) e Salles Filho (2003b) afirmam que o III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (III PBDCT – 19780-1985), foi mais ousado que os anteriores por enfatizar diretrizes cuja característica priorizava a atenção mais na ciência do que na tecnologia, focando na capacitação de recursos humanos para pesquisa científica.

De todo modo, consistia o lançamento do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (III PBDCT – 19780-1985), numa consolidação da Política Científica e Tecnológica nacional, ainda que não houvesse um desenvolvimento sustentável do planejamento da área, contudo era de interesse do Governo estar alinhado com organismos internacionais que financiavam a Ciência e Tecnologia no mundo, principalmente na América Latina, a exemplo do Banco Mundial que financiava o desenvolvimento Científico e Tecnológico, obtendo melhores condições de financiamento, o país que tivesse uma melhor definição de Política Científica como apoio para o desenvolvimento econômico e o próprio desenvolvimento científico e tecnológico.

A metade da década de 1980 é marcada pela Redemocratização, período em que os direitos políticos são retomados e a anistia política se traduz em liberdade para todos expressarem seu pensamento político. Levado ao comando do Brasil como primeiro Presidente da Redemocratização Tancredino de Almeida Neves, no entanto não chega a tomar posse, em face de seu estado de saúde debilitado e em seguida sua morte. Em seu lugar assume o Vice-Presidente José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, que adotou o nome de José Sarney (1985-1990), passando a governar o Brasil na nova fase de liberdade política. (Britto, 1985; Oliveira, 2001).

Do ponto de vista econômico foi um governo marcado pelas tentativas de vários planos econômicos como ajustes do processo inflacionário. Quanto à Política Científica, esse período foi marcada pela criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) pelo Decreto nº 91.146, de 15 de março de 1985, para dar ordenamento à política pública para a Ciência e Tecnologia do País, cuja competência principal priorizava

O desenvolvimento do patrimônio científico e tecnológico e a política de cooperação e intercâmbio condizente a esse patrimônio, a política de ciência e tecnologia, inclusive de políticas setoriais e políticas nacionais de informática, de cartografia, de biotecnologia e de pesquisa, desenvolvimento, produção e aplicação de novos materiais e serviços de alta tecnologia como química fina, a mecânica de precisão e alguns outros setores de tecnologia avançada. (Lima, 2009).

Ainda que tenha sido criado o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), os investimentos em Ciência e Tecnologia foram reduzidos em relação aos governos anteriores e parte do que tinha para investir foi destinado ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), com o objetivo de fortalecer a pesquisa e a capacitação de recursos humanos, além de consolidar reformas institucionais. Tem-se que “historicamente, o PADCT foi concebido, em 1984, como um instrumento de implementação da política de desenvolvimento científico e tecnológico do governo federal, visando suprir lacunas no atendimento de algumas áreas prioritárias”. (Paniago, 1997). Entretanto, foi no Governo de José Sarney que se deu sua implantação por meio da participação do Banco Mundial ao prover o financiamento para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e capacitação de recursos humanos em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Vale destacar a participação das agências para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia do Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) do Ministério da Indústria e Comércio (MIC) ao apresentarem projetos ao Banco Mundial para financiamento do Desenvolvimento de Científico e Tecnológico nacional, tendo como desfecho a apresentação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) e sua implementação. (Lima, 2009; Martins, 2010).

Desse modo, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) tem um aporte de recursos do Banco Mundial ao planejamento e gestão da Ciência e Tecnologia, ser operacionalizado pelo governo brasileiro a partir de 1985, com vigência até 1990.

A década de 1990 inicia com o Governo de Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992), por meio de um processo de eleições livres, sua atuação governa-

mental fica conhecida pela abertura da economia e desestatização e por planos econômicos de resultados lesivos para a sociedade brasileira, tendo em vista que uma das medidas foi o confisco da poupança de todos os cidadãos. Seu mandato foi abreviado com *impeachment* por improbidade administrativa. (Conti, 1999; Lima, 2009). Ainda na vigência desse Governo foi criado o II Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT - 1991-1995), mais uma vez com o apoio do Banco Mundial, cujas diretrizes principais estavam direcionadas para a política industrial com foco no comércio exterior e política de informática. Contudo o Governo de Fernando Collor de Mello foi um desastre para a Ciência e Tecnologia no Brasil, pondo em risco os resultados alcançados no investimento das décadas anteriores, ao desmobilizar o setor com cortes de recursos para a Ciência e Tecnologia e desmonte institucional atingindo os órgãos governamentais do setor. (Motoyama, Queiroz & Vargas, 2004; Souza-Paula, & Villela, 2014).

É com essa visão de caos administrativo que assume o Vice-Presidente Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1995). Mais uma vez estando o país em desajuste econômico apresenta algumas soluções que não obtêm os resultados propostos, até a chegada ao Governo de Fernando Henrique Cardoso, para ocupar a pasta de Ministro de Estado, quando propôs o Plano Real com o a finalidade de impor controle ao processo de hiperinflação, tendo obtido êxito com essa política econômica ao debelar altas taxas inflacionárias. Com o controle na economia esperava-se que a Política Científica e Tecnológica obtivesse uma maior atenção por parte do Governo de Itamar Franco, porém isto não ocorre em parte devido ao seu Governo ser transitório e por ter dado atenção ao fator econômico no controle financeiro do País. (Lima, 2009; Dias, 2012).

Nesse contexto, se faz necessária uma apresentação de Instituições que deram importante suporte às Políticas Científicas e Tecnológicas com implementação governamental a partir de 1964 e que de acordo com seus objetivos, propiciaram ações como o apoio ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Dessa forma, vale traçar um extrato histórico das seguintes Instituições: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - 1949); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – 1951) e Institu-

to Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD – 1954), transformado na década de 1970 em Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT – 1976).

a) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) 1949.

No pós-guerra a supremacia norte-americana sobre a energia nuclear era inegável e como avanço científico surgiram às discussões sobre quem deveria ter acesso a esse conhecimento, o Brasil queria entrar nesse seleto grupo, pois detinha grandes jazidas dos elementos químicos que produziam a energia nuclear, no entanto tinha-se resistência por parte da América do Norte que impunha uma série de dificuldades para que o Brasil não viesse a desenvolver o enriquecimento de urânio dado a falta de entendimento, volta-se o Brasil para a França e a Alemanha, com o objetivo de obter apoio científico ao desenvolvimento de energia nuclear. (Motoyama, 2004). O Brasil, por sua vez, estabelece uma estrutura institucional para acompanhamento desse segmento científico. Ao mesmo tempo cria uma instância com poder decisório no governo. Assim foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) através do Decreto Nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, no governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra. O Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) foi criado com a prerrogativa de “promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento” (Brasil, 1951a).

Na perspectiva do desenvolvimento de Ciência e Tecnologia no Brasil o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) foi criado, de acordo com o modelo canadense, pois este detinha a condição de tratar também sobre a energia nuclear. (Motoyama, 2004). Dessa forma, é dada ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) a interlocução no âmbito da energia nuclear constando no decreto de criação 1.310/1951, o artigo 4º “é proibida a exportação, por qualquer forma, de urânio e tório e seus compostos e minérios, salvo de governo para governo, ouvidos órgãos competentes” (Brasil, 1951a), indicando ainda no artigo 5º que

ficarão sob o controle do Estado, por intermédio do Conselho Nacional de Pesquisas ou, quando necessário, do Estado Maior das Forças Armadas, ou de outro órgão que for designado pelo Presidente da Re-

pública, todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica, sem prejuízo da liberdade de pesquisa científica e tecnológica. (Brasil, 1951a).

Dessa forma, temos um Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), totalmente influenciado pelo desenvolvimento científico da época e por uma discussão de poder, visto o conhecimento científico sobre a energia nuclear estar no centro das discussões de quem poderia ter acesso a desenvolver ogivas nucleares, ou seja, a bomba atômica a partir do enriquecimento do urânio. Esta discussão ainda continua atual, visto o embate diplomático e de poder com o Irã e Coreia do Norte, em que as potências econômicas detentoras do conhecimento de urânio para fins bélicos não estão dispostas a que países antidemocráticos, detenham o poder de enriquecimento de urânio com fins bélicos.

A evolução do tempo mostra que o Brasil teve avanços, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), quanto à energia nuclear teve sua participação efetiva até o ser formada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), com a Lei nº 40.110, de 10 de outubro de 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, em que é “encarregada de propor as medidas julgadas necessárias à orientação da política geral da energia atômica em todas as suas fases e aspectos”. (Brasil, 1956). Esta lei foi alterada pela lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, que determina a competência para uma orientação de uma política nacional de energia nuclear de acordo com o artigo 4º parágrafo I “estudar e propor as medidas necessárias à orientação da Política Nacional de Energia Nuclear” (Brasil, 1962), e assume a interlocução nessa área que era do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Contudo, a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) consistia “num ato de afirmação da autonomia nacional nas áreas de Ciência e Tecnologia e da importância estratégica destas áreas para a superação dos problemas econômicos e sociais do País”. (Barbieri, 1993, p. 2). Visto que promovia o fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, executava a pesquisa de forma direta através de suas unidades de pesquisa e prestava serviços de informação e documentação à comunidade.

O Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) não possui uma história linear, passou por quatro fases distintas até 1993: A primeira definida pela atribuição de desen-

volver a Ciência e Tecnologia no país, bem como assegurar o controle estatal das atividades quanto ao aproveitamento da energia nuclear. (Barbieri, 1993).

A Lei Nº 4.533 de 15 de janeiro de 1964 marca o início da segunda fase, definindo sua finalidade no art. 1º, que tem por objetivo promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio e conhecimento, cuja competência era formular a política científica nacional e executá-la mediante planejamento. Fica ainda o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) com a atribuição de cooperar com as universidades na formação de um corpus de pesquisadores, além de manter intercâmbio técnico-científico com instituições e governos, de maneira a cooperar para o desenvolvimento industrial na transferência de conhecimento técnico e científico e contribuir com os trabalhos da informação científica. (Brasil, 1964).

Em 1974 tem início a terceira fase com a transformação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científica e Tecnológico, porém mantendo a mesma sigla (CNPq), com personalidade jurídica de direito privado, fundação vinculada à Secretária de Planejamento da Presidência da República, através da Lei Nº 6.129, de 6 de novembro de 1974, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) passou a auxiliar o governo “quanto à análise de planos e programas setoriais de ciência e tecnologia e quanto à formulação e atualização da política de desenvolvimento científico e tecnológico, estabelecida pelo Governo Federal”. (Brasil, 1974).

Essa reformulação deu-se em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento, participando da elaboração do 2º e do 3º Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), como órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT). Esta fase vai de 1974 a 1985 com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Segundo Barbieri (1993, p. 5) “esse foi o período no qual o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científica e Tecnológico (CNPq) de fato alcançou a maior soma de competências em toda a sua história”. É nesse período que a participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) passa a ter uma maior definição quanto ao suporte do processo de construção de uma política científica e tecnológica no Brasil.

A execução do fomento ao desenvolvimento tecnológico aplicado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) se dava através de unidades de pesquisa: Centro de Tecnologia Mineral; Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia; Instituto de Matemática Pura e Aplicada; Laboratório Nacional de Astrofísica; Laboratório Nacional de Computação Científica; Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu Paraense Emílio Goeldi e Observatório Nacional. (Morel, 1979; Motoyama, 2004).

Entretanto, ao ser Criado o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) através do Decreto nº 91.146, em 15 de março de 1985, ocorre a transferência de todas as unidades que estavam sob a direção do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para o Ministério de Ciência e Tecnologia através do Decreto nº 3.567, de 17 de agosto de 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo por Ministro de Estado Martus Tavares no Ministério de Ciência e Tecnologia e como Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científica e Tecnológico (CNPq) Ronaldo Mota Sardenberg.

A quarta fase ocorre a partir de 1985, como acontecimento marcante da criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, passando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para o âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia, perdendo, portanto, a atribuição de órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que passa a ser

um órgão exclusivamente executor da política nacional de C&T. Ou como disposto no seu Estatuto, ao CNPq compete auxiliar o MCT na formulação, execução, acompanhamento, avaliação e difusão dessa política. A partir daí o CNPq voltou a desempenhar as atribuições que tivera ao final da primeira fase, quais sejam: promoção, fomento, execução de atividades de pesquisas e prestação de serviços de difusão e de assistência técnica em áreas de C&T. (Barbieri, 1993, p. 5)

Atualmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tem por missão “fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional”. (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2018). Atua no fomento à pesquisa por meio da oferta de bolsas de estudo no país e no exterior para formação de pesquisadores.

É também criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a Plataforma Lattes, criada em 1999, que abriga uma base de dados com informações sobre os pesquisadores brasileiros, servindo como instrumento de avaliação adotado principalmente nas universidades brasileiras.

Nessa perspectiva, ainda que sem as atribuições que lhe foram conferidas na década de 1970, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ainda mantém uma forte influência no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, propiciando avanços na formação de pesquisadores e no fomento à ciência no Brasil.

b) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) 1951.

Considerando o contexto brasileiro no Pós-Guerra, já iniciando a década de 1950, com a implantação de um parque industrial e uma mobilização pública em defesa da Ciência e Tecnologia, além da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científica e Tecnológico (CNPq), e com o esforço do grande educador Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) fica criada por meio do Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954).

O principal objetivo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) consta no art. 2º do decreto já mencionado que é “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país”. (Brasil, 1951b). Neste início teve como secretário-geral da Comissão seu idealizador o professor Anísio Spínola Teixeira.

Com esta medida o governo pretendia acelerar a formação de massa crítica intelectual que replicasse os conhecimentos em programas de Pós-Graduação, além de formar um corpus técnico de alto nível que pudesse ocupar postos no setor público e privado, principalmente na indústria que estava se tornando uma área de absorção de mão-de-obra especializada.

Entretanto, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) não foi criada apenas por uma conveniência autóctone, havia a necessidade de interação com um mundo desenvolvido, e para isto o art. 3º do Decreto nº 29.74/1951, nos mostra que uma das atribuições da Comissão era

promover em coordenação com os órgãos existentes o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas, de seus organismos especializados e resultantes de acordos bilaterais pelo governo brasileiro. (Brasil, 1951b).

Destarte, A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) passa a cumprir com sua missão de formar um quadro de Pessoal de Nível Superior no país, promovendo a inserção de condições mínimas para que o pós-graduando pudesse ter uma formação *stricto sensu*. Durante o período da Ditadura Militar a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sofre algumas alterações para participar da regulamentação dos cursos de Pós-Graduação nas universidades brasileiras.

Ao longo de sua trajetória a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), passou por um breve momento de inexistência, com a Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990, quando houve o desmonte do Estado brasileiro no Governo do Presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), o qual sofreria mais tarde um revés político institucional que culminou com seu *impeachment*. Quando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ainda no governo Collor sofre uma reviravolta, depois de uma mobilização de sua direção, reitores, representação da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e cientistas, conseguem que o Congresso Nacional e o próprio Presidente Fernando Collor de Melo restabeleçam as atividades da CAPES por meio da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990. Esta foi refundada agora como Fundação Pública Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, ainda no governo de Fernando Collor de Melo, tendo por Ministro da Educação José Goldemberg.

Uma nova alteração foi sofrida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desta vez no governo de Luiz Inácio Lula da Silva,

passando a ser a Nova CAPES por meio da Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, que modifica as competências e a estrutura da Fundação CAPES, ampliando seu campo de atuação, que de acordo com o art. 2º passa a “subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do país”. (Brasil, 2007).

Esta alteração aproveita ao a experiência da CAPES com a formação de pessoal para suprir uma demanda reprimida da educação básica, sem descuidar da formação para a educação superior, além de estar presente no rumo dado às políticas de educação do país e ainda estabelecer um paralelo da formação de pessoal para o desenvolvimento científico e tecnológico que o Brasil atual demanda.

Sem dúvida, a importância da CAPES para o Brasil é imensurável nas mais de 6 décadas de existência, inclusive com sua contribuição para organização do sistema de ensino de Pós-Graduação no Brasil, com requisitos de qualidade para uma credibilidade da Pós-Graduação brasileira. Nesse sentido, a

CAPES periodically evaluates all graduate education system-accredited programs regarding their performance³ and assigns scores corresponding to indicators related to their scientific production, ability to train Masters and Doctors, degree of internationalization, publications by candidates, social insertion. (Marenco, 2015, p. 36)

Ainda que seja de grande relevância a participação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na estrutura de Estado do país e a posição estratégica que ocupa no sistema educacional e de desenvolvimento econômico, social e científico, surge o ponto de vista crítico de Manoel Malheiros Tourinho e Maria das Dores Correia Palha, cujo pensamento é que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é autoritária na condução de suas ações quanto ao Sistema Nacional da Pós-Graduação e na formação de professores para educação básica. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) atua de maneira intervencionista quando

em linhas gerais, as estratégias de formação da consciência cidadã brasileira passam necessariamente pelas ações da Agência. Ações essas que priorizam objetivos, diga-se de passagem, com verbos no infi-

nitivo como induzir, fomentar, elaborar, avaliar, controlar, executar, em lugar de verbos como ajudar, acudir, assistir, deduzir, cativar, convencer; revisar, examinar contrastar e contribuir, mais coerentes à missão educacional de um organismo governamental democrático, republicano e que, atuando em um país de grandes e profundas desigualdades sociais, deve se posicionar perante a sociedade como um sistema de governança dos sistemas prisionais. A Agência passou a controlar plenamente o mercado de “formador” de “formadores”. (Tourinho & Palha, 2014, p. 272)

Dessa forma, esta abordagem não desqualifica a importância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a formação *stricto sensu* no Brasil, mas expõe uma vertente de atuação política autoritária no rumo dado à Pós-Graduação de maneira que as universidades recebem o conjunto de bases de dados adquiridos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), principalmente as que estão fora do eixo Sul e Sudeste, tendo em vista que é maior a participação no conselho diretivo de formadores de opinião nos Conselhos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de profissionais dessas universidades do eixo sul.

Como assevera Tourinho e Palha (2014, p. 273) “à luz dos fatos históricos, as regiões “core” (centro) – Sul e Sudeste – possuem a primazia dos assentos nos grupos dirigentes, em detrimento de membros das regiões periféricas como o Norte e Nordeste”. Dessa forma, há uma cultura brasileira a ser modificada a começar pela inclusão regional em suas políticas para serem equânimes territorialmente.

De todo modo, fato é que a partir da década de 1970, a CAPES passa a integrar os órgãos que têm por objetivo implantar a Política Nacional da Pós-Graduação, determinada pelo Decreto nº 66.662, de 05 de junho de 1970. Nesse sentido é demonstrado que

dentre tantas atribuições, a referida Agência atua tanto no planejamento e implantação de novos programas de pós-graduação quanto na concessão de recursos para realização das atividades dos referidos programas, também participa da elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação. (Silva & Ferro, 2010?, p. 4)

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) atua em cinco linhas de ações agrupadas em programas, a saber:

- Avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu*.

- Acesso e divulgação da Produção Científica.
- Promoção da cooperação científica internacional.
- Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e no exterior.
- Indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) passa a ser fortalecida e ampliada já na primeira década do século XXI, expandindo suas atribuições para atuar no grande déficit da formação de professores da educação básica, sem deixar de atuar fortemente na estrutura e fomento da Pós-Graduação. O desafio é grande, para isto, está lançando mão de novas formas de fazer, com a inserção da tecnologia para fomentar a educação a distancia, e assim vencer as dificuldades geográficas de regiões com pouca estrutura na disseminação do ensino superior e formação continuada, em um país continental, com condições regionais tão acentuadamente díspares.

Um aspecto relevante para esta pesquisa é a participação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na década de 1980, ao atuar em ação conjunta com o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), o aspecto mais emblemático dessa parceria foi a criação do Programa de Aquisição Planificada de Periódicos para Bibliotecas Universitárias (PAP), elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir de estudos das listas básicas de publicações periódicas em 1983/1984. Esse estudo tinha em princípio a avaliação dos Programas de Pós-Graduação, mas foi além contribuindo para o desenvolvimento de melhoria no planejamento da aquisição de periódicos para as Universidades do Brasil. (Chastinet & Mercadante, 1986).

c) Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) 1954.

Na segunda metade do século XX, o Brasil passa por um processo de modernização e mais uma vez sob o comando do Presidente Getúlio Vargas, dessa vez a volta ao poder dá-se por meio de eleições livres. Mundialmente vivia-se sob o signo da Guerra Fria, em sua polaridade Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No ocidente, firma-se o sistema capitalista e buscava-se cada vez mais o desenvolvimento científico e tecnológico como meio de desenvolvimento econômico e social.

Associado a esse contexto, ressentia-se o Brasil do desenvolvimento de um sistema de informação mais eficiente, havia poucas experiências, porém teve uma experiência que serviu como ponto inicial para criação de um órgão nacional: a Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), pela bibliotecária Lídia de Queiroz Sambaquy. (Oddone, 2006; Murguia, 2013).

Entretanto, foi por influência da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), com sua “política de fomentar o estabelecimento de centros bibliográficos nacionais” (Oddone, 2006), que Lídia de Queiroz Sambaquy e Jannice Monte-Mór, foram conhecer centros de documentação dos Estados Unidos e da Europa, para implantar no Brasil um centro de informação que estivesse de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico nacional e em consonância com o que de mais moderno havia nessa área nos países desenvolvidos.

Por meio do Decreto nº 35.124 de 27 de fevereiro de 1954, foi criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), uma proposta conjunta do CNPq e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), subordinado ao âmbito do CNPq, visando

promover a criação e o desenvolvimento de serviços especializados de bibliografia e documentação; estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação no âmbito nacional e internacional; incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do país tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores. (Brasil, 1954).

Lídia Queiróz Sambaquy, “foi à primeira diretora deste Instituto, que delimitou o modelo, definiu a missão e cumpriu os objetivos do IBBD”. (Ferreira, 1999).

Dessa forma, o IBBD buscou dar ao país um nível de organização e promoção da ideia de informação científica, constituindo-se num paradigma institucional da área informacional, além de ser a informação o elemento que a ciência legitimava como fundamental para a modernidade, em meados do século XX.

d) Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT) 1976.

A década de 1970 traz profundas mudanças na área de ciência e tecnologia do país com planos de desenvolvimento e transformações institucionais em órgãos diretamente ligados ao desenvolvimento científico e tecnológico como o CNPq; e da mesma forma no IBBD que, através da Resolução CNPq nº 20/1976, transforma-se em Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT), consolidando-se em um órgão que coordenaria as áreas de Informação em Ciência e Tecnologia.

A efervescência tecnológica da década de 1970 leva os países a serem balizados cada vez mais por sua capacidade do saber, ou seja, por sua planta estabelecida na promoção de uma ciência de alto nível com reflexo na transferência desse saber para o processo de industrialização. Portanto, gerar informação torna-se de fundamental importância para o desenvolvimento científico e econômico refletindo num alcance social em benefício de toda a sociedade.

Assim sendo, o Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT), volta-se em seus objetivos na década de 1980 ao processo de planejamento para informação em ciência e tecnologia com o apoio à comunidade de ciência e tecnologia com caráter multidisciplinar da informação; integração com setor produtivo na divulgação de informação; divulgação do conhecimento produzido no país; agilidade no processo de acesso à informação produzida no estrangeiro; apoio ao desenvolvimento de infraestrutura de informação em bibliotecas e centros de documentação; cooperação internacional e regional referente à informação, ciência e tecnologia; apoio à formação de recursos humanos e articulação com outras instituições ligadas à realização de atividades pertinentes ao setor de informação. (A atuação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em face de nova Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1980).

O Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT) está entre as Instituições de apoio à política científica e tecnológica, quanto à definição de uma política de informação científica tecnológica, baseada na produção, tratamento, transferência e acesso à informação. (Lemos,1987).

Teve o Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT), na década de 1980, importante participação no planejamento da política de Informação Científica e Tecnológica (ICT), uma agenda dos Planos Nacional de Desenvolvimento, das versões do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) e do Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) ao contribuir na articulação com as principais agências envolvidas no setor de Ciência e Tecnologia.

Como órgão coordenador da política científica e tecnológica, pertencia-lhe assegurar as ações de planejamento e operação de sistemas de informação em Ciência e Tecnologia, de acordo com a necessidade e consenso da comunidade científica do País. Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT) apoia a criação e o desenvolvimento de sistemas especializados de informação, bibliotecas, centros e serviços de informação em âmbito nacional, fornecendo assistência técnica para planejamento, captação de recursos, disposição de metodologias, padrões e formação de recursos humanos. (Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia, 1985).

O Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT) integrou o Comitê de Bibliotecas do Ministério da Educação (MEC), apoiando em especial as Bibliotecas Universitárias, prestando assistência técnica no planejamento de serviços e sistemas de bibliotecas universitárias. Elaborou um documento contendo uma coletânea de recomendações das quatro primeiras versões do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, considerando a Ação Programada em Informação Científica e Tecnológica (ICT). Em 1984 publica o documento “Sistemas de Bibliotecas Universitárias”, constando os sistemas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade de São Paulo (USP). Outro importante documento elaborado foi “Diretrizes para o desenvolvimento de Bibliotecas

Universitárias” apresentado no IV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. (Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia, 1985).

No tocante à biblioteca universitária, esse conjunto de ações culmina com a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) em 1986, sendo este no âmbito da Secretaria de Educação Superior (SESu). Considerando que a Coordenadora do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) foi diretora do Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT) e, portanto, ciente de todas essas ações, a criação do Plano foi uma continuidade de atividade desenvolvida, embora não diretamente, de uma política de Informação Científica e Tecnológica como política pública de Estado.

O Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT) mantém ainda aos dias de hoje entre outros serviços o Catálogo Coletivo Nacional (CCN) criado em 1954 no início do IBBD, detinha um catálogo convencional de fichas de periódicos que se encontravam nas bibliotecas universitárias e institutos de pesquisa do país para prestação de serviço de informação, o avanço das tecnologias de informação fez evoluir esse catálogo para uma versão eletrônica, mantida até os dias atuais. Como forma de disseminar a informação científica foi criado o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) pela Portaria nº 456 de 5 de agosto de 1980, possibilitando o acesso à informação através de um formato de rede de serviços de bibliotecas em todo o território nacional e com acesso a serviços de informação internacional.

Atualmente, o IBICT “é responsável de produzir, integrar, documentar e socializar o conhecimento científico tecnológico de Brasil”. É referência na disponibilização de informação por meio do acesso aberto, sendo a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) um exemplo de utilização de tecnologias de informação para divulgação da produção científica nacional, criada em 2001.

Hoje conta com 95 instituições de ensino e pesquisa divulgando o resultado das pesquisas de teses e dissertações da Pós-Graduação brasileira. Outros fatores importantes na atividade de acesso aberto são: a customização do *Open Journal Systems* (OJS), transformado no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), que favoreceu uma nova dinâmica na gestão das revistas científicas do Brasil; a criação de um Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (DIADO-

RIM), que visa apresentar informações sobre a política editorial das revistas científicas brasileiras quanto ao seu armazenamento de artigos em Repositórios Institucionais de Acesso Aberto; o Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (OASISBR), juntamente com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) proporciona esse mecanismo de busca multidisciplinar de informações da produção científica dos pesquisadores brasileiros, bem como fontes de informação portuguesas, trazendo benefícios para integração e visibilidade para os sistemas de informação luso-brasileiros, visando resultados favoráveis à aceleração do progresso da ciência.

Contudo, um aspecto relevante dessa cobertura da Política Científica no recorte 1964-1994 foi à participação da Universidade, agregada do processo de desenvolvimento científico com o discurso de incentivo ao ensino e à pesquisa, atuando como um ator de grande relevância nesse processo. As ações de investimento em pesquisa são em sua principal fonte advindas do setor público, como ação governamental, constituída na Política Científica então desenvolvida. Os investimentos em pesquisa eram alocados principalmente para o estímulo ao desenvolvimento da Pós-Graduação.

Essa conjuntura marca os fundamentos que apoiam a compreensão da Política Científica e Tecnológica por um período que abrange o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), inserido no contexto de desenvolvimento Científico e Tecnológico, em especial a estruturação na divulgação da informação científica por meio de um importante espaço do saber, que são as Bibliotecas Universitárias.

3.1 Universidade e Pós-Graduação no Brasil: um desafio para progresso científico e tecnológico, no Século XX.

O desenvolvimento da Universidade brasileira está profundamente relacionado ao contexto de desenvolvimento científico e tecnológico, sendo instrumento relevante dentro do processo de estruturação de políticas científicas, sendo inserção da Universidade no meio científico e tecnológico dado pelo investimento na formação de recursos humanos com o estabelecimento de uma Pós-Graduação de qualidade, com resultados satisfatórios para o desenvolvimento da ciência brasileira.

Este recorte visou a demonstração de um olhar geral na formação da Universidade com a Pós-Graduação. Após a criação da primeira universidade pública federal instituída por decreto presidencial, surgem as discussões sobre a concepção de universidade e o modelo a ser adotado pela universidade brasileira. Esse debate dura toda a década de 1920. Chegada a década de 1930 ocorre uma efervescência política com a revolução que alça ao poder Getúlio Vargas (1930-1945). A reforma da educação brasileira nesse período vai marcar profundamente a universidade brasileira que passa a ter um estatuto, criado pelo Decreto-lei n. 19.851 de 1931 e dispõe sobre a criação de universidades públicas federais, estaduais e particulares, tratando ainda da característica da universidade, administração, organização didática, admissão aos cursos, entre outros temas relacionados. (Decreto, 1931). Nesse contexto, a primeira universidade criada seguindo a orientação tríplice de ensino, pesquisa e extensão foi a Universidade de São Paulo (USP) em 1934, sendo pública na esfera estadual.

E sendo o estatuto das universidades brasileiras um fator positivo, traz em seu bojo a instituição da pesquisa científica no âmbito da universidade. Embora as diretrizes desse estatuto não tenham sido implantadas como deveriam, devido ao momento político de regime autoritário, fazendo com que fosse uma ilusão, a exemplo, da autonomia universitária, após lançadas as bases da universidade no Brasil, as décadas de 1940 e 1950 não consolidam a modernidade da universidade brasileira. Ao contrário, destoa do grande momento de desenvolvimento econômico por que passa o Brasil.

No contexto de desenvolvimento do ensino superior, este foi sendo firmado com a criação das universidades públicas; algumas foram federalizações a partir de faculdades isoladas, criadas pelas elites locais, que depois pediam a federalização desses estabelecimentos, foram também criadas universidades católicas de caráter confessional e de cunho privado.

Esse modelo de expansão não representava um avanço no pensar a universidade. Segundo Durham (2003, p. 10) as “Universidades criadas deste modo nada tinham a ver com as reivindicações dos liberais das décadas de 20 e 30”. O imprevisto era a tônica destas instituições, que se mantinham atreladas ao ensino tradicional.

A expansão não se dá de maneira a absorver toda a população estudantil que saía do ensino médio, o que leva os estudantes a lutarem por uma expansão do ensino

universitário público e gratuito. Essa luta não tardou em se transformar numa bandeira contra o governo, que politicamente desencadeou o golpe militar de 1964.

Politicamente a década de 1960 é marcada pelo Golpe Militar em 1964, e a Universidade continua a luta pela reforma universitária que só ocorre em 1968 com a lei 5.040/68, assegurando a autonomia universitária, a indissociabilidade do ensino e pesquisa, elimina a cátedra, estabelece a extensão como princípio de participação da universidade junto à comunidade. Essa reforma representa até certo ponto uma modernização da universidade no Brasil. (Rothen, 2008; Frauches, 2004), além de estar inserida, como ponto estratégico, no desenvolvimento do País, num processo de inovação para as Universidades.

Nessa breve explanação sobre a Universidade brasileira, é possível evidenciar a importância da mesma na evolução científica da História contemporânea do Brasil. Ainda que com uma estruturação recente, sua trajetória é marcada por um desempenho de sucesso na edificação de uma base científica e tecnológica, que contribui afirmativamente para o desenvolvimento econômico e social do país, que nos remete que na História contemporânea “o advento das duas grandes guerras mundiais contribuiu para acelerar o processo de busca do conhecimento científico e tecnológico, cujo avanço causará grande impacto no desenvolvimento econômico, nas relações sociais e na ordem internacional.” (Barros, 1998, p. 76).

O contexto brasileiro aponta para um cenário de evolução no sistema educacional e científico, apesar das dificuldades enfrentadas por ciclos no âmbito econômico e político, Se por um lado houve um favorecimento em tornar o Brasil capaz de buscar um desenvolvimento científico e tecnológico, por outro havia sempre o entrave econômico. Contudo, o planejamento para o desenvolvimento nacional e os planos de desenvolvimento científico e tecnológico contavam também com a universidade para sua implementação da pesquisa científica através da Pós-Graduação como meio para atingir os objetivos propostos no estímulo à pesquisa e à formação de recursos humanos, bem como na integração universidade-empresa.

No que se refere à formação de pesquisadores no Brasil no âmbito da Pós-Graduação, pode-se afirmar que seu início deu-se na década de 1930. Em 1931, no decreto nº 19.851 de abril de 1931, que trata do sistema universitário brasileiro em que se

faz menção ao estímulo à investigação científica, sendo Ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos, no Governo de Getúlio Vargas (1930-1934) há uma menção à formação científica quando no artigo 1º define a finalidade da universidade brasileira

o ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios do conhecimentos humano; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do individuo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (Brasil, 1931).

É neste contexto que tem a origem a Pós-Graduação brasileira, influenciada pelo modelo europeu em que as universidades conseguiram

atrair um número razoável de Professores estrangeiros. Alguns desses Professores vieram em missões acadêmicas que contavam com a colaboração de governos europeus. Outros ainda como asilados, fugindo da turbulência vivida pela Europa nos anos que precederam a Segunda Grande Guerra. (Balbachevsky, 2005, p.276).

De acordo com Santos (2003, p. 628) “na década de 1940 foi pela primeira vez utilizado formalmente o termo “Pós-Graduação” no Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil”. Entretanto, o que afirmam os artigos 76 e 77 não define uma diferenciação entre o que é uma Pós-Graduação de fato no Brasil com uma distinção entre *lato sensu e stricto sensu*. De acordo com texto dos artigos a seguir:

Art. 76. Os cursos de pós-graduação, destinados aos diplomados, terão por fim especial à formação sistemática de especialização profissional, de acordo com o que for estabelecido pelo regimento. Art. 77. Os cursos de doutorados serão criados pelas escolas e faculdades e definidos nos respectivos regimentos, segundo as conveniências específicas. (Brasil, 1946).

A década de 1950 é auspiciosa no tocante à formação de pesquisadores com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que terão papel preponderante na organização do desenvolvimento científico e tecnológico. Para tanto seria preciso investir no fomento à formação de pesquisadores para dar suporte ao desenvolvimento brasileiro.

Por conseguinte, a Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, segundo Sucupira (1979 apud Barros, 1998, p. 87)

“foi a primeira lei de organização do ensino superior que tratou da Pós-Graduação como categoria distinta”. Embora, ainda não tenha sido um marco na organização desse nível de ensino superior.

Diante do exposto, a literatura aponta que o Parecer do Conselho Federal de Educação (CEF) nº 977/65 como marco na formação da Pós-Graduação brasileira, ficou conhecido no meio acadêmico como “Parecer Sucupira”¹⁸. Para Cury (2005, p.18) “é texto fundador da pós-graduação sistemática no Brasil e, após ele, parece não haver nenhum outro texto que articule doutrina e normatização sobre o assunto com tanto impacto sobre esse nível da educação superior no Brasil”. Assim, passa a Pós-Graduação a ter uma orientação e definição voltadas ao modelo norte-americano fazendo-se a distinção da Pós-Graduação entre *lato-sensu* ao nível dos cursos de especialização; e *stricto-sensu*, conferido ao Mestrado, onde o iniciado a pesquisador deverá desenvolver uma dissertação, recebendo o título de Mestre e o Doutorado, em que o pesquisador deverá desenvolver uma tese, sendo-lhe conferido o título de Doutor.

O Parecer 977/65 apresenta a conformidade da Pós-Graduação ao modelo norte-americano. Assim se

estabelecia a pós-graduação conforme o modelo norte-americano. A pós-graduação *stricto sensu* dar-se-ia em dois níveis independentes e sem relação de pré-requisitos entre o primeiro e o segundo (mestrado e doutorado). A primeira parte dos cursos seria destinada a aulas e a segunda à confecção do trabalho científico de conclusão (dissertação ou tese). Os currículos seriam compostos conforme o modelo norte-americano, que compreendia o major (área de concentração) e o minor (matérias conexas). (Santos, 2003, p.605)

Desse modo, a Pós-Graduação no Brasil é inspirado inicialmente no modelo europeu e como referência a Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP) e o modelo americano influenciados pela Pós-Graduação da Universidade de Brasília (UnB), do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e da Universidade Federal do

¹⁸ O nome de Newton Sucupira está decisivamente associado à definição da pós-graduação. É uma das suas grandes invenções e uma contribuição significativa à educação, à pesquisa, à cultura e ao aperfeiçoamento profissional. Outra contribuição marcante de Sucupira para a nossa educação superior foi a sua liderança no movimento de reestruturação das universidades federais, seguida da reforma universitária. (Barros, 1998).

Rio de Janeiro (UFRJ)¹⁹. Outro aspecto importante é a proximidade, que tem o Brasil do período da Ditadura Militar, com a *United States Agency for International Development (USAID)*²⁰, uma aproximação com os Estados Unidos da América, que se constituiu numa “parceria subordinada”. (Santos, 2003), face ao contexto de país com maior organização. Os Estados Unidos da América, considerados desenvolvidos, enquanto o Brasil um país ainda em fase de organização, evidenciando, portanto o fator de dependência.

Contudo, é dada sequência ao planejamento da universidade brasileira com a Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 que trata da organização do ensino superior, considerada como uma Lei de Reforma Universitária. (Brasil,1968), que

encampou a doutrina contida no Parecer 977/65, a Pós-Graduação conquista formalmente seu espaço na estrutura da universidade brasileira, considerando os princípios básicos que norteiam a nova proposta para o ensino universitário: qualificação docente, plena dedicação acadêmica e indissociabilidade do ensino e da pesquisa. (Barros, 1998, p. 88).

Entretanto, é a partir da década de 1970 que passa a ser melhor planejada e receber incentivo com a criação do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), e ter definida uma Política para a Pós-Graduação no Brasil.

Nesse contexto histórico da Pós-Graduação brasileira, pôde ser verificada uma trajetória para que fosse lançado pelo poder governamental ação mais definida e mais bem elaborada a fim de atender esse segmento que era crucial ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Nesse sentido, a década de 1970 inaugura uma nova fase para a Pós-Graduação brasileira, primeiramente com a instituição do Programa Intensivo da Pós-Graduação, através do Decreto nº 67.348 de 6 de outubro de 1970, o qual Institui o Programa Intensivo de pós-graduação, nas áreas ligadas ao Desenvolvimento Tecnológico do País. (Brasil, 1970).

¹⁹ A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também denominada Universidade do Brasil é a primeira e a maior universidade federal do País e um dos centros de excelência em ensino e pesquisa no Brasil e na América latina. Tem sua atual denominação desde 1965.

²⁰ A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) é a principal agência governamental dos Estados Unidos da América que trabalha para acabar com a extrema pobreza global e permitir que sociedades resilientes e democráticas realizem seu potencial.

Como base preponderante à aplicação desse Programa deu-se a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em 1969, que tinha por finalidade o “financiamento de programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico”. Dessa forma, com o Decreto nº 67.348/70 estabelece em seu Artigo 1º

como refôrço aos programas já existentes, é instituído, junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o Programa Intensivo de Pós-Graduação, com a finalidade de incrementar o aperfeiçoamento pós-graduado, mediante cursos e estágios, no País e no Exterior, com vistas ao Desenvolvimento Tecnológico dos setores prioritários, observadas as seguintes principais áreas: I - Tecnologia, sob todos os aspectos; II - Profissões da saúde; III - Administração pública e de empresas; IV - Economia; V - Ciências agrárias. (Brasil, 1970).

Neste caso, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) repassa ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) os fundos para que essas instituições apliquem em bolsas de estudo em nível da Pós-Graduação no Brasil e no Exterior.

Rumo a uma Política de Pós-Graduação no Brasil é instituído o Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPq), com o Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro de 1974, cujas atribuições estão definidas no Art. 2º “São atribuições do Conselho Nacional de Pós-Graduação: I - elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação; II - propor as medidas necessárias à execução e constantes atualizações da Política Nacional de Pós-Graduação”. (Brasil, 1974).

Diante do exposto, estão lançadas as bases que fundamentam a criação política de Pós-Graduação no Brasil, com o lançamento do I Plano Nacional da Pós-Graduação (I PNPG) em 1975. Para Martins (2003) o I Plano Nacional da Pós-Graduação teve vigência no período de 1975 a 1979, deixando marcas positivas no sistema da Pós-Graduação brasileira. E estava articulado com o I Plano Nacional de Desenvolvimento. Foi lançado no Governo Ernesto Geisel (1974-1979), por um período de cinco anos, no entanto sua duração foi estendida até 1982, quando da feitura do II Plano Nacional de Pós-Graduação (II PNPG) já no Governo de João Batista de Figueiredo (1979-1985). Logo a Política de Pós-Graduação tem início no período da Ditadura Mili-

tar, entretanto, o momento já era mais brando, pois se iniciava a abertura política, já que o regime necessitava de apoio popular, pois já não detinha uma economia tão forte, propalada no período de estabilidade econômica.

O I Plano Nacional da Pós-Graduação (I PNPG) foi formulado no âmbito do Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPQ), que era composto pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), Fundação Universidade de Brasília (UnB)²¹, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)²² e Universidade de São Paulo (USP).

Para Moraes (2012), este “plano foi elaborado sob o contexto da Ditadura Militar, cujo discurso defendido era de nacionalismo e desenvolvimentismo a partir do avanço tecnológico e científico. O I Plano Nacional da Pós-Graduação (I PNPG) visou institucionalizar e fortalecer a pesquisa e a pós-graduação no país”.

O I Plano Nacional da Pós-Graduação (I PNPG) estabelece como objetivos da Pós-Graduação formar professores para o magistério universitário; formar pesquisadores para o trabalho científico a fim de possibilitar a formação de núcleos e centros de pesquisa; preparar profissionais de qualificação elevada para demanda do mercado de trabalho. (Barros, 1998) Dessa forma, a universidade se edifica em centro formador da realidade brasileira no tocante à ciência e tecnologia.

Orienta também no âmbito da Universidade uma estrutura hierárquica que trate com mais atenção a Pós-Graduação que seria a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), hoje presente nos organogramas das Universidades Públicas Brasileira. Assim

²¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é uma autarquia em regime especial, mantida pela União, com sede em Belo Horizonte. Foi transformada em instituição federal pela Lei 971, de 16 de dezembro de 1949. É dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial.

²² Fundada em 1941 por D. Sebastião Leme e pelo Padre Leonel Franca SJ, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) é uma instituição comunitária de Educação Superior, filantrópica e sem fins lucrativos. Visa produzir e propagar o saber a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo por base o pluralismo e debates democráticos, objetivando, sobretudo, a reflexão, o crescimento e enriquecimento da sociedade.

era previsto nas orientações e medidas em nível de Universidades do I Plano Nacional da Pós-Graduação (I PNPG),

implementação dos órgãos centrais, já previstos pelo Conselho Federal de Educação e pela reforma universitária, para coordenar as atividades de pós-graduação, a nível de sub-reitorias; e de órgãos colegiados para a instrumentalização normativa interna à universidade. (Ministério da Educação e Cultura, 1975, p. 132).

Esta medida estrutura os Programas de Pós-Graduação na Universidade possibilitando um ganho de qualidade na centralização do repasse das orientações, eram promovidas por órgãos centrais, além de instrumentalizar a Universidade para expansão e controle de seus Programas de Pós-Graduação.

Destarte, a avaliação do I Plano Nacional da Pós-Graduação (I PNPG) ainda demandava progresso no que se refere à expansão dos cursos de Pós-Graduação, como estabelecer critérios qualitativos que se diferenciavam dos adotados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e voltar-se a linhas de pesquisa ditadas pelas necessidades nacionais e não norteadas pelos centros internacionais de ciência.

O Brasil busca consolidar seu planejamento com conteúdos nacionalistas e com um projeto de país voltado para alcançar o tão sonhado desenvolvimento dos países do Norte, para o que, o desenvolvimento científico e tecnológico que deveria fortalecer o ensino superior na formação de recursos humanos qualificados que dessem suporte ao modelo de desenvolvimento do país. Sendo

a originalidade do modelo brasileiro se comparado ao de outros países da América Latina. Ele salienta que se no Brasil o regime militar apresentou uma política para o ensino superior, fazendo expandir as universidades federais e apoiando a consolidação e a criação da pós-graduação, no Chile, Argentina e Uruguai, ao contrário, esse regime desmantelou as universidades públicas. O ideal nacionalista de construção de um “Brasil-potência” conduziu o governo à articulação com dirigentes e representantes da comunidade científica e universitária com vistas à modernização da universidade e da ciência e tecnologia resultando na definição de políticas que produziram efeitos transformadores. (Trindade (2003 apud Hostins, 2006, p. 138).

Nesse sentido, o I Plano Nacional da Pós-Graduação (I PNPG) dá à Pós-Graduação brasileira uma sistematização e planejamento para estabelecimento de uma

planta nacional de pesquisa, buscando eficácia nos recursos investidos e fomentando as áreas de interesse para o desenvolvimento que o país necessitava.

Embora o I Plano Nacional da Pós-Graduação (I PNPG) não tivesse solucionado todas as demandas da Pós-Graduação, conseguiu chamar atenção para uma etapa importante no desenvolvimento da universidade brasileira e, por conseguinte, no desenvolvimento científico e tecnológico, perseguido pelo Brasil.

Dessa forma, seguindo o processo do contexto político-econômico educacional científico e tecnológico, já na década de 1980 é lançado o II Plano Nacional da Pós-Graduação (II PNPG/1982-1985) focando na melhoria da qualidade e racionalização dos investimentos, inteiramente integrado ao III Plano Básico de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia (III PBDCT).

Visando a melhoria da Pós-Graduação procura-se uma maior interação com a comunidade acadêmico-científica para estabelecer diretrizes de aperfeiçoamento e estabelecer um sistema de avaliação para aprimorar o Sistema de Pós-Graduação brasileiro. A proposta de um plano de avaliação pela CAPES

previa a articulação simultânea das dimensões quantitativa e qualitativa por meio da realização da avaliação em quatro fases, a saber: Fase I – auto-avaliação, ou autocrítica realizada pelos docentes, discentes e pessoal administrativo; Fase II – avaliação interpares; Fase III – avaliação interprogramas e Fase IV – avaliação pela comissão de Consultores da CAPES. (Hostins, 2006 p. 140).

Essas eram as medidas que visavam proporcionar uma melhoria na qualidade da Pós-Graduação, ainda que para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o II Plano Nacional da Pós-Graduação (II PNPG) fosse mais uma política do que um Plano e que muito se parecia com o I Plano Nacional da Pós-Graduação (I PNPG) sem considerar as mudanças ocorridas na universidade brasileira.

Contudo, o II Plano Nacional da Pós-Graduação (II PNPG), com respeito ao momento econômico desfavorável, mantinha o firme propósito de estabelecer o vínculo produtivo com a ciência e tecnologia e por meio de critérios de avaliação minorar as diferenças entre os cursos de Pós-Graduação nas diferentes regiões de características tão heterogêneas.

O III Plano Nacional da Pós-Graduação (III PNPG/1986-1989) é constituído num âmbito de um contexto político de redemocratização no Governo de José Sarney

(1985-1990), e assume em suas diretrizes o estímulo à investigação científica e tecnológica; destinação de financiamento à Pós-Graduação reconhecendo a universidade como ambiente gerador de conhecimento; reconhecimento da Pós-Graduação como instrumento de desenvolvimento científico, tecnológico, social, econômico e cultural; fomento a bolsas de estudo à Pós-Graduação. (Barros, 1998).

É na vigência deste plano que se estabelece a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como sendo o órgão para participar da formulação, acompanhamento, sistematização e avaliação da Pós-Graduação no Brasil, com a criação do Conselho Técnico e Científico (CTC), por meio do Decreto nº 92.642, de dezembro de 1986, representando uma aspiração da comunidade científica.

O III Plano Nacional da Pós-Graduação (III PNPG) como política governamental para a Pós-Graduação estabeleceu metas para formação de recursos humanos e desenvolvimento científico, além de rever a política de concessão de bolsas no país. Importante medida para implantação do III Plano Nacional da Pós-Graduação (III PNPG) foi a “instalação da Comissão Interministerial de Educação, Ciência e Tecnologia em 1986, que veio a se constituir importante instância de coordenação da pesquisa e da Pós-Graduação”. (Barros, 1998, p. 144)

Como produto dessa Comissão pode ser extraída a recuperação dos valores das bolsas no exterior; o plano de metas; o Plano Nacional de Formação de Recursos Humanos no Exterior – Ministério da Educação (MEC)/Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT)/Secretaria de Planejamento (SEPLAN); projeto encaminhado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)²³; contemplando as recomendações do III Plano Nacional da Pós-Graduação (III PNG); renegociação com o BID para continuidade do Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), além da institucionalização da Pós-Graduação no Brasil. (Barros, 1998, p. 144).

Entre as estratégias do III Plano Nacional da Pós-Graduação (III PNPG) está a definição com a infraestrutura dos Cursos de Pós-Graduação, ao mencionar medidas para melhoria da institucionalização da pesquisa que passam também por “equipar de

²³ O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento da América Latina e no Caribe. Trabalha para aprimorar a qualidade de vida, avançando na saúde, na educação e na infraestrutura.

forma adequada as Universidades para a realização de pesquisa, ampliando e modernizando suas bibliotecas, seus centros de documentação e seus laboratórios”. (Ministério da Educação e Cultura, 1986). É no III Plano Nacional da Pós-Graduação (III PNPG) que fica explícita a preocupação com a informação científica e sua disseminação, visto que é à biblioteca ou aos centros de documentação que o pesquisador recorre para ampliar seus conhecimentos e estabelecer um aporte teórico para sua pesquisa, estabelecendo uma base para seus procedimentos empíricos.

Hostins (2006) ao analisar a política de Pós-Graduação no Brasil a partir do I, II e III Plano Nacional da Pós-Graduação fundamenta-se na capacitação de docentes para atuar nas universidades, nas atividades científicas e na estratégia do ensino superior para a ciência e tecnologia. Este ponto de vista pode ser ampliado também para a formação de recursos humanos de alto nível para o setor produtivo.

O início da década de 1990 trouxe instabilidade política e econômica com uma Reforma Administrativa promovida pelo Governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), que atinge a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em sua extinção, acarretando séria descontinuidade ao processo da Pós-Graduação, entretanto com o reestabelecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), esta imprime um novo conceito de gestão aumentando a eficácia, a amplitude e influência dos programas que geria.

Nesse contexto, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) elabora um plano de ação apontando as falhas e propondo as soluções aos problemas existentes tais como:

Quadro 3 - Resultado do Plano de Ação da CAPES (Década de 1990).

Falhas	Soluções
Tempo excessivo para obtenção: título de mestre ou doutor.	Campanha para redefinição dos mestrados; incentivar criação de Doutorados para universidades com Mestrados consolidados.
Altas taxas de evasão nos Mestrados.	Estimular a Pós-Graduação <i>lato-sensu</i> .
Redução do fomento e custeio.	Criação de taxas acadêmicas.
Distorção nas bolsas.	Redistribuição de bolsas dos cursos mais bem estruturados para os deficitários.
Formação no Exterior.	Estabelece bolsas para quem faz o doutorado no país com estágio no exterior (bolsa sanduíche).
Desigualdades regionais.	Criação de Consórcio Inter-institucionais e orientador associado
Eficácia da CAPES.	Consolidar a participação da comunidade acadêmico-científica na política de Pós-Graduação e ampliação e diversificação dos processos de avaliação do Programas de Pós-Graduação pela CAPES.

Fonte: Barros (1998, p. 146)

No contexto das desigualdades regionais, os Mestrados Inter-Institucionais e os Doutorados Inter-Institucionais promoveram uma maior integração regional, no tocante à formação principalmente de professores que atuam nas universidades, garantindo melhoria na qualificação dos recursos humanos, fortalecendo a formação de núcleos de pesquisa e de criação de novos cursos de Pós-Graduação, além de atuarem no desenvolvimento da competência nacional em ciência e tecnologia.

Fazem-se necessárias mudanças, que todavia não ocorrem apenas pelas condições político-econômicas enfrentadas pelas instituições do país, mas por um novo direcionamento ao pensamento condutor de uma nova relação global que começa a ter mais força na década de 1990, com

as tendências de mudança no modelo de financiamento, a exigência de eficiência pela implantação de sistemas avaliativos e as pressões por relações mais estreitas com o setor produtivo revelam um alinhamento preciso às orientações de agências internacionais como a UNESCO e o Banco Mundial que exercem um papel decisivo na legitimação dos discursos da agenda de transformação. (Hostins, 2006, p. 144).

Assim, além de uma orientação com a criação de Planos Nacionais de Pós-Graduação que nortearam o desenvolvimento da Pós-Graduação brasileira, há que se considerar o importante ato de institucionalização das ações que ocorrem desde o início da década de 1950, sendo reforçadas a partir do final da década de 1960 com a criação do I Plano Nacional de Pós-Graduação, sendo de fundamental relevância a atuação da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e das Fundações de Apoio à Pesquisa entre outras instituições que envidam esforços para apoiar a evolução do Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG) do Brasil.

Dessa forma, é a demanda por informação proporcionada pela evolução com uma política que contemplava a expansão, investimento e planejamento da Pós-Graduação Brasileira, “impõe-se, portanto, que as bibliotecas universitárias tenham não só acervo, mas serviços e infraestrutura capazes de proporcionar o adequado suporte à pesquisa e à Pós-Graduação.” (Marques, 1989, p. 54). Tendo sido previsto no III Plano Nacional da Pós-Graduação (III PNPG) investimento em infraestrutura que incluía a biblioteca universitária.

Assim, numa contextualização das políticas de desenvolvimento de Informação Ciência e Tecnologia e da política da Pós-Graduação, embora não coordenadas entre si, se insere a biblioteca universitária como subárea que também se beneficia de um plano de desenvolvimento em meados dos anos 1980, notadamente o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Em termos gerais, a universidade brasileira é um fenômeno contemporâneo. O que dizer da Pós-Graduação, que passa a constituir-se de maneira estruturada e sistemática a partir de meados da década de 1960. Assume nessa época, definitivamente, a influência norte-americana em detrimento da influência europeia, de ascendência francesa, na formação da Universidade e da Pós-Graduação brasileira.

A partir de 1986, na vigência do III Plano Nacional de Pós-Graduação (III PNPG), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) passa a ser o órgão a tutelar o planejamento e implantação de políticas de desenvolvimento da Pós-Graduação brasileira. Com isto, inicia-se uma revolução com aplicação de metodologias de avaliação dos Programas de Pós-Graduação do país, tendo por resultado um salto qualitativo ao perseguir padrão internacional de excelência. Óbvio que nem todos os programas já conquistaram esse nível de excelência. Com uma plataforma institucionalizada, a Pós-Graduação brasileira alcançou uma participação significativa para a ciência e tecnologia, atuando nas respostas às demandas de desenvolvimento da socie-

dade brasileira. Ao longo de quase sete décadas de Pós-Graduação, é possível identificar o contributo da produção científica no Brasil.

Contudo, o estabelecimento da política para Pós-Graduação, dentro do contexto de desenvolvimento científico, econômico e educacional do país, sustenta uma nova realidade para a Pós-Graduação brasileira como suporte para as pesquisas científicas voltadas para as soluções dos problemas do País, com inserção crescente na ciência mundial.

O desenvolvimento da Universidade e por consequência da Pós-Graduação no Brasil, ocorre dentro do contexto de uma planificação para o desenvolvimento científico e tecnológico, com a inserção da universidade no âmbito de uma Política Científica e Tecnológica por meio da Pós-Graduação, contribuindo, portanto, com a estrutura posta para o desenvolvimento da ciência brasileira.

CAPÍTULO 4 - A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: planejamento e interação com a Informação, Ciência e Tecnologia na segunda metade do Século XX.

Do desafio possível, encrava-se este trabalho na curiosidade pelo passado, onde se situa uma realidade ainda que contemporânea, mas que constitui uma história de planificação da biblioteca universitária brasileira.

No Brasil, o planejamento bibliotecário segue na trajetória de planejamento econômico-educacional que se espalha por toda a América Latina, sendo apoiado por organismos internacionais como a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), Organização dos Estados Americanos (OEA), Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), que incluem o fomento aos planos nacionais de serviços bibliotecários, como fator de apoio ao desenvolvimento de sistema informação ciência e tecnologia.

A história da Ciência e Tecnologia no Brasil contemporâneo, contextualizada de forma mais atenta, passa pela biblioteca universitária como centro de armazenamento e socialização da informação científica, numa evidência incontestável de suporte ao ensino e à investigação, num cenário de desafios sócio-econômico-político-culturais próprios da sociedade brasileira.

Dessa forma, foi intento pôr em prática a possibilidade de um trabalho que focasse aspectos da política científica implantada no Brasil no século XX, estabelecendo como ponto de partida a biblioteca universitária na ação sofrida de (re)estruturação como base de apoio à pesquisa científica.

Contempla, portanto, uma visão histórica de um período fecundo para a biblioteca universitária brasileira, na perspectiva da História da Ciência que formalmente fornece uma adequada sustentação construtiva de uma experiência interdisciplinar na elaboração de uma pesquisa científica, que articula conhecimentos, com vistas à configuração de uma história a conhecer.

A biblioteca é marcadamente em sua história um espaço dedicado ao conhecimento, desde sua formação que a informação nela contida revela sabedoria. Não raro

eram poucos os eleitos a frequentarem a biblioteca dada a sua hierarquia voltada aos que se dedicavam ao saber.

Se no início de sua formação era apenas biblioteca, com o desenvolvimento da humanidade, principalmente com a industrialização, passa a ter adjetivações tais como: biblioteca pública, biblioteca escolar, biblioteca especializada, biblioteca comunitária, biblioteca universitária. Esta última, motivo deste capítulo.

Não poderia escrever um extrato da realidade da biblioteca universitária brasileira sem antes apresentar um relato de Antonio Miranda ao contextualizar a sociedade brasileira no concernente a biblioteca no contexto da sociedade brasileira.

A nossa é uma sociedade emergente onde, via de regra, o nosso bisavô era analfabeto, nosso avô concluiu o curso primário e nossos filhos, pelo menos alguns deles, chegam à universidade, sem haverem convivido com livros em casa, sem nunca terem frequentado boas bibliotecas públicas. Isto é válido para alunos e para professores e só a novíssima geração de professores utiliza grandes bibliotecas para a elaboração de suas teses e pesquisas. Ao contrário, a grande maioria supriu a carência de serviços bibliotecários hábeis e ágeis organizando suas bibliotecas privadas ou as coleções departamentais para consulta imediata. (Miranda, 1979, p.179).

É neste contexto que, no tempo histórico, se vai dando o progresso ao chegar no momento em que a educação torna-se um dos motivos de avanço social e técnico na sociedade cumprindo uma função em seus diferentes níveis que arrolam as fases humanas da infância a da vida adulta. A biblioteca, assim adjetivada de acordo com essas fases, se insere nesse contexto como espaço de cultura e de disseminação de informação.

A organização da sociedade em seu nível de conhecimento faz surgir a universidade que

siempre se ha considerado que para que una universidad pueda ser considerada como tal debe reunir ciertos requisitos y contar con las dependencias académicas y administrativas necesarias para su organización. Entre éstas se encuentra la biblioteca universitária, ya que la biblioteca ha sido, desde los orígenes de la universidad, un elemento de apoyo a la docência, la investigación y la extensión de la cultura, actividades fundamentales de la universidad. (Lugo, 1983, p. 105).

Sendo assim, a universidade brasileira não poderia existir sem seguir a regra de ter nas suas universidades iniciais uma biblioteca que desse suporte à investigação e à difusão da cultura. Ainda que isto seja um fator historicamente recente, até por ser a

universidade brasileira um fato recente do século XX. Dessa forma, pode-se ver a evolução da biblioteca universitária no Brasil no quadro a seguir:

Quadro 4 - Extrato histórico da biblioteca universitária no Brasil.

PERÍODO	CONTEÚDO
A partir 1900	- Referências às Bibliotecas no Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário.
Década de 1940	- Criação de Bibliotecas Centrais Universitárias para atender as novas Universidades.
Década de 1960	- Introdução do Planejamento Bibliotecário no Brasil. - O Conselho Federal de Educação (CFE) inclui a Biblioteca como requisito para reconhecimento de Instituições de Ensino Superior. - A Reforma Universitária define novos parâmetros pra a Unversidade, acarretando nova perspectiva administrativa para as Bibliotecas como: centralização, coordenação e cooperação para racionalização das atividades.
Década de 1970	- As Bibliotecas Universitárias sofrem influência de Planos Nacional de Desenvolvimento. - Criação do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias.
Década de 1980	- Política Pública para a biblioteca universitária por meio do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias com a Portaria 286/1986 e o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias com a Portaria 287/1986.
Década de 1990	- Institucionalização do Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior por meio do Decreto 98.964/1990.
Século XXI	- A biblioteca intensifica o uso de Tecnologias de Informação e torna-se difusora de iniciativas de acesso aberto como a Scientific Electronic Library Online (Scielo), Biblioteca de Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos CAPES.

Fonte: Cunha & Diógenes (2016).

Assim, é possível perceber que a biblioteca universitária se insere no contexto da Universidade, cujo objetivo é o ensino, a pesquisa e a extensão, como forma de geração de conhecimento e transmissão de saber, no cumprimento de sua função educacional e cultural na sociedade. A biblioteca universitária por sua vez tem com seus objetivos o cumprimento de aquisição bibliográfica, tratamento técnico da informação, recuperação da informação e disseminação da informação. Porém não é uma entidade autônoma, está vinculada à universidade como sua mantenedora, mas seus objetivos “devem estar vinculados à função da universidade, devendo possuir, ainda, um caráter educativo, informacional, social, econômico, político e recreacional”. (Klaes, 1991, p.

19). Dessa forma, a biblioteca universitária inserida na universidade deve cumprir também o objetivo de dar suporte nas atividades do ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, deveria a biblioteca integrar a política nacional de informação, que era orientada pelo *National Information Systems* (NATIS). Vivia o Brasil uma fase desenvolvimentista em que a universidade era partícipe e por razões de uma necessidade premente por informação, a biblioteca universitária era chamada a se desenvolver e se atualizar enquanto organização para atender a demanda por informação que era imprescindível ao desenvolvimento científico e tecnológico.

O *National Information Systems* (NATIS) estabeleceu objetivos que deveriam ser cumpridos por todos que integrassem o sistema nacional de informação, por parte da biblioteca universitária esta teria que: despertar no usuário o interesse pela informação, que seria realizado pelo conteúdo da educação do usuário de competência da biblioteca, avaliar a necessidade do usuário de maneira a planejar programas de aquisição de acordo com os interesses das áreas mais prioritárias ao desenvolvimento do país, disseminar a informação de acordo com o interesse de cada usuário, análise dos recursos de informação existentes, isto prediz um diagnóstico da biblioteca universitária brasileira, levantamento do nível de recursos humanos, com vistas ao desenvolvimento de cursos para o setor, planejamento da necessidade de tecnologia da informação. (Cunha, 1977).

Esse desenvolvimento fomentado por organismos internacionais e que atingiam a biblioteca universitária era consequência de uma explosão da informação depois da segunda Guerra Mundial, que alcançou um vulto espantoso que só aumentou ao longo do tempo. Já nesse momento era preciso traçar estratégias para lidar com essa nova forma de ver o mundo através do desenvolvimento da ciência.

Nesse sentido, Granja (1978, p. 17) afirma que

face a esse ritmo acelerado de transformações, que se registram globalmente, depositamos nas organizações humanas nossas esperanças de que sejam capazes tanto de gerar mudanças quanto de se adaptarem a essas transformações com vistas à sua própria sobrevivência.

Assim, a biblioteca universitária brasileira que nem bem tinha começado a se estabelecer já começa por se reinventar, alterando sua forma de organização para atender a uma universidade cada vez mais exigente por informação através de seus cur-

tos de Pós-Graduação, que buscavam o desenvolvimento de pesquisas e a geração de informação científica nacional sobre os mais variados aspectos do desenvolvimento que era exigido naquele momento.

E ainda que fosse parte integrante de todo esse sistema de desenvolvimento científico a biblioteca universitária brasileira ainda não estava preparada para atuar de maneira soberana na difusão do conhecimento que era exigido no processo de ensino e pesquisa.

Para tanto, Granja (1978, p. 18) constata que “as bibliotecas não constituem, salvo possíveis exceções, prioridade orçamentária nas universidades”. Havia uma dissonância entre o que era exigido da biblioteca universitária e o que a ela era garantido para atendimento de todas as necessidades de um desenvolvimento satisfatório.

Diante da realidade da biblioteca universitária, na década de 1970, bem como em pleno vigor dos planos de desenvolvimento científico e tecnológico, e

sendo, as bibliotecas universitárias um dos instrumentos principais na assimilação individual do conhecimento científico faz-se necessário e urgente que sua atuação liberte-se das limitações presentes para que possam realmente oferecer uma contribuição decisiva aos planos nacionais de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. (Granja, 1978, p. 19).

O quadro insatisfatório da realidade da biblioteca universitária apontado pela literatura mostra o descompasso entre o que se queria e o que era possível fazer. Mas Gomes (1975, p. 64) afirmava que a biblioteca universitária tinha por “função principal permitir adequada e rápida transferência de conhecimento entre as comunidades científicas”. Porém, como realizar tamanha responsabilidade diante de uma realidade de dificuldades?

Suscita tal realidade uma reação da classe bibliotecária e personalidades individuais a pesquisar essa realidade tão adversa para um momento de euforia desenvolvimentista. Assim foi o trabalho de Antonio Miranda quando traça um perfil e o diagnóstico das bibliotecas dos cursos de Pós-Graduação em educação no Brasil. A realidade de uma área isolada no estudo não era muito diferente nas demais bibliotecas universitárias das universidades brasileiras.

Mostra o documento que não havia um modelo único para as bibliotecas, dividindo-se em sistema centralizado e sistema descentralizado, existiam problemas no

treinamento de usuário, ainda incipiente, no intercâmbio interbibliotecário que poderia potencializar a coleção na oferta de informação, ainda existindo bibliotecas departamentais ou coleções privadas de professores, o catálogo coletivo em alguns casos existia, mas não era usado em sua potencialidade. (Miranda, 1977 b).

Portanto, a biblioteca universitária na década de 1970 e até meados da década de 1980 não oferecia condições de atender cursos cada vez mais diversificados e a emergência de uma Pós-Graduação alavancada pela política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico.

Essa realidade só sofre mudanças com a planificação proposta pelo Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), que passa a estruturar a biblioteca universitária para as exigências de uma nova realidade de desenvolvimento para o Brasil.

Em linhas gerais, o desenvolvimento da biblioteca universitária no Brasil tem seu progresso atrelado diretamente ao nível de estruturação da Universidade brasileira. Seu espaço de preservação e socialização do conhecimento evidencia-se com a implantação e consolidação da Pós-Graduação e com a orientação de organismos internacionais para formação de sistema de informação. No Brasil havia as bibliotecas universitárias como fator integrativo e difusor de conhecimento no território nacional, principalmente de informação científica e tecnológica, o que sem dúvida, serviu de esteio para a otimização da pesquisa nas Universidades, a qual, por sua vez, promove um aperfeiçoamento da ciência brasileira.

No tocante ao Planejamento Bibliotecário no Brasil, remonta aos anos de 1950 o fator planejamento bibliotecário na América Latina. De acordo com Miranda (1977a, p.55) em um texto crítico, ressalva que a “postulação da ideia de planejamento bibliotecário dirigida para uma elite governamental imatura e conservadora, relutante e desconfiada desses conceitos revolucionários”.

Certamente que pensar em planejar ações que significassem investimento na instrução e pensamento crítico da população significava uma subversão, motivo para desconfiança, alimentada por uma elite governamental que mantinha a crença na ignorância como meio mais óbvio para manter populações sob seu jugo.

O ideário de bibliotecários que imaginavam um planejamento conjunto com o planejamento educacional e plano geral de desenvolvimento é discutido na “Conferência de São Paulo” em 1951 fortalecendo essa ideia não apenas para a América Latina e Brasil, mas para o resto do mundo.

No contexto histórico, Sabor (1977) relata que a década de 1950 foi muito auspiciosa no tocante ao amadurecimento do pensamento de planejamento bibliotecário em toda a América Latina com uma prática científica desenvolvida nos encontros, tanto de bibliotecários que discutiam o assunto, quanto de governos que discutiam o planejamento educacional na América Latina, mas não mencionavam a biblioteca universitária, as discussões eram passageira relativo ao planejamento da biblioteca escolar.

Desse modo, “hasta 1959, *la idea del planeamiento bibliotecario sólo habia comenzado a surgir em la mente de algunos bibliotecarios, que aún no habían encontrado la oportunidad de expresarla em una reunión importante de alcance regional*” (Sabor, 1977, p. 50).

Foi Carlos Vitor Penna quem introduziu o planejamento bibliotecário na América Latina, por meio de seu artigo “*Planificación de los servicios bibliotecarios: los servicios bibliotecarios y el planeamiento de la educación*”. Embora, desde a década de 1950 as discussões viessem ocorrendo em outras partes do mundo, só foi esta comunicação científica que despertou a América Latina para uma ação mais realista ao planejamento bibliotecário. Considerar tal planejamento uma atribuição de racionalidade administrativa é um marco para a América Latina, ao considerar que tal planejamento não poderia acontecer de forma isolada, porém dentro de uma reforma educacional, como parte de um macro-planejamento de desenvolvimento nacional. (Sabor, 1977),

Mais dois acontecimentos marcantes ocorreram em 1960 no México que foi o “*Seminario Latinoamericano de Bibliografía e Documentación y canje de Publicaciones*”, foi também o terceiro “*Seminario Bibliográfico de Centro América y del Caribe*”. Estes acontecimentos tiveram como resultado o “*Llamamiento de Mexico*”, um manifesto que chama a atenção de instituições a se unirem em favor de um planejamento bibliotecário na América Latina. (Sabor, 1977, p. 51).

Dessa forma, o manifesto conclama

a la UNESCO y la OEA, para que convoquen, a la brevidade posible – previa una adecuada preparación em el plano nacional e internacional -, um encuentro entre representantes – por um lado – de la planificación nacional, de los educadores, economistas, científicos, industriales y – por outro – de bibliotecários, bibliógrafos y documentalistas calificados. Y ello para que determinen la manera más decuada de integrar las atividades bibliotecárias em general com el desarrollo económico, científico, técnico, cultural y social dos los países latino-americanos; a la CEPAL, para que incluya entre sus estúdios y proyectos de desarrollo económico el fomento de las atividades bibliotecarias, bibliográficas y de documentación. (Sabor, 1977, p. 51).

Para pensar o planejamento equanto estratégia da biblioteca no contexto brasileiro era preciso considerar a conjuntura sócioeconômica do País, com discussões metodológicas ao examinar o processo informativo-educacional e cultural numa sistemática de planejamento de um país em desenvolvimento, de maneira que o bibliotecário tivesse as competências necessárias e o reconhecimento de seu papel frente a uma análise do planejamento econômico, educacional, científico e cultural. (Martins, 1980).

Nesse sentido a obra de Myriam Gusmão de Martins “Planejamento Bibliotecário”, é referência como manual para uso na formação de futuros bibliotecários num despertar de uma consciência programadora para atuar em planejamento bibliotecário. (Martins, 1980). A experiência na elaboração dessa obra foi adquirida junto à Superintendencia de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que era influenciada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e as ações de planejamento governamental, de amplitude nacional, também com enfoque no desenvolvimento regional.

Para que os planos de desenvolvimento bibliotecário no País tivessem êxito deveriam considerar a condição econômica do País, visto ser preciso um aporte de recursos com essa finalidade, daí a necessidade de integração aos planos de desenvolvimento nacional, para ter chance de projetos relativos ao desenvolvimento de serviços bibliotecários aprovados e mesmo beneficiados com aporte de recursos de agências nacionais e internacionais. (Martins, 1980).

Diante do exposto, é a partir da inclusão do plano educacional, dentro do plano global de desenvolvimento, que começa-se a pensar o planejamento bibliotecário no Brasil.

Para Penna (1973 *apud* Miranda, 1977a)

os planos de desenvolvimento bibliotecário terão a chance de ser aprovados, principalmente nos países em desenvolvimento, onde os recursos existentes têm que ser usados com o máximo proveito. A menos que eles sejam integrados nos planos gerais de desenvolvimento, resulta pouco provável que os planos bibliotecários consigam atrair o apoio nacional ou a ajuda bilateral.

Dessa forma, o planejamento bibliotecário, isolado de um plano educacional ou de um macroplanejamento para o desenvolvimento, não conseguiria lograr um desenvolvimento substancial a não ser com um plano bibliotecário, mas por que diante de tantas carências infraestruturais, incluindo a educacional, pouco se percebe, quanto a população, um reclame por bibliotecas?

Contudo, se um plano global de desenvolvimento deve integrar microplanos, como poderia ser um planejamento bibliotecário para o país?

Além da “Conferência de São Paulo”, o evento da Cidade do México em 1960 consolida o conceito de plano global recomendando que o planejamento bibliotecário fosse integrante do processo socioeconômico.

Em 1961 em *Monticello-Illinois*, outro evento desta vez com ênfase na importância da biblioteca universitária apontava alguns aspectos como a relevância da Biblioteca para o ensino e a pesquisa. Data de 1963 a ideia de planejamento global para bibliotecas universitárias no Brasil, em face de ainda a prioridade os planos globais serem meramente econômicos. (Tarapanoff, 1987).

Contudo, inovações no pensamento dos bibliotecários brasileiros tais como: “comunicação, cooperação, coordenação e planejamento causaram impacto à realidade até então existente no Brasil”. (Tarapanoff, 1987, p. 15). É neste contexto que surge o conceito de planejamento bibliotecário voltado para as bibliotecas universitárias, dentro de planos globais para a educação que, por sua vez, integraram os planos globais de desenvolvimento do país.

Pode-se, portanto, arrematar este capítulo com palavras últimas, podendo atribuir a introdução do planejamento bibliotecário no Brasil a uma convergência de pensamento progressista que envolvia a América Latina na segunda metade do século XX.

O afluxo de informação sobre toda forma de conhecimento, bem como da Biblioteconomia, repercutiu no Brasil com uma demanda por formação qualitativa de uma classe bibliotecária articulada, capaz de concretizar ações de arquitetura de planejamento bibliotecário, que foi se propagando de maneira a demandar a institucionalização de política de informação para fazer frente à evolução científica, educacional, cultural, econômica e social do Brasil.

Nesse contexto, o planejamento bibliotecário no Brasil se torna um fator que adquire aspecto de ordenação a partir da década de 1970, influenciado pelo planejamento econômico e pelas políticas de promoção à ciência e tecnologia. É com a necessidade de um setor que distribuísse informação científica de qualidade que há a percepção da necessidade do planejamento da biblioteca universitária no Brasil.

Dessa forma, Miranda (1977a, p. 52) considera que o planejamento “consiste em diagnosticar as necessidades, identificar os objetivos, requerer assistência, distribuir e fiscalizar os recursos, avaliar os desempenhos e desenvolvimentos e recomendar as necessárias adaptações”. Esse conjunto de ações ordenadas compõe os princípios de organização de um processo de planejamento.

Transpor esse conhecimento de planejamento ao ambiente bibliotecário em especial a biblioteca universitária constitui um desafio. Ainda na década de 1970,

esforços isolados de observação e interpretação de dados nos levam a concluir que as bibliotecas universitárias brasileiras, embora recebendo reforços de verbas, principalmente através de convênios para cursos de pós-graduação e pesquisas, não mereceram até hoje um tratamento sistemático, continuam crescendo desordenadamente, sem objetivos próprios e sem visar, como deveriam, a integração com os objetivos das universidades. (Lima, 1977, p. 850).

Esta falta de objetivo da biblioteca universitária brasileira é decorrente da ausência de menção na reforma universitária de 1968, a qual não foi pensada como fator estratégico da universidade, nem como elemento fundamental ao processo de investigação e aprendizagem.

No concernente ao contexto da América Latina, na década em 1962 foi realizado em Mendoza um Seminário Regional sobre o *Desarrollo de las Bibliotecas Universitárias* apontando um diagnóstico nada satisfatório com escassez de serviços ade-

quadros à docência e à investigação e carência de pessoal qualificado para o desenvolvimento de uma biblioteca universitária (Lugo, 1983).

A realidade da América Latina não era diferente no Brasil já na década de 1970 a 1980, sendo consideradas ilhas de excelência a biblioteca da universidade de Brasília e a Universidade de São Paulo. Enquanto isso, a realidade da biblioteca universitária no país suscitava passar por um diagnóstico, tanto que, Lima (1977, p. 850) afirmava que “Seria certamente necessária à criação de um Grupo de Trabalho, com funções objetivas de planejar e realizar o estudo, para apresentar resultados e sugestões dentro de um prazo pré-estabelecido”, como sendo uma função do Estado descobrir a realidade da biblioteca universitária brasileira.

Lima (1977, p. 850) ao citar a Reforma Universitária de 1968, diz que só seria feita uma reforma que passasse pela

redefinição de conceito de suas bibliotecas, de maneira a transformá-las em um instrumento dinâmico de transferência de conhecimentos, muito diferente da instituição passiva de nossos dias que, com maior ou menor sucesso, armazena e organiza os seus acervos, à espera de uma percentagem reduzida de clientes que as procuram para satisfazer obrigações escolares.

Em continuidade, ao mostrar a realidade da biblioteca universitária brasileira Lima (1977, p. 850) apresenta que

as bibliotecas universitárias brasileiras, embora recebendo reforços de verbas, principalmente através de convênios para cursos de pós-graduação e pesquisas, não mereceram até hoje um tratamento sistemático, continuam crescendo desordenadamente, sem objetivos próprios e sem visar, como deveriam, a integração com os objetivos das universidades.

Embora considere que a Pós-Graduação impulsiona o crescimento da biblioteca, este não se dá de forma sistemática, a fim de apresentar um quadro satisfatório que se necessitava, tendo em vista o desenvolvimento científico e tecnológico do momento.

Considera ainda a autora que diante do quadro da biblioteca universitária na década de 1970 para o planejamento desta, deveria passar pela caracterização das unidades de ensino superior, considerando como pontos principais a formação de acervo e de pessoal qualificado com uma nova postura no pensar novos serviços de atendimento informacional da comunidade universitária. (Lima, 1977).

Evidencia-se, portanto, a necessidade de planejamento para desenvolver a biblioteca universitária. A realidade brasileira, entretanto, apresentava uma biblioteca universitária sem autonomia orçamentária e, dependendo de circunstâncias socioeconômicas e culturais, uma possibilidade de mudança estaria na reforma universitária que estabeleceu os princípios para o desenvolvimento da universidade brasileira.

Entretanto, havia uma omissão da reforma universitária quanto à biblioteca universitária, Este fato retarda seu desenvolvimento, pois cabia ao bibliotecário a interpretação dos princípios da reforma para adaptação ao âmbito da biblioteca universitária. Outros fatores como: desconhecimento por parte do bibliotecário dos objetivos da universidade; isolamento da biblioteca; distorção na visão da universidade quanto ao papel da biblioteca nesse contexto universitário, entre outros, foram dificuldades enfrentadas para se ter a biblioteca universitária em um lugar de destaque dentro do ensino superior do País. (Tarapanoff, 1987)

.Ao se pensar em ensino superior se faz imprescindível, também, se pense em bibliotecas, pois a universidade tem na biblioteca universitária seu suporte para o ensino, pesquisa e a extensão, de maneira que

atualmente a biblioteca é importante para o ensino em geral, no ensino superior seu papel é proeminente em virtude do valor da própria universidade, pois nenhuma outra instituição ultrapassa em magnitude a contribuição universitária, a qual torna possível o formidável avanço tecnológico e científico que se registra todos os campos do conhecimento. (Ferreira, 1980, p. 7)

Dessa forma, a biblioteca universitária se reveste de uma relevância para uma nova concepção de planejamento para o desenvolvimento científico e tecnológico, cujas fronteiras são cada vez mais avançadas.

Na década de 1970 e 1980, são implementados três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), trazendo em seu escopo outras planificações como o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), cuja função era “assessorar o governo na formulação da política nacional de informação científica e tecnológica”. (Tarapanoff, 1984, p. 295).

O desenvolvimento do país através de Planos de Desenvolvimento e de Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) promove um crescimento da ciência e tecnologia devido às pesquisas ocorridas no âmbito da universidade.

de. Isto atribui às bibliotecas universitárias a finalidade que “compete fornecer serviços de informação científica e tecnológica em níveis compatíveis com as necessidades dos usuários servindo de apoio imprescindível a essas atividades”. (Mercadante, 1990, p. 13).

Notadamente, num contexto de desenvolvimento científico e tecnológico e de um desenvolvimento da universidade com expressão para a Pós-Graduação, a biblioteca universitária transforma-se num instrumento de transferência de informação científica e tecnológica. Entretanto, inserida em um contexto educacional complexo de baixa produtividade científica e de pouco financiamento de sua estrutura, não consegue estabelecer contato com a excelência que se exige de um ambiente transformador e gerador de novos conhecimentos.

Contraditoriamente ao pensamento do momento sobre a biblioteca universitária de ambiente de informação científica e tecnológica do país, a mesma

encontra-se na situação contraditória [...], em que, embora detentora dos maiores e melhores acervos em C&T, com uma clientela potencial das mais importantes para o País, não dispõe dos mínimos recursos para a consecução de sua principal finalidade: a transferência da informação. (Santana, 1989, p. 39)

Essa realidade é verificada ainda numa perspectiva de décadas de abandono em que a falta de infraestrutura para a biblioteca universitária cerceia suas ações impedindo que tenha um papel mais proeminente nas ações de desenvolvimento científico, ainda que seja a principal fonte de informação científica de que dispunha o país. Para Gomes (1975, p. 72), ao discutir a biblioteca universitária como integrante do Sistema Nacional de Informação Científica, revela que “indiscutivelmente a maioria dos recursos informativos se encontra, no Brasil, nas bibliotecas universitárias. Apesar de todas as deficiências, são elas as privilegiadas em organização, acervo e recursos humanos”.

A biblioteca universitária, mesmo não tendo uma citação direta em cada Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e nem em algum Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), estava imbuída de relevante participação no Sistema Nacional de Informação Ciência e Tecnologia (SNICT), pois a comutação de informação criada pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) era de forma direta para as bibliotecas universitárias, onde a criação de um catá-

logo nacional, permitia o acesso à informação entre os pesquisadores de qualquer parte do país, tendo nas bibliotecas universitárias repositórios de periódicos, e da produção nacional de informação advinda das pesquisas na Pós-Graduação (Dissertações e Teses) que minorava a dificuldade de acesso à informação para fins de pesquisa científica, contribuindo para a disseminação de informação em um país continente.

Segundo Gomes (1975), o catálogo coletivo permitiria, ainda, ao Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), realizar estudos de coleção para formação de acervos visando uma melhor distribuição da informação e ainda subsidiar um possível programa de aquisição planejada e afirma que

este programa é do maior alcance para o país não interfere na política de aquisição de cada biblioteca; pelo contrário procura estimular cada uma a cobrir, dentro da prioridade que julga conveniente, de maneira completa e sistemática, literatura sobre um determinado ramo específico do conhecimento. Desta forma será possível assegurar, no país, pelo menos uma cópia de cada documento relevante produzido mundialmente. (Gomes, 1975, p.).

Dessa forma, a biblioteca universitária se consolida como centro difusor da informação científica, embora seja carente de um planejamento que a desenvolvesse de forma estrutural, em seus aspectos, organizacional, serviços, arquitetura e recursos humanos.

A partir desse contexto surge a criação da Comissão Nacional de Diretores de Biblioteca Centrais Universitárias, cujo resultado foi a criação da Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU), que tinha por objetivo “reunir dirigentes das bibliotecas universitárias para debater e reivindicar condições de desenvolvimento para as bibliotecas universitárias do país”. (Garcia, 1991, p.5). Entretanto, não teve a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU) vida longa, surgindo o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), que passou a ser um importante fórum para discussão do papel da biblioteca universitária, diante da reforma universitária e do planejamento bibliotecário para bibliotecas universitárias no Brasil.

Tais discussões poderiam ser vistas como um diagnóstico da realidade da biblioteca universitária na década de 1970 a 1980, na forma que a sociedade brasileira trata suas bibliotecas, sendo a biblioteca universitária a melhor situação como já descrita por Gomes (1975), e mesmo assim carente de uma atitude de planejamento que não

estava apenas nos dirigentes dos órgãos administrativos, mas no próprio meio dos bibliotecários que não havia uma ação coordenada com a finalidade de mudar essa realidade de carência da biblioteca brasileira. Embora as discussões começassem a ser levantadas no seio de uma prática científica necessária que foi realmente a criação do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) que proporcionou a primeira experiência brasileira de planejamento da biblioteca universitária de maneira sistematizada, através de uma prática científica onde ocorreram as discussões nos primeiros Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), que foram, de fato, o fórum para formulação de uma planificação da biblioteca universitária brasileira, intento que se torna realidade a partir da segunda metade da década de 1980, com o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). E mais tarde o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) se tornaria o palco das reflexões e análise dos projetos implantados pelo Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Este evento foi fundamental para a criação de uma mentalidade de planejamento “que implica a capacidade de identificar e analisar problemas e oportunidades, na habilidade de relatar causa e efeito, e de predizer os prováveis resultados”. (Oliveira, 1995, p. 54). Para aquele momento político e econômico, esta mentalidade se configurava como fundamental para a oportunidade em evidenciar os problemas que enfrentavam as bibliotecas universitárias e extrair as recomendações, as sugestões que possivelmente fossem aplicadas no progresso da biblioteca universitária como suporte ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Nessa perspectiva de discussões de como deveria ser a biblioteca universitária para o Brasil surge o componente planejamento que é constituído de forma multidisciplinar por bibliotecários, arquitetos e outros profissionais que pudessem integrar a equipe que modelaria a biblioteca universitária brasileira em seus diversos contextos, entre eles o arquitetônico. Dessa forma, para trabalhar no âmbito do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), considera que

o conceito de equipe de planejamento é da maior importância para o sucesso do planejamento da biblioteca universitária. Devemos distinguir, no entanto, duas instâncias diferenciadas da equipe, que refletem dois níveis do processo de tomada de decisão. Um primeiro nível, em que as decisões têm um caráter predominantemente político e outro, de sentido mais técnico. Evidentemente, estas duas instâncias não são

estanques. Ao contrário, são mutuamente dependentes. Corresponde ao primeiro nível a "equipe decisória", e ao segundo nível a "equipe técnica". As duas equipes compõem o que chamamos a "equipe de planejamento" da biblioteca. (Galbinski & Miranda, 1993, p. 9).

É nesse formato que é constituído o planejamento da biblioteca universitária brasileira, no que foi imprescindível para seu desenvolvimento e afirmação no contexto universitário, de maneira a cumprir o a função primordial que é atender adequadamente a comunidade na qual está inserida.

Logo, deve ser objetivo das políticas de informação envidar esforços nas ações coordenadas que possam incluir “as bibliotecas na realidade educacional e administrativa da universidade, implementando políticas de planejamento, fomento à pesquisa, gerenciamento das tecnologias e desenvolvimento das coleções e serviços de informação”. (Dias; Silva & Cervantes, 2013, p. 46).

Nesse sentido, a biblioteca universitária se reveste de uma ação que lhe atribui modernidade e a capacita para os dias atuais como um sistema organizacional e tecnológico que considera sua característica de ser o elo entre a capacidade de investigação e a fundamentação científica de uma prática de pesquisa que ainda é gerida no seio da universidade brasileira, como seu principal ambiente de desenvolvimento científico e tecnológico.

Por fim, o planejamento da biblioteca universitária no Brasil atinge uma estruturação com o Plano Nacional de Biblioteca Universitária (PNBU – 1986), contudo, tal nível de organização só se dá a partir da importância que o planejamento bibliotecário alcança na sociedade brasileira.

4.1 Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU)

A comunidade bibliotecária não estava alheia ao cenário nacional de progresso, tanto que o ideário de bibliotecários que imaginavam uma planificação conjunta com o planejamento educacional e plano geral de desenvolvimento é discutido na “Conferência de São Paulo” em 1951 fortalecendo essa ideia não apenas para a América Latina, mas para o resto do mundo. Segundo Tarapanoff (1987), o planejamento bibliotecário se impulsiona na América Latina com as ideias de Carlos Vitor Penna nos anos de

1960, quando introduziu o conceito de planejamento bibliotecário. Considerando o referido planejamento um instrumento de racionalidade administrativa, constitui um marco para a América Latina. Considerava também que o planejamento bibliotecário não poderia acontecer de forma isolada, porém dentro de um planejamento educacional que, por sua vez, está em um macroplanejamento. Com a implementação das políticas de Ciência e Tecnologia e da Pós-Graduação, principais instrumentos de demanda por informação na biblioteca universitária, com um pensamento expandido para a noção de planejamento para o desenvolvimento bibliotecário e com a crescente reflexão sobre a biblioteca universitária, foi criado o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), um fórum para reunião de autoridades, bibliotecários e interessados na melhoria da biblioteca universitária no Brasil que passaria a acontecer a cada dois anos.

O I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (I SNBU) ocorre em julho de 1978 em Niterói/RJ, tendo como tema central “**A Biblioteca Universitária como Suporte do Ensino e da Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional**”, o qual objetivava a

[..] análise sistemática da atuação das Bibliotecas Universitárias, evolução, suas tendências, possibilidades, deficiências, etc., buscando-se no diálogo nacional o entrosamento ideal e entendimentos indispensáveis à adoção de medidas racionais que as fortaleçam, capacitando-as à realização de seu objetivo maior [...]. (Maia, 1979, p. 11).

Estava clara a intenção de situar a biblioteca universitária dentro das macro políticas de desenvolvimento econômico, educacional, científico e tecnológico existentes, estabelecendo, a princípio, a uma discussão de baixo para cima.

Tais discussões passam pela biblioteca universitária como suporte do sistema de informação; informação científica e tecnológica; experiências e reflexões sobre administração de bibliotecas; interação da biblioteca universitária no apoio à atividade de pesquisa científica da Pós-Graduação; treinamento de usuário, bem como a percepção do usuário sobre a biblioteca universitária.

Com efeito, essa prática científica, colaborou deixando como resultado recomendações, sendo a principal a criar

um Grupo de Trabalho encarregado de promover estudos e reuniões periódicas com representantes de Bibliotecas Universitárias, a fim de que seja estruturado um esquema de ação baseado na realidade presente e necessidades imediatas – e elaborar um projeto que vise a formação de um Sistema Nacio-

nal de Bibliotecas Universitárias, sob a coordenação de um órgão central. (Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1979, p.403).

Tal recomendação se coaduna com o que também recomendava o Seminário sobre o desenvolvimento das bibliotecas universitárias na América Latina ocorrido em 1962, que considera a estruturação das bibliotecas universitárias de imprescindível importância para uma rede coordenada por uma biblioteca central, com uma estrutura interna que contemple as várias funções técnicas e administrativas, sem prescindir da participação do bibliotecário, seja na universidade ou na faculdade. (Figueiredo, 1979).

Dessa forma, estava lançado o alicerce para uma evidência da biblioteca universitária nos contextos em que se apresentava o Brasil de então com a vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT), caminhando para uma abertura política.

Em 1981 acontece o II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (II SNBU) na cidade de Brasília/DF, cujo tema central era: “**Avaliação de Desempenho da Biblioteca Universitária no Brasil**”. A biblioteca universitária começa a ter importância diante da realidade de implantação da reforma universitária, das exigências do mercado e do desenvolvimento científico e tecnológico. As discussões neste II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (II SNBU) passaram pelos segmentos de: planejamento, arquitetura, aquisição de materiais informacionais, e automação de serviços, entre outros.

O III Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (III SNBU) tem sua ocorrência em 1983 na cidade do Natal/RN, tendo como tema central: “**Mecanismos de Administração de Bibliotecas Universitárias**”, objetivando constituir foro de debates sobre assuntos vinculados à biblioteca universitária, discutindo formas de avaliação dos mecanismos administrativos para aperfeiçoamento dos serviços de informação à comunidade universitária. (Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1983).

Em 1985 ocorre o IV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (IV SNBU), na cidade de Campinas/SP, tendo por tema central: “**Bibliotecas Universitárias: usuários e serviços**”, e ainda constituído de subtemas: “necessidades de informação”, “acesso à informação e ao documento” e “avaliação de serviços”. (Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1985).

Esses quatro Seminários Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) serviram de base para situar as discussões e ações que deram suporte à criação de uma política para gestão da biblioteca universitária com a criação do primeiro Plano Nacional para Biblioteca Universitária em 1986, contendo 12 diretrizes e 46 ações que serviram para nortear o desenvolvimento da biblioteca universitária no País.

O V Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (V SNBU) ocorre em 1987, na cidade de Porto Alegre/RS, sendo abordado como tema central: “**Plano Nacional de Bibliotecas Univeristárias**”, visando ampla divulgação das ações efetivadas nas bibliotecas universitárias. (Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1987).

O VI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (VI SNBU) ocorrido em Belém/PA em 1989 teve por tema central: “**Automação de Bibliotecas e Serviços aos Usuários**”. Os painéis apresentaram subtemas: “política para prestação de serviços aos usuários”, “política para automação de Bibliotecas” e “Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias”. Este Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), também abre espaço para a primeira Assembleia geral do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). (Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1990).

Em 1991, ocorre no Rio de Janeiro o VII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (VII SNBU), cujo tema central focava: “**Padrões Nacionais para Planejamento e Avaliação em Bibliotecas Universitárias**”, já na vigência do Programa Nacional de Bibliotecas de Instituição de Ensino Superior (PROBIB). (Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1991). Este novo Plano foi publicado em 1990, o qual visava “assegurar a docentes, pesquisadores, discentes e técnicos, o acesso à informação em ciência e tecnologia, como fator fundamental da melhoria do ensino e da pesquisa.” (Decreto 98.964, 1990).

Portanto, é neste contexto, dentro de uma prática científica, que ocorrem as discussões para uma política voltada à biblioteca universitária, do acúmulo de experiência das políticas de Ciência e Tecnologia, da política para Pós-Graduação, da contribuição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apoiando a biblioteca universitária e da decisão do Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Superior (SESu) em apoiar o desenvolvimento das Bibliote-

cas das Instituições de Ensino Superior, que se consolida a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

CAPÍTULO 5 - PLANO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (PNBU - 1986): organização científica.

Uma análise da construção da biblioteca universitária brasileira reflete a formação da universidade no Brasil. Ora, se as universidades foram criadas com uma aglutinação de cursos independentes, as bibliotecas seguiram o mesmo modelo, cujo “desenvolvimento, portanto, se estabeleceu de maneira heterogênea, alheio às condições básicas de planificação, em qualquer fase, com programas que atendessem para uma sistemática integração, visando um estreito vínculo de colaboração”. (Hamar, 1976, *apud* Silva, 1981). Esta ocorrência deve-se à ausência de um projeto comum entre universidade e biblioteca, além da resistência pela aceitação de uma coordenação através de um órgão central, mesmo com as tentativas de formação de unidade de gestão centralizada, na então Universidade do Brasil (RJ) e na Universidade de São Paulo, as quais não lograram êxito. Porém, a experiência bem sucedida na Universidade do Recife²⁴, com a criação do Serviço Central de Bibliotecas em 1953, estabeleceu uma nova filosofia de gerenciamento de toda atividade bibliotecária naquela universidade. (Silva, 1981).

Silva (1981) acusa ainda a falta de padrões de organização e planejamento considerando o planejamento nacional de Educação, Ciência e Tecnologia e Universidade; objetivos da biblioteca universitária; regulamentos; recursos financeiros; recursos humanos qualificados; conhecimento do papel da biblioteca universitária para universidade por parte da cúpula administrativa da universidade.

Apesar desse quadro e com uma “consciência planejadora” (Silva, 1981, p. 9) que teve seu início no Brasil, na década de 1960, um novo rumo pôde ser dado à biblioteca universitária brasileira, com a parceria do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU). Esse novo rumo resultou na criação do Núcleo de Assistência Técnica – 8 (NAT-8), que visava a melhoria das condições de desenvolvimento da biblioteca universitária brasileira. (Silva, 1981).

²⁴ Em 1965 a Universidade do Recife passou a integrar o novo sistema de educação do Brasil com o nome de Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Está sediada na cidade do Recife capital do Estado de Pernambuco na Região Nordeste.

Em 1975, na vigência do II Plano Setorial de Educação e Cultura (1975-1979) que previa, segundo o Ministro da Educação e Cultura Ney Braga, uma “integração, tão perfeita quanto possível, dos diversos sistemas de ensino do país e um entrosamento, cada vez maior, do pré-escolar à pós-graduação”. (Ministério da Educação e Cultura, 1976, p, 2). Nesse contexto é instaurado o Núcleo de Assistência Técnica-8 (NAT-8), com especialização em bibliotecas universitárias, incluído como projeto 21, de forma a “aperfeiçoar a estrutura e serviços das Bibliotecas Centrais e/ou Setoriais das universidades brasileiras, capacitando-as a um melhor desempenho, face às necessidades criadas pela implantação da reforma universitária”. (Núcleo de Assistência Técnica - 8, 1975, p. 110).

Prevvia estabelecer uma nova mentalidade no governo no concernente à responsabilidade de Educação, Ciência e Cultura, que tomava por base a experiência da Universidade Federal de Pernambuco que previa a adoção de um sistema de administração centralizada que já estava implantado nesta universidade desde a década de 1950.

Dessa forma, foi estabelecido como objetivo do Núcleo de Assistência Técnica - 8 (NAT-8)

oferecer estágio a profissionais de Biblioteconomia de IES interessados em Sistemas de Bibliotecas Universitárias. Também visa prestar consultoria às IES federais dentro dessa especialização, com vistas à melhoria do desempenho e da produtividade e a maior eficiência e eficácia no uso dos recursos documentais disponíveis e consequente elevação no nível de atendimento dos usuários. (Núcleo de Assistência Técnica - 8, 1975, p.111).

Especialistas em planejamento bibliotecário, a Professora Myriam Gusmão de Martins estava no comando da consultoria, que abrangia áreas do devido aperfeiçoamento dos sistemas de bibliotecas universitárias do país verificando as seguintes temáticas:

Perfis de usuários de bibliotecas universitárias; centralização e descentralização de serviços bibliotecários em universidades; Seleção e aquisição de material documental para IES; Catálogo coletivo e empréstimo entre bibliotecas; Normalização, indexação e catalogação na fonte de publicações universitárias. (Núcleo de Assistência Técnica - 8, 1975, p.112).

O Núcleo de Assistência Técnica – 8 (NAT-8) como ação governamental antecedente ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986) tinha por

objetivo estabelecer sistemas de bibliotecas universitárias de maneira a centralizar objetivos e decisões técnicas para aquisição planejada e tratamento técnico da informação no emprego das normas vigentes, além de melhorar o sistema organizacional da biblioteca e aperfeiçoamento dos recursos humanos.

As ações do Núcleo de Assistência Técnica – 8 (NAT-8), associadas ao Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) e à conscientização da classe bibliotecária de que algo mais deveria ser feito pelas bibliotecas universitárias que tinham um diagnóstico, como já visto na literatura, nada adequado para atender às necessidades de um desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do país.

Nesse sentido, o planejamento para desenvolvimento da Biblioteca Universitária segue uma trajetória histórica que passa pelos contextos educacional, econômico, de desenvolvimento de políticas de Informação, Ciência e Tecnologia e política para a Pós-Graduação.

O cenário apresentado dá-se com o surgimento de planos de desenvolvimento global e setorial, favorecendo a racionalidade dos investimentos. Corroborando esta racionalidade, estão as ações programadas em Informação, Ciência e Tecnologia que definem as responsabilidades para cada setor, abordando indiretamente o subsetor das Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior (IES). Chastinet (1989, p. 43) menciona que “o fortalecimento das IES e especificamente da Pós-Graduação apresenta forte reflexo em suas bibliotecas que passaram a se organizar melhor internamente”.

Os diretores das Bibliotecas Centrais formaram a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias, iniciando uma luta sistematizada para melhoria da Biblioteca Universitária, tendo as discussões continuidade a partir do I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (I SNBU), que se tornou importante foro para debater sobre a biblioteca universitária, cuja consequência foi a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (Portaria 287,1986).

Dessa forma, em abril de 1986 é aprovado o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), com 12 Diretrizes e 46 Ações, sendo criado simultaneamente o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), cuja finalidade foi garantir as condições de implantação do Plano recém-criado. (Chastinet 1989).

Logo, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) pode ser considerado como

resultante de movimentos e ações anteriores, partidas da comunidade profissional de bibliotecários acadêmicos e de profissionais burocratas, incrustados em setores dinâmicos da administração pública federal e envolvidos em programas nacionais de desenvolvimento das universidades, dos cursos de Pós-Graduação, dos grupos e instituições de pesquisa e dos sistemas e serviços de informação científica e tecnológica. (Garcia, 1991, p. 4)

O Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) desenvolve-se com suas ações sendo implementadas, porém o processo é descontínuo, chegando aos dias atuais sem a continuidade de sua lógica de planejamento, visto que “o governo fez os programas específicos que mantinha para as bibliotecas universitárias no Ministério da Educação (MEC) e adotou uma série de medidas que são importantes, mas que estão longe de conduzirem à solução do problema”. (Miranda, 2004).

Percebe-se, portanto, que é de fundamental importância uma política para o desenvolvimento da biblioteca universitária como suporte à universidade Brasileira, principal instrumento de desenvolvimento de Informação Ciência e Tecnologia (ICT) no Brasil.

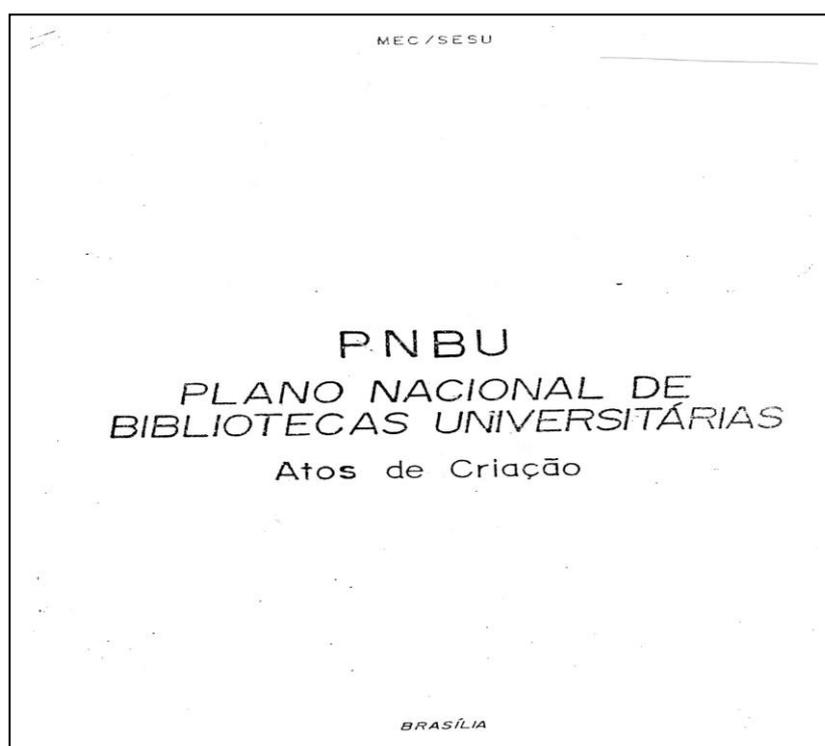
A criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), além de estar no escopo de planejamento do ponto de vista do desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, foi uma ação gestada no âmbito dos profissionais bibliotecários, mas para se tornar realidade, foi adotada pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) na área de bibliotecas. O primeiro passo para essa ação foi o reconhecimento das deficiências das bibliotecas universitárias.

Com isto, a Secretaria de Educação Superior (SESu), desenvolve uma “ação especial na área das bibliotecas universitárias, com o objetivo de contribuir para seu desenvolvimento harmônico, através de apoio técnico, financeiro e de serviços”. (Biblioteca Universitária, 1985, s. p.). Dessa forma, viabiliza o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), com uma proposta de abranger as áreas de “planejamento organizacional, financeiro e de recursos humanos, formação e desenvolvimento das coleções, processamento técnico, automação de bibliotecas, serviços de usuários”. (Bi-

biblioteca Universitária, 1985, s. p.). Contribui, assim, para o desenvolvimento ordenado da biblioteca universitária, de maneira a formar um sistema de apoio ao desenvolvimento informacional do país.

A portaria Nº 287 de 24 de abril de 1986 é lançada aprovando o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), sob a Coordenação de Yone Sepulveda Chastinet, com o objetivo de promover a qualidade dos serviços da biblioteca universitária brasileira, considerando-a como um alicerce para educação superior. Traçava, portanto, as diretrizes para o desenvolvimento de um sistema de bibliotecas universitárias. A coordenação ficou no âmbito da Secretaria de Educação Superior (SESu), embora as ações tenham sido divididas com outras instituições de desenvolvimento científico e tecnológico. (Portaria n. 287, 1986).

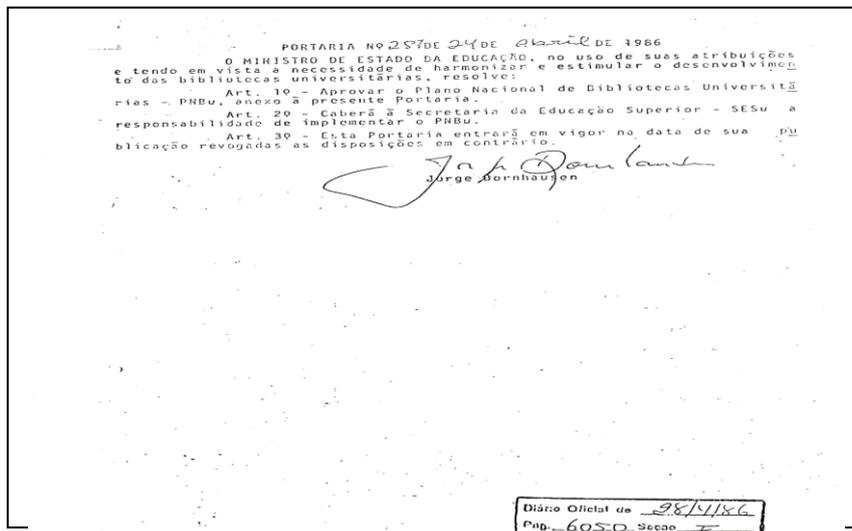
Figura 2 - Capa que antecede documento: atos de criação do PNBU (1986).



Fonte: PNBU (1986).

A Portaria 287/1986 aprova o ato de criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), assinada pelo então Ministro da Educação Jorge Bornhausen.

Figura 3 - Portaria 287/1986.



Fonte: PNBU (1986).

Na sequência foram distribuídas em quadros as diretrizes e ações numa demonstração de um panorama geral do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), o qual está distribuído em áreas que foram constituídas por doze diretrizes e quarenta e seis ações:

Quadro 5 - Planejamento Organizacional

DIRETRIZES	AÇÕES
1 - Estabelecer uma estrutura de sistema de biblioteca e documentação em cada universidade	<p>a) Instituir junto ao MEC/SESu uma coordenação para formular políticas e programas para as bibliotecas universitárias.</p> <p>b) Estimular a criação ou fortalecer os sistemas de bibliotecas e documentação de cada universidade</p>
2- Estimular a definição de padrões da biblioteca universitária em adequação à realidade brasileira, orientar seu planejamento, organização desenvolvimento e qualidade das atividades	<p>c) Definir dados estatísticos coletados sistematicamente, orientados para elaboração de indicadores de estudos comparativos.</p> <p>d) Operacionalizar, a nível institucional, um mecanismo de coleta de dados estatísticos para o planejamento e avaliação das operações administrativas, financeiras, técnica e de prestação de serviços.</p> <p>e) realizar estudos, por amostragem, de serviços que não necessitam de coleta estatística de maneira a permitir avaliação do desempenho da biblioteca.</p> <p>f) Estabelecer padrões mínimos necessários e adequados ao funcionamento eficiente das BUs.</p>

Fonte: Elaborado a partir da Portaria MEC 287/1986. (Portaria n. 287, 1986).

As conquistas do país durante a época ditatorial passavam por uma base de sustentação que era o planejamento do desenvolvimento tão necessário ao surgimento de um Brasil capacitado a crescer enquanto país, enquanto povo. Com esta visão de futuro e com uma prognose da realidade por que passava, a biblioteca universitária tem por diante um contexto de aumento da capacidade de crescer com base na qualidade da pesquisa científica que fundamentava políticas para possibilitar o fazer ciência com vistas a um alcance socioeconômico do ponto de vista interno e ao mesmo tempo galgar níveis de desenvolvimento para uma afirmação externa. Para tanto, era necessário estabelecer: Quem participar? O que fazer? Como definir os padrões a serem seguidos ou atingidos? Como imprimir uma mudança no sistema de funcionamento da biblioteca universitária brasileira?

Para introdução de uma nova meta para a biblioteca universitária dentro de um contexto sistêmico, foi preciso instituir uma Coordenação geral no âmbito do Ministério da Educação (MEC), delegado este desafio à Secretaria de Educação Superior (SESu). Além de estabelecer as definições de padrões estimulando a coleta de dados estatísticos para operacionalizar o planejamento e avaliação de um novo modelo de gestão para as bibliotecas universitárias brasileiras proporcionando um desenvolvimento da qualidade dos serviços estabelecendo novos padrões técnicos e administrativos.

No tocante ao aspecto financeiro foi preciso estabelecer um Planejamento Financeiro, demonstrado nas ações do quadro a seguir:

Quadro 6 - Planejamento Financeiro

DIRETRIZ	AÇÕES
3- Dotar as bibliotecas universitárias de recursos financeiros adequados à prestação de serviços de informação compatível com as necessidades de informação da comunidade universitária	a) Definir as bibliotecas universitárias como centros de custo no planejamento orçamentário da universidade. b) Estabelecer percentual mínimo do orçamento da universidade que garanta o custeio do sistema de biblioteca. c) Definir critérios para elaboração de orçamento com a participação da comunidade universitária. d) Criar condições institucionais para gerenciamento da dotação orçamentária própria. e) Estabelecer tetos orçamentários para aquisição de material documental estrangeiro. f) Propor cotas de importação compatíveis com os tetos de desenvolvimento do acervo. g) Criar mecanismos para captação de recursos externos visando ao desenvolvimento da biblioteca universitária.

Fonte: Elaborado a partir da Portaria MEC 287/1986. (Portaria n. 287, 1986).

Certamente que ao pensar como estabelecer um desenvolvimento para o sistema de Bibliotecas, necessariamente se deve também pensar no ordenamento financeiro, neste caso colocando a biblioteca universitária como unidade orçamentária, de maneira que houvesse a possibilidade de investimento em necessidades de estrutura física, custeio corrente, bem como promover o desenvolvimento das coleções da biblioteca com aquisição de material documental tanto estrangeiro como nacional. Estabelecendo, portanto, um planejamento orçamentário para a biblioteca universitária inserido no contexto de planejamento financeiro e orçamentário da Universidade, além de estabelecer o sistema de biblioteca como unidade orçamentária no âmbito da Universidade, garantindo um percentual mínimo de custeio ao sistema de biblioteca em cada Universidade.

Ainda que possa parecer óbvio ao olhar da interpretação contemporânea, tal prática não era sistêmica nas universidades brasileiras, além de ser um aspecto primordial em um planejamento dessa natureza, ter a biblioteca universitária ou o Sistema de biblioteca universitária como unidade orçamentária, inserido no organograma financeiro da universidade.

Assim, para viabilizar a biblioteca universitária brasileira dentro da estrutura organizacional da Universidade, é instituído, a uma nova percepção voltada tanto aos objetivos da própria Universidade, quanto ao ensino, pesquisa e extensão.

Quanto ao Planejamento de Recursos Humanos foram estabelecidas 7 ações na busca de uma melhoria na qualificação de pessoal que integravam o quadro funcional das bibliotecas universitárias. Tais ações estão no próximo quadro:

Quadro 7- Planejamento de Recursos Humanos

DIRETRIZ	AÇÕES
4 – Dotar as instituições universitárias de condições para formação e qualificação adequada de recursos humanos para bibliotecas.	a) Proporcionar aperfeiçoamento contínuo do pessoal profissional através dos cursos de Pós-Graduação. b) Estabelecer padrões mínimos para composição do quadro funcional. c) Determinar critérios específicos de seleção de pessoal profissional para efetivação de um recrutamento qualificado. d) Estudar a reestruturação da carreira de maneira que permita a progressão funcional do pessoal. e) Promover estudos, visando à criação de cursos de especialização específicos aos técnicos das bibliotecas universitárias. f) Desenvolver um programa de estudos visando à harmonização de técnicas e procedimentos bibliotecários, em áreas de interesse do Plano. g) Estabelecer um programa de cooperação técnica voltados ao desenvolvimento do Sistema.

Fonte: Elaborado a partir da Portaria MEC 287/1986. (Portaria n. 287, 1986).

Se o país apresentava uma pujança no desenvolvimento científico e tecnológico por investimento no sistema de ensino e principalmente na formação de pesquisadores, por meio de adoção de uma política de Pós-Graduação ela era propagada em todo o território brasileiro. Deveriam também os bibliotecários, principalmente, deter competências para atuar frente a uma dinâmica institucional de apoio a novas demandas estabelecidas pela comunidade acadêmica.

O planejamento para aperfeiçoar os recursos humanos das bibliotecas universitárias brasileiras focava a educação continuada para melhoria do quadro funcional, bem como uma conformidade com a nova realidade da universidade brasileira, no tocante ao seu importante papel no crescimento da demanda por informação científica e tecnológica. Assim, o recrutamento de pessoal deveria atender às exigências por um profissional que atendesse às novas demandas de reestruturação da biblioteca universitária, bem como aos que já estavam em atividade dar-lhes condições de oferta de uma educação continuada em nível de Pós-Graduação em larga escala *lato-sensu* com os cursos de especialização voltados ao contexto de desenvolvimento estabelecido pelo Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986).

O Plano também contempla o Planejamento de Recursos Físicos, importante para a implantação de novos sistemas de bibliotecas ao estabelecer uma arquitetura própria para o armazenamento de acervos em novos edifícios de Bibliotecas Universitárias.

Quadro 8 - Planejamento de Recursos Físicos

DIRETRIZ	AÇÕES
5 – Dotar as bibliotecas universitárias de estrutura física adequada às condições de conforto e segurança para coleções usuários e funcionários.	a) Estabelecer critérios para construção, reestruturação e modernização de bibliotecas universitárias, adequados às condições ambientais e culturais do local.

Fonte: Elaborado a partir da Portaria MEC 287/1986. (Portaria n. 287, 1986).

Diante da necessidade de ação estruturante para a biblioteca universitária brasileira, investir na arquitetura de bibliotecas com projetos elaborados segundo critérios adequados a abrigar uma coleção bibliográfica, bem como manter espaços para usuários, serviços e tratamento da coleção, além de se deter na prerrogativa em seguir

critérios modernos à construção de prédios com um conceito de equipamento necessário ao ambiente acadêmico, tornava-se urgente.

O planejamento arquitetônico da biblioteca universitária no Brasil ganhou ênfase na década de 1960, com a Reforma Universitária que proporcionou a criação de Campi Universitários em todo o país, tornou este um aspecto de grande relevância para o contexto da biblioteca universitária, surgindo as discussões entre Centralização X Descentralização organizacional da biblioteca universitária, considerando o planejamento de bibliotecas Centrais ou Setoriais, porém foi com o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) que houve uma maior atenção ao planejamento físico da biblioteca universitária, sendo discutido no âmbito do Simpósio sobre Arquitetura de bibliotecas universitárias, evento acolhido pelo Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), espaço este cooptado pelo Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) para as discussões de assuntos relativos às suas diretrizes e ações.

Desse modo, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) contempla os Recursos Físicos como fator estruturante para dotar as universidades de edifícios específicos para armazenamento de acervos visto suas coleções estarem dispersas em bibliotecas setoriais. Esta infraestrutura dotava a Universidade que ainda não possuía ambiente para a unidade da coleção e serviços, de uma edificação própria para a biblioteca universitária em seu campus.

O II Simpósio sobre Arquitetura de Bibliotecas Universitárias ocorrido no âmbito do VI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (VI SNBU), onde foi discutido e apresentados vários projetos de arquitetura de bibliotecas universitárias de diversas Universidades em variadas regiões do País. Debateram-se assuntos como mobilidade, acesso à coleção, processamento técnico, espaço comunitário (auditório), controle administrativo, localização no campus, entre outros condicionantes para estabelecer uma arquitetura desejável, para o desafio de se ter edifícios integrados à paisagem local e às necessidades dos usuários.

Para Formação e Desenvolvimento de Coleções, foram propostas 2 diretrizes com 9 ações, visando estimular a política institucional para o desenvolvimento de coleções, apresentado no quadro abaixo:

Quadro 9 - Formação e Desenvolvimento de Coleções

DIRETRIZ	AÇÕES
6 – Favorecer a formulação de políticas institucionais de formação, desenvolvimento e conservação de coleções de materiais informacionais, embasadas nos objetivos da universidade e em suas características particulares.	a)Elaborar instrumentos básicos para formação e desenvolvimento de coleções com padrões mínimos. b)Definir diretrizes e modelos básicos para orientação das bibliotecas universitárias no processo de seleção e aquisição. c)Elaborar instrumentos para avaliação do uso das coleções para subsidiar programas institucionais de desenvolvimento do acervo. d)Desenvolver programas de fomento no âmbito do MEC, articulados com as agências de C&T, para apoiar as IES na formação e desenvolvimento dos seus acervos.
7 – Estimular o estabelecimento de Programas de aquisição cooperativa e planejada.	a)Estabelecer, em nível institucional, um catálogo central do acervo das bibliotecas e centros de documentação da universidade. b)Promover atualização e desenvolvimento de listas de periódicos do Projeto CAPES/FINEP. c)Definir e implantar uma política de aquisição cooperativa e planejada de periódicos. d)Elaborar bibliografias mínimas. e)Definir uma política para armazenagem, controle e divulgação das teses e demais documentos gerados pelas IES.

Fonte: Elaborado a partir da Portaria MEC 287/1986. (Portaria n. 287, 1986).

Relevante aspecto do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), pois uma das necessidades prementes da comunidade acadêmica era uma biblioteca universitária, capaz de atender às suas demandas informacionais. Para tanto, era preciso estruturar um aspecto fundamental que era o da coleção, por meio de medidas institucionais para criação de políticas de formação e desenvolvimento da coleção, de maneira a promover a atualização do acervo e estimular a aquisição cooperativa e planejada, além de criar condições de divulgação dos resultados das pesquisas da Pós-Graduação, com suas dissertações e teses.

Nesse contexto, foi elaborado o Programa de Aquisição Planificada de Periódicos (PAP), gestado no âmbito do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) por sua vez inserido na Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agências de Ciência e Tecnologia, Instituto de Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi operacionalizado por dois projetos básicos: a formação de uma rede de aquisição planificada proporcionando ainda o compartilhamento do uso do material informacional por parte dos usuários através da comutação bibliográfica pelo projeto COMUT, bem

como a racionalização dos recursos para aquisição da coleção básica. (Chastinet & Lima, 1986).

O Programa de Aquisição Planificada tinha por objetivo assegurar recursos para aquisição de uma coleção básica de periódicos, cuja distribuição seria destinada às áreas da Pós-Graduação das universidades.

Outra forma de melhoria de desenvolvimento da coleção instituído pelo Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) foi o Projeto BIBLOS, que objetivava financiar a aquisição de acervo bibliográfico com ênfase nas necessidades da Graduação, promovendo o crescimento do acervo das bibliotecas universitárias que, sem o apoio do Ministério da Educação, não teriam condições orçamentárias para esta finalidade. O Projeto BIBLOS assegurou que o financiamento se daria na seguinte forma: para as bibliotecas com acervo de 100.000 volumes seriam financiados 500 títulos. Para bibliotecas de 200.000 volumes seriam financiados 700 títulos, e bibliotecas acima de 200.000 volumes obteriam financiamento de 1.000 títulos. (Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1987).

Quanto ao Processamento Técnico dos Documentos, disposto no quadro a seguir:

Quadro 10 - Processamento Técnico dos Documentos

DIRETRIZ	AÇÕES
8 – Assegurar que sejam adotados padrões, normas e metodologias para o tratamento dos documentos, racionalizando procedimentos para facilitar o intercâmbio e o acesso rápido do usuário ao acervo.	a) Definir normas, padrões e metodologias compatíveis, principalmente para catalogação bibliográfica e cabeçalhos de assuntos. b) Estimular as unidades isoladas de ensino superior a compartilharem seus procedimentos técnicos, possibilitando sua integração a programas cooperativos.

Fonte: Elaborado a partir da Portaria MEC 287/1986. (Portaria n. 287, 1986).

Esta diretriz estava em consonância com uma definição crucial para o estabelecimento de um padrão de tratamento da informação, de modo que houve a possibilidade de compartilhamento informacional, além de facilitar o acesso rápido à informação pelo usuário. Racionalizava também esforços nos procedimentos técnicos para o

tratamento documental e a formação de catálogos como produto informacional voltado à disseminação da informação para a comunidade acadêmica.

A Diretriz 9 aborda a Automação de Bibliotecas, cujas ações visavam à inclusão de processos automatizados para os aspectos de recuperação da informação e administrativos, apresentados em ações do quadro abaixo:

Quadro 11- Automação de Bibliotecas

DIRETRIZ	AÇÕES
9 – Estimular a automação dos procedimentos técnicos e administrativos das bibliotecas universitárias, visando facilitar o atendimento aos usuários.	a) Desenvolver uma rede de intercâmbio de dados bibliográficos e documentários, em um banco de dados central para viabilizar os serviços de catalogação cooperativa, comutação bibliográfica. b) Manter um centro referencial de informação sobre automação de bibliotecas, que assegure orientação e implantação de projetos de automação de bibliotecas. c) Estimular o desenvolvimento de software integrado de automação de todas as funções de bibliotecas. d) Apoiar a adoção do formato de intercâmbio CALCO.

Fonte: Elaborado a partir da Portaria MEC 287/1986. (Portaria n. 287, 1986).

Esta medida tornava-se essencial para colocar a biblioteca universitária brasileira no contexto de incremento da automação para tratamento documental e assim viabilizar a catalogação cooperativa, comutação bibliográfica e estimular o desenvolvimento de software para atender à integralidade das funções da Biblioteca.

A proposta inicial de automação teve a Unversidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como responsável pelo desenvolvimento de um sistema nacional que integrasse em rede outras bibliotecas universitárias numa catalogação cooperativa centralizada num projeto chamado BIBLIODATA²⁵, que disponibilizaria o software a todas as bibliotecas universitárias. (Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Programa de Bibliotecas Universitárias, 1987).

O Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) previa a formação de uma rede de informação cooperativa ao assegurar às bibliotecas universitárias incentivo ao desenvolvimento de *softwares* locais que fossem integrados a um

²⁵ BIBLIODATA – rede de bibliotecas foi criado em 1942 no Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), com o objetivo de reduzir custos da catalogação pelas bibliotecas cooperantes, já sob a gerência do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia funcionou até 1973. A partir de 1980 transforma-se em Rede Bibliodata/CALCO representando uma nova fase da Catalogação Cooperativa brasileira.

mesmo formato de intercâmbio de dados. Com isso viabilizavam-se projetos de automação bibliográfica que atendessem às expectativas dos usuários que demandavam uma forma de acesso às coleções de maneira a obterem uma recuperação rápida da informação. De sorte que promover a automação na biblioteca universitária tinha por fundamento atender ao fomento das atividades em Ciência e Tecnologia, além de inserir o Brasil na condição de país com possibilidades de cooperar com as informações contidas nas bibliotecas universitárias.

No âmbito de Usuários e Serviços, estes foram abordados nas diretrizes 10 e 11 a qual atende ao planejamento da biblioteca universitária ao atendimento do estudo de usuário e oferta de serviços adequados à comunidade usuária, como apresentado no quadro a seguir:

Quadro 12 - Usuários e Serviços

DIRETRIZ	AÇÕES
10 – Assegurar o desenvolvimento e divulgação de métodos e técnicas que facilitem o levantamento de necessidades de informação das instituições universitárias e de seus usuários.	a) Divulgar metodologias testadas de necessidade de informação e estudo de usuários das bibliotecas universitárias. Criar ou adaptar outras metodologias. b) Desenvolver programas de educação de usuários. c) Oferecer regularmente programas de capacitação em metodologia de pesquisa documental, através da biblioteca universitária ou em parceria com cursos de graduação e Pós-Graduação, de modo a conscientizar o usuário para o uso adequado da informação.
11 – Assegurar o planejamento e oferecimento dos serviços de informação de acordo com os diversos segmentos de usuários.	a) Promover treinamento sobre fontes de informação nas áreas de interesse à comunidade universitária. b) Estabelecer acordo com os produtores e intermediários de serviços de informação disponíveis, visando torná-los acessíveis a um maior número de usuários universitários. c) Divulgar os produtos e serviços existentes nas bibliotecas universitárias. d) Planejar e oferecer serviços a partir do acervo de documentos primários. e) Assegurar o acesso à documentação primária, através do Programa COMUT.

Fonte: Elaborado a partir da Portaria MEC 287/1986. (Portaria n. 287, 1986).

Pode-se entender que o usuário é parte fundamental da biblioteca universitária; que está estreitamente vinculado aos serviços que a biblioteca presta, e assim se tornava imprescindível assegurar ações que fossem especificamente voltadas ao usuário. Para tanto, realizar estudos que oferecessem informações sobre o comportamento informacional da comunidade usuária, de maneira a oferecer produtos e serviços almejados pela comunidade universitária.

Previo o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) uma atenção especial à educação do usuário quanto ao uso adequado dos serviços prestados

pela biblioteca universitária, ao mesmo tempo que promovia os recursos informacionais oferecidos à comunidade universitária com a divulgação de seus produtos informacionais e serviços documentários oferecidos, com destaque para a divulgação do uso do COMUT como forma de acesso à informação disposta em todo o território brasileiro e mesmo material estrangeiro disponibilizados por esse serviço.

Do ponto de vista das Atividades Cooperativas foi reservada uma atenção constituindo a décima segunda Diretriz disposta no quadro a seguir:

Quadro 13 - Atividades Cooperativas

DIRETRIZ	AÇÕES
12 – Estimular a participação de bibliotecas universitárias em atividades cooperativas, visando aproveitamento racional e eficiente dos recursos informacionais disponíveis.	a) Integrar cada biblioteca universitária, em programas cooperativos tais como: aquisição cooperativa, sistemas especializados, COMUT. b) Criar um veículo de divulgação das atividades de interesse das bibliotecas universitárias.

Fonte: Elaborado a partir da Portaria MEC 287/1986. (Portaria n. 287, 1986).

Finalizando tal estruturação, está a capacitação para atividades cooperativas, necessárias ao aproveitamento racional e competente dos recursos informacionais integralizados pela biblioteca universitária brasileira.

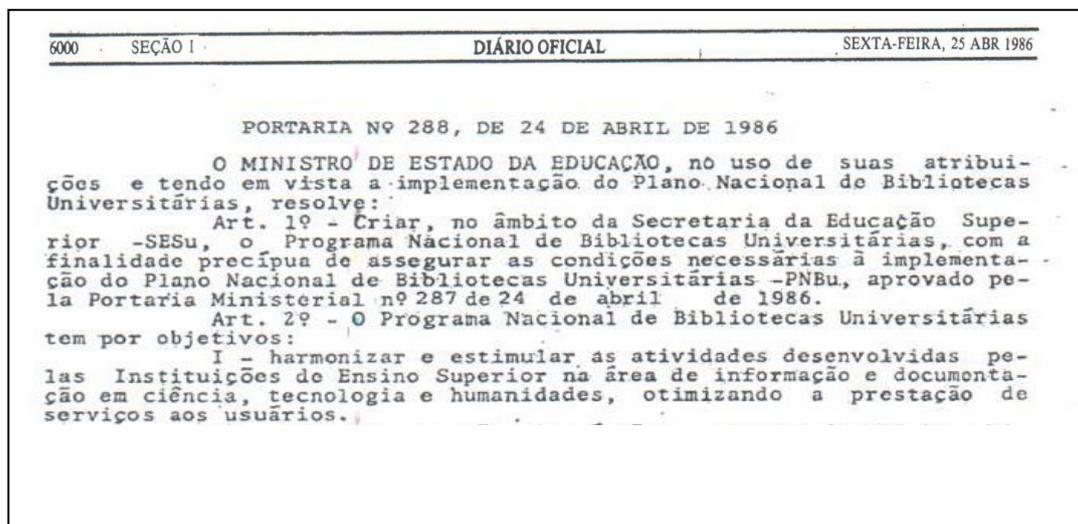
O Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986) previa o desenvolvimento de uma rede cooperativa de informação bibliográfica, com a instituição de uma catalogação cooperativa disponível em rede para as bibliotecas universitárias integrantes do sistema cooperativo. A ideia de rede cooperativa torna-se realidade entre outros projetos que compuseram as ações do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), por meio da catalogação cooperativa e o apoio ao sistema do BIBLIODATA, que tinha por objetivo evitar a duplicidade de catalogação e propiciar o intercâmbio bibliográfico de livros. Esta ação tinha também por objetivo diminuir o quantitativo de livros não catalogados em todo o país nas bibliotecas universitárias, carreado os esforços para uma central de catalogação que facilitava o acesso aos catalogadores do acervo ao ser consultado o BIBLIODATA. (Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1987).

Para que as bibliotecas tivessem sucesso na catalogação cooperativa em seus ambientes bibliotecários de processamento técnico, fazia-se necessária a conversão

de software para o formato nacional o CALCO²⁶, Dessa forma eram o BIBLIODATA e o CALCO os responsáveis pela automação e cooperação bibliográfica promovidas pelo Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) num esforço de transformar o processo de recuperação da informação de uma absoluta desintegração e de formato manual em um sistema integrado em rede automatizada, possibilitando celeridade nos processos e no acesso à informação pelo usuário.

Em seguida à criação do Plano foi também, o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, pela Portaria Nº 288 de 24 de abril de 1986, tendo por objetivo assegurar as condições necessárias à implementação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU -1986).

Figura 4 - Portaria Nº 288/1986, Criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitarias:



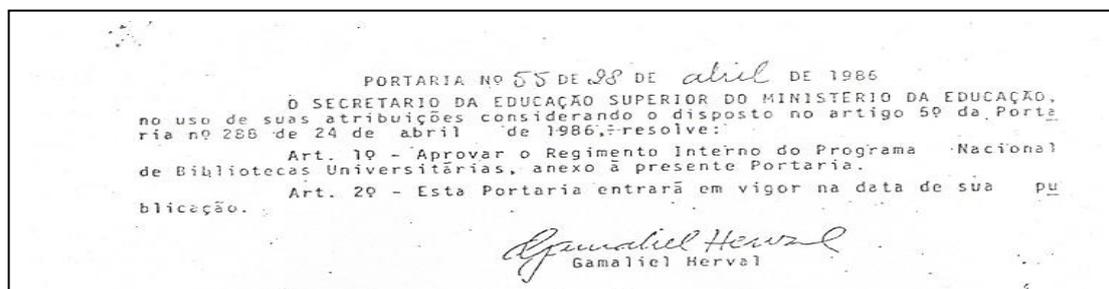
Fonte: Portaria 288 (1986)

²⁶ A Catalogação Legível por Computador (CALCO) foi criado no Brasil através do projeto CALCO pela bibliotecária Alice Príncipe Barbosa, a partir do *Machine Readable Cataloging* (MARC), formato de intercâmbio bibliográfico legível por computador que foi criado pela Library of Congress (USA). O propósito do formato CALCO é a cooperação de informação entre bibliotecas cooperantes no Brasil, tendo a Fundação Getúlio Vargas (FGV) como principal centro de processamento de catalogação do país. Na década de 1980, o projeto CALCO une-se ao BIBLIODATA, se tornando a Rede BIBLIODATA/CALCO, cujo objetivo é compartilhar recursos e serviços entre as bibliotecas da Rede.

O Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) tinha por objetivo principal harmonizar o desenvolvimento da biblioteca universitária na área de informação e documentação em ciência e tecnologia, com melhorias a oferta de serviços aos usuários. Na definição do Programa, fica criada a Secretaria Executiva (SE), responsável por acompanhar e avaliar a implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) e do Comitê Técnico Assessor (CTA), constituído pelo Secretário de Educação Superior (SESu), Diretor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Diretor do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE),²⁷ Diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e cinco diretores de bibliotecas universitárias Federais das diversas regiões do país. O Programa possuía financiamento assegurado no orçamento do Ministério da Educação (MEC). (Portaria n. 288, 1986).

Em 30 de abril de 1986, é publicado o Regimento do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, através da Portaria Nº 55 de 28 de abril de 1986 no âmbito da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, o qual confere caráter técnico-científico ao Programa, com respeito à temporalidade, era indeterminado, e constituía mais um instrumento que assegurava a implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias.

Figura 5 - Portaria Nº 55/1986, Aprova o Regimento do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias.



Fonte: Arquivo Pessoal (2014).

²⁷ O Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE) do Ministério da Educação possui a finalidade de viabilizar a geração de conhecimentos e assessoramento técnico no que tange à infra-estrutura física de apoio à educação e o desporto.

O Regimento do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias está disposto no Art. 16, em que aponta o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) como fórum onde foram realizadas as “Assembleias Gerais do PNBU, visando assegurar intercâmbio de experiências na execução do Plano e discussões sobre seu desenvolvimento”. (Regimento do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1986, p. 6225).

Isto, de fato, pôde ser constatado nos anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), ao ter as pesquisas apresentadas denotando estudos advindos das necessidades apontadas pelo Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), transformando-se em fonte que atesta a história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), de onde se depreende que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) foi condição estruturante da biblioteca universitária, com a implantação de suas ações, constituindo-se na primeira política para a biblioteca universitária brasileira.

5.1 O resultado dos depoimentos no Discurso do Sujeito Coletivo

Do ponto de vista da pesquisa direta realizada com os sujeitos (atores) que experienciaram a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), e que, gentilmente cederam suas memórias a respeito da temática, de acordo com o que lhes foram perquiridas, obviamente, tratando-se de um trabalho de pesquisa científica, tais questionamentos atendem a objetivos que demarcam o teor e a finalidade da investigação.

Assim sendo, temos a seguir uma abordagem discursiva do sujeito coletivo “que visa dar luz ao conjunto de individualidades semânticas componentes do imaginário social” (Lefèvre; Lefèvre, 2005a, p. 16). Os pensamentos situados na memória individual dos sujeitos, e recolhidos, constituem um fundamento da narrativa sobre o pioneirismo de uma política para a biblioteca universitária brasileira.

Assim, aplica-se a abordagem do Discurso do Sujeito Coletivo como recurso para interpretação da memória registrada nos questionários e usados como fonte pri-

mária, cuja soma de discursos (Lefèvre; Lefèvre, 2005a), constitui uma perspectiva contextual da história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986).

Após processamento de identificação das Ideias Centrais (IC), fica demonstrada uma realidade histórica de como ocorreu a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), corroborado por um conteúdo documental, com a interpretação e descrição das Ideias Centrais do depoimento de cada sujeito que respondeu ao questionário, como base construtiva dessa narrativa. A organização e o processamento das questões já foram explicados no capítulo destinado à metodologia dessa pesquisa.

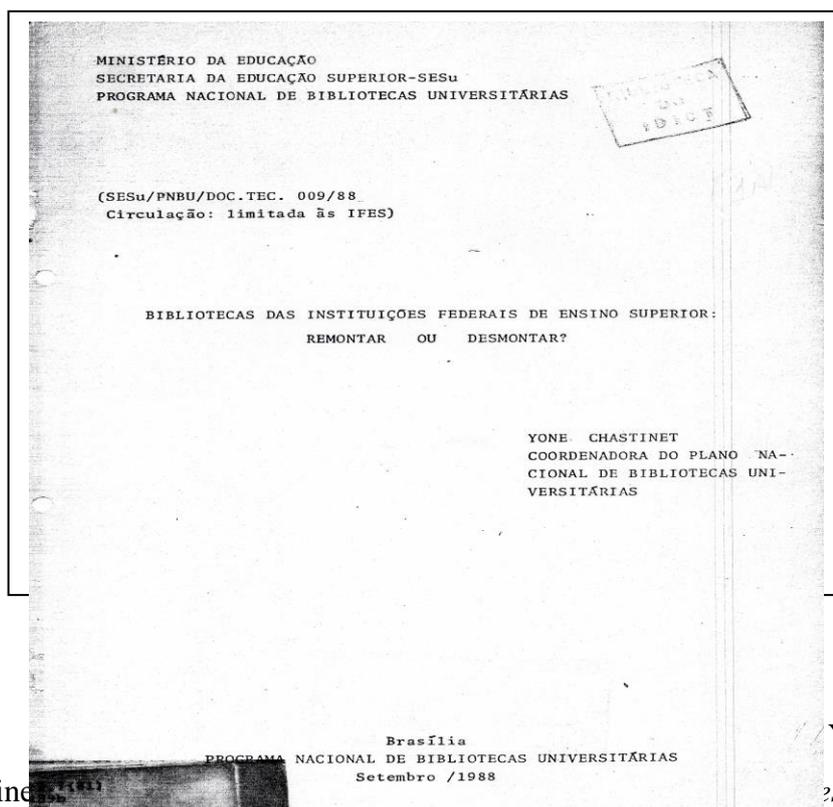
Dessa forma, tem-se um discurso acerca do que foi indagado aos sujeitos, associado às constatações evidenciadas pela literatura sobre os acontecimentos ocorridos, expressadas nos capítulos que fundamentam teoricamente essa pesquisa, a qual focou a história contemporânea do planejamento bibliotecário brasileiro, inserido no contexto de planejamento setorial em Educação e Ciência e Tecnologia, objetivando o alcance de metas estabelecidas no macroplanejamento do país.

Temos então que o discurso, descrito pelos sujeitos e contido em fontes documentárias, destaca o apoio do Ministério da Educação em estabelecer um padrão de qualidade das bibliotecas universitárias brasileiras, a partir do comando da Secretaria da Educação Superior, que nas pessoas de Paulo Elpídio de Menezes Neto (Secretário da Secretaria de Educação Superior -1985- 1990?) e de Derblay Galvão (Sub-Secretário da Secretaria de Educação Superior -1985-1990?), com interesse em prover melhorias nas condições das bibliotecas universitárias, delegou a Yone Sepulveda Chastinet (1985-1990?) a competência de desenhar uma arquitetura organizacional da biblioteca universitária brasileira, em adequação às reais necessidades de desenvolvimento que apresentava o Brasil na década de 1980, cujo contexto estava permeado por experiências de planejamento de progresso do país. Com referência específica a esta perspectiva, a área da Educação Superior e a área da Ciência e Tecnologia, a *expertise* de Yone Sepulveda Chastinet em Informação, Ciência e Tecnologia, era uma referência, e, importante para a função de liderar a revolução da biblioteca universitária brasileira, sendo realizada a partir de um organograma vinculado à Secretaria de Educação Superior (SESu), na qual

foi constituída a seguinte estrutura: uma Secretaria Executiva e um Comitê Técnico Assessor (CTA), de acordo com depoimentos de S8RC e S10RSS.

Como é possível constatar nas fontes, sejam documentos primários, artigos do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), ou nos depoimentos dos colaboradores com esta pesquisa, o papel proeminente de Yone Sepulveda Chastinet, a exemplo da obra: “Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior: Remontar ou Desmontar?” registrada na descrição de ordem (SESu/PNBU/DOC/.TEC. 009/88), onde está registrado a autora como Coordenadora do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986).

Figura 6 - Capa do documento elaborado por Yone S. Chastinet



da Chastinet e Yone Sepulveda Chastinet, *Yone Sepulveda Chastinet: um perfil pessoal e no Governo*. Apesar de toda uma classe profissional e gestores públicos das universidades e órgãos governamentais voltados para a Ciência e Tecnologia se mobilizarem para transformar a biblioteca universitária brasileira, foi evidenciada a liderança de Yone Sepulveda Chastinet, quando S8RC declara que *as ações de planejamento ficaram mesmo com Yone que com sua criatividade e conhecimento da área de CI e C&T [...] ofereceu*

soluções a vários setores das BUs. Para Chastinet (1990, p. 45) o planejamento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), “foi efetuado pela própria comunidade atuante na área de bibliotecas das IES, e usuários, e por essa mesma comunidade foi ratificado”. Assim o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) passa a constituir uma política para a biblioteca universitária, propiciando uma infraestrutura capaz de assegurar melhoria na assistência ao usuário, cumprindo a atribuição de subsidiar a universidade na sua função de ensino, pesquisa e extensão.

Ainda que seja constatada na literatura a participação da classe de bibliotecários brasileiros no ideário de uma ação de melhoria da biblioteca universitária, visto que há tempos ensaiavam uma ação específica para mudança do quadro de pouca eficiência e eficácia dos serviços e função da biblioteca universitária brasileira, necessário se fez a atuação como liderança de uma profissional bibliotecária com experiência em Ciência e Tecnologia, com passagem pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no período de (1983-1985) entre outros órgãos de pesquisa. Portanto, com vasto conhecimento sobre a realidade do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro e com o respeito de colegas de outras áreas que ocuparam destaque no Ministério da Educação, a exemplo específico da Secretaria de Educação Superior, caso de Paulo Elpídio de Menezes Neto (Secretário da Secretaria de Educação Superior e de Derblay Galvão (Sub-Secretário da Secretaria de Educação Superior), que decidem apoiar a área de bibliotecas universitárias como explicitou S10RSS, em face do exposto, foi dada a Yone Sepulveda Chastinet, a devida designação governamental, para assumir o desafio de organização desse setor essencial para construção de uma base científica e tecnológica no país.

Situado no tempo histórico, período já detalhado anteriormente, vamos à década de 1980, quando ainda se apresentavam vigorosos vestígios num contexto desenvolvimentista, no qual o Brasil estava envolvido. Contrastava com essa realidade progressista a condição da biblioteca universitária brasileira, cujos diagnósticos foram levantados por pesquisadores em trabalhos apresentados pelo Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias e pela Yone Sepulveda Chastinet, apontavam falhas gravíssimas na biblioteca universitária brasileira.

Na obra, “Biblioteca das Instituições Federais de Ensino Superior: Remontar ou Desmontar?”, a autora Yone Sepulveda Chastinet manifesta sua inquietação e faz questionamento sobre a realidade da biblioteca universitária brasileira, ao apresentar a realidade em comparativo com o país mais bem sucedido das Américas, os Estados Unidos da América, ao mesmo tempo em que se volta também para a comparação com a realidade apontada pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) em países do Continente Africano, seja na severa distância de conteúdo em relação ao Norte ou no distanciamento de uma horizontalidade Sul/Sul, o Brasil apresentava uma realidade constrangedora no tocante à biblioteca universitária.

Assim, a síntese do que foi apresentado por Yone Sepulveda Chastinet em sua obra diagnóstico revelava falhas desde o ponto de vista da competência gerencial do bibliotecário à influência do contexto de crise econômica em que vivia o país, refletindo diretamente o “desmontar” da situação financeira das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Estas não dedicavam recursos necessários ao desempenho satisfatório da condução de uma política de aquisição bibliográfica condizente com a demanda por informação científica, visto que a não atualização dos acervos causava reflexo direto na Pós-Graduação, responsável por alavancar a área da Pesquisa brasileira no contexto da Ciência e Tecnologia. (Chastinet, 1988).

Nesse sentido, “a situação do acervo nacional de periódicos técnico-científicos [...] é tão grave, porque atinge frontalmente a Pesquisa e a Pós-Graduação”, (Chastinet, 1988, p. 3). Essa afirmação é reveladora de uma realidade que dominava o cenário da biblioteca universitária brasileira. Outro agravante, segundo Chastinet (1988) é constituído a partir do quantitativo de livros, que em todas as universidades do país somavam 6,5 milhões de volumes, comparado apenas, com uma universidade norte-americana, a de Harvard, que possuía aproximadamente 11 milhões de livros. Percebe-se o quanto era preciso melhorar e avançar para minimizar o fosso de investimento em aquisição bibliográfica, que distanciava as bibliotecas universitárias brasileiras de um mundo desenvolvido.

Talvez apontar a bússola para o Norte fosse uma maneira exagerada, visto que seria desproporcional o comparativo de um país sul-americano em desenvolvimento com um país mais desenvolvido do planeta, à época tendo os Estados Unidos da Améri-

ca uma sustentabilidade econômica que não se via no Brasil. No entanto, o direcionamento Sul/Sul nos colocava em condição de vexame. A própria Chastinet (1988) aponta outra pesquisa elaborada pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) em 1984, que apresenta dados de países da África revelando que as bibliotecas universitárias detinham em seus acervos, na década de 1970, em média 50 livros por estudante, sendo recomendado pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) que aumentasse esse montante para 75 livros por estudante na década seguinte. Enquanto isso, no Brasil, a média apresentada de livros por estudante não atingiu a marca dos 20 livros, embora esse tenha sido um ponto bastante variável, mostrando a pesquisa que a maioria das bibliotecas brasileiras se situava no percentual entre 10.1 a 20 livros por estudante. Apenas duas universidades situavam-se acima de 40 livros por estudante na década de 1980, sendo a Universidade de Brasília (UnB) e a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM)²⁸, atual Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFRSA). (Chastinet, 1988).

A odisséia de “Remontar” as bibliotecas universitárias brasileiras passaria necessariamente por duas vertentes:

- O desejo político das altas administrações do MEC e das IFES, sem o que qualquer ação pode ser inviabilizada.
- O desenvolvimento de programas cooperativos que assegurem maior racionalização na aplicação dos limitados recursos financeiros e maior compartilhamento no uso do recurso bibliográfico. (Chastinet, 1988, p. 8)

Tal realidade clamava uma ação de transformação, de tal modo que os ecos da classe bibliotecária, juntamente com a necessidade extremada de mudança do quadro de inoperância da biblioteca universitária, no tangente à conjuntura de desenvolvimento da pesquisa assumida pela universidade brasileira, como fundamento ao progresso do país.

Mais uma vez aqui lembramos a importância de Yone Sepulveda Chastinet, quanto à compreensão do desenvolvimento da biblioteca universitária brasileira que, com sua competência, transitava com desenvoltura tanto na área da Informação Científica e Tecnológica (ICT), tendo atuado como Diretora do Instituto Brasileiro de Infor-

²⁸ ESAM – Escola Superior de Agricultura de Mossoró foi criada em 1967 e transformada em Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) em 29 de julho de 2005.

mação em Ciência e Tecnologia (IBICT - 1983-1985), além de experiência inerente a formação e atuação profissional como Bibliotecária, como na participação em congressos relacionados à área em foco, possibilitando uma visão contextual em profundidade da prática científica relativa às bibliotecas, em especial aos aspectos da biblioteca universitária discutida nos Seminários Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), como foi explicitado por S10RSS, além de dispor de *respeitabilidade no Governo*, como assevera S5RSB.

No segmento da narrativa de idealização e planejamento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), os sujeitos S4RSS, S6RI, S7RSB, S8RC e S10RSS concordam que as *recomendações* dos Seminários Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBUs), são a base da formatação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986) . Os quatro primeiros Seminários Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) constituíram uma importante fonte usada para construção e definição das áreas de atuação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). Tais discussões objetivavam planejamento voltado a alguma ação governamental para o desenvolvimento da biblioteca universitária brasileira. Desde o I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), uma das recomendações dizia respeito à criação de possível

legislação e de uma estrutura organizacional "modelo", tendo em vista a formação de padrões mínimos para a biblioteca universitária capaz de orientar o seu planejamento, sua organização, sua padronização, suas relações, e para definir responsabilidades das universidades e da própria classe bibliotecária. (Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1979, p. 403).

Assim, os três primeiros Seminários Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBUs) foram significativos para estudo dos principais problemas recorrentes nas bibliotecas universitárias, sendo propostas algumas soluções, discutidas no IV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (IV SNBU) em 1985 ocorrido na cidade de Campinas – São Paulo, que serviria de fundamento para construção do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986). Chastinet (1990, p. 44) afirma que foi “lançada a semente do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), que pôde germinar no solo fértil de decisão tomada pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior (MEC/SESu), em meados do mesmo ano, de criar

um programa de apoio às bibliotecas, visando a melhoria do ensino e da pesquisa”. Desse modo, S10RSS ratifica em seu depoimento que houve um estudo de *frequência das recomendações*, apresentadas nos Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias, desencadeando a elaboração de projetos para melhoria da biblioteca universitária.

Com isto, é possível inferir que a participação da classe bibliotecária teve papel fundamental, visto que os bibliotecários estavam na linha de frente do que se pode conceber como política de Informação Ciência e Tecnologia. Esta, por sua vez, fazia parte da política setorial para o progresso da ciência e tecnologia no Brasil, como um sistema de informação científico-tecnológico e, portanto, os bibliotecários identificavam as dificuldades mais prementes para atender com qualidade e quantidade à demanda por informação advinda, principalmente, da pesquisa nas universidades. Essa demanda cresceu a partir da estruturação e disseminação de Programas de Pós-Graduação nas universidades, ocorrida após a regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação com a publicação do Parecer do Conselho Federal de Educação nº 977/65, “Definição dos Cursos de Pós-Graduação”, denominado de Parecer Sucupira, isto porque o Professor Newton Lins Buarque Sucupira (1920-2007) foi o relator desse Parecer que teve também a participação dos seguintes membros: Antônio Ferreira de Almeida Júnior (Presidente), Clóvis Salgado, José Barreto Filho, Maurício Rocha e Silva, Durmeval Trigueiro, Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, Valnir Chagas e Rubens Maciel. (Conselho Federal de Educação, 1965).

É comprovada ainda a participação dos bibliotecários na ocupação de cargos com funções estratégicas em instituições governamentais somando, portanto, esforços em prol de um objetivo principal, a organização da biblioteca universitária, para o cumprimento de sua função de informar, numa nova significação de suporte às demandas de informação requeridas pela comunidade acadêmica para suas pesquisas, no âmbito do progresso científico e tecnológico que era projetado pelos planos governamentais de desenvolvimento.

Outros depoimentos apresentam a versão da idealização e planejamento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986) como ação governamental. Dessa forma, para S9RC, esse Plano foi uma *iniciativa governamental*. Isso pode parecer um ato isolado, sem a mobilização e articulação de setores da sociedade para tal.

Entretanto, S4RSS afirma ter sido uma *reivindicação da classe bibliotecária*, reiterado por S2RSB ao evidenciar a participação dos *diretores das bibliotecas universitárias brasileiras*, em reuniões do Comitê Técnico Assessor (CTA). Contudo, o discurso dos sujeitos S4RSS, S6RI, S7RSB, S8RC e S10RSS estão alinhados quando remetem às discussões, dos quatro primeiros Seminários Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBUs) como princípio das reflexões que formaram o *corpus* de um imaginário desencadeador de ações inadiáveis ao desenvolvimento da biblioteca universitária brasileira.

Há ainda as informações reveladas por S2RSB, S6RI, S7RSB, S9RC e S10RSS do envolvimento de instituições como *MEC, SESu, IBICT, CNPq, FINEP, FAPERJ*, Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE) e *Bibliotecas Centrais das Universidades*. Observa-se, portanto, que as instituições envolvidas não eram apenas no âmbito educacional, mas se expandiam em um leque governamental que se empenhava com o planejamento, financiamento e manutenção do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), de maneira que o Brasil promovesse seu desenvolvimento educacional, e de ciência e tecnologia, visto ser o ambiente da universidade brasileira o mais envolvido na prática da pesquisa científica.

Dessa forma, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) pode ser considerado a sinergia de um movimento voltado para a estruturação da biblioteca universitária brasileira, num contexto de desenvolvimento de políticas educacionais e de ciência e tecnologia, que conferia à participação da biblioteca universitária o espaço de saber, necessário para alcançar a excelência das pesquisas, representando fundamental estrutura na evolução da universidade brasileira, que passa a ser o centro gravitacional da pesquisa científica, tão vital ao progresso do país.

No tocante à conjuntura de construção do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), apontam ainda os depoimentos com menção feita ao contexto das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, ao afirmar S6RC que o planejamento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) foi ancorado na *Ação Programada em Ciência e Tecnologia*, na vigência do *III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*, cujas ações de Informação Ciência e Tecnologia foram coordenadas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnolo-

gia, evidenciadas por S8RC ao mencionar um alinhamento do *PNBU com as políticas de C&T*, que eram gestadas e coordenadas por órgãos designados como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) entre outros, pondo em prática as políticas de Ciência e Tecnologia, bem como de Informação Científica e Tecnológica (ICT).

Uma pequena nota sobre o III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT - 1980-1985), mencionado na fundamentação teórica, o qual foi instituído pelo Decreto n. 85.118 de 1980, sendo Presidente do Brasil o General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1918-1999), no período de (1979-1985). O referido Decreto, em seu capítulo 4, menciona genericamente a inclusão da *biblioteca* como instrumento de disseminação da informação em sistemas organizados. (Decreto n. 85.118, 1980). Embora não tipifique *biblioteca* como sendo a universitária, a maioria das bibliotecas destinadas a essa finalidade estava inserida nas Universidades, distribuídas em todo o território nacional, de maneira que poderia oferecer uma resposta adequada a essa organização em sistemas, podendo atuar como ente difusor do saber produzido no país e adquirido no exterior.

Nesse sentido, havia estímulo, por parte do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no concernente à viabilização de acesso a bases de dados estrangeiros via Serviço Internacional de Comunicação de Dados (INTERDATA). Algumas das bases adquiridas nesse período foram: COMPENDEX, INSPEC, Library Information Science Abstracts (LISA) e CRYSTALLOGRAPHIC, que eram distribuídas para operação em instituições brasileiras de pesquisa científica, cuja atuação específica correspondia ao conteúdo de tais bases de dados. (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985).

Esse pode ser um ensaio do que mais tarde viria a ser implantado no Brasil, um sistema de disseminação de informação de Base de Dados nacional e estrangeira contida num Portal *online*, administrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente, este é conhecido como Portal de Periódicos (CAPES), cujo objetivo foi a democratização da informação científica no Brasil por meio do princípio do acesso aberto, ainda que as bases de dados estrangeiras façam parte de uma indústria da informação, visto sua aquisição ser por meio de compra, embora

sua distribuição aos pesquisadores brasileiros, passa pelas bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior, Instituições de Ensino Superior em âmbito estadual e municipal, Institutos de Pesquisas Científicas, agregando ainda as Instituições Privadas de Ensino Superior. Estas precisam atender aos pré-requisitos estabelecidos para os Programas de Pós-Graduação avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dessa forma, o financiamento é do governo brasileiro, com amplitude de acesso a todo o território nacional.

Inegável que tal medida de distribuição tenha proporcionado às bibliotecas universitárias com menos recursos uma oferta de informação de qualidade e atualizada aos seus usuários. A medida caracteriza uma maior equidade de condições no acesso à informação científica, porém, o fato de ter acesso a esse Portal, não é vedada a expansão da biblioteca universitária de qualquer Instituição citada, quanto à aquisição de outras bases de informação que não estejam contempladas no conjunto de bases de informação adquiridas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O que determina essa expansão continua a ser o poder orçamentário e as políticas de cada Universidade no desenvolvimento de áreas, cujo pendor científico e tecnológico lhes seja mais acentuado.

Essas medidas, em seu início, tomavam por base o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), que ensejava como princípio os “interesses do projeto brasileiro de construção de uma sociedade desenvolvida e democrática”, com destaque para a “relevância da pesquisa científica e tecnológica e sua aplicação para o desenvolvimento nacional”, Para tanto, seria necessário “fortalecer e ampliar o domínio do conhecimento científico, especialmente através da eliminação de carências e estrangulamentos nos programas de pós-graduação e pesquisa das universidades”. (Presidência da República, 1980, p. 91-92). Obviamente que o conhecimento de tais metas governamentais favorecia o espírito de participação para dirimir o atraso em que o país vivia, não apenas do ponto de vista educacional, econômico, mas principalmente, no tocante ao domínio da ciência e das técnicas de produção industrial, conhecimento necessário para qualquer sociedade moderna inserir-se no contexto do mundo desenvolvido ou se estabelecer em vias de desenvolvimento.

Pode ser destacada, portanto, na ocorrência dos fatos, a participação da Secretaria de Ensino Superior (SESu) que entra nesse contexto como protagonista de uma das cenas mais marcantes para a biblioteca universitária no Brasil, tendo por fundo de influência o desenvolvimento almejado pelo Brasil, entre outros contextos o econômico, educacional, científico e tecnológico, em evidência nesse caso o contexto de planejamento bibliotecário .

No tocante à execução do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), a compilação dos Depoimentos foi composta no relatado por S6RI, S8RC, S10RSS, uma vez propostas, planejadas, projetadas e aprovadas eram operacionalizadas por aqueles que faziam parte diretamente da estrutura do Ministério da Educação/Secretaria da Educação Superior (MEC/SESU) ou de outros órgãos envolvidos como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Bibliotecas das Universidades brasileiras.

Quanto aos sujeitos S1RA, S2RSB, S3RU, S4RSS, S5RSB, S6RI, S7RSB, S8RC, S9RC, S10RSS apresentaram seus motivos de participação na construção e execução do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU -1986), sendo convidados a se envolver, por ofício de funções ocupadas na estrutura de circunscrição do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), cujo ambiente era possível reter à descrição dos órgãos envolvidos supramencionados, ou por consultoria específica de projetos e avaliações. Assim sendo, essa estratificação interpretativa compreende uma representatividade de construtores diretos do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) nas seguintes autorias: Coordenação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), participação na representação de Diretores de Bibliotecas Centrais, (considerando já haver um sistema de biblioteca na universidade que integravam), Servidor Técnico do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior (MEC/SESu), Bibliotecários que ocupavam funções na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), considerando ainda, três depoimentos por via

de participação indireta por abranger a visão de representação de usuário, de avaliação e de legado do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Do ponto de vista do usuário, a estruturação da biblioteca universitária promoveu a busca por informação especializada, tomando, por exemplo, sua atividade na área Petroquímica: graxa e lubrificante; na área do Programa Nacional de Álcool (Proálcool): fermentação a vácuo. Além de organização de produtos de informação como fontes de informação terciária: bibliografia e guias de informação sobre vinho e óleos vegetais.

Na visão da avaliação, um extrato sobre a obra, *Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias: planejamento e permanência* revela que o mesmo teve o mérito e a “capacidade de abrigar e operacionalizar iniciativas em andamento no campo das bibliotecas universitárias em diferentes órgãos e instituições, [...] além de ter uma característica abrangente e globalizadora, [...] sendo uma experiência pioneira de planejamento e atuação sistemática no desenvolvimento das bibliotecas universitárias federais, que teve como resultado principal estender a problematização da biblioteca universitária à administração das universidades, às agências de C&T, e ao próprio MEC, [...] ainda que não tenha atendido todas as expectativas da clientela potencial”. (Garcia, 1991).

A alusão ao legado está presente na referida práxis que foi adotada pelos Sistemas de Bibliotecas Universitárias a partir do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), bem como no uso de informação da produção literária advindos do fértil campo de pesquisa que se descortinou na área em foco.

De acordo com o que é apresentado nos depoimentos de S2RSB, S4RSS, S6RI, S7RSB, S8RC, S9RC, S10RSe foi possível perceber que o ambiente de conjugação das práticas existentes nas bibliotecas universitárias, associadas à pesquisa de novas ideias para elaboração de projetos, era da Secretaria Executiva e do Comitê Técnico Assessor (CTA) de onde partia o planejamento de cada área e as ações a serem colocadas em projetos e operacionalizadas no âmbito das bibliotecas universitárias de cada universidade integrante do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

É na Secretaria Executiva e no Comitê Técnico Assessor que transcorrem os principais atos de bastidores do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-

1986), através de formação de Grupos de Trabalhos (GT), de discussões temáticas, reuniões técnicas, apresentação de painéis, elaboração de projetos, além de apoio à organização de Seminários e Congressos em âmbito nacional, referente à biblioteca universitária, além de incentivar pesquisas acadêmicas sobre a temática (produção de Dissertações e Teses), e operacionalizar cursos de Pós-Graduação *lato sensu* na área da Biblioteconomia em universidades do país, num esforço de capacitação do bibliotecário para o exercício qualitativo da função, elevando o nível de atendimento ao usuário, especialmente dos pesquisadores, de acordo com o relatado por S2RSB, S4RSS, S5RSB, S6RI, S7RSB, S8RC, S9RC e S10RSS.

Tendo em consideração o Ministério da Educação (MEC) como estrutura governamental que compõe a cúpula do governo, pode-se inadvertidamente inferir que houve uma determinação de governo no apoio ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) como política de estruturação da biblioteca universitária brasileira. Entretanto, a leitura dos depoimentos demonstra que o esteio à causa do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) foi a Secretaria de Educação Superior (SESu), embora órgão integrante da estrutura do Ministério da Educação (MEC), aparentava postura de relativa autonomia para atuar em ideários de seus gestores, consonante com contextos que diretamente influenciavam ações que figuravam como governamentais..

A opinião de S8RC é categórica em sua afirmação de que *não foi uma decisão de governo do MEC* construir uma política de estruturação da biblioteca universitária brasileira. S8RC complementa ao atribuir esse feito ao *entendimento do Secretário da SESU sobre a importância das BUs para o desenvolvimento da pesquisa*. Esse fato remete a uma percepção da falta de compreensão da cúpula governamental do país de que ações tidas como estratégia de desenvolvimento do país, tanto no âmbito global como nos domínios setoriais, deveriam ser concebidas como prática de Estado, em oposição à tradição de ações pontuais de governo, ou ainda alguma ação ocasional de idealistas que mesmo ao municiar seu ideário de condições de existência real, este não perdura no tempo.

Mesmo que a evidência de estrutura governamental seja o Ministério da Educação (MEC), S7RSB se coaduna com S8RC quando aponta que era atribuído à

SESU assegurar as condições de: definições de padrões, organização, desenvolvimento e serviços bibliográficos nas universidades. Por outro lado S2RSB, S6RI e S9RC, consideram uma ação governamental do Ministério da Educação (MEC) no planejamento e operacionalização do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) a contratação de bibliotecários para essa finalidade. No entanto, é possível estabelecer um ponto de equilíbrio na opinião de S10RSS quando aponta o *apoio do MEC às bibliotecas universitárias*. Isso remete à ideia de ação governamental, porém deixa claro que foi *interesse da SESU: Dr. Paulo e Dr. Derblay Galvão, com apoio do Dr. Edson Machado* então diretor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que induz a outro entendimento de ações idealistas. No que tange ao apoio da CAPES, S9RI cita *Dr. Darci Closs e Dr. Claudio de Moura Castro*.

De sorte que S4RSS e S6RI oferecem subsídios em seus depoimentos para a compreensão de que a idealização e a execução do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) foram estabelecidas em função do panorama nacional que apresentava uma conjuntura, de redemocratização política, vigência de políticas em ciência e tecnologia no âmbito do III Plano Básico de Desenvolvimento (III PND) em Ciência e Tecnologia, estabelecimento de uma política para a Pós-Graduação, destaque para atuação das universidades no fortalecimento do desenvolvimento nacional. Esta realidade contrastava com as carências da biblioteca universitária, embora fosse a esta atribuído o desafio de executar a função de apoio às pesquisas desenvolvidas nas universidades, no presente cenário da década de 1980.

Esta narrativa perfaz a trajetória de idealização e execução do PNBU, tendo por intermédio os relatos de personagens testemunhas oculares; além de fundamentação em fontes de informação que subsidiaram esse escrito de investigação, que ambiciona contribuir com esse capítulo da história contemporânea do planejamento bibliotecário brasileiro inserido nos contextos de desenvolvimento global e setorial do Brasil.

5.2 PNBU: uma representação em mapa conceitual

A percepção do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) pelo prisma de um mapa conceitual na organização das informações, feito a partir

de uma modelagem de mapa conceitual usada para compreensão da estrutura que envolveu a criação e execução desta política para a biblioteca universitária brasileira e possibilita o vislumbre de contextos presentes nesta ação de planejamento bibliotecário.

A construção de um mapa conceitual representa um mapa conceitual que revela uma compreensão do conhecimento e atores envolvidos nessa estrutura organizacional de uma política pública para a biblioteca universitária brasileira. Porém, do ponto de vista dos princípios que estruturam a formulação de um mapa conceitual, a partir de elementos encontrados na Teoria da Aprendizagem Significativa, atribuída sua concepção ao norte-americano David Paul Ausubel apresentada em 1963 e por fim revisada na compilação da obra *Educational Psychology* publicada em 1968. É nessa estrutura do princípio da psicologia cognitiva de Ausubel que Joseph Donald Novak a partir de 1972 com pesquisa realizada pela Universidade de Cornell, publica em *A Theory of Education* em 1977 que aparece a base conceitual para a construção de mapa conceitual como um novo modelo para o ambiente educacional e facilitador da aprendizagem. (Aragão, 1976; Ausubel, 2000, Novak; Cañas, 2006).

Com base na psicologia cognitiva, a concepção de mapa conceitual passa a constituir também um pensamento voltado à perspectiva da organização do conhecimento. De acordo com Novak e Cañas (2008), “mapa conceitual é uma ferramenta de representação gráfica para o uso da organização e representação do conhecimento”.

Considerando, entretanto, Organização do Conhecimento na perspectiva de Hjørland (2003), este afirma que, entre outros campos de conhecimento, a Ciência da Biblioteconomia e Ciência da Informação constituem uma base de conhecimentos fundamentais à constituição da organização do conhecimento, através do desenvolvimento de sistemas de classificação, indexação e recuperação da informação, com uso de tecnologia computacional para atender às necessidades dos usuários, contudo não ignora a confluência de outros campos e conceitos científicos para compreensão da Organização do Conhecimento, a exemplo da Semiótica, Ciência da Computação, Filosofia da Ciência, ciências cognitivas, entre outros.

No que respeita à Representação do Conhecimento

é uma tentativa de se apropriar dos elementos informacionais existentes nas estruturas e processos mentais que compõem o conhecimento individual, para que o saber possa ser socializado

[...] a ciência cognitiva, por exemplo, o conhecimento pode ser representado por meio de mapas de processos cognitivos, mapas conceituais [...]”. (Lima & Alvares, 2012, p. 33-34).

Por conseguinte, a idealização desse organograma que tomou por exemplo um mapa conceitual, o qual Cañas (1997, p. 4) considera como “*magnífico médio para representar y organizar conocimiento*”, possibilita uma compreensão sobre os aspectos percebidos na trajetória dessa pesquisa sobre o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) e tem por finalidade clarificar uma leitura contextual de particularidades adjacentes a este Plano, numa organização e representação do conhecimento para facilitar a visualização estruturada de informações inerentes ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Para esse fim, foi utilizada a ferramenta *CmapTools*, que consiste em um *software* para construção de diagramas que visam à organização do conhecimento e à representação da informação, de maneira a se ter uma construção visual da representação do conhecimento, possibilitando a recuperação da informação relevante como base para construção do mapa. (Cañas, 2004).

O *CmapTools* foi desenvolvido no Institute for Human and Machine Cognition (IHMC), com uma arquitetura de compartilhamento de modelos de conhecimento baseados em mapas conceituais, permitindo ao usuário construir modelos conceituais de conhecimento, estabelecendo conexões entre os conceitos, resultando numa estrutura de visualização da representação do conhecimento e da informação. (Cañas, 2004; Novak & Cañas, 2006).

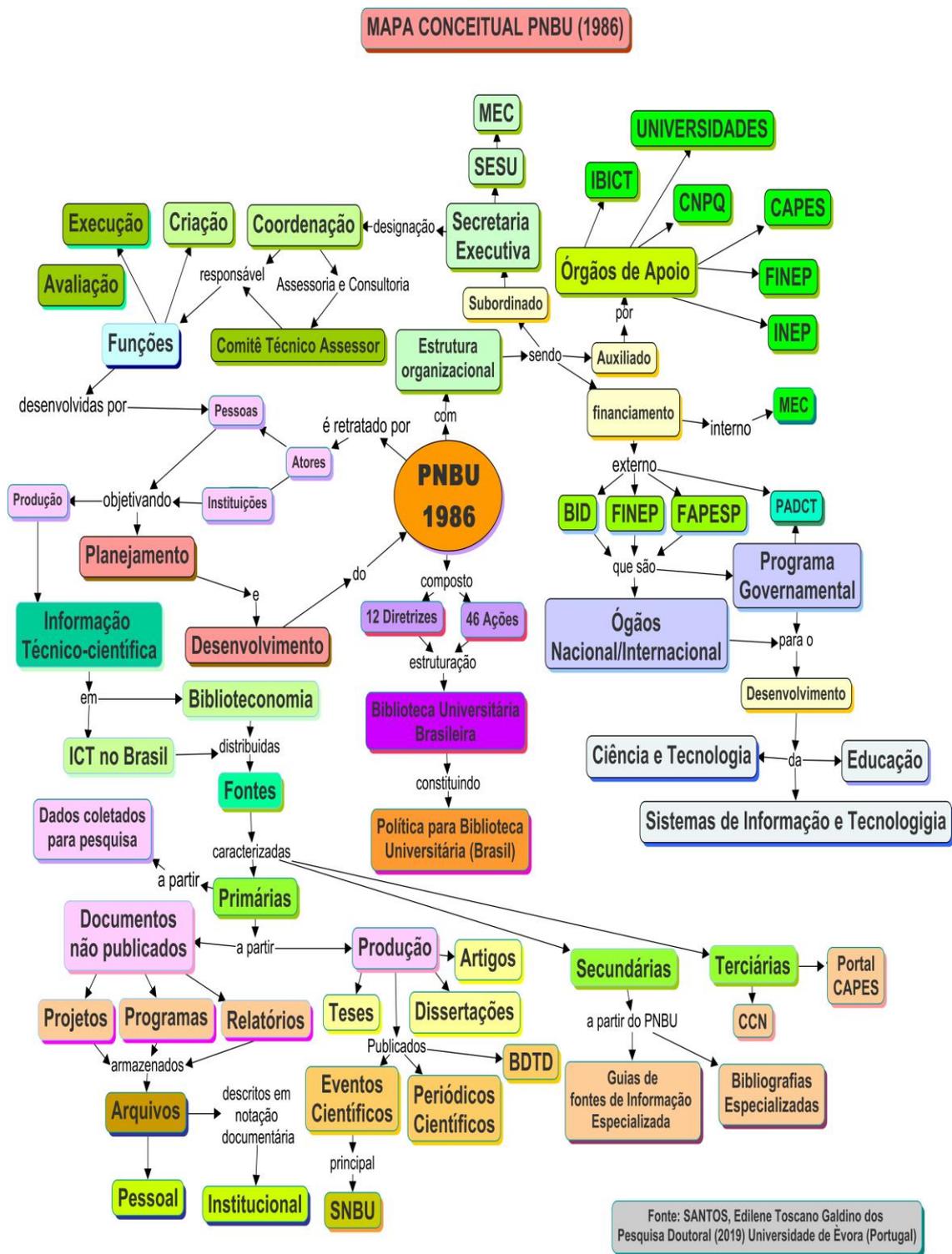
A construção de uma representação em mapa conceitual do PNBU (1986) tem por finalidade dispor o conhecimento referente às informações coletadas de maneira que se buscou o uso do mapa conceitual para apresentar os conceitos básicos e suas interações que fundamentam o histórico do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). Dessa forma, os conceitos e relações dispostos nesse processo apresentam ações e decisões em seus contextos revelando uma construção de um evento inovador para a biblioteca universitária brasileira, com suas implicações representativas de um fazer caracterizado pela determinação coletiva em prol das mudanças necessárias a biblioteca universitária brasileira.

Assim sendo, foi elaborada uma representação gráfica que apresenta, a partir da trajetória da pesquisa realizada, uma visualização de informações que constituem uma decomposição do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) quanto à estrutura organizacional; a realização e percepção a partir de testemunhas oculares (atores); a produção de informação especializada na área da biblioteca universitária traduzindo-se em fontes de informação primária e secundária; a prática científica como estrutura de idealização, divulgação e análise das ações estabelecidas; a estrutura governamental de apoio e financiamento. Evidencia o contexto científico e tecnológico ao qual estava vinculado como suporte ao planejamento de estruturação da informação científica e tecnológica no Brasil, além de aclarar o contexto específico de planejamento bibliotecário desenvolvido na História da Biblioteconomia Brasileira.

Portanto, o mapa conceitual que toma por tema principal o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) é uma representação gráfica, que descreve, por meio de conceitos e conexões a infraestrutura mobilizada para sua construção e execução. É, portanto, um demonstrativo de conexões no âmbito colaborativo, educacional, governamental e científico.

A seguir a representação gráfica do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) a partir de informações coletadas no decorrer da pesquisa, proporcionando uma organização de mapa conceitual que apresenta um roteiro histórico com interações institucionais, por seu lado, integradas por pessoas e instituições como atores individuais e coletivos, que agiram em torno da idealização e realização de um planejamento para a biblioteca universitária brasileira. Nesta ocorrência, é possível a percepção de um movimento sensível à causa da biblioteca universitária, vista a necessidade de difusão da informação científica e tecnológica no âmbito da evolução da Pós-Graduação e do andamento do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), ações governamentais importantes para o progresso do país num contexto geral.

Figura 7 – Mapa Conceitual do PNBU (1986)



Fonte: Elaborado a partir de fontes documentárias e Pesquisa Empírica (2013-2019).

O Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) do ponto de vista de um mapa conceitual oferece uma concepção de mapa conceitual que fornece informações de como se estruturou historicamente, a forma como está elaborado mostra três grandes vertentes que compõem e ao mesmo tempo apresentam a cadeia que se forma a partir de sua criação.

a) Estrutura Organizacional que está instalada com uma Secretaria Executiva, inserida na Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC). Como base de órgãos auxiliares estão o Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Tecnologia (IBICT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O financiamento dos projetos estabelecidos se dava de forma interna com recursos do próprio Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Superior ou se dava de forma externa provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), órgãos nacional e internacional além do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) que constituía um programa governamental voltado ao desenvolvimento em ações que tinha por objetivo o evolução científica e tecnológica do Brasil. Com isto, o investimento em ciência, educação e formação de sistemas de informação e tecnologia, nesse sentido o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) possuía as características de investimento de todos estes órgãos e do programa governamental visto ter o nobre propósito de propagar por meio da biblioteca universitária a informação científica entre os pesquisadores que faziam a ciência brasileira.

b) Na vertente dos atores que constituíram o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) temos ligações riquíssimas, visto as interligações nos levarem à Secretaria Executiva que era composta por uma Coordenação e um Comitê Técnico Assessor onde eram realizadas as assessorias e consultorias para o desenvolvimento de programas e projetos que dessem vida ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), sendo também responsável pela criação, execução e avaliação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). Os atores se sub-

dividem em pessoas e instituições (vale salientar que as instituições, permeadas por pessoas ainda que tenham elas uma condição jurídica de entidade própria, no entanto são as pessoas que fazem as instituições), de todo modo são atores que em comum promoveram o planejamento e desenvolvimento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986). O papel de destaque desses atores conduz a atividades para além da criação e execução do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), bem como a produção de informação técnico-científica na área da Biblioteconomia, além de proporcionar que outros pesquisadores produzissem Informação em Ciência e Tecnologia no Brasil, as quais são distribuídas em fontes: primárias, secundárias e terciárias. Tomando-se como produção de informação: programas, projetos, relatórios em função do próprio Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), além de Artigos, Teses e Dissertações que tomavam por base as aplicações das ações do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986) nas bibliotecas universitárias, somavam-se a esse acervo os Guias de informações especializados, em várias áreas de pesquisa. Outro aspecto importante dá-se na divulgação dessa produção que era custodiada pelas bibliotecas universitárias, nos Anais dos Eventos Científicos em todas as áreas, entre eles o que diz respeito ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) que é o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), em Periódicos Científicos constituídos pelas áreas de pesquisa da Pós-Graduação, no Banco de Teses e Dissertações, em bibliografias especializadas e no Catálogo Coletivo Nacional (CCN).

c) A última vertente diz respeito ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), por ele mesmo, composto de 12 diretrizes e 46 ações, que promoveu à estruturação da biblioteca universitária brasileira, podendo ser considerada a única política para a biblioteca universitária no Brasil até à atualidade desta pesquisa.

O mapa conceitual do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) proporciona a visualização da participação dos atores e suas interações entre pessoas que ocupam posições nas instituições, e assim unem-se esforços ao único objetivo de promover um rompimento com o atraso em que vivia a biblioteca universitária brasileira, beneficiando-se de um pensamento coletivo de planos de desenvolvimento científico e tecnológico para apresentar a biblioteca universitária como alternativa para

a disseminação da informação científica, dado o desenvolvimento da Pós-Graduação a partir do final da década de 1960 com a Reforma Universitária e com a criação de uma Política para a Pós-Graduação em meados da década de 1970, cujo marco, já citado, foi o Decreto nº 7.3411, de 4 de janeiro de 1974 com a instituição do Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPq). (Brasil nº 7.3411, 1974). Este cenário explicita a grande necessidade de se ter uma biblioteca universitária que atenda aos anseios de uma comunidade acadêmica que, mesmo em tempos de Ditadura Militar envidava esforços para desenvolver a ciência brasileira.

5.3 PNBU: a rede e o fato na perspectiva colaborativa

Diante da história explanada sobre o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), é possível perceber sua construção num contexto contemporâneo de desenvolvimento de sociedades pautadas na produção do conhecimento. Nesse sentido, a compreensão de uma estrutura colaborativa é remetida não apenas a uma noção referenciada à rede de colaboração, mas a uma menção à “Sociedade do Conhecimento”.

É possível perceber a síntese arrolada na descrição de fases históricas que marcaram a sociedade moderna e contemporânea a partir da

importância das revoluções que ocorreram ao longo da história, desde o desenvolvimento da imprensa, passando pela revolução agrícola, revolução industrial e pós-industrial, com a primazia das tecnologias da informação e comunicação interferindo nos meios de produção, tendo como uma de suas resultantes, o desenvolvimento das forças mercadológicas e, infelizmente, o fortalecimento das diferenças sociais. Ao se tentar esboçar visões e conceitos a respeito da Sociedade da Informação e sobre a Sociedade do Conhecimento, recorre-se a autores das ciências sociais, da economia e da ciência da informação e comunicação, e, embora tente, não consegue desvincular a relação do conceito de Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento, da influência direta do uso e planejamento das tecnologias da informação e comunicação pelas pessoas e Governos. (Dziekaniak & Rover, 2011, p. 1)

A primeira metade do século XX foi marcada pela tomada de consciência de uma sociedade do conhecimento principalmente na Europa e Estados Unidos da América (EUA), refletida na América Latina. Assim sendo, Armand Mattelart em sua obra

“História da Sociedade da Informação” atribui a Fritz Machlup (1902-1983) o pioneirismo da terminologia e explicação dessa nova arquitetura de sociedade, baseada na produção de conhecimento como referência para a prosperidade econômica, explica o crescimento da produtividade como reflexo do desenvolvimento do conhecimento técnico e da estocagem de conhecimento pelo processo de registros de patentes das novas descobertas científicas e invenções. Implica, portanto, uma reorientação dos fundamentos da sociedade para produção de conhecimento através da modernização dos objetivos e conceito da educação direcionada à produção e reprodução de conhecimento; investimento em educação continuada; desenvolvimento de pesquisas em ciência e tecnologia; desenvolvimento da indústria da informação e comunicação; organização de sistemas de informação científica. (Machlup, 1962; Mattelart, 2006).

Desse modo, uma prospecção exploratória da compreensão semântica de rede conduz a uma diversidade de concepções. Como tentativa de clarificar esse fenômeno abordado, pode-se traçar uma linha do ponto de vista histórico a partir da descoberta da “Teoria dos Grafos”, concepção matemática formulada no século XVIII por Leonhard Euler (1707-1783). Entretanto, a aplicabilidade desse conhecimento às ciências sociais dá-se na primeira metade do século XX com os estudos de Jacob Levy Moreno (1889-1974) ao criar a “sociometria”. Posteriormente, o uso da concepção antropológica da sociedade ligada por conexões em rede é explicado por John Arundel Barnes (1918-2010), sendo o pioneiro a utilizar o termo “*Social Network*”. A temática recebe contribuições de várias vertentes do conhecimento da sociedade, transformando-se numa metodologia interdisciplinar denominada “Análise de Redes Sociais”, cujo preceito utiliza padrões de interações entre os variados segmentos constituídos na sociedade. (Ferreira, 2011; Marques, 2012).

Compreende-se por constituição de uma rede social, a colaboração com fins determinados ou mesmo em acontecimentos de fatos numa sociedade em estudo histórico do passado e presente.

Em apoio dessa explicação, sobre rede social a partir de uma evolução teórica e metodológica, é que o significado conceitual de conhecimento do mundo social estrutura-se em um método de Análise de Redes Sociais, o qual proporciona respostas com precisão às relações sociais entre entidades e aos padrões de relacionamentos sob

os aspectos político, econômico e social ao expressar regularidade na interação entre as unidades definidas nas conexões. (Wasserman & Faust, 1994, tradução livre).

Esta pesquisa já abordou o contexto do desenvolvimento de Ciência e Tecnologia no Brasil, Entretanto, vale ressaltar que, do ponto de vista de formação de uma verdadeira rede para construção de uma autonomia nesse contexto, só a partir da década de 1950 é que o ideário de uma política científica passa a ser institucionalizado com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Na década de 1970, no âmbito de um ambiente político de Ditadura Militar, há uma ênfase no desenvolvimento científico, embora sem uma harmonização efetiva com o desenvolvimento econômico e social. Ainda que tenha havido uma ação planejadora (embora centralizada), em termos de diretrizes políticas de Estado, relativo ao contexto de Ciência e Tecnologia, a década de 1980, apesar de apresentar problemas de desarticulação do sistema científico e tecnológico com o setor produtivo, e mesmo com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) não teve a continuidade de uma visão de planejamento sistêmico para a área de Ciência e Tecnologia no país. Ainda assim, é possível a obtenção de resultados com as ações que foram implantadas repercutindo na formação de pesquisadores e instituições de pesquisa, sendo notadamente consolidada uma comunidade técnico-científica, articulada em práticas científicas como reuniões e congressos, bem como a criação de periódicos científicos para divulgação das pesquisas geradas principalmente a partir da Pós-Graduação. (Fernandes & Sobral, 1994; Barros, 1998).

Relevante fazia-se, portanto, a criação de um sistema de informação científica que atendesse às necessidades de armazenamento da informação, além de busca e uso da informação por pesquisadores seniores e iniciados. Nesse contexto de colaboração está situada a biblioteca universitária que se apresenta como ambiente propício para atender a essa finalidade. É nesse contexto, já abordado anteriormente, que surge a formação de uma rede colaborativa para desenvolver ações que adaptem a biblioteca universitária brasileira ao contexto de inovação vivência das bibliotecas universitárias de outros países.

Nesse sentido, é possível a percepção do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, criado por um conjunto de profissionais bibliotecários e apoiado por instituições que deram relevância ao propósito de desenvolver a biblioteca universitária

brasileira, desencadeando debates de um arcabouço de ideias e práticas, cujas reflexões contribuem para a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), que é o primeiro manifesto de uma política para a biblioteca universitária brasileira.

Portanto, as quatro primeiras versões do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), formam uma verdadeira rede colaborativa, em prol do objetivo de desenvolver a biblioteca universitária brasileira, como um acontecimento social necessário para o Brasil.

Considera-se, nesta pesquisa, a rede colaborativa com suas relações entre indivíduos e instituições com protagonismo principal, além de contextualizar com as ligações a estrutura organizacional e temática como elementos técnicos, sendo esse conjunto a formação de rede colaborativa, apresentada numa prática científica da área da Biblioteconomia.

Nesse contexto, apresentam-se a seguir grafos, criados a partir de informações obtidas por meio da coleta de fontes primárias e fontes secundárias de informação que embasam a criação de matrizes de relacionamento que articulam conexões de personagens, instituições, temas e estrutura de funcionamento do Seminário Nacional de Biblioteca Universitária (SNBU) e a estrutura de sujeitos desta pesquisa, com o emprego do *Software Pajek*.

Na evolução teórico-metodológica da Teoria dos Grafos, da Sociometria, das Redes Sociais e da Análise de Redes Sociais, está a ferramenta de construção de grafos o *Pajek*, que foi desenvolvido na década de 1990, precisamente em 1996, pelos Eslovenos Vladimir Batagelj e Andrej Mrvar, *Pajek* (palavra do idioma esloveno que significa em Português aranha), remete à ideia de teia que a aranha tece para sua condição de habitat. Entretanto, a observação dos criadores Vladimir Batagelj (1948-) e Andrej Mrvar, quanto à existência de grandes redes legíveis por máquinas, que poderiam ser visualizadas e analisadas de forma colaborativa em suas interações, através de um software que constrói a rede de um grupo na combinação de vértices: linha de ligação entre duas arestas, que são linhas que representam a ligação entre dois vértices e ainda os arcos, formados a partir da ligação entre dois vértices, porém com sinalização e dire-

ção permite ao *Pajek* construir redes: direcionadas, não direcionadas, misturadas ou multi-relacionais. (Batagelj & Mrvar, 2011, tradução livre).

Dessa forma, o *Pajek* foi escolhido para compor a pesquisa na elaboração de grafos que representam a rede colaborativa formada na ideação e realização dos Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU – 1978/1985) e, por conseguinte, do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). Sendo estabelecida a construção dos grafos dos quatro primeiros Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), dos sujeitos da Pesquisa e dos construtores do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) a partir da fonte Garcia (1991) e da recolha de dados da pesquisa ocorrida em 2015, sendo fundamental para esse intento o apoio do *Pajek*, cuja figura matriz foi extraída no *Layout: Energy – Frunchterman Reignold 2D*. A partir desse layout houve alteração para as figuras de representação das redes de colaboração que se formaram a partir desse importante fórum para discussão da biblioteca universitária brasileira, e da edificação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). Iniciamos com a apresentação dos grafos que representam os construtores do I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (I SNBU) de 1978, e, na seqüência, os outros grafos apresentados e analisados a seguir:

Figura 8 - Capa dos Anais do I SNBU (1978)



Fonte: Anais do I SNBU (1979)

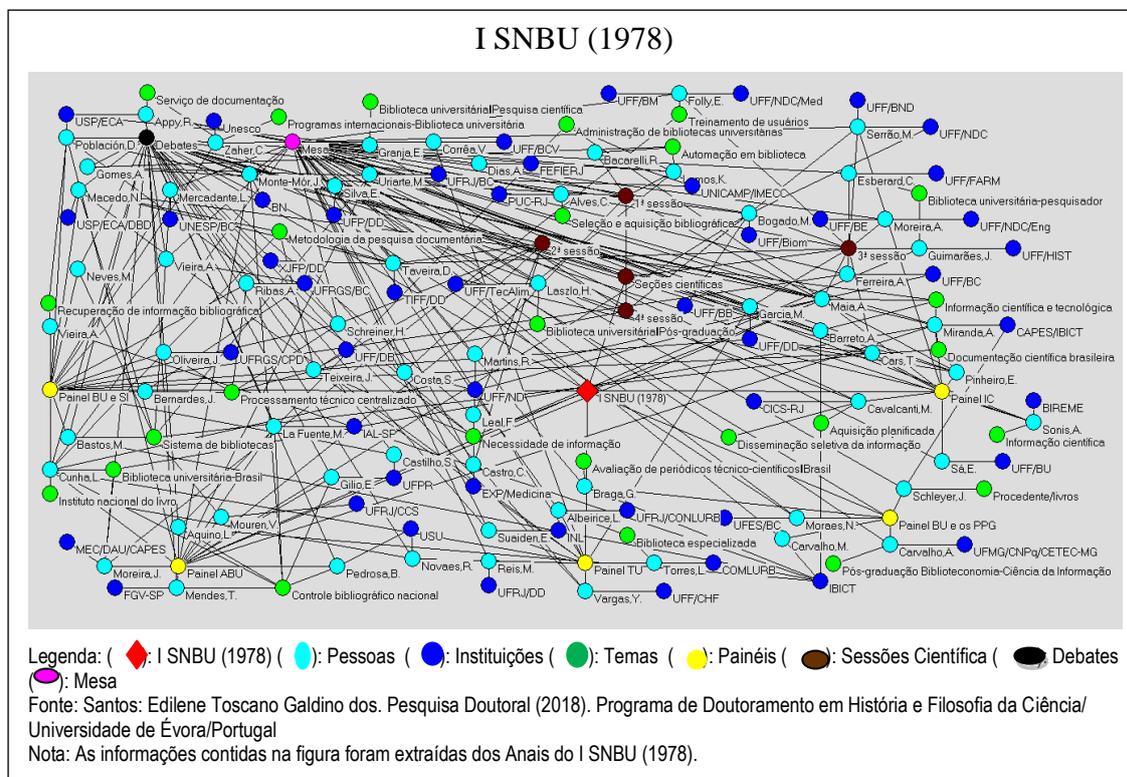
Possivelmente, a História do I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (I SNBU), valiosa por sua relevância para a História da Biblioteconomia brasileira ainda esteja por ser construída. Entretanto, não é objetivo dessa pesquisa ocupar-se de tão importante investigação sobre o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU). Compete ao que se propõe a leitura do Grafo 1 na revelação de alguns dados de estrutura de organização, participação e temas abordados no I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (I SNBU), ocorrido na cidade de Niterói (Rio de Janeiro), no período de 23 a 28 de julho de 1978, tendo por instituição de fronteira dessa prática científica a Universidade Federal Fluminense (UFF), através do Núcleo de Documentação. Segundo Sá (1979, p. 13), esse acontecimento foi “graças à coragem e visão de sua então Diretora, Professora Alice Barros Maia, e à dedicação da equipe incumbida de levar a bom termo tamanha empreitada”, objetivando, segundo a própria Alice Barros Maia:

– o diálogo nacional, o entrosamento ideal e entendimentos indispensáveis à adoção de medidas racionais que as fortaleçam, capacitando-as à realização de seu objetivo maior, devidamente expresso no tema central do Seminário — A Biblioteca como suporte do ensino e da pesquisa para o desenvolvimento nacional.[...] e que as recomendações do 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias sejam levadas em consideração pelas autoridades competentes, a fim de assegurar às bibliotecas universitárias o pleno desempenho de suas atividades e a realização de seu objetivo principal; servir de apoio básico aos programas de ensino, aos projetos de pesquisa e às atividades de extensão. (Maia, 1979, p. 11).

Os anais foram publicados em 1979 com 406 (quatrocentos e seis páginas). Esta riquíssima fonte de pesquisa tornou-se acessível eletronicamente no XVIII SNBU, transcorrido no período de 16 a 21 de novembro de 2014, na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais), sendo uma inovação realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O endereço de acesso em 20 ago 2017: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais-edicoes-anteriores/>.

A representação gráfica da rede de construção de um debate nacional sobre a biblioteca universitária é apresentada a seguir:

Grafo 1 - Rede Colaborativa: I SNBU (1978).



Fonte: Elaboração própria a partir: anais I SNBU (1978), como uso do *Software Pajek* e alterado na forma.

Para formar a figura do grafo do I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (I SNBU) não poderia ser por extratos de atores ou estrutura do Evento, de forma a deixar mais compreensíveis as conexões de nós e díades, pois não demonstraria com realidade a complexa teia de colaboração apresentada pelo grafo 1, correspondendo à realidade que se formou na estruturação e debates sobre a biblioteca universitária. Tomando-se por base os atores (indivíduos) que estão em mais de uma estrutura do evento como organizadores e ao mesmo tempo como autores de apresentação das temáticas e debatedores pertencentes às instituições que podem deter vários autores ou profissionais da organização do Evento, os exemplos desses atores que se repetem são: Célia Ribeiro Zaher (UNESCO), Leila Magalhães Zerlotti Mercadante (UNESP), Heloisa Benetti Schneider (UFRGS), Dinah Aguiar Población (USP), Antonio Lisboa Carvalho de Miranda (CAPES/IBICT), Aldo de Albuquerque Barreto (IBICT) e Janice de Mello Monte-mor (Biblioteca Nacional). Estes atores foram os que apresentaram um maior índice de repetição dentro da estrutura do Evento.

A demonstração de interação entre atores sejam pessoas ou instituições se evidencia no grafo 1 identificado por cores, assim está disposto: a constituição de Debates (●), Painéis (◐) e Sessões Científicas (●) formam o cenário para os temas abordados (●) e instituições às quais pertencem os atores (●).

O I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (I SNBU), obteve mais de 100 profissionais envolvidos diretamente na estrutura da configuração do Evento, não constando no grafo 1 a presença dos participantes, posto não ter informações sobre esses participantes (ouvintes), de todo modo esta amostragem já identifica a complexidade da rede formada na colaboração dos atores em que alguns profissionais se apresentam de forma colaborativa na autoria e co-autoria dos temas apresentados seja em painéis ou nas seções científicas.

Quanto à organização, estrutura-se com uma Mesa Diretora, cinco Painéis de discussão nas temáticas: biblioteca universitária e Sistemas de Informação; Informação Científica; Administração de Bibliotecas Universitárias; Treinamento de Usuários e Bibliotecas Universitárias e os Programas de Pós-Graduação. Também consta Quatro Sessões Científicas, sendo abordadas as seguintes temáticas indexadas livremente a partir dos títulos dos artigos nos anais: Automação em Bibliotecas; Seleção e Aquisição Bibliográfica; Necessidade de Informação; Biblioteca Universitária e o Pesquisador; Biblioteca Universitária - Pós-Graduação e Biblioteca Universitária - Pesquisa Científica. As temáticas refletem a necessidade de acompanhamento da biblioteca universitária voltada às políticas de desenvolvimento do país nos contextos: político-econômico, científico-tecnológico e sociocultural.

Contando com sessenta e seis autores, vinte e sete diferentes instituições (com variados setores), com apresentação de diversos artigos provenientes de pesquisas locais referentes às temáticas supracitadas, abordadas nesse fórum, este pode ser compreendido como precursor de um ideário de estruturação da biblioteca universitária brasileira, que vai manifestar a melhoria da biblioteca universitária. Mais tarde, no decorrer do tempo, tais acontecimentos têm uma das principais consequências, o 1º Plano Nacional de bibliotecas universitárias em 1986. Contudo, a história a ser minuciosamente contada desse marco da Biblioteconomia brasileira ainda está por ser explorada.

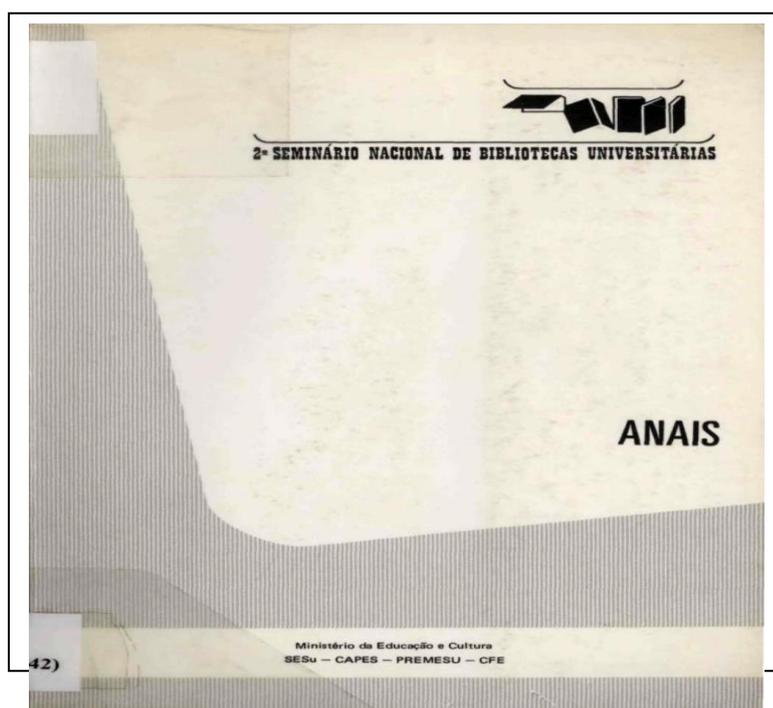
Está evidenciado que muitos foram os atores que tiveram função preponderante nesse evento ao transitarem entre os Debates e a Mesa, contudo alguns podem ser destacados como Alice Barros Maia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Célia Ribeiro Zaehner/UNESCO, Leila Magalhães Zerlotti Mercadante a esse tempo diretora da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo posteriormente integrante da instituição Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Dinah Aguiar Población/Universidade de São Paulo (USP), Janice de Mello Monte-Mor/Biblioteca Nacional, Neuza Dias Macedo/ Universidade de São Paulo (USP), Antonio Miranda (CAPES), entre outros que tiveram um papel fundamental com suas apresentações nas Sessões Científicas e Painéis na realização de um evento cuja discussão era com exclusividade a biblioteca universitária e seus serviços à comunidade acadêmica. Contudo o Grafo 1 apresenta muito mais atores.

Quanto ao perfil dos atores, revela o Grafo 1 que eram bibliotecários em sua maioria que estavam situados preponderantemente nas Regiões Sudeste e Sul, haja vista o local Rio de Janeiro e o vínculo com atores institucionais com destaque para a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) entre outras, como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), atualmente Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde.

A interrelação dos atores na construção do I Seminário Nacional de Biblioteca Universitária (I SNBU - 1978) pode ser vista na confluência de díades, cujos nós são representados pela estrutura organizacional do evento com seus Painéis, Sessões Científicas e Debates onde o principal campo de discussões é revelado através dos assuntos apresentados e para esta pesquisa indexados para melhor compor o grafo. Dessa forma, tem-se a pedra fundamental da construção da moderna biblioteca universitária brasileira.

Em continuidade aos esforços, numa verdadeira diagnose da biblioteca universitária brasileira, ocorre o II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, dois anos depois em 1981, em Brasília capital do (Distrito Federal-Brasil), capitaneado pela Universidade de Brasília, promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), patrocinado: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior (MEC/SESu), Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT), Conselho Nacional em Desenvolvimento Ciência e Tecnologia (CNPq), Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior (PREMESU)²⁹ e Conselho Federal de Educação (CFE)³⁰.

Figura 9 - Capa do Anais do II SNBU (1981)



²⁹ Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior - (PREMESU) foi criado pelo DECRETO Nº 73.857, de 14 de março de 1974, tendo por objetivo gerir e coordenar projetos específicos, na área do ensino superior, relativamente à expansão e equipamento dos "campi" universitários.

43 O Conselho Federal de Educação transforma-se pela Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995 no atual Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação do Brasil (MEC) é um órgão colegiado que atua na formulação e avaliação da política nacional de educação.

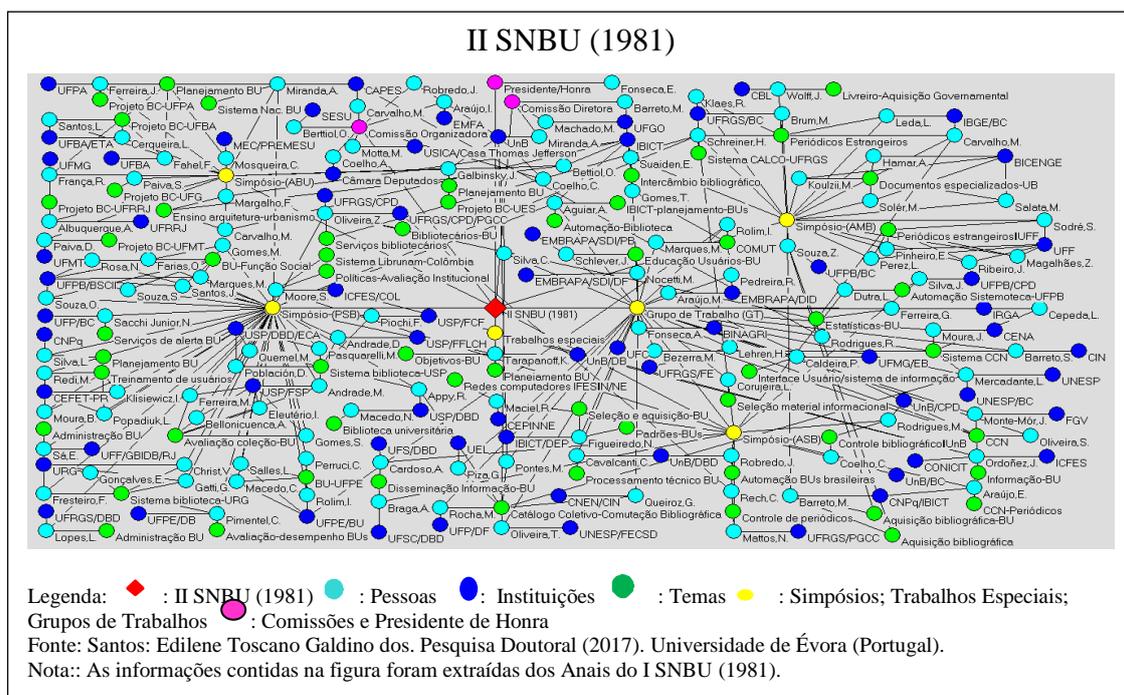
Segundo Machado (1981) em relatório do II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (II SNBU) houve participação de “bibliotecários, professores, analistas de sistemas, administradores, arquitetos entre outros profissionais”, que debateram “problemas comuns que se tornaram um entrave à consecução plena dos objetivos da biblioteca universitária”.

Colocar a biblioteca universitária no foco das atenções para que fossem encontradas as soluções ao contexto desfavorável em que se encontrava, nesse sentido

as conclusões e recomendações formuladas embasaram-se no propósito de transformar a biblioteca no verdadeiro instrumento de prestação de informação à comunidade universitária, para que a Universidade se engaje no caminho da busca verdadeira de nosso amadurecimento científico e cultural, o que visa, em última análise, a construção de uma sociedade desenvolvida, livre, culta, justa e humana. (Machado, 1981).

Assim, a figura da sequência é uma representação da evolução de uma rede colaborativa que pode ser demonstrada a partir do pajek do II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, em sua segunda versão assim constituído a seguir:

Grafo 2 - Rede Colaborativa: II SNBU (1981).



Fonte: Elaboração própria a partir dos anais do II SNBU (1981), como uso do Programa Pajek e alterado na forma.

O II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (II SNBU), apresentado em forma de grafo nesta pesquisa, apresenta a mesma complexidade do I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (I SNBU), face à mesma realidade de não extratificar a representatividade do Evento por atores ou sua estrutura em painéis. Os mais de 100 autores se dividiram em 6 Simpósios que aconteceram durante o II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (II SNBU). Os Simpósios se apresentam como nós, interligado pelas díades aos atores e por sua vez às instituições e aos temas, tendo por finalidade o centro, que é a prática científica, o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, onde foram apresentadas as discussões sobre a biblioteca universitária brasileira.

Em sua estrutura apresenta um modelo semelhante ao I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (I SNBU), o Grafo 2 mostra o II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (II SNBU), tendo-o por referência de centro com suas conexões e demonstração de como foi estruturado, seus atores pessoas (●) e Instituições (●). Como atuação de comando estão as comissões e presidência de honra (●) com Edson Nery da Fonseca, Comissão Diretora (●) Antonio Miranda/Universidade de Brasília (UnB) e Comissão Organizadora (●) Maria Carmem Romcy de Carvalho/Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), Cybelle Villares Coelho/ Universidade de Brasília (UnB), Ricardo C. Rodrigues/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), Osmar Berttiol – Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior (MEC/SESu), Jaime Robredo/ Universidade de Brasília (UnB), Maria Eleonora Freire Motta/USICA-Reference Lybrary/Casa Thomas Jefferson, Iza Antunes de Araújo/EMFA e Aníbal Rodrigues Coelho/Câmara dos Deputados. Esse elenco organizou o II SNBU com uma estrutura que reúne vários Simpósios (●): Planejamento de Sistemas de Bibliotecas Universitárias (PSBU); Arquitetura de Bibliotecas Universitárias (ABU); Aquisição de Material Bibliográfico (AMB); Automação de Serviços Bibliográficos (ASB). Os Grupos de Trabalho (●) produziram um material de pesquisa e informação de magnitude irrepreensível para as futuras gerações de bibliotecários, não apenas para essa categoria profissional, mas como legado histórico à sociedade brasileira. E contou ainda com os Trabalhos Especiais (●) que introduzem a real compreensão da biblioteca universitária em seu contexto de Informação, Ci-

ência e Tecnologia. É assim que o II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (II SNBU) consegue uma variedade temática (●) abrangente dos principais eixos de diagnóstico da biblioteca universitária brasileira, em uma galáxia própria.

A participação dos atores no II SNBU apresenta uma diversidade institucional e regional maior considerando a frequência do I SNBU, sendo, portanto de abrangência nacional, pois há participação de Instituições do Sul e Sudeste, e participação maior do Centro-Oeste. Em face, do evento ter ocorrido em Brasília (DF), registra também a participação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) da Região Nordeste com apresentação de trabalhos pelos bibliotecários no Simpósio Automação de Serviços Bibliográficos (AMB) e no Planejamento de Sistemas de Bibliotecas Universitárias (PSBU).

O II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (II SNBU) é justificado nas palavras de Castro (1981), a seguir:

Com a implantação da Reforma Universitária, surgiu uma nova estrutura acadêmica decorrente da existência de departamentos e de uma administração centralizada. Os serviços bibliotecários viram-se diante da necessidade de atuar, buscando racionalização de esforços e recursos, num paradigma marcado pela interdisciplinaridade e pelas exigências requeridas pelo estágio atual do nosso desenvolvimento científico. [...] Deve-se ao reconhecimento de sua importância como instrumental metodológico às políticas e ações de fomento voltadas para o desenvolvimento de atividades de pós-graduação e pesquisa. [...] A formação e a capacitação de recursos humanos é insumo necessário para que os estudos e pesquisas continuem e sejam aprimorados, contribuindo para ressaltar a relevância que a biblioteca universitária possui no processo de ensino e pesquisa do País.

Tendo ainda ocorrido o lançamento do Programa de Comutação Bibliográfica (CUMUT),

Constituiu-se em acontecimento de maior transcendência para a nossa comunidade acadêmica, científica e executiva, na medida em que vai facilitar o encontro do usuário com a cópia do documento requerido nas atividades de ensino, pesquisa e gerenciamento, sem as limitações atuais de localização geográfica e burocrática. O COMUT foi projetado graças à conjugação de esforços da CAPES e do CNPq e contou, na sua estruturação, com a consultoria técnica de especialistas do IBICT, da BIREME, da BINAGRI, da EMBRAPA, do MINTER, do SERPRO e da BICENGE, várias Universidades e Centros de Documentação em Institutos de Pesquisa. (Castro, 1981).

Portanto, a contribuição do II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (II SNBU) para a construção do Plano Nacional de Biblioteca Universitária (PNBU – 1986) foi de suma importância por sua estrutura organizacional e por seus atores e Instituições governamentais e não governamentais que agregaram esforços para reflexão e melhoria da biblioteca universitária no Brasil, bem como por avançar os limites do fluxo informacional científico do país com o Programa de Comutação Bibliográfica, que mais tarde vai ser fortalecido pelo Plano Nacional de Biblioteca Universitária (PNBU – 1986).

O prosseguimento de nova edição do Evento ocorre com o III Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (III SNBU) de 1983.

Figura 10 - Capa III SNBU (1983)



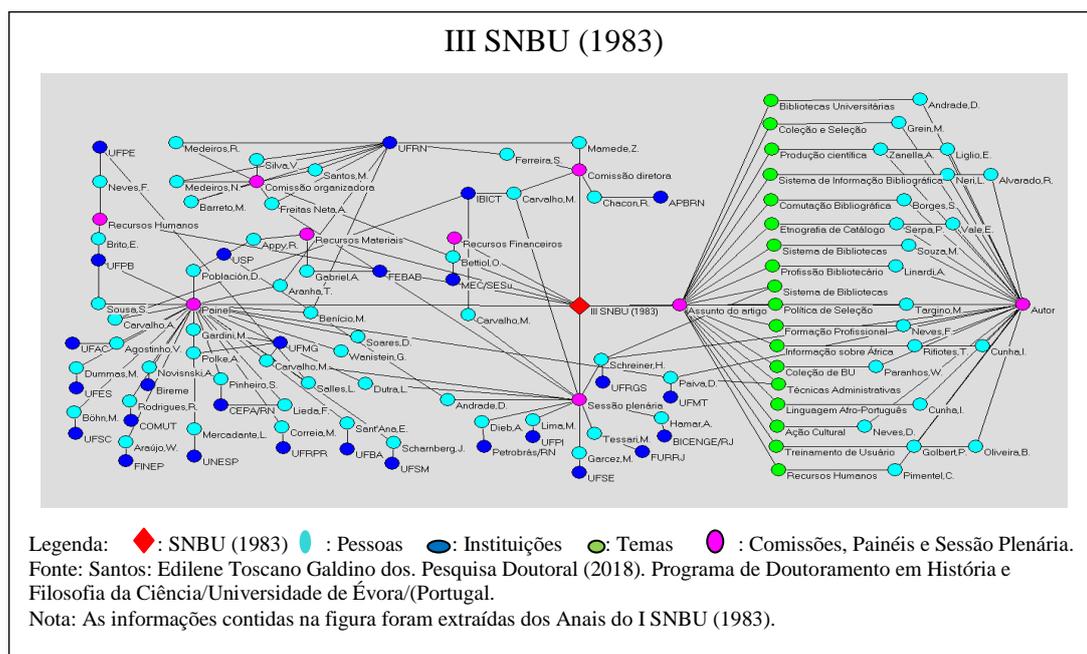
Fonte: III SNBU (1983).

O III Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (III SNBU - 1983) foi realizado na cidade do Natal (Rio Grande do Norte), no período de 27 a 04 de fevereiro de 1983, constituindo um marco para a biblioteca universitária do Nordeste brasileiro, visto que essa foi a primeira edição na Região Nordeste. Promovido pela Uni-

versidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),³¹ através da Biblioteca Central e Associação Profissional de Bibliotecários do Rio Grande do Norte (APBRN)³², patrocinado por Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tendo como Temática Central: Mecanismos de Administração de Bibliotecas Universitárias. Consistiu na abordagem de subtemas: Recursos Humanos: formação e aperfeiçoamento; Recursos financeiros: orçamento de bibliotecas e órgãos de apoio financeiro; e Recursos Materiais e Bibliográficos, Equipamentos e Instalações.

O grafo a seguir apresenta a estrutura da rede colaborativa formada no III SNBU:

Grafo 3 - Rede Colaborativa: III SNBU (1983).



Fonte: Elaboração própria a partir dos anais do III SNBU (1983), com uso do Programa Pajek e alterado na forma.

³¹ A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) origina-se da Universidade do Rio Grande do Norte, criada em 25 de junho de 1958, através de lei estadual e federalizada em 18 de dezembro de 1960. Foi formada a partir de faculdades e escolas de nível superior já existentes em Natal. (Ver: <https://ufrj.br/historia>).

De maneira geral, muda-se a Região, alguns atores e Instituições, que se envolveram ou não com o III Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (III SNBU-1983), contudo as reflexões continuam como forma de diagnose da biblioteca universitária brasileira exposta em Evento específico para análise da realidade e busca de soluções adequadas.

Em extrato do relatório final do III Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (III SNBU-1983), Gonçalves (1983, p. 4) afirma que

As Bibliotecas Universitárias carecem da definição de uma política que oriente o desenvolvimento harmônico do setor. A institucionalização dessa política deverá ser efetivada pela secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, agindo, de forma integrada, com os demais órgãos setoriais da área educacional e as agências financiadoras de Ciência e Tecnologia.

O Evento teve um formato mais enxuto que as duas versões anteriores, mas não tira sua importância, visto a continuidade do debate nacional sobre a biblioteca universitária apresentar em seu relatório o reforço à ideia de Política Nacional para a Biblioteca Universitária, que aparece pela primeira vez no relatório do II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (II SNBU), acrescida da recomendação de envolvimento dos atores de Ciência e Tecnologia no engajamento de planificação institucional para este equipamento tão importante à composição da Universidade.

É apresentada no relatório final recomendação de inclusão da biblioteca universitária como unidade orçamentária da universidade, fator importante para definição dos serviços de informação prestados por esta entidade. Desse modo explica que

O funcionamento das bibliotecas universitárias deverá ser apoiado por um adequado suporte financeiro. As universidades deverão ser conscientizadas para destacar no seu orçamento uma dotação específica à manutenção dos serviços bibliotecários. Para tanto deverão ser estabelecidos critérios, através de estudos específicos, para a elaboração e orçamentos da biblioteca, com vistas à inclusão no orçamento geral da universidade. Gonçalves (1983).

Constitui ainda como recomendação: definição de padrões mínimos de formação de acervo, promoção de treinamentos e educação continuada para os bibliotecários e padrões de arquitetura de bibliotecas como forma de melhoria para a biblioteca universitária.

Assim, vão se somando ideias e recomendações para um desenvolvimento estruturado da biblioteca universitária brasileira, considerado aqui nesse trabalho de pesquisa até o IV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (IV SNBU) de 1985.

Figura 11 - Capa do Anais do IV SNBU (1985).

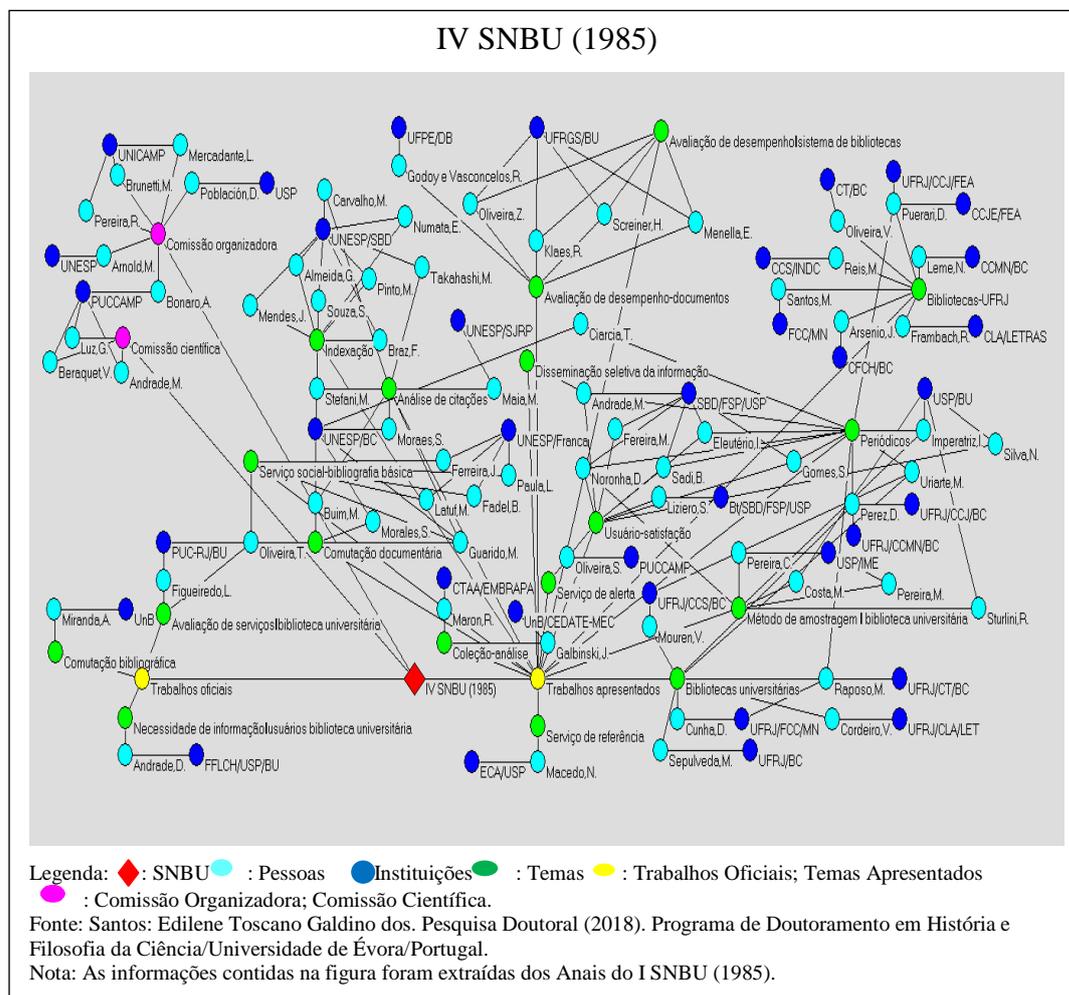


Fonte: Anais do IV SNBU (1985).

O IV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (IV SNBU-1985) foi concretizado pelas principais universidades do Estado de São Paulo: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo (USP), (UNESP) e Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), na cidade de Campinas (São Paulo). Esta edição do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) apresentou como tema central: Bibliotecas Universitárias: usuários e serviços. Por subtemas foram tratados: Necessidade de Informação; Acesso à Informação e ao Documento; e Avaliação de Serviços. Os artigos temáticos dos Trabalhos Oficiais e Trabalhos Apresentados refletiam a evolução das abordagens temáticas das versões anteriores desse

Evento, tendo no IV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (IV SNBU-1985) uma propositura para situar o usuário e os serviços de informação adequados ao atendimento das necessidades de informação desse usuário de biblioteca universitária no Brasil da década de 1980, representado no Grafo 4 a seguir:

Grafo 4 - Rede Colaborativa: IV SNBU (1985).



Fonte: Elaboração própria a partir dos anais do IV SNBU (1985), com uso do Programa Pajek e alterado na forma.

O grafo 4 apresenta uma estrutura diferenciada das duas versões anteriores do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) sendo mais simplificado na sua estrutura, ao apresentar em sua organização a presença das Comissões (●): Organizadora e Científica, além de estar dividido em Trabalhos Oficiais (●) e Trabalhos

Apresentados (●), mais uma vez o princípio de organização da matriz do grafo se repete com o Seminário sendo o centro de ligação vindo os nós intelegidos às díades de autores (●), instituições (●) e temas (●) abordados, contudo a complexidade da teia é construída pela dinâmica de interação entre os autores que podem estar ligados a mais de um tema apresentado.

Nessa perspectiva, o conhecimento obtido com as pesquisas de levantamento de necessidades de informação, juntamente com a avaliação de serviços, entre outras pesquisas relevantes para o aprimoramento da diagnose da biblioteca universitária brasileira, foram se agregando de maneira complementar, além de se coadunar com uma conjuntura de contextos vividos pelo país até então, já tratados em outras oportunidades desta pesquisa.

Dessa forma, há a percepção de que os quatro SNBUs (1978-1985) resultam numa envergadura estrutural para o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), isto confirmado pelas declarações dos sujeitos S6RI e S7RSB e S10RSe que foram as recomendações dos quatro primeiros SNBUs, matriz para criação e execução do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), embora essa pesquisa tenha revelado que a ideia estrutural central de edificação de uma política pública como solução para o desenvolvimento da biblioteca universitária brasileira é uma recomendação explicitada no II e no III Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) nos documentos de Relatório final. Contudo, a literatura e os sujeitos apresentam o IV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (IV SNBU-1985), como referência para criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) de 1986.

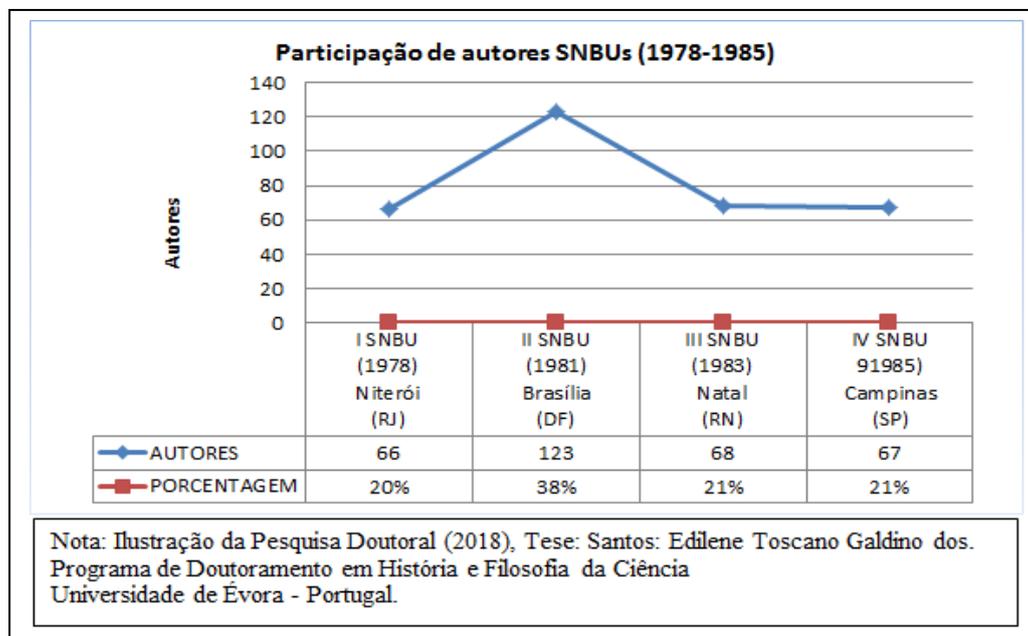
As reflexões da realidade existente nesse período sobre a biblioteca universitária brasileira, como um dos campos de pesquisa empírica da Biblioteconomia através da prática científica, revelam a magnitude do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) para a construção da biblioteca universitária brasileira do ponto de vista de sua modernidade. Quanto ao aspecto contemporâneo da atualidade, a biblioteca universitária brasileira certamente reflete o que foi realizado anteriormente, considerado o tempo histórico em que ocorre o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). E, a partir do olhar contemporâneo com recursos tecnológicos disponíveis co-

mo o *Pajek*, se tem a possibilidade de ver a estrutura histórica do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), principalmente a rede de construtores do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), pessoas e Instituições (claro Instituições formadas por pessoas), porém aqui consideradas como partícipes dessa construção, por sua existência jurídico-governamental. Além da evolução temática, ou teórico-conceitual da prática laboral, transformada em prática científica através de pesquisas certificadas por pares, esse Evento contribuiu assim para uma ascensão da formação teórico-conceitual de compreensão da biblioteca universitária brasileira.

A elaboração de gráficos em linha, a partir dos anais dos quatro Seminários Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) contribui para a compreensão da dimensão dessa prática científica, considerada aqui como um macrocosmo, visto com suas possibilidades de conhecimento nos contextos: histórico, político, social, técnico, científico e cultural.

Assim, se tem um resumo histórico dos quatro primeiros Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBUs/1978-1985), numa perspectiva de relevante aporte de conhecimento para criação e execução do PNBU (1986-199?). Também um panorama quantitativo de construtores tanto do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU/1978-1985) quanto do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), (pessoas e instituições) atores que conduziram a biblioteca universitária brasileira a um elevado nível de expressão educacional, científico-tecnológico e socio-cultural para o Brasil. Dessa forma, como apanhado geral das quatro primeiras edições do Seminário Nacional de Biblioteca Universitária (SNBU) foi elaborado um gráfico que reúne informações relevantes sobre a participação quantitativa dos autores.

Gráfico 1- Participação de autores SNBUs (1978-1985).



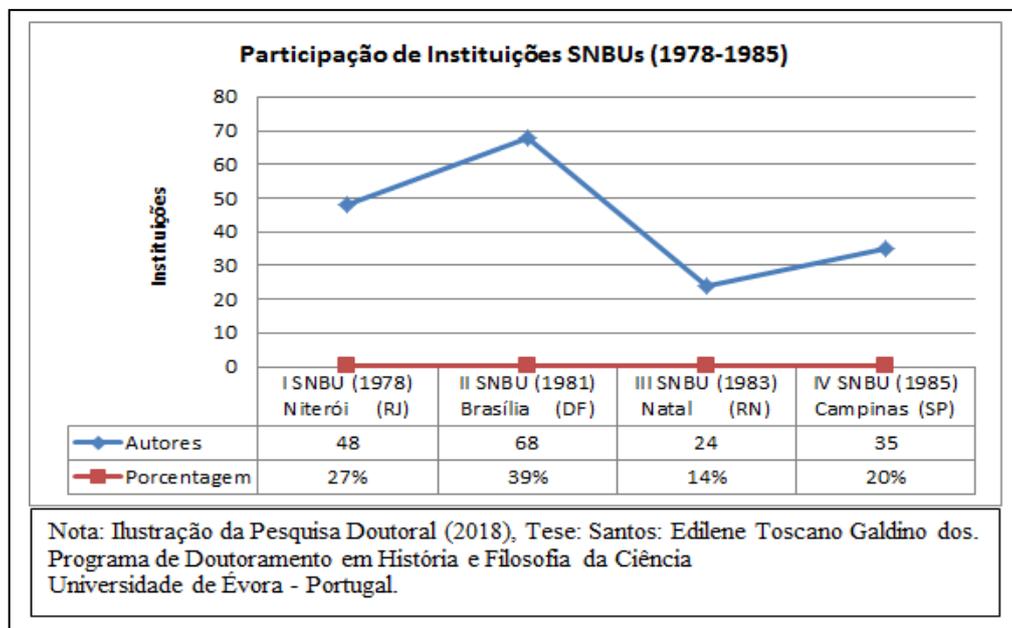
Fonte: dados coletados SNBU (1978-1985).

Dos dados apresentados é possível extrair a informação quantitativa do envolvimento desses personagens na construção da formação de uma rede colaborativa no que diz respeito aos objetivos e partilha de ideias e conhecimento técnico-científico em favor da biblioteca universitária brasileira. Fica corroborada no Gráfico 1, a participação desses autores científicos (também já definidos como atores), na construção do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU).

Os dados apresentam uma vitalidade maior de autoria e por consequência, infere-se a temática também, no II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (II SNBU-1981), cuja estrutura demonstrada no Grafo 2 (página 182) é, por analogia, uma galáxia de conceitos, práticas, pessoas e instituições, numa perspectiva colaborativa na busca da qualidade de atuação da biblioteca universitária, no cenário da Universidade e por extensão no cenário nacional.

Importante registro se faz necessário: a participação das Instituições a que pertenciam esses atores pessoais é representada no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Participação de Instituições SNBU (1978-1985).

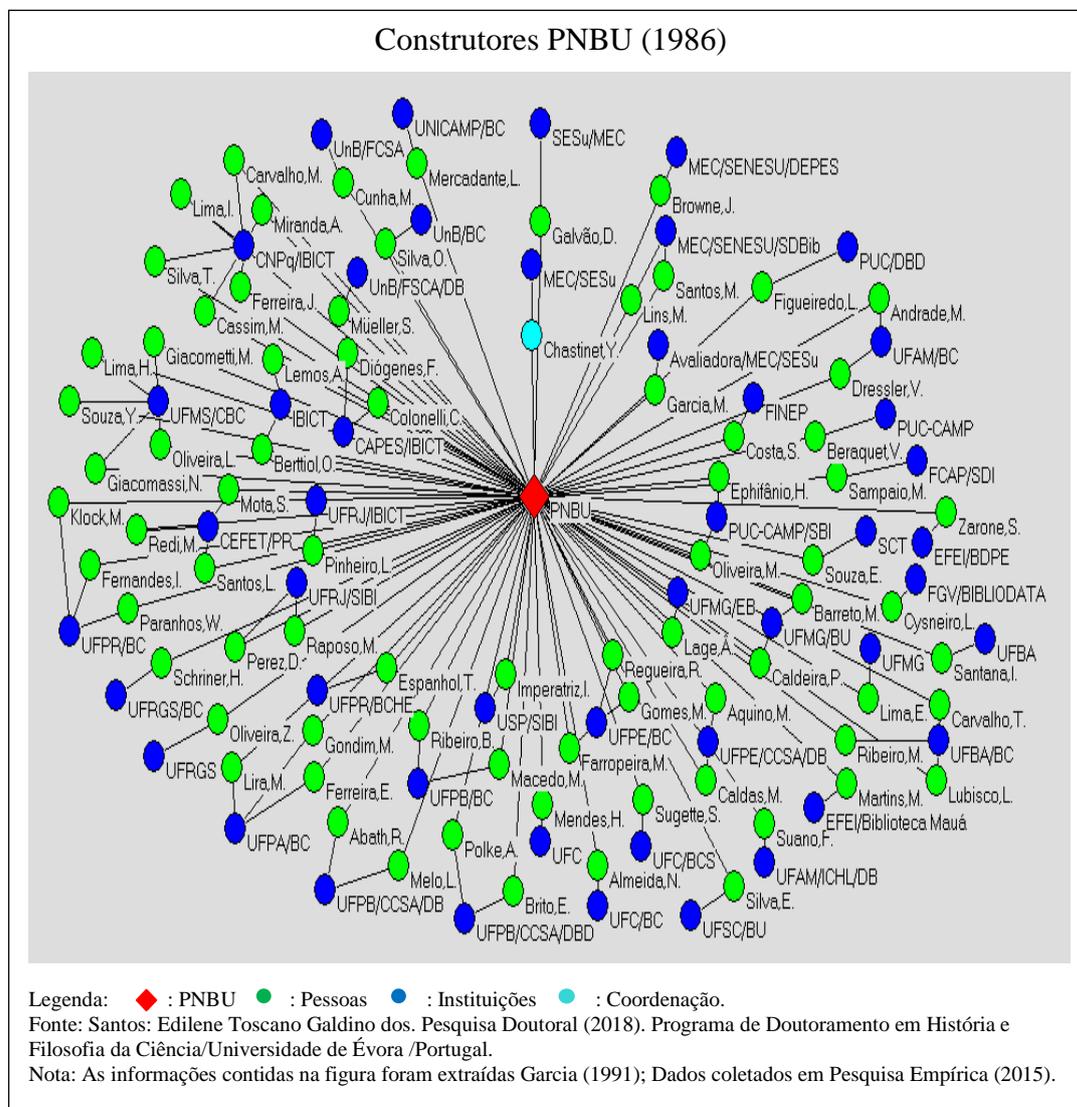


Fonte: dados coletados SNBU (1978-1985).

A participação das Instituições tem sua maioria também no II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (II SNBU-1981). Essa representatividade demonstra outra forma de atuação nesse cenário histórico do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), como já foi mencionado. As instituições são pessoas jurídicas, portanto têm papel fundamental na realização de um ideário, como o apresentado pela classe bibliotecária em favor da biblioteca universitária, a qual padecia de carências, que não se harmonizavam com as necessidades de informação por parte de pesquisadores brasileiros, imbuídos de sustentação das pesquisas difundidas com a expansão da Pós-Graduação nas universidades públicas brasileiras, em contexto de políticas de desenvolvimento científico-tecnológico e de informação-científico-tecnológica, sendo a Universidade o laboratório e a biblioteca universitária seu centro de excelência, responsável pelo fluxo informacional para o progresso da Ciência Brasileira.

O resultado dessas reflexões apontam para a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), cuja pesquisa resultou na visualização do Gráfico 5, de construtores do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), apresentado como entendimento de uma formação colaborativa, na continuidade:

Grafo 5 - Construtores do PNBU (1986).



Fonte: Elaboração própria a partir das fontes: Garcia (1991); Coleta de dados empíricos (2015), com uso do Programa Pajek e alterado na forma.

Esta representação em grafo dos construtores do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) demonstra uma cadeia formada para pensar e atuar nos interesses da biblioteca universitária, com representação de bibliotecários com ocupação de espaços em sua maioria em diretorias de sistemas de bibliotecas universitárias de Universidades de todo o Território Nacional, além de órgãos do governo central como o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior (MEC/SESU), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Coordenação de Aperfeiço-

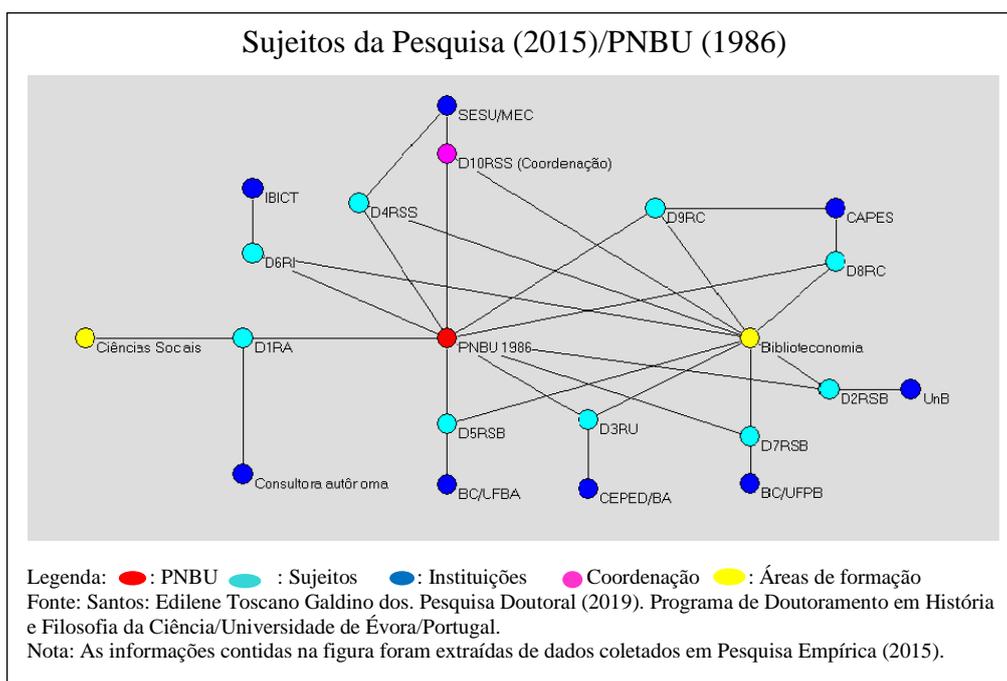
amento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Financiadora de Projetos (FINEP), entre outras que apoiaram a nova estrutura elaborada para a biblioteca universitária, de maneira que esta oferecesse as condições necessárias para oferta por informação científica que os pesquisadores demandavam em suas posições de grupos de pesquisa nas Universidades Públicas e mesmo nos setores de Empresas Privadas. De maneira que a biblioteca universitária constituía um importante segmento no armazenamento e distribuição de informação científica para contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico do País a partir da década de 1980.

Assim, o que foi denominado de construtores do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), no Grafo 5, não representa a totalidade de participantes que vivenciaram a idealização, criação e execução do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), cujo entendimento vai mais a uma amplitude cósmica, a considerar todos que estavam em serviço e em necessidade de informação a depender da biblioteca universitária. Contudo, representa uma amostra de participação desse momento da biblioteca universitária brasileira. Tais informações foram obtidas a partir da publicação de Maria Lúcia Andrade Garcia: “Plano Nacional de Bibliotecas Universitária: Planejamento e Permanência” (1991), e da recolha de dados empíricos (2015) desta pesquisa, que se utilizou da indicação espontânea de contemporâneos participantes desse empreendimento.

A visão de rede entre o que já foi definido anteriormente como atores individuais e coletivos (indivíduos e instituições) fica evidente quando aplicada à estrutura de matriz que visa traçar as conexões entre o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) (♦) como centro de uma galáxia, cuja órbita de cada instituição (●) e seu conjunto humano (●) que lhes dá vida enquanto função, foi significativa para transformação de um ideário em um fato que transformou a biblioteca universitária brasileira. Diante de uma ação institucional dessa magnitude, sem dúvida vale destacar a participação de liderança de uma coordenação (●), com *expertise* para modificar a realidade da biblioteca universitária brasileira, emoldurando uma condição nova de relevância para o contexto da universidade brasileira, bem como para integrar a Política de Informação Científica e Tecnológica, numa perspectiva de melhoria do fluxo de informação à pesquisa na Pós-Graduação no Brasil.

O Grafo 5, página 194, mostra uma dimensão bem maior do que é possível ver no Grafo 6 a seguir. Este representa os colaboradores sujeitos dessa Pesquisa Doutoral, que cederam suas memórias sobre a criação, execução e encerramento do PNBU.

Grafo 6 - Colaboradores Sujeitos da Pesquisa (2015), PNBU (1986)



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa empírica (2015), com uso do Programa Pajek e alterado na forma.

Este grafo representa os sujeitos que colaboraram com esta pesquisa dado que ao centro está o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) tendo por ligação os atores, sejam indivíduos ou Instituições que fizeram a diferença no apoio na construção de uma política para a biblioteca universitária brasileira. Considerando que em sua maioria eram bibliotecários que estavam situados nas instituições, os quais se propuseram a unir suas competências e influências políticas em prol da melhoria da biblioteca universitária, de maneira que esta pudesse atender aos requisitos de demanda por informação científica e tecnológica que fazia parte do contexto de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do País.

Diante dos contatos realizados com pessoas que vivenciaram esse momento da biblioteca universitária brasileira, tendo o retorno de 10 contatos, foi possível tecer

uma matriz de rede para o Grafo 6, de maneira a ter dados de memórias, em períodos diferentes do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU- 1986), além de variável entre os sujeitos que participaram efetivamente da pesquisa (●), os quais atuavam nas instituições (●): sistemas de bibliotecas universitárias, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Secretaria de Educação Superior (SESu); participante usuário das inovações do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) e uma avaliadora autônoma. Consta ainda, o depoimento de uma pessoa de valor imensurável para essa pesquisa, bem como de protagonismo principal na coordenação (●) do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), sustentado pelo sujeito S8RC ao ressaltar: *_ a experiência na área da Biblioteconomia e na área de políticas em C&T [...] capacidade enorme de planejamento, articulação e liderança.* Sendo essencial para organização das ideias que foram fundamentais para a construção dos pilares (Diretrizes e Ações) do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). A área de formação (●) preponderante é Biblioteconomia e uma formação em Ciências Sociais, isto representa os sujeitos que retornaram à inquirição. Entretanto, uma pesquisa, cuja finalidade seja descobrir a participação dos construtores Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), segundo sua formação, é possível que se tenha, com a variável formação, um resultado mais amplo do que o obtido nesta pesquisa que não teve esta observação por foco principal.

Embora a representatividade seja de forma reduzida ao que apresenta o Grafo 5, no qual constam todos os atores consultados tanto no trabalho de Maria Lúcia Garcia quanto nesta pesquisa em foco, foram coletados significativos nas 17 questões abertas, somando 170 respostas, o que possibilitou, neste trabalho de pesquisa, o acesso à memória individual dos sujeitos, transformando a interpretação dessas memórias numa memória coletiva para construir ou reconstruir as principais ocorrências que edificaram o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), no que já foi em princípio estabelecido na parte da história referente à idealização e execução do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

A História do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), em si mesma, não está circunscrita apenas ao seu período que consta na sua certidão de

nascimento, a Portaria 287 de 24 de abril de 1986, publicada no Diário oficial de mesma data na página 6050 da Seção I. Consta também, de documento primário registrado na Descrição de Ordem: SESu/BIBL./DOC.PLAN./86-00, Assim, é expansiva para o período anterior e para o período posterior com seus reflexos para contemporaneidade.

Isto transforma o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) (1978-1985) e o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) em fatos históricos de relevância singular para a sociedade brasileira, sendo a composição da História do Planejamento Bibliotecário no Brasil observada como uma construção autóctone, segundo as soluções encontradas para a realidade apresentada no tempo de acontecimento, à década de 1980. Ainda que se tenha por base o conhecimento, na perspectiva do Planejamento Bibliotecário Latino-Americano e em contexto de países desenvolvidos, as soluções embrionárias implantadas foram para atender às necessidades da realidade de país em desenvolvimento, e situado na América do Sul, porém com uma vitalidade para o desenvolvimento científico e tecnológico capaz de superar, em pouco tempo, uma realidade de pouca expressão para a Ciência Mundial, em um contexto de transformação da qualidade da pesquisa e da produção científica brasileira.

A complexidade das interações entre as díades e os nós em todos os grafos reflete as interações humanas e institucionais na construção de uma reflexão sobre a biblioteca universitária. Essa possibilidade toma forma por meio de uma prática científica, que pode apresentar pesquisas realizadas no ambiente bibliotecário acadêmico, com possibilidade de difusão nacional das experiências expostas em Evento específico, a pensar a biblioteca universitária em toda a sua expressão de conhecimento como um espaço dedicado ao saber e disseminação de informação científica, contribuindo os grafos para uma percepção das relações humano/institucionais, revelando sonhos, atitudes, trabalho e vontade de melhoria na concretização de uma biblioteca universitária atualizada em seu tempo e transcendente a sua própria história de necessidades para uma história protagonista de ação na perspectiva de atuação nos contextos em que estava inserida no âmbito da universidade e da realidade política, econômica, educacional, científica e tecnológica do Brasil da década de 1980.

CAPÍTULO 6 - DA PRÁTICA CIENTÍFICA À POLÍTICA DE MODERNIDADE DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

A prática científica pode ser circunstanciada dentro da cultura da ciência, ou seja, é um fenômeno cultural que ocorre dentro de uma perspectiva científica, no seio da sociedade, no entanto, é estratificada em grupos sociais que têm um objetivo em comum: o desenvolvimento da ciência em seus vários campos de conhecimento.

Na perspectiva discursiva de Betti (2005, p.195), a prática científica é construída a partir da meta da ciência, que é “produzir conhecimento no encontro com o mundo físico e social”. Para a realização desta produção de conhecimento, é necessário um rigor epistemológico intrínseco à comunidade científica.

Nesse sentido, produzir conhecimento faz parte da cultura da ciência que avança do que já se sabe, para o desconhecido, para o que está por descobrir. Para Fleck (1986, p. 85), “*lo ya cononocido condiciona la forma y manera del nuevo conocimiento, y este conocer expande, renova y da sentido nuevo a lo conocido*”. Com isto Ludwick Fleck avança a compreensão da ciência aqui entendida também na prática científica, quando o que já é conhecido é suporte para novas formas de conhecer de pesquisar a partir das indagações do já conhecido para as novas descobertas.

Isto significa que a ciência não é apenas o resultado do indivíduo, mas estando situada em um contexto também cultural, os resultados da ciência são frutos do conhecimento coletivo ou do que Ludwick Fleck denominou de “coletivo de pensamento”, sendo, portanto, o desenvolvimento da ciência “*resultado de uma atividade social, ya que el estado del conocimiento de cada momento excede la capacidad de cualquier individuo*”. (Fleck, 1986, p. 86).

Logo, a prática do progresso científico também é um processo cultural que ocorre não apenas como prática cultural de um “coletivo”, com suas técnicas e métodos que formam as práticas científicas. Estas são influenciadas pelos estilos de pensamento de um determinado coletivo de pensamento, por sua vez também influenciados pelo ambiente cultural que está inserido na sociedade, a partir de condicionantes como: o tempo, o espaço a geografia, a economia, a política etc.

Como integrante da sociedade, o cientista recebe suas influências. Dessa forma, o indivíduo isolado não faz uma área de conhecimento se desenvolver, pois é

fruto de um coletivo de pensamento, que dá forma aos conteúdos epistemológicos e técnicos, sendo que cada área tem seu coletivo de pensamento, que fundamenta a prática científica na qual está inserido.

De acordo com Löwy (1994, p. 15) “As práticas científicas são, portanto, acima de tudo, práticas locais, estreitamente ligadas aos instrumentos, reagentes, conceitos e técnicas presentes em um dado lugar, num dado momento”. Ou seja, a prática científica ocorre em ambientes marcados por seu contexto e condicionantes locais.

Como prática científica, temos as pesquisas que são realizadas em Institutos de Pesquisas, Empresas, Entidades Associativas e Universidades formando coletivos de pensamento, que proporcionam a produção e difusão da informação científica como forma de renovar o conhecimento, expandindo as fronteiras da ciência.

Sendo a prática científica inerente a toda ciência ou cada campo científico em particular, aborda-se neste contexto a prática científica como representação da prática na área da Biblioteconomia.

Essa área de conhecimento, enquanto prática profissional, remonta a quase três séculos a.C. No entanto, no século XIX, inicia-se a sua formação enquanto campo de conhecimento além do ponto de vista técnico, mas também com a formação de um conteúdo epistemológico que fundamenta a área como campo científico. Segundo Araújo (2013, p. 41) a Biblioteconomia “enquanto campo de conhecimento autônomo vem se processando nos últimos cinco séculos, sendo que sua consolidação como uma disciplina científica se deu no final do século XIX”.

Embora haja uma discussão interna ao campo da Biblioteconomia sobre se é uma ciência por estar influenciada pelas classificações filosóficas do conhecimento e identificada com os sistemas de classificações formais, em especial, a adoção do sistema decimal pioneiramente mais completo, elaborado por Melwil Dewey (1851-1931) ou se é técnica, por valorizar a prática na atividade profissional e conseqüentemente ser inserida nos conteúdos disciplinares da formação do bibliotecário, contudo, o conhecimento técnico difere do conhecimento científico.

Diante desta perspectiva, Silva (2013, p. 8) afirma que

A técnica possui algumas características que a diferem da ciência. Em primeira instância, é pertinente considerar que a técnica pode produzir conhecimento científico, mesmo que não seja a finalidade principal.

Aliás, a técnica utiliza o conhecimento científico para planejar suas ações. A diferença é que o objetivo da pesquisa científica é o de conhecer e explicar algumas questões, enquanto a técnica utiliza o conhecimento científico, bem como outros tipos de conhecimento para atuar em uma situação prática de algum grupo social.

É possível, mesmo a partir de um ponto de partida tecnicista, produzir ciência, para dar cientificidade ao conteúdo que forma o *corpus* disciplinar da área da Biblioteconomia, através das práticas científicas que objetivam pesquisar as variáveis que compõem as subáreas deste campo de conhecimento.

Dessa forma, Silva (2013, p. 16) observa que a “Biblioteconomia também possua o seu caráter científico, embora não seja originalmente uma ciência, mas é possível construir a prática científica a partir de seus fundamentos técnicos e normativos”. Assim, a prática da Biblioteconomia, constituída por seu aparato normativo e técnico, configura-se como um campo em construção de sua cientificidade, na medida em que os serviços da biblioteca são a estrutura em que estão envolvidos os serviços de informação, relação com o usuário e formas de acesso e uso da informação.

Esse contexto configura-se como campo da prática científica num processo evolutivo do caminhar da Biblioteconomia. Enquanto área de conhecimento, a mesma revela-se na produção, disseminação e uso da informação raciocinada a partir de pressupostos metodológicos, como também a partir da prática profissional que são campos de pesquisa para pensar e repensar esse campo de conhecimento.

Uma vez existindo uma produção de informação relevante cobrindo áreas como: Fundamentos teóricos da Biblioteconomia; organização e tratamento da informação; recursos e serviços de informação; gestão de unidades de informação; tecnologia da informação entre outras, faz-se necessária a disseminação dessa informação, que se dá por uma vasta produção de livros, artigos científicos publicados nos periódicos científicos da área, bem como congressos que possuem uma dinâmica própria de divulgação do conhecimento e conagração dos pesquisadores, que além de contar com o fluxo de informação formalizado nos conteúdos dos artigos, ainda contam com a informação circulante no colégio invisível.

Assim, a Biblioteconomia vem se firmando como campo de conhecimento ao longo da História, com uma formação epistemológica e procedimentos técnicos, dis-

cutidos a partir de sua prática científica e dos modelos científicos adotados para construção de sua cientificidade.

Nesse contexto, o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) se configura num campo de exposição de ideias e pesquisas empíricas como forma de atribuição de um *corpus* científico referente à Biblioteconomia, em especial à biblioteca universitária. E considerando Araújo (1991, p. 29) no capítulo “Um conhecimento em Construção” de sua obra “A subjetividade Enclausurada – o discurso científico na Biblioteconomia”, ao refletir sobre a fundação da Biblioteconomia enquanto sua cientificidade, pondera

enquanto outras ciências estão a desconfiar de suas razões estabelecidas, nós, na biblioteconomia, temos uma razão a ser estabelecida e muitas dúvidas. Acreditamos que este é o ponto favorável para a biblioteconomia, pois não temos que destruir o imenso edifício da razão bibliotecária, do discurso científico. Nós não temos edifício; estamos ainda nas bases de sua construção. (Araújo, 1991, p. 29).

Nesse sentido, pode-se considerar o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) como fundação de um dos pilares da construção da Biblioteconomia brasileira, quiçá como forma de viabilizar discussões de subjetividade, objetividade prática e científica em especial da biblioteca universitária.

Contudo, do ponto de vista da memória histórica, observa-se um silêncio que pode ser visto como um esquecimento dos ideais de outrora, mas Messias (2016, p. 31) destaca que este

fenômeno é comum no campo da memória e da história, e diz respeito à noção de apagamento, destruição. Mas mesmo o apagamento não consegue acabar com o problema do esquecimento, uma vez que este também este ligado ao processo de rememoração, uma vez que o que foi esquecido pode ser reencontrado, essas memórias estão apenas perdidas, indisponíveis, e não realmente desaparecidas.

Dessa forma, entre o silêncio da memória e o revelado nas fontes, foi possível reconstituir a existência do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), enquanto política para a biblioteca universitária brasileira a partir de suas 46 ações, das quais, de acordo com Garcia (1991), que, em sua avaliação confirmou o que Yone Sepulveda Chastinet revelou, a saber: “das doze Diretrizes, onze tiveram sua im-

plementação iniciada através da realização total ou parcial de trinta e uma, das quarenta e seis ações previstas pelo PNBU”. (Garcia, 19991, p. 26).

A publicação de Maria Lúcia Garcia (1991) apresenta informações importantes sobre o grau de efetivação das ações programadas pelo Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). Como forma de visibilidade a essa informação, serão citadas as informações contidas em um quadro intitulado por Garcia (1991, p. 27-28) “Grau de efetivação das Ações Programadas pelo PNBU – 1986-1989”, que foram aqui constituídos em três quadros por grau de efetivação: parcial, total e nula, a seguir:

Quadro 14 – Grau de Efetivação Total das Ações do PNBU (1986).

DIRETRIZES	EFETIVAÇÃO TOTAL DAS AÇÕES DO PNBU (1986)
III - Dotação de Recursos Financeiros Adequados.	11. estabelecer tetos orçamentários para dispêndios de divisas estrangeiras na aquisição de materiais documentais; 12. propor cotas de importação compatíveis com tetos pretendidos.
IV - Formação e Qualificação de Recursos Humanos.	18. promover estudos para criação de curso de especialização específicos aos técnicos das bibliotecas universitárias; 19. desenvolver programa de estudos, visando à otimização e harmonização de técnicas e procedimentos bibliotecários;
VI - Formação e Desenvolvimento de Coleções.	23. definir diretrizes para orientação das bibliotecas universitárias na estruturação dos processos de seleção e aquisição; 24. elaborar instrumentos para avaliação dos usos das coleções;
VII - Aquisição Cooperativa Planificada.	28. definir e implantar política de aquisição cooperativa e planificada de periódicos para as bibliotecas universitárias;
VIII - Normalização e Padronização de Processamento Técnico.	31. definir normas, padrões e metodologias compatíveis, principalmente, de catalogação bibliográfica e cabeçalhos de assuntos padronizados;
IX - Automação Técnica e Administrativa.	36. apoiar adoção do formato de intercâmbio CALCO.

Fonte: Garcia (1991).

Este quadro demonstra que das 12 diretrizes, 6 delas foram contempladas com ações de efetivação total e das 46 ações, 9 foram totalmente efetivadas.

Para um período em que não se tinha uma dotação orçamentária específica estabelecer uma proposta orçamentária garantindo a aquisição de materiais documentais inclusive material bibliográfico estrangeiro, pode ser considerado um grande feito alcançado pelo Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Contudo cabe uma menção específica da ação 18 que promove a educação continuada dos bibliotecários capacitando-os de maneira a ser difundido o conheci-

mento técnico-científico da área da Biblioteconomia, bem como atualizando os conhecimentos de uma nova postura que deveria ser adotada pela biblioteca universitária face às políticas de Informação Ciência e Tecnologia (ICT), adotadas no país. É também de significativa importância a medida que implanta um planejamento para a adoção de uma política de aquisição cooperativa para os periódicos, implantada de maneira a dotar a biblioteca de um acervo com informação atualizada e considerando as necessidades de cada Universidade na demanda das pesquisas científicas pelos usuários.

A importância da efetivação das ações reside na criação de uma atenção à biblioteca universitária e ao seu desenvolvimento. Certamente que todas as ações têm seu grau de importância e juntas formam um conjunto de medidas que fortaleceram a biblioteca universitária no âmbito da Universidade.

No tocante à parcialidade de efetivação das ações do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), tem-se o quadro a seguir:

Quadro 15 – Grau de Efetivação Parcial das Ações do PNBU (1986).

DIRETRIZES	EFETIVAÇÃO PARCIAL DAS AÇÕES DO PNBU (1986)
I Estabelecimento e Fortalecimento de Sistemas de Bibliotecas Universitárias.	1. instituir junto ao MEC/SESu órgão central que coordene a formulação de políticas e programas para as bibliotecas universitárias; 2. estimular a criação e/ou fortalecimento do sistema de bibliotecas e documentação nas universidades, com órgão central coordenador a nível institucional e representativo a nível nacional;
II Definição de Padrões de Desempenho.	4. operacionalizar mecanismo de coleta de dados estatísticos para planejamento e avaliação das operações administrativas, financeiras técnicas e de prestação de serviços; 6. estabelecer padrões mínimos necessários e adequados ao funcionamento eficiente das bibliotecas universitárias;
III Dotação de Recursos Financeiros Adequados.	7. definir as bibliotecas universitárias como centros de custo orçamentário da Universidade; 8. estabelecer percentual mínimo do orçamento da Universidade para aplicação do sistema de bibliotecas; 10. criar condições institucionais para gerenciamento pela Biblioteca Central, ou setorial, da dotação orçamentária e de recursos financeiros externos; 13. criar mecanismos para captação de recursos externos visando ao desenvolvimento da biblioteca universitária;
IV Formação e Qualificação de Recursos Humanos.	14. proporcionar aperfeiçoamento contínuo do pessoal profissional e de apoio, através de cursos de pós-graduação, reciclagem e treinamento, eventos nas áreas de informação e conhecimento, programas de cooperação técnica, estágios, etc.; 20. estabelecer programa de cooperação técnica voltado para o desenvolvimento do sistema;
V Estrutura Física Adequada.	21. estabelecer critérios para construção, reestruturação e modernização de bibliotecas universitárias;
VI Formação e Desenvolvimento de Coleções.	22. elaborar instrumentos básicos para a formação e desenvolvimento de coleções, prevendo critérios para descarte; 25. desenvolver programas de fomento no âmbito do MEC, de maneira a apoiar as IES na formação e desenvolvimento de seus acervos;
VII Aquisição Cooperativa Planejada.	26. estabelecer catálogo central do acervo das bibliotecas e centros de documentação a nível institucional; 27. promover atualização e desenvolvimento da lista de periódicos resultante do Projeto CAPES/FINEP; 30. definir política para armazenagem, controle e divulgação de teses e demais documentos;
VIII Normalização e Padronização de Processamento Técnico.	32. estimular as unidades isoladas de ensino de ensino superior a contabilizarem seus procedimentos técnicos, possibilitando integração a programas cooperativos;
IX Automação Técnica e Administrativa	33. desenvolver rede de intercâmbio de dados bibliográficos para viabilizar serviços de catalogação cooperativa, empréstimo, comutação, bibliográfica, etc.; 34. manter centro referencial de informação sobre automação de bibliotecas; 35. estimular desenvolvimento de softwares integrados para automação;
XI Planejamento dos serviços de Informação.	44. assegurar acesso à documentação primária, através do COMUT;
XII Atividades Cooperativas	45. integrar cada biblioteca universitária em programas cooperativos, tais como: aquisição cooperativa e planejada, catálogo coletivo de periódicos, catalogação cooperativa, sistemas especializados, COMUT;

Fonte: Garcia (1991).

O Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) teve seu mérito em ter evidenciado a biblioteca universitária na estrutura de ensino superior do Brasil. Nas ações de efetivação parcial não menos importante, ainda que seja sua parciali-

dade de alcance de objetivos, porém as ações 1 e 2 são de importância imensurável para toda a estrutura do plano e sua implantação enquanto perdurou. Outro importante mérito foi ter colocado a biblioteca universitária no organograma orçamentário da Universidade, com isto a diretriz 3, que trata da dotação de recursos financeiros adequados, teve suas ações 7, 8, 10 e 13 fomentadas de maneira que as Universidades transformavam o seu Sistema de biblioteca universitária em unidade orçamentária, favorecendo a dotação e o planejamento orçamentário voltado exclusivamente ao custeio e desenvolvimento da biblioteca universitária.

Ainda é possível perceber que das 12 diretrizes apenas a 10 não consta como alguma ação de efetivação parcial ou total, visto ser totalmente de efetivação nula, posta no quadro a seguir:

Quadro 16 – Grau de Efetivação Nula das Ações do PNBU (1986).

DIRETRIZES	EFETIVAÇÃO TOTAL DAS AÇÕES DO PNBU (1986)
. II Definição de Padrões de Desempenho.	3. definir dados estatísticos mínimos para coleta pelas bibliotecas universitárias; 5. realizar estudos dos serviços que não necessitam de coleta contínua e rotineira, de modo a não sobrecarregar o sistema estatístico da biblioteca;
III Dotação de Recursos Financeiros Adequados.	9. definir critérios para elaboração de orçamentos de bibliotecas universitárias;
IV Formação e Qualificação de Recursos Humanos.	15. estabelecer padrões mínimos para composição do quadro funcional, profissional e de apoio); 16. determinar critérios específicos de seleção de pessoal profissional e de apoio; 17. estudar reestruturação da carreira em níveis escalonados, de forma a permitir progressão funcional de pessoal, concessão de vantagens salariais ao pessoal profissional, ocasionadas por obtenção de títulos de pós-graduação, produção científica, experiência profissional acumulada, etc.;
VII - Aquisição Cooperativa Planificada.	29. elaborar bibliografias mínimas, por cursos;
X Metodologia de Estudo e Serviço aos Usuários.	37. divulgar metodologias testadas de levantamento de necessidade de informação e estudo de usuários das bibliotecas universitárias; 38. desenvolver programas de educação de usuários; 39. oferecer regularmente programas de capacitação em metodologia de pesquisa documentária.
XI Planejamento dos serviços de Informação.	40. promover treinamento sobre "fontes de informação"; 41. estabelecer acordos com produtores e intermediários dos serviços de informação disponíveis; 42. divulgar produtos e serviços das bibliotecas universitárias; 43. planejar e oferecer serviços a partir do acervo de documentos primários e secundários;
XII Atividades Cooperativas.	46. criar veículo comum de divulgação das atividades das bibliotecas universitárias.

Fonte: Garcia (1991).

As ações que tiveram sua efetivação nula de acordo com a avaliação de Maria Lúcia Andrade Garcia não foram impedimento para que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), fosse considerado o maior Plano nesse segmento para a biblioteca universitária, ainda que 15 ações estejam na lista de efetivação nula, entre estas há destaque para o estabelecimento de padrões estatísticos como fator de avaliação de desempenho dos serviços ofertados pelas bibliotecas universitárias. Outro destaque foi a não definição de critérios para elaboração orçamentária voltada às bibliotecas universitárias.

Um ponto sensível que o Plano não conseguiu atuar foi quanto à ação de reestruturação da carreira profissional no tocante à progressão funcional e aos salários. Esse é um ponto sensível e considerando estar se tratando, em sua maioria, de um serviço público, esta definição talvez passasse por outras instâncias de poder que não apenas o âmbito do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior (MEC/SESu).

Dessa forma, tem-se que, mesmo sendo afirmado por Garcia (1991), que o objetivo não seria, na avaliação realizar um comparativo entre ações propostas e ações realizadas, todavia apresenta um valioso trabalho para estudo histórico, para demonstração do quadro de efetividades das ações no período 1986 a 1989.

Poderão ainda ser consideradas algumas conclusões, segundo Chastinet (1990 apud Garcia 1991), demonstradas no quadro, a seguir:

Quadro 17 - Conclusões Yone Chastinet 1990.

Conclusões Yone Chastinet (1990 apud Garcia, 1991)	
1	Consolidação do entendimento da "questão biblioteca" no cenário nacional.
2	Viabilidade da ação coordenadora do MEC na promoção do desenvolvimento das bibliotecas universitárias.
3	Necessidade de estabelecer mecanismos formais e regulares de atuação junto à direção das universidades.
4	Abertura de espaço para a ação conjunta de pesquisadores/docentes da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e profissionais responsáveis pela gerência das bibliotecas universitárias.
5	Demonstração de que o desenvolvimento das bibliotecas universitárias repousa no trabalho cooperativo e em mecanismos de intercâmbio.
6	Possibilidade de configuração de um Sistema Nacional de Bibliotecas de Ensino Superior.

Fonte: Garcia (1991, p. 26).

A referência a essas conclusões tem uma atualidade que não se limita apenas ao período de vigência do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-

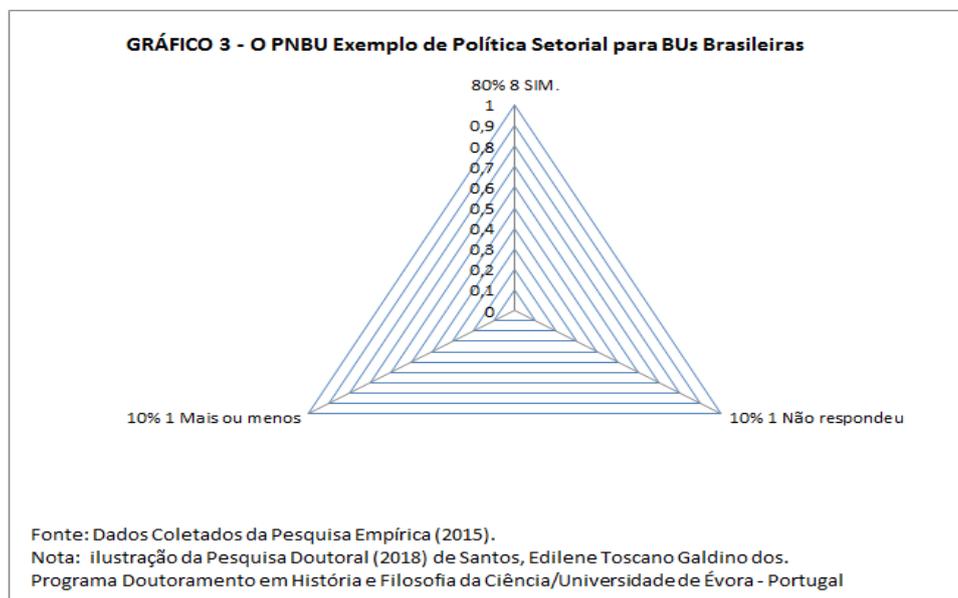
1986), mas o olhar na realidade atual demonstra que há uma real necessidade de um Sistema Nacional de Ensino Superior como fortalecimento de uma nova perspectiva para a biblioteca universitária brasileira.

Também, se apresenta esta pesquisa como uma análise propriamente das ações efetivadas enquanto prática técnico-científica, mas chama atenção para análises mais específicas nesse sentido. Podem-se ver essas ações enquanto relevância para mudança cultural no pensar e agir da biblioteca universitária brasileira. Nessa pesquisa foi perscrutada de maneira geral a memória dos sujeitos quanto às ações do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) no concernente a sua condição de Política para a biblioteca universitária brasileira. Assim, temos a seguir uma reflexão das memórias e do que pensam os sujeitos a esse respeito, com apresentação também quantitativa e interpretação dos dados recolhidos.

Considerando essas conclusões e sendo analisadas a partir de um tempo que se faz distante ao olhar o passado, fica evidente que houve uma consolidação ao colocar a biblioteca universitária no palco das atenções da Universidade em nível nacional, contudo, ainda que no passado visto como possibilidade não se concretiza ao tempo presente ter-se um Sistema Nacional de Bibliotecas de Ensino Superior. Fica este ponto como um sonho por cuja realização talvez as gerações do presente e quiçá futuro lutem por uma realização.

Dessa forma, foi elaborado um gráfico quanto ao pensamento dos sujeitos sobre uma nova política para as bibliotecas universitárias brasileiras demonstradas no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – O PNBU Exemplo de Política Setorial para BUs Brasileiras



Fonte: Dados coletados da Pesquisa Empírica (2015).

É notável como a maioria dos sujeitos, numa significativa marca de 80%, concorda que o PNBU se constituiu num exemplo de Política Setorial para a área do Planejamento bibliotecário brasileiro.

Algumas afirmações asseguram esse fato, como S6RI, quando reitera que “baseou-se nas expectativas e necessidades apontadas pelas Bibliotecas Universitárias, cujos temas abordados constituíram-se em eixos estruturantes para gestão e prestação de serviços, além de dotação orçamentária”. A importância desse Depoimento reside na real condição de sustentação inovadora que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) revelou no âmbito das universidades, principalmente as Públicas, cuja participação foi mais evidenciada nos programas criados e executados no âmbito de vigência do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Na mesma linha de raciocínio está S5RSB ao afirmar que “foi um exemplo de Política Setorial, houve convergência de visão e vontade política que possibilitou diversas iniciativas sistêmicas”. Dessa forma, há a percepção de que o momento importante na transformação da biblioteca universitária brasileira e, que os diagnósticos elaborados e comprovados através da prática científica dos Seminários Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBUs) demonstravam uma condição deficitária para acompa-

nhamento daquele momento de verdadeira efervescência em Planejamento de Política Científica no país. Era a vez da biblioteca universitária, como elo de excelência, que faltava ser integrada ao sistema, o que só veio com o envolvimento do setor educacional, mais especificamente a Universidade com a expansão da Pós-Graduação em todo o território brasileiro. Sendo abordado pelo sujeito S7RSB que *o PNBU enfrentou questões importantes para as Bibliotecas Universitárias sendo elo entre estas (as Bibliotecas Universitárias de outras instituições), além de fortalecer as Bibliotecas junto a Administração Central das Universidades.*

Em assertividade a este depoimento, S8RC em suas memória idenficou que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986) se constituiu como uma *Política Pública Setorial* capitaneada pelo Ministério da Educação (MEC), tendo em vista existirem *diretrizes traduzidas em Plano, Programa e Projetos* pois conteve a participação das partes: *governamental e comunidade universitária e usuários.*

O capítulo 5, explícita a estrutura do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) em quadros com as diretrizes e ações. Entretanto, o Programa onde foi obtido o maior número de documentos primários foi o Programa de Aquisição Planificada (PAP). Ainda nesse sentido, outros documentos primários foram conseguidos na área de Programa de Recursos Humanos e de Projetos para implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), cujos documentos coletados compreendem o período de 1986 a 1988.

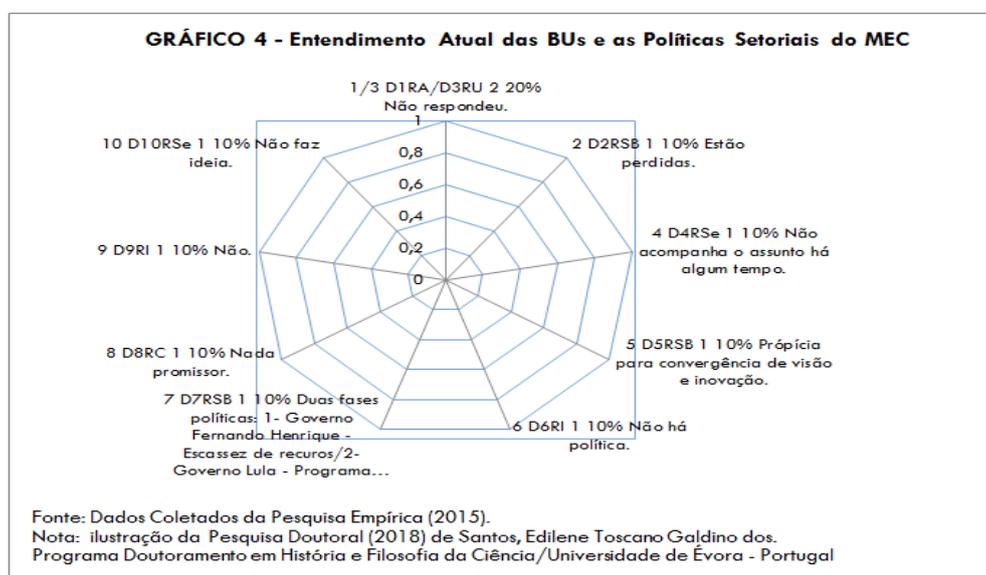
A escassez de documentação impede uma abordagem mais aprofundada dessa parte do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), devido à falta de uma sequência que transmita a noção de continuidade temporal de cada programa, projeto e ações. No entanto, os poucos documentos conseguidos estarão em anexo nesta Tese, esperando facilitar pesquisas futuras, e outras percepções, mais específicas. Sendo o objetivo dessa Pesquisa o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) como um todo com suas partes, divididas em Programas, Projetos e

Ações, ficam para outro momento, outra pesquisa, ou para curiosos do tempo histórico a revolver o celeiro do passado em busca talvez do “Relógio Perdido”³³

Assim, conclui-se na interpretação do Gráfico 3, página 209, que uma ação de Política Pública passa necessariamente pela vontade política governamental, o que se interpreta do depoimento de S10RSe é que os *statments* das políticas são bem amplos, num nível mais alto, pois elas orientam as atividades institucionais e os programas. Ou seja, se há uma orientação de Planejamento Governamental, como um todo, as Políticas Setoriais são mais propícias a serem criadas e executadas, porém se há um contexto de falta de direcionamento central em suas políticas públicas, há um declínio da tarefa de construir uma nação melhor.

É com esse entendimento revestido das memórias cedidas pelos sujeitos que se pôde fazer um paralelo com o processo de compreensão a respeito, e depreendido por tais sujeitos sobre a atual situação das bibliotecas universitárias brasileiras diante das políticas setoriais do Ministério da Educação (MEC) para o ensino superior.

Gráfico 4 – Entendimento Atual das BUs e as Políticas Setoriais do MEC.



Fonte: Dados coletados da Pesquisa Empírica (2015).

³³ Analogia à Parábola do Relógio Perdido. A interpretação aqui nesse estudo é a capacidade de escutar os sábios e viver uma experiência de sabedoria com o tempo: do presente, a compreender o passado e divisar o futuro, ainda não vivido, mas com possibilidades de projetá-lo, diante dos ensaios já vividos.

Quanto a esse ponto de vista, é possível identificar uma variação na formulação da compreensão da atual situação da biblioteca universitária brasileira. A maioria não vê com positividade a presente realidade visto que a somatório de todos os 10%, representa 60% de todos os sujeitos que responderam de maneira a negativar o momento atual relacionado à política de desenvolvimento da biblioteca universitária. Para o sujeito S6RI: - *não há política que integre as ações de desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias, o desenvolvimento é aleatório, desarticulado, individualizado e dependente das lideranças da IES e das próprias bibliotecas, à exceção do Portal de Periódicos CAPES. Aliás, tem sua gênese num dos Programas do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), o Programa de Aquisição Planificada de Periódicos (PAP), já citado anteriormente. Enquanto S8RC aponta que o que há atualmente é um apanhado de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias para regulamentação do credenciamento e avaliação das IES. S9RC presume não existir plano ou programa de desenvolvimento das bibliotecas, porém seu pensamento reflete uma visão da realidade atual, pois há no presente a crença de que o acesso aberto a conteúdos de repositórios alugados ou gratuitos resolverá o problema de acesso à informação; as bibliotecas precisam avançar no Letramento Informacional, capacitação, e criar serviços de acesso ao conhecimento em **dimensões planetárias** (grifo da autora), a exemplo do ALFIN/Unesco³⁴.*

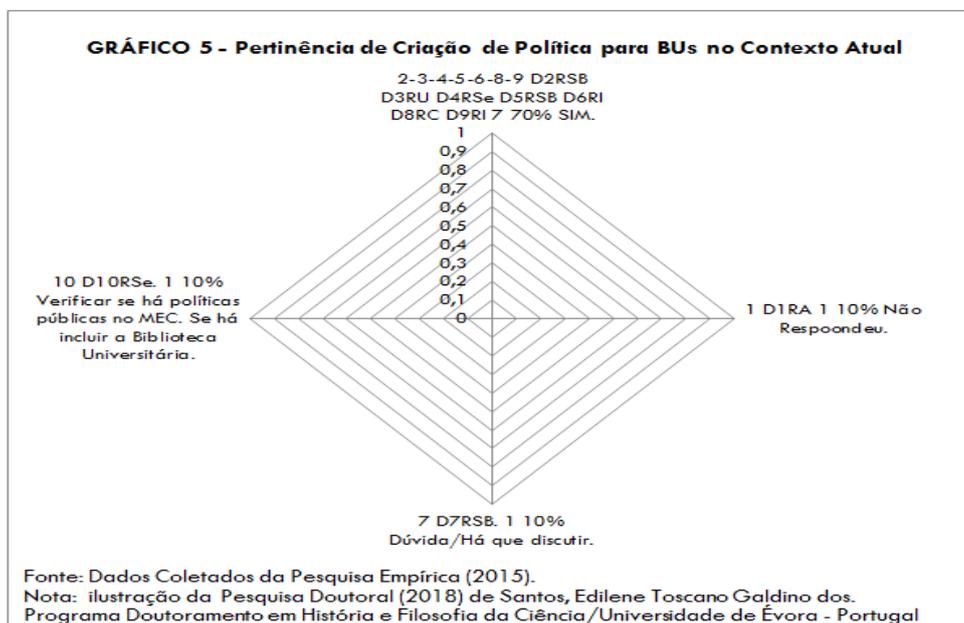
Tomando-se por fonte de pensamento o que está explicitado supra, por S9RSB, há muito o que fazer se for tomado, por exemplo, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), como uma metodologia de planejamento bibliote-

³⁴ A alfabetização da informação e a aprendizagem ao longo da vida foram consideradas como faróis da sociedade da informação, que iluminam os caminhos do desenvolvimento, da prosperidade e da liberdade. ALFIN significa a alfabetização da informação. Habilita o indivíduo, seja qual for a atividade que ele faz, a buscar, avaliar, usar e criar informações para atingir seus objetivos pessoais, sociais, trabalhistas e educacionais. As pessoas que dominam as bases de informação podem acessar informações sobre sua saúde, meio ambiente, educação e trabalho, bem como tomar decisões críticas sobre suas vidas. Em um mundo digital, a alfabetização informacional exige que os usuários tenham as habilidades necessárias para usar tecnologias de informação e comunicação e suas aplicações para acessar e criar informações. (Ver: <http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/intergovernmental-programmes/information-for-all-programme-ifap/priorities/information-literacy/>).

cário para esse fazer, e associar o otimismo de S5RSB, ao revelar que estamos num tempo *propício para uma convergência de visão e de iniciativas*.

Assim sendo, o Gráfico 5 demonstra a pertinência de uma tarefa como esta para o desenvolvimento da biblioteca universitária brasileira considerando os avanços e desafios do século XXI.

Gráfico 5 – Pertinência de Criação de Política para BUs no Contexto Atual.



Fonte: Dados coletados da Pesquisa Empírica (2015).

Na verificação de uma pertinência de elaboração de uma Política para as bibliotecas universitárias brasileiras no contexto atual, 70%, dos sujeitos foram afirmativos quanto à necessidade de uma política que direcione o aprimoramento de serviços já existentes, e à atualização de novas formas de exercer a função de excelência de qualidade no relacionamento com a comunidade acadêmica e mesmo com a sociedade, dado que pela carência de bibliotecas escolares e públicas, é a biblioteca universitária que faz esse papel social, de abrangência educacional-sócio-cultural na sociedade brasileira.

Dessa forma, os pensamentos dos sujeitos revelam que é possível a criação de um novo planejamento da biblioteca universitária, segundo S2RSB, a exemplo da *existência desse tipo de política governamental em outros países*. Necessária também, pois, de acordo com S6RI, a *expansão e interiorização do Ensino Superior Federal* [...]

orientariam as Universidades e Institutos de Ensino Tecnológico quanto à implantação de bibliotecas. S8RC chama a atenção para as transformações tecnológicas e o comportamento informacional ocorridos no contexto contemporâneo quanto à produção e comunicação científica de conhecimento, no que aumenta a responsabilidade das BUs, em atender às demandas do impresso ao digital. Considera-se, assim, a condição híbrida da biblioteca universitária ampliando sua abrangência, ao mesmo tempo havendo uma transformação ainda de acordo com S8RC no modo de: planejar o desenvolvimento das coleções, tratar e representar a informação, oferecer serviços em rede, preservação da informação etc. Além de mudança no perfil dos profissionais para essas demandas.

S9RSB menciona pessoas que fizeram a diferença para a existência do PNBU, como: *Darcy Closs, Hélio Barrios e Cláudio Moura Castro pela percepção da biblioteca universitária como estratégica para as atividades de ensino e pesquisa. Além de expor um pensamento crítico ao atual momento diante de um mundo em conectividade, no que expõe agora acham que tudo está na internet, e em similaridade de pensamento com S8RC, revela que as bibliotecas precisam adequar-se a esse novo cenário: reorganizar serviços prestados, acervamento adequado, formação profissional e treinamento de usuários.*

Nesse contexto, S10RSe faz uma observação quanto a *verificar se o MEC possui política de caráter público para suas ações. Se há, incluir política para bibliotecas [...].* Contudo, S5RSB considera a necessidade de uma *política setorial envolvendo: CRUB, ANDIFES, IBICT, FEBAB/CBBU, ABRAINHO, CFB etc.* Sugere ainda que, em assim sendo, haja uma *Coordenação diretamente subordinada ao Ministério da Educação.*

Estes pensamentos apontam para uma conclamação da sociedade organizada referente à área em foco, no tocante a tomar providências para uma nova rodada de planejamento da biblioteca universitária brasileira.

6.1 O Contributo Político e Técnico do PNBU (1986) para a Biblioteca Universitária Brasileira.

Tratar sobre o contributo político e técnico exige uma reflexão aprofundada sobre as três palavras que correspondem a este capítulo. No entanto, há que ser feita a ponderação do tempo hábil que se expira.

É possível fazer uma breve ponderação etimológica sobre essas palavras:

- a) Contributo – de origem latina (*Contributus*) exprime em seu significado “colaborar na execução de algo” ou “ter parte em determinado resultado” (Dicionário Eletrônico Hauaiss da Língua Portuguesa, 2007).
- b) Político (a) – origem do grego (*Politikós*) apresenta um significado da “organização, direção e administração das nações ou estados”, também pode ser visto como uma “série de medidas para a obtenção de um fim”. (Japiassú & Marcondes, 1996; Dicionário Eletrônico Hauaiss da Língua Portuguesa, 2007).
- c) Técnico (a) – origem do grego (*Téchnikós*) tem o sentido “conjunto de procedimentos ligados a uma arte ou ciência”. Exprime também uma “habilidade prática”. (Japiassú & Marcondes, 1996; Dicionário Eletrônico Hauaiss da Língua Portuguesa, 2007).

Deste modo, a considerar a semântica citada pelos autores mencionados, pode-se então fazer uma dedução de um conceito envolvendo contributo político e técnico do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986): constitui um resultado colaborativo e normativo de um conjunto de procedimentos, visando uma aplicabilidade político-técnica, prático-científica, sociocultural e educacional.

Assim sendo, compreende-se o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) nesta pesquisa como um produto governamental, porém de iniciativa profissional e de necessidade estratégica para os fins das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. E, pela forma como foi desenvolvido, transformou-se em uma política de estruturação da biblioteca universitária brasileira.

Tratando-se nesta pesquisa do contributo do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) para a biblioteca universitária, tal discussão tem quiçá uma raiz mais antiga, perpassando pelas discussões da temática não apenas pelo círculo bibliotecário no ambiente do I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), mas também no âmbito da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)³⁵.

Tais discussões ficam evidenciadas na publicação de Elza Corrêa Granja “A Biblioteca Universitária e sua contribuição para o desenvolvimento da pesquisa científica”, na qual apresenta a Universidade como elemento novo na sociedade brasileira exigindo, portanto, esforços significativos para contribuição do desenvolvimento do país. Diante dessa conjuntura, é ainda reforçado pela autora no que respeita para o desenvolvimento do país, ao afirmar que

sendo as Bibliotecas Universitárias um dos instrumentos principais na assimilação individual do conhecimento científico faz-se necessário e urgente que sua atuação liberte-se das limitações presentes para que possam realmente oferecer uma contribuição decisiva aos planos nacionais de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. (Granja, 1978, p. 19).

À vista disso, temos então o avanço das argumentações e articulações que desencadeiam o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), o qual teve uma participação na mudança estrutural da biblioteca universitária brasileira ao empoderá-las na atualização de suas funções e excelência no atendimento demandados pela comunidade acadêmica, e cujos resultados ficaram para gerações futuras, de forma duradoura, ainda que tenha sido de vida breve³⁶.

³⁵ SBPC: A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) é uma entidade civil, sem fins lucrativos ou posição político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Fundada, em 1948, exerce um papel importante na expansão e no aperfeiçoamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, bem como na difusão e popularização da ciência no País. Sediada em São Paulo, a SBPC está presente nos demais estados brasileiros por meio de Secretarias Regionais. Representa mais de 100 sociedades científicas associadas e mais de 6 mil sócios ativos, entre pesquisadores, docentes, estudantes e cidadãos brasileiros interessados em ciência e tecnologia.

³⁶ Este aspecto será tratado na seção 6.2 - Encerramento do PNBU: o fim ou início de uma nova era? Página 219.

Foi, portanto, o primeiro Plano Oficial a contemplar de maneira estruturada, com diretrizes e ações a biblioteca universitária, promovendo a melhoria do acervo e serviços, bem como atribuindo a garantia de desempenho na qualidade da constituição de sistemas de informação e documentação, interligado, de bibliotecas.

O Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) foi a solução para a problematização das bibliotecas universitárias incluindo na pauta governamental a evidenciação da mesma, com vistas a um planejamento específico para a profissionalização da gestão da biblioteca universitária ou, em muitos casos, dos Sistemas de bibliotecas universitárias em toda universidade.

Assim, extraiu-se, a partir das informações dos sujeitos, o contributo Político e Técnico legado pelo Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) que se apresenta no quadro a seguir:

Quadro 18 - Contributo Político e Técnico do PNBU (1986).

CONTRIBUTO	
POLÍTICO	TÉCNICO
- Primeira política para Bibliotecas Universitárias.	- Produção Científica e Técnica na área de Bibliotecas Universitárias.
- Articulação nacional de interesses mútuos (Governo/IES/Bibliotecas).	- Planejamento e desenvolvimento: coleções, recursos humanos, automação de bibliotecas, etc.
- Incentivo à pesquisa nos aspectos: científicos, metodológicos, tecnológicos, conforme padrões internacionais da época.	- Atualização de processos técnicos e administrativos.
	- Instrumentalização do setor com estudos, pesquisas, manuais e padrões.
	- Capacitação e desenvolvimento organizacional e profissional
	- Otimização de serviços aos usuários.

Fonte: Pesquisa Empírica (2015).
Nota: Ilustração para Pesquisa Doutoral (2018). Santos, Edilene Toscano Galdino dos.
Programa Doutorado: História e Filosofia da Ciência / Universidade de Évora (Portugal).

Fonte: Dados coletados em Pesquisa Empírica (2015).

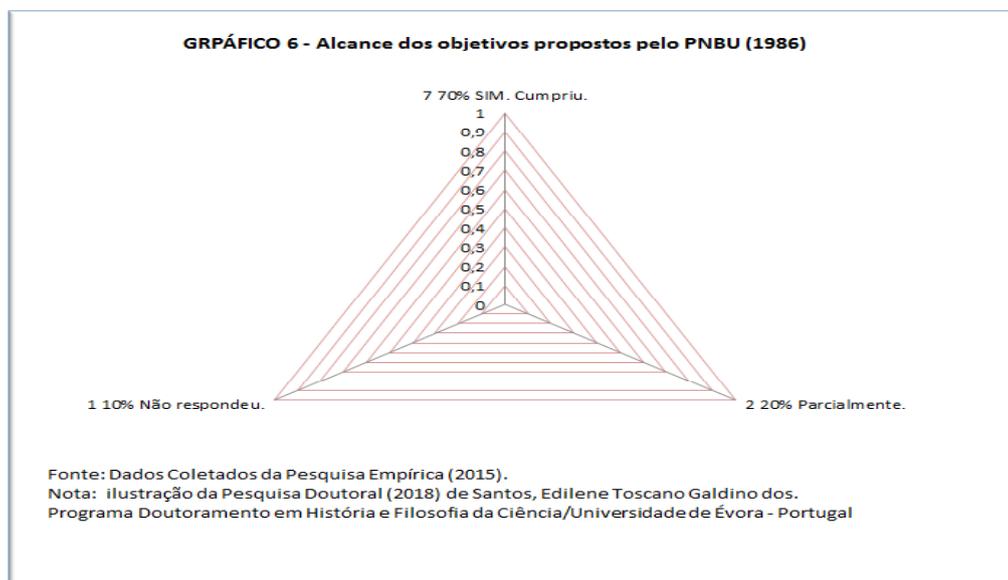
Assim, tem-se um panorama do que foi o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) no seu aspecto contributivo para a biblioteca universitária brasileira instituindo uma nova formatação político-técnico-organizacional, cuja atuação muda o aspecto social da biblioteca universitária e, por conseguinte, do ambiente de pesquisa acadêmica. Muda também a visão profissional, com a formação de novas gerações de profissionais com vistas à inclusão das Novas Tecnologias de Comunicação e

Informação, adequando serviços e procedimentos a essa nova possibilidade de processos e serviços ao usuário.

Do ponto de vista de ter atingido seus objetivos, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), como já explanado, foi oficializado com suas 12 diretrizes e 46 ações com a Portaria Nº 287 de 24 de abril de 1986, contudo sua implementação foi a partir da Portaria Nº 288 de 24 de abril de 1986, que estabelece no âmbito da Secretaria de Educação Superior (SESu) o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, assegurando os objetivos e estrutura de implementação do Plano, constando ainda o Programa de um Regimento publicado oficialmente em 30 de abril de 1986.

Em consequência dessa estrutura, os sujeitos foram inquiridos quanto ao cumprimento dos objetivos do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) e os relatos foram categorizados no gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Alcance dos objetivos pelo PNBU 1986.



Fonte: Elaborado a partir dos dados da Pesquisa Empírica (2015).

A maioria afirma que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) cumpriu os objetivos propostos e distribuídos em sua estrutura de Diretrizes e Ações. Ao expressar sua opinião nesse inquérito, S6RI sintetiza ao afirmar: - *Cumpriu o objetivo de estimular e harmonizar as atividades de informação e documen-*

tação em Ciência e Tecnologia e humanidades pelos diferentes órgãos que orbitavam o PNBU. Era este o principal objetivo que consta no Regimento do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias em seu Art. 2º alínea I, como consta a seguir:

Art. 2º - São objetivos do Programa:

I - Harmonizar e estimular as atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior, na área de informação e documentação em ciência, tecnologia e humanidades, otimizando a prestação de serviços aos usuários. (Portaria 287, 1986).

Consequentemente, tem-se que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) foi estruturado como forma de suporte ao desenvolvimento da Universidade brasileira no âmbito da concepção do Planejamento científico e tecnológico vigente à época. Cumpriu seu objetivo principal que era suprir de informação o progresso da Ciência no Brasil.

De acordo com S7RSB, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) cumpriu com os objetivos propostos, contudo migrou para o *PROBIB*, transferido diretamente para as Bibliotecas Universitárias e, por conseguinte à Universidade à qual pertence a *base de desenvolvimento de sistemas modernos de informação*.

O Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (PROBIB) foi instituído pelo Decreto nº 98.964, de 16 de janeiro de 1990. Porém, essa é outra história a ser contada não sendo objeto de estudo desta pesquisa, a qual envolve apenas o primeiro Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) instituído em 1986.

6.2 Encerramento do PNBU: o fim ou início de uma nova era?

Para entendimento de como o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) se encerra, foi preciso tanto a inquirição aos sujeitos, quanto o embasamento na Ciência do Direito tendo por fundamento a obra de Maria Helena Diniz “Compêndio de Introdução à Ciência do Direito” que trata da “validade da norma jurídica”, tendo em vista ter havido quanto ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) uma formalidade institucional, qual seja um Ato Administrativo com a criação das Portarias do MEC 287/1986 referente à criação do Plano e a Portaria do

MEC 288/1986 criando o Programa, além da publicação do Regimento do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, publicado em 30 de abril de 1986, explicação com base na Ciência do Direito constituída mais adiante.

O depoimento de S4RSS o encerramento foi atribuído *ao afastamento do comando da Coordenação* do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) por parte de sua articuladora principal, a *Professora Yone Sepulveda Chastinet*, além do relatado por S6RI no que houve uma *transferência de Gestão das Bibliotecas Universitárias*, as quais foram *entregues às Universidades*, para que assim as gerissem numa tentativa de *enxugamento da máquina pública*, dentro do *contexto neoliberal apresentado pelos Governos Collor/Itamar* (1990-1994). S5RSB vai além ao afirmar que o *desprestígio que o Governo Collor* (1990-1992) deu ao setor, *fez com que o PNBU deixasse de estar ligado a SESu, e passasse a ser PROBIB numa posição organizacional inferior*.

Talvez por falta de uma institucionalização imediata dos primeiros resultados positivos e a descontinuidade das políticas públicas no Brasil, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) tenha sofrido uma transformação no seu quarto ano de vigência o qual é institucionalizado com o Decreto nº 98.64 de 16 de janeiro de 1990, no apagar das luzes do governo José Sarney (1985-1990) que criou e apoiou o primeiro Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), talvez tenha sido uma institucionalização tardia no formato de Decreto, o qual se transforma com nova estrutura no Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior.

Como afirma o depoimento de S7RSB que *houve uma institucionalização do PNBU com o Decreto nº 98.964/1990, que institui o Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (PROBIB), transformando-o em Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das IFES (SDBib) sem a coordenação prevista no PNBU/PROBIB*.

Apesar de que há um contraponto no Decreto 98.964/1990 no Art. 3º que determina “A Coordenação do Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior ficará a cargo da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação”. Bem mais sucinto com apenas cinco artigos, o Decreto nº 98.964/1990, concentra sua feitura nos quatro incisos do Art. 1º, aqui citado, “Fica instituído no âmbito do

Ministério da Educação o Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, visando contribuir para a melhoria do ensino e da pesquisa, e tendo entre outros, os seguintes objetivos”. (Brasil, 1990). Tais objetivos são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 19 – Objetivos do PROBIB (1990).

OBJETIVOS PROBIB
I - Contribuir para a atualização e expansão dos acervos bibliográficos;
II - Promover o desenvolvimento e a utilização de padrões, metodologias e técnicas modernas de tratamento dos documentos de maneira a assegurar intercâmbio de dados e ações cooperativas entre as instituições de ensino superior e de pesquisa;
III - Assegurar o uso compartilhado dos recursos disponíveis, através de mecanismos específicos e redes que interliguem as bibliotecas das instituições de ensino superior e de pesquisa;
IV - Promover a melhoria dos serviços de informação prestados aos usuários, assegurando acesso à informação nacional e internacional;
V - Promover a capacitação do pessoal técnico e científico das bibliotecas e programas de orientação para os usuários, no que se refere ao uso de fontes de informação.

Fonte: Brasil, (1990).

Porém, este Decreto em seu conteúdo não menciona sobre o Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) por sigla (SDBib). E sendo a categoria legal de Decreto e não estando especificado em seu regulamento, não foi, no entanto, possível nas buscas encontrar mais algum Ato Institucional ou Administrativo que remeta ao SDBib, aliás, esforços foram envidados para obtenção de informação sobre este Serviço, com encaminhamento direto ao Ministério da Educação (MEC) via o e-Sic, (portal do governo para obtenção de informações governamentais), sob protocolo 23480.021877/2017-31, porém as tentativas foram em vão, o retorno não correspondeu a uma informação útil.

Ainda sobre essa transformação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) em Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (PROBIB-1990), o cenário político entrou no que S5RSB menciona como *advento do Governo Collor (1990-1992) foi a “pá de cal” que faltava para fragilizar o Programa. Criado por Portaria, não contava contudo com respaldo legal que pudesse mobilizar pessoas e setores a seu favor.* Além da explanação por S4RSS, de um cenário político desfavorável com a convivência da sociedade com uma *crise econômica* com

um forte processo inflacionário, o que dificultava a implementação dos projetos principalmente no tocante a *aquisição de periódicos estrangeiros*. Alega-se ainda outros motivos como relata S3RU com o impacto das *facilidades da internet e o acesso aberto implementado pela CAPES*.

Isto só foi possível devido às iniciativas implementadas pelo Projeto de Aquisição Planificada (PAP) originado no âmbito do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), que foi a ideia central do que atualmente temos como alicerce para o Portal de Periódicos CAPES, que promove a difusão de informação via online com custo dimensionado no seu benefício social como apoio à produção de novos conhecimentos científicos fundamentados em tempo real em pesquisas realizadas em outros países, numa perspectiva de abertura científica para o mundo, além de mostrar a produção autóctone em língua portuguesa, visto que indexa a Scientific Electronic Library Online (SciELO), base de informação para periódicos com texto completo, servindo de exemplo para países de língua portuguesa e da América Latina, que passaram a adotar essa plataforma para divulgação da produção científica.

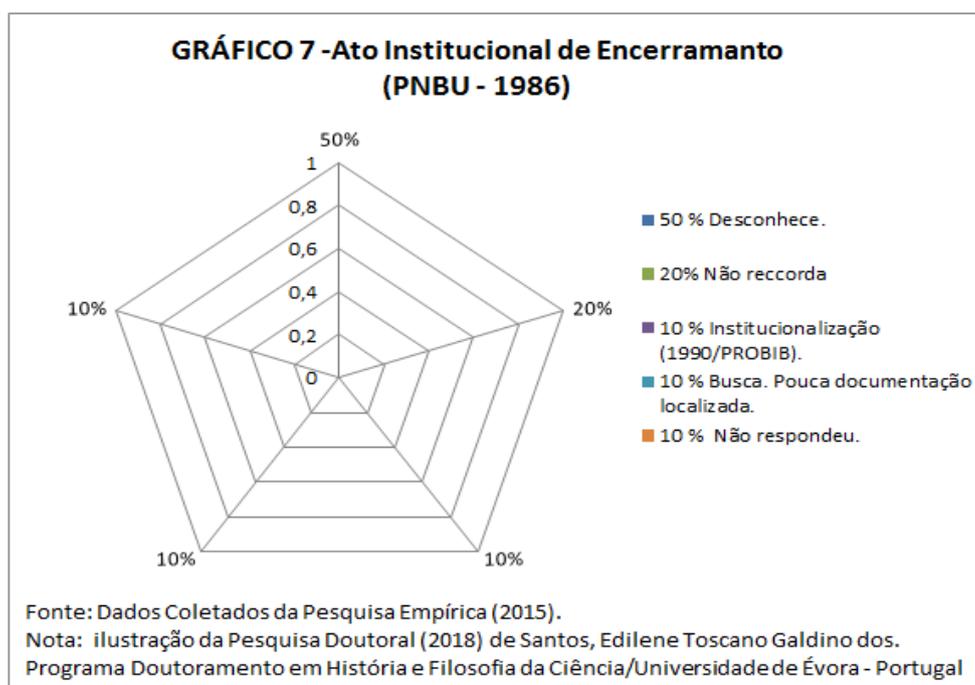
À entrada do século XXI, com a propagação da rede *internet* e o *open acces*, foram criados outros produtos no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como: o Banco de Teses, atualmente conta ainda, entre outras Plataformas com a Sucupira, que coleta informações sobre os Programas de Pós-Graduação servindo como base de “referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)”. (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2017).

Além disso, o cenário político já apresentado pelos sujeitos e ratificado pelas fontes documentárias na fundamentação da pesquisa, apresenta um panorama que foi sintetizado no depoimento de S5RSB ao relatar que *as articulações para o SNBU e PNBU ocorreram durante a Ditadura Militar em plena Guerra Fria* acarretando investimento do *Governo Americano para a América Latina para evitar a entrada do Comunismo*. Dessa forma o *Programa MEC-USAID reforçou o orçamento das Universidades*. Com a Redemocratização vieram junto os *desmandos políticos* ocasionando a escassez de *investimento para as Universidades*. Certamente que não é o aspecto político da Redemocratização como fator preponderante para os desvios de conduta republicana,

até porque seja em Estado Ditatorial ou Democrático, o exigido moralmente e eticamente, é uma conduta republicana que atenda às necessidades da nação.

Contudo, diante da inquirição aos sujeitos, se tomou conhecimento de algum Ato Institucional que desse por encerrado o primeiro Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). As respostas geraram um Gráfico para melhor visualização do que foi coletado, como vemos a seguir:

Gráfico 7 - Ato Institucional de Encerramento do PNBU – 1986.



Fonte: Dados Coletados da Pesquisa Empírica (2015).

A maioria foi enfática ao informar que DESCONHECE algum Ato Institucional que desse por encerrado o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986). Isto posto, foi possível seguir a trilha de entendimento de S6RI cuja resposta foi a seguinte: *não é praxe a formalização do encerramento de um Plano ou Programa de governo pelos órgãos públicos [...] quando não há mais interesse político a questão sai de pauta do órgão havendo apenas um relatório final de avaliação dando por encerrado o assunto.*

A compreensão do que ocorreu com o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) segue essa linha natural da prática institucional de uma República que não tem interesse em construir políticas de Estado, mas apenas acontecimentos como atos governamentais ligados diretamente à linha de administração central, constituindo, portanto, abandono de atos institucionais que poderiam vigorar longamente em benefício da sociedade em geral.

Diante de tal complexidade de compreensão, tem-se o embasamento na ciência do Direito, conjugando uma interdisciplinaridade que aqui se faz necessária para melhor esclarecer o que se entende por encerramento de uma norma jurídica no Brasil.

Como explica Diniz (2014, 351) a “questão do *ser* norma jurídica é um problema da antologia jurídica, que é a parte central da Filosofia do Direito”. Uma norma jurídica do seu ponto de vista conceitual pode ser considerada um “objeto cultural” cujo esquadramento conceitual já foi explanado na área do Direito em que se encontra. Entretanto, esse saber, aqui não se aplica o detalhamento, se não a compreensão de um aspecto da subárea considerada como “validade da norma jurídica” sob o aspecto de “vigência da norma”.

Por conseguinte, por tal explicação temos a conceituação de que podem ser considerados na vigência de uma norma jurídica três aspectos: “elaboração por um órgão competente; competência do órgão, ou seja, a matéria objeto deve estar contida na competência do órgão; e, observância de procedimentos estabelecidos em lei para sua produção”. (Diniz, 2014, 394).

Temos, portanto, que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), atende aos dois primeiros pré-requisitos, não sendo, portanto, estabelecido em Lei, como consta o terceiro aspecto, o qual se deu por meio de Portaria, que dentro da hierarquia da norma jurídica, se encontra na condição de uma das últimas instâncias hierárquicas no sentido de estabelecimento normativo de um produto social-administrativo, para que esta norma se estabeleça então como “objeto cultural” e atenda aos benefícios almejados pela sociedade.

No entendimento de Diniz (2014, p. 404) enquanto aspecto de uma norma jurídica como objeto cultural assim considera

A norma não é um *dever ser*, mas um *ser*. Aqui o termo *dever ser* precisa ser entendido como algo que vale e não como alguma coisa que existe em oposição ao *ser*. A norma não é um valor, o valor vale, não é, não existe. Se tudo o que é realidade pertence à região do *ser*, uma realidade é um *ser*. Assim sendo, a norma de direito é real, algo que tem consigo o seu valor; é um *ser* cultural a que corresponde um valor (deve ser). A norma é um ser devido; não é valor, mas meio de sua expressão, porque os valores não são entre *in se*, não são *objetos*, e sim qualidades do objeto, pois dão-lhe um significado.

Nesse sentido, a existência do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), enquanto registro normativo se transforma em objeto cultural de significação ou de valoração para a sociedade que nela está inserida, e, portanto, de valor correspondente a uma realidade que pode ainda vir a *ser*, numa existência em espaço-temporal ou atemporal.

A vigência da norma jurídica considerada no seu espaço-temporal pode significar uma vigência para um determinado espaço (local) ou ter uma determinação de temporalidade. Desse ponto de vista, o nascimento da norma dá-se com promulgação, porém sua aplicação só será a partir da publicação em Diário Oficial. Contudo está posto na Obra de Diniz (2014, p. 395) que

a norma pode valer apenas para um determinado espaço ou para um certo tempo por ela mesma ou por uma outra norma superior fixado, regulando somente condutas que se dão dentro de um dado espaço e no decurso de certo lapso temporal. Todavia, nada obsta que possa valer também em toda parte e sempre, isto é referir-se a certos fatos em geral, onde e quando se possam verificar. É este o seu sentido se ela não contiver qualquer determinação espaço-temporal e quando nenhuma outra norma superior delimitar seu âmbito espacial e temporal. Hipótese em que ela não vale a-espacial e intemporalmente, mas apenas sucede que não vigora para um certo espaço e para um determinado período de tempo, ou melhor seus domínios de vigência espacial e temporal são ilimitados. O âmbito temporal de validade constitui o período durante o qual ela tem vigência (sentido estrito) e o espacial diz respeito ao espaço em que se aplica.

Nessa perspectiva, conceitual e na observação dos documentos fontes legal relativo ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), quais foram já descritos em capítulos anteriores na narrativa que revela a história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986). Aqui repetido a Portaria do Ministério da Educação MEC 287/1986 a respeito do Plano, e a Portaria do Ministério da Educação MEC 288/1986 relativa ao Programa, além do Regimento do Programa Nacional de

Bibliotecas Universitárias (PNBU) publicado em 30 de abril de 1986. Além do Decreto Nº 98.964/1990 referente ao Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (PROBIB -1990).

Isto remete ao ato de que estas normas são independentes entre si, e embora tenham objetivos semelhantes não são idênticos em sua forma, talvez em sua subjetividade de entendimento comum na adequação da biblioteca universitária às condições de suporte de excelência ao ensino e à pesquisa necessária ao desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Diniz (2014, p. 395) afirma quanto à vigência das normas jurídicas que elas possuem “vida própria, pois nascem, existem e morrem. Esses momentos dizem respeito à determinação do início, da continuidade e da cessação de sua vigência”. Logo, o que está sendo invocado aqui é a compreensão de vigência dos Atos Institucionais que criaram o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), enquanto norma jurídica a constituir um rol de normas jurídicas adotadas no Brasil.

Nessa lógica, o que se pode perguntar é: estão as Portarias do MEC: 287/1986 a respeito do Plano e a Portaria do MEC 288/1986 respectiva ao Programa, bem como sua regulamentação na publicação do Regimento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) em vigência legal?

Nas hipóteses de Diniz (2014, p. 397) para a cessação da norma jurídica, explica que são duas:

- a) *Vigência temporária* – norma que é criada com vigência de temporalidade determinada.
- b) *Princípio de continuidade* – norma sem prazo determinado de vigência, porém podendo ser modificada expressamente ou revogada por outra hierarquicamente superior ou igual. Contudo sua vigência pode ser cessada por Revogação, Ab-rogação ou Derrogação.

Nesse segmento de acepção, Diniz (2014, p. 398) considera que

Revogar é tornar sem efeito uma norma, retirando sua obrigatoriedade. A revogação é o Gênero, que contém duas espécies: *ab-rogação*, supressão total da norma anterior; e a *derrogação*, que torna sem efeito uma parte da norma. Logo, se derrogada, a norma sai de circulação jurídica, pois somente os dispositivos antigos é que perdem a obriga-

toriedade. A revogação pode ser ainda: *expressa*, quando o elaborador da norma declarar a lei velha extinta em todos os seus dispositivos ou apontar os artigos que pretende retirar; ou *tácita*, se houver incompatibilidade entre a lei nova e a antiga, pelo fato de que a nova passa a regular inteiramente a matéria tratada pela anterior.

Nessa compreensão, até o momento de fechamento desta pesquisa não foi encontrado nenhum Ato Institucional-Normativo que tenha revogado os Atos Institucionais-Normativos de criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), nem mesmo a Lei que cria o Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (PROBIB - 1990) faz qualquer referência ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), ainda que seja a Lei mais recente, que apresenta uma existência por si própria e não por um ato de Revogação de normas anteriores. Sendo inclusive dotado de outro nome no qual o Decreto Nº 98.964, de 16 de janeiro de 1990, apresenta por definição de natureza “Institui o Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior”, sai inclusive a menção Universidade e inclui o termo Instituições de Ensino Superior, que envolve inclusive atualmente os Centros Federais de Educação Tecnológica, antes Escolas Técnicas Federais, que estavam encarregadas apenas do ensino profissional técnico de nível médio.

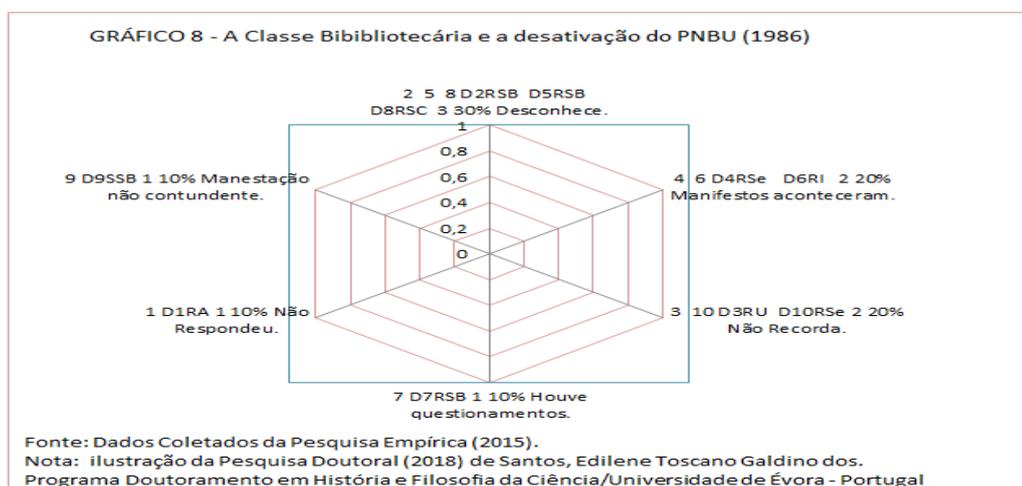
Talvez possa seguir um entendimento de que a Revogação possa existir por ter estas normas do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) uma caducidade por não se encaixar mais na sociedade atual, contudo segue o Brasil ainda em constante empenho para desenvolver-se científica e tecnologicamente, visto que o mundo à sua volta se desenvolve cada vez mais rápido, portanto este sentido de caducidade por não enquadramento na sociedade atual não se sustenta, tendo em vista também que a lógica de construção do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), pode ser percebida como atemporal; algumas ações necessitariam de atualização dada a evolução natural da sociedade brasileira e global.

Certamente que ao longo de mais de três décadas, há aspectos do Plano que necessitariam de uma atualização, pelo acelerado desenvolvimento científico e tecnológico que apresentou a sociedade mundial. Seguindo essa evolução, a sociedade brasileira também muito avançou, inclusive a própria biblioteca universitária, que ainda neces-

sita de apoio para acompanhar a celeridade da promoção e difusão da informação científica e tecnológica.

Diante desse contexto, foi inquirido sobre a participação da Classe Bibliotecária quanto ao encerramento, ou agora que está mais clarificado seria uma inquirição sobre a desativação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). As respostas proporcionaram uma leitura em forma de Gráfico do que foi expresso pelos sujeitos, a seguir:

Gráfico 8 – A Classe Bibliotecária e a desativação do PNBU (1986).



Fonte: Dados Coletados da Pesquisa Empírica (2015).

Nas respostas que constam 30%, DESCONHECE qualquer ato de manifestação, no depoimento de S5RSB afirma que *havia um trabalho desde as décadas de 1960 e 1970 e em 1986 com o PNBU, a chegada do governo Collor em 1990, houve um certo esgotamento de forças*. Isto é revelador de como a luta por políticas relativas à Biblioteca no Brasil tem esse perfil de serem extenuantes de forças, devido ao não convencimento das autoridades brasileiras, quanto a não ter a biblioteca como instrumento de cultura e mesmo ciência, sejam elas no âmbito local (municipal), regional (Estadual) ou central (Federal).

S2RSB e S7RSB atribuem a *descontinuidade no setor público* o fator preponderante para o encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), e associado ao que já foi explanado por S6RI que não precisa de Ato

Institucional para que uma norma jurídica entre em desuso no Brasil, necessita apenas que sendo normas jurídicas administrativas, o governante de plantão não tenha um pensamento harmônico com a prática em vigor. Assim se faz um novo Ato Institucional ou Norma Administrativa para que tudo seja sempre recomeçado, sem avaliação para continuidade do que está sendo válido do ponto de vista do funcionamento eficaz para a sociedade. Nessa percepção esse é um dos principais problemas de desperdício de investimento no Brasil, não apenas, do ponto de vista político-econômico, mas também no que tange ao aspecto sociocultural e por que não científico-tecnológico.

Entretanto, 20% dos sujeitos informaram ter conhecimento de manifestação em favor da continuidade do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), S6RSS informa *que houve manifestos no SNBU, com carta aberta ao Ministro*. O Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) consolida-se dessa forma como fórum para as discussões relativas ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). Para S6RI houve posicionamento dos Diretores das Bibliotecas em favor do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) e contra a sua desativação. Já para S9RC as manifestações não ocorreram de *forma evidente e contundente*, *As Associações de Classe se manifestaram através de reuniões, consultorias e congressos*, apenas no calor do momento de desativação, *depois com o silêncio deixou de ser notícia...*

Há ainda o momento de dúvida, talvez devido ao tempo pela busca da memória, em relato de que a classe bibliotecária não tinha acesso às áreas políticas do novo Governo, qual seja o período de 1990, quando inicia o Governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992).

Portanto, temos um Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) que teve início com a participação da maioria da Classe Bibliotecária e mesmo de outras ordens de participação, mas que foi encerrado ou desativado por força de um redirecionamento das ações do Estado com um novo grupo político sendo alçado ao poder. Dessa forma, houve uma desativação sem que houvesse como manter uma atualização tecnológica, ou que mantivesse a base conceitual de organização, abrangência e financiamento do primeiro Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986). De maneira que não foi apenas o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-

1986), que sofre esse efeito de desativação no período do governo de Fernando Collor de Mello; outros órgãos foram extintos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e logo retornou a ser refundada por pressão da comunidade científica; outro caso emblemático foi a extinção do Instituto Nacional do Livro (INL), que a pretexto de ser anexado à Biblioteca Nacional teve sua função como órgão, extinta. (Ferreira, 2015; Bragança, 2009).

Contudo, foi o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) o princípio de uma ação planejada pelas bibliotecas universitárias brasileiras por isto este fecho com a pergunta que iniciou esta Seção: foi o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) uma ação administrativa, regulada por uma norma jurídica que teve um fim por si mesmo ou deu início a uma nova era para biblioteca universitária brasileira?

CAPÍTULO 7 - YONE SEPULVEDA CHASTINET: a intervenção pública de uma intelectual

Fotografia 1 - Yone Sepulveda Chastinet.



Fonte: Arquivo pessoal de Yone Sepulveda Chastinet

Após pesquisar com mais profundidade o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), faltou uma palavra sobre a bibliotecária Yone Sepulveda Chastinet. Contudo, constitui um desafio apresentar uma nota sem conhecer a história de vida, portanto, diante do que testemunham essas fontes disponíveis, o caminho encontrado foi traçar um perfil através de suas obras, com apropriação de documentos de uma história dedicada à área da Biblioteca relacionada com a ciência e tecnologia.

O objetivo é reconhecer a personalidade científica de grande valor para a Biblioteconomia brasileira, resgatando do silêncio do passado sua importância e seu valoroso trabalho dedicado à biblioteca universitária.

Sem a pretensão de ser uma pesquisa exaustiva, em face das dificuldades na aquisição documental e de informações pormenores, há, todavia, uma tentativa de versar sobre os documentos encontrados que são de autoria ou coautoria de Yone Sepulveda Chastinet.

Tendo por princípio a personalidade intelectual e profissional de Yone Sepulveda Chastinet, que teve por formação a Biblioteconomia, sendo bibliotecária da

área da informação agrícola, como atesta as publicações mais antigas encontradas, a exemplo da publicação:

Metodologia para elaboração da lista básica dos periódicos nacionais em ciências agrícolas e estudo da dispersão da literatura agrícola brasileira, de autoria de Jaime Robredo e coautoria de Yone Sepulveda Chastinet, publicada na Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 2, n. 2, p. 119-142, de 1974.

Outra publicação onde consta a temática da informação agrícola foi:

IBBD and participation in AGRIS & CARIS PROJECTS de autoria de Hagar Espanha Gomes e coautoria de Yone Sepulveda Chastinet, publicado no periódico internacional *Quartely Bulletin of the IAALD*, v. 19, n. 3/4, p. 201-208 de 1974. Este artigo mostra a necessidade de o Brasil participar mais efetivamente dos sistemas internacionais de informação ao mencionar a criação do Sistema Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia (SNICT) e sua participação no Projeto AGRIS, bem como no Projeto CARIS demonstrando interesse em incluir o Brasil na rede internacional de documentação científica.

Como Coordenadora de Informação Rural (CIR) do Ministério da Agricultura integrou o Projeto PNUD/FAO/BRA/72/020, que teve início em 1974. Visava prover o país da formatação de um sistema de informação agrícola, bem como integrar o Sistema Internacional de Informação Agrícola da Food and Agriculture Organization (FAO). Em 1975 participa do Evento: 4ª Reunião Interamericana de Bibliotecários e Documentalistas Agrícolas, realizada na cidade do México em abril de 1975, cuja produção intelectual foi o artigo intitulado: Os serviços de um sistema de informação e sua aceitação pelos usuários, publicado na Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 3, n. 2. 1975.

Participou de outras Reuniões da Food and Agriculture Organization (FAO/ONU) como a ocorrida nas Filipinas em que fez a abertura da Reunião. Foi eleita "CHAIRMAN" em Reunião acontecida em Roma, da Food and Agriculture Organization (FAO/ONU). (Chastinet, 2018). Esta condição demonstra as competências que Yone Sepulveda Chastinet reúne para presidir a Reunião de nível internacional contribuindo para elevar o nível do processo de desenvolvimento da informação agrícola no País, bem como representar a competência dos recursos humanos do Brasil.

Fotografia 2 - Yone Sepulveda Chastinet “CHAIRMAN”.



Fonte: Arquivo pessoal de Yone Sepulveda Chastinet.

Em 1978 Yone Sepulveda Chastinet como responsável pela operação do Sistema Nacional Informação e Documentação Agrícola (SNIDA), juntamente com o Diretor do Projeto PNUD/FAO/BRA/72/020 Jaime Robredo e mais Ana Flávia M. da Fonseca e Paulo R. A. Lôbo publicam na Revista de Biblioteconomia de Brasília v. 6, n. 2 um artigo “Análise da expansão do serviço de bibliografias personalizadas em agricultura (BIP/AGRI) – um serviço brasileiro de disseminação seletiva da informação”.

Com o que foi encontrado de informação sobre a personalidade intelectual e profissional de Yone Sepulveda Chastinet, é a área da informação agrícola que lhe dá a experiência necessária em sistemas de informação que visavam o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Esta fase a capacita a ingressar como Diretora substituta no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 1981, tendo como Diretor Afrânio Carvalho Aguiar. Em 1982 passa a ser Diretora-Adjunta do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Ainda em 1982, em reconhecimento de sua competência é eleita Conselheira da Federação Internacional de Documentação (FID), durante Assembleia Geral realizada em Hong Kong, em setembro de 1982, sendo a única representante latino-americana no Colegiado da Federação Internacional de Documentação (FID).

Isto demonstra grande capacidade de conhecimento em Informação Ciência e Tecnologia, capacitando-a a integrar uma relevante posição em nível internacional, o que certamente elevou a representação brasileira a um órgão desse porte.

Esse fato foi noticiado pela Revista Latinoamericana de Documentación no volume 2, número 2, de 1982.

Figura12 - Notícias da Revista Latino-Americana de Documentação

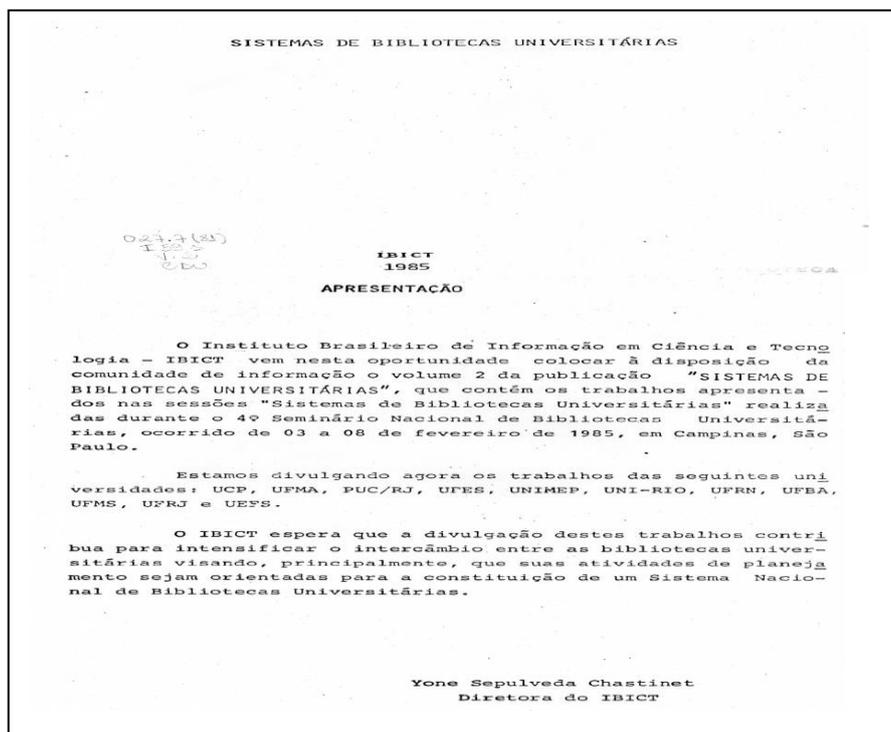


Fonte: Revista Latinoamericana Documentación, (1982).

Em 1985 na condição de Diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), reúne documentos sobre Sistemas de Bibliotecas Universitárias, apresentados no IV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (IV SNBU), como forma de divulgar por meio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), as atividades de planejamento existente no país sobre a biblioteca universitária ao divulgar uma coletânea de 11 trabalhos, referente às experi-

ências de sistemas de Bibliotecas Universitárias das seguintes universidades: Pontífca Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Figura 13 - Apresentação da Coletânea Sistemas de Bibliotecas Universitárias por Yone Sepulveda Chastinet.



Fonte: Arquivo pessoal

Ainda em 1985 sai do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) com a mudança de governo e vai para a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no Rio de Janeiro, para trabalhar na área de financiamento do setor de informação, visto sua larga experiência na área de informação para o desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse mesmo ano é convidada por Doutor Derbalay Galvão

então assessor do Secretário Paulo Elpídio de Menezes Neto a integrar a equipe da Secretaria de Educação Superior, cuja missão foi formatar um planejamento para as bibliotecas universitárias, criado pela Portaria 287 de abril de 1986 o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). Assim, como a Coordenadora do PNBU (1986), empresta toda sua *expertise* a essa missão, e sob esse aspecto consta em seu depoimento *há que considerar que minha área de atuação sempre foi informação para C&T (ciência e tecnologia), para o que as bibliotecas universitárias eram fundamentais como repositório do acervo bibliográfico. Estávamos em 1985, quando essas bibliotecas, de maneira geral, tinham como único serviço o acesso aos próprios acervos, sem automação. Assim meus ideais não se concentravam nas bibliotecas, mas numa visão maior do setor de informação como um todo, para o qual as BUs (bibliotecas universitárias) são uma área imprescindível.*

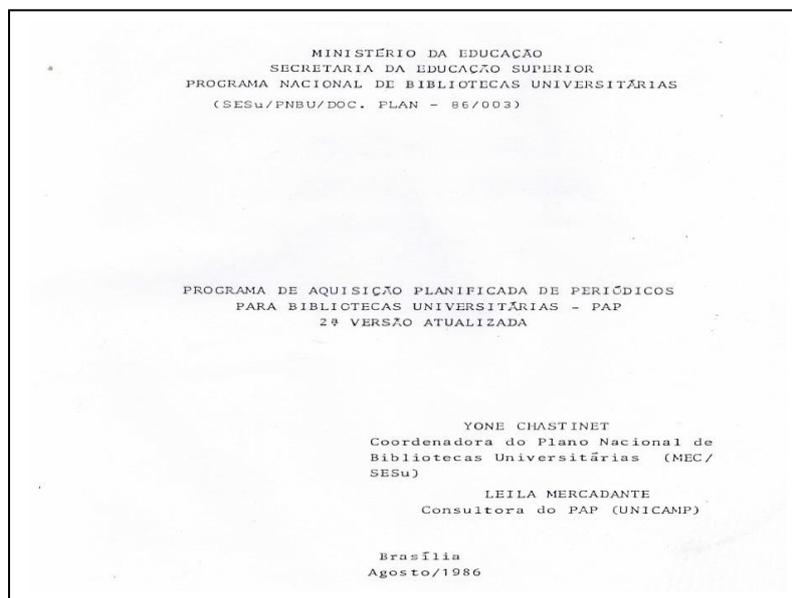
É na Coordenação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias que comanda a transformação das bibliotecas universitárias brasileiras, criando Projetos e apoiando outros que são gestados em Instituições que a auxiliam nesse empreendimento a exemplo do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Programa de Aquisição Planificada de Periódicos para Bibliotecas Universitárias (PAP), tem em seu documento (SESu/PNBU/DOC. PLAN – 86/003) a autoria de Yone Sepulveda Chastinet e Leila Mercadante, consultora do PAP e Diretora da Biblioteca da Universidade de Campinas (UNICAMP). Esse Programa tinha como objetivo geral:

assegurar a existência e completeza de acervos básicos de publicações periódicas e seriadas nas bibliotecas universitárias brasileiras, levando em conta o equilíbrio regional e utilizando-se de procedimentos que garantam racionalização na utilização dos recursos financeiros e compartilhamento no uso dos recursos bibliográficos. (Chastinet & Mercadante, 1986).

Mantinha em seu escopo o Projeto de Cooperação que objetivava estabelecer uma rede de aquisição planificada de periódicos estrangeiros em cada região do país, integrando as Instituições de Ensino Superior (IES) que dispõem de melhores acervos, infraestrutura de serviços. (Chastinet & Mercadante, 1986).

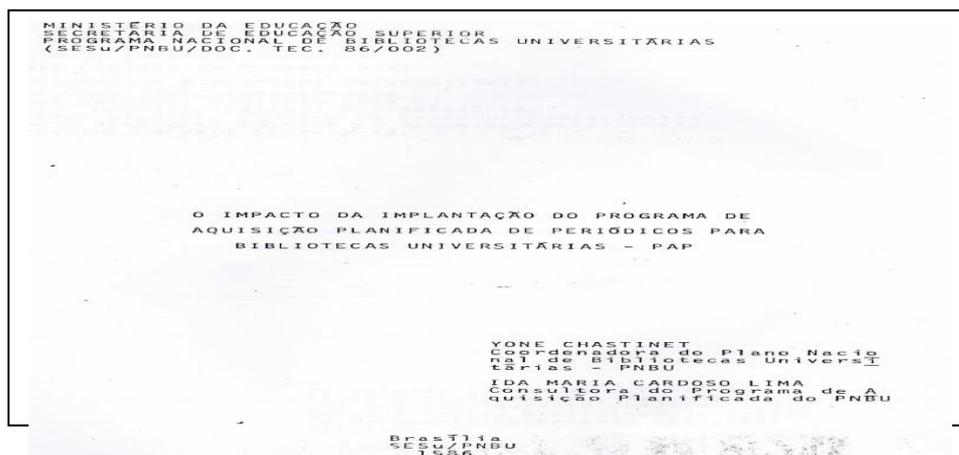
Figura 14 - Capa do documento (SESu/PNBU/DOC. PLAN – 86/003)



Fonte: Arquivo pessoal.

Ainda em 1986 foi elaborado um documento (SESu/PNBU/DOC. TEC. 86/002), intitulado o Impacto da Implantação do Programa de Aquisição Planificada de Periódicos para Bibliotecas Universitárias (PAP), com autoria de Yone Sepulveda Chastinet e Ida Maria Cardoso Lima, consultora do Programa de Aquisição Planificada do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986).

Figura 15 - Capa do documento (SESu/PNBU/DOC. TEC. 86/002).

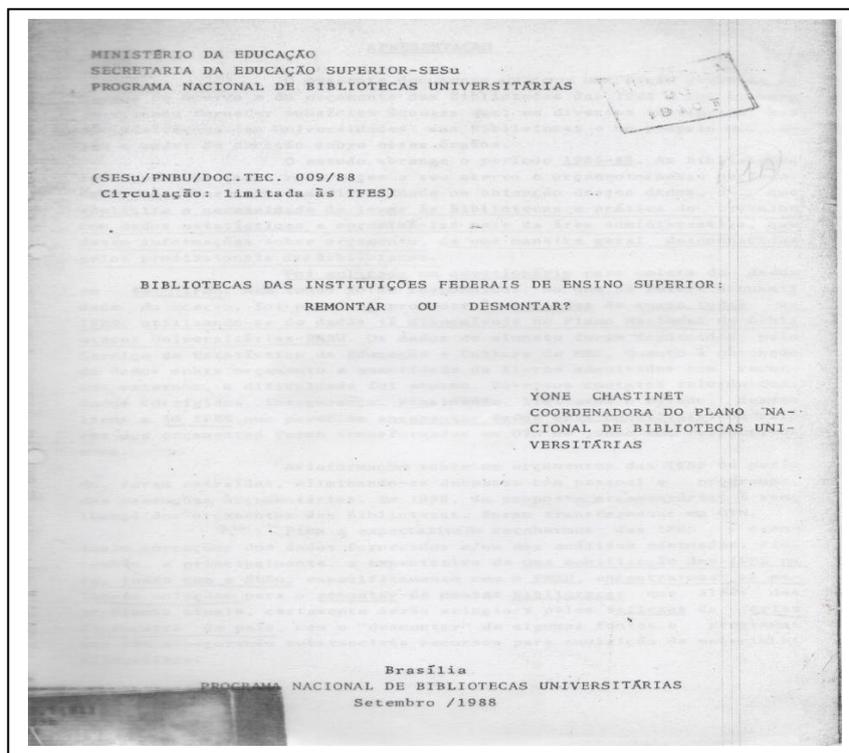


Fonte: Arquivo pessoal

Esse documento versa sobre aceitação, distribuição e contribuição do Programa para as Instituições de Ensino Superior (IES) de todas as regiões do país. Tendo por conclusão um alto percentual de aceitação por parte das Instituições de Ensino Superior (IES) representando uma significativa contribuição na manutenção e renovação do acervo de periódicos das bibliotecas universitárias, bem como um esforço na racionalização substancial da aquisição de periódicos e no compartilhamento dos acervos por meio da alimentação do Catálogo Coletivo Nacional (CCN) e disseminado pelo COMUT (Comutação Bibliográfica) operacionalizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Em 1988, foi elaborado um documento por Yone Sepulveda Chastinet intitulado “Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior: Remontar ou Desmontar?”. Esse documento de descrição de ordem SESu/PNBU/DOC. TEC. 009/88, teve uma circulação limitada às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Figura 16 - Capa do documento SESu/PNBU/DOC. TEC. 009/88.

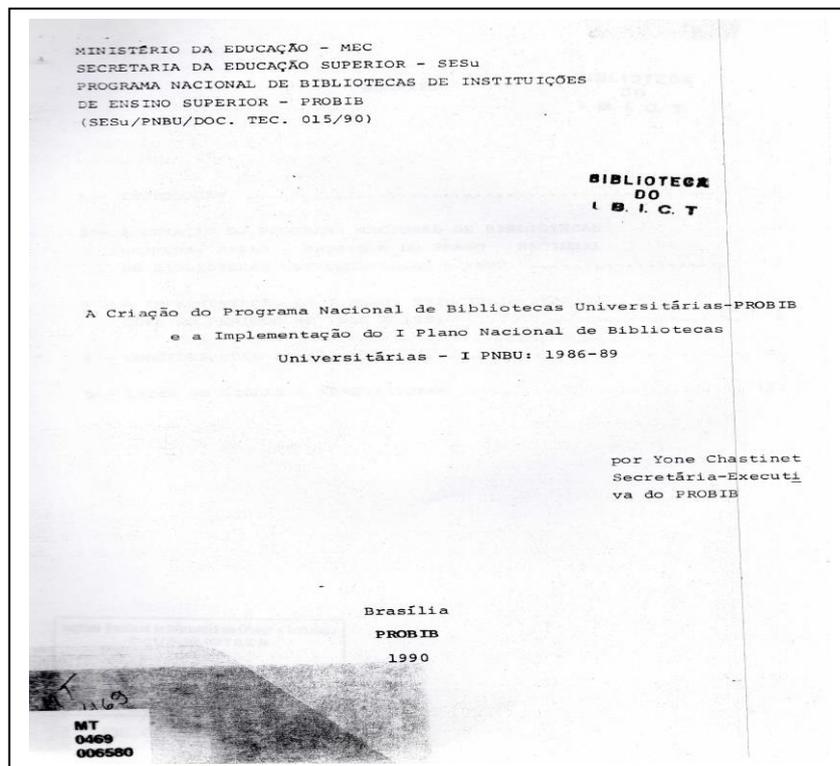


Fonte: Arquivo pessoal

Esse documento é um retrato da situação das bibliotecas universitárias brasileiras, cuja conclusão é a deficiência em acervos devido aos diminutos recursos que são alocados para esta finalidade. Para Yone Sepulveda Chastinet, remontar as bibliotecas universitárias passa por dois componentes essenciais: “a) desejo político das altas administrações do MEC e das IFES; b) o desenvolvimento de programas cooperativos que assegurem maior racionalização, na aplicação dos limitados recursos financeiros e maior compartilhamento no uso dos recursos bibliográficos”. (Chastinet, 1988). Recomendação nesse documento da continuidade das ações da Secretaria de Educação Superior (SESu), ao assegurar os recursos para o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, garantindo a efetividade de implementação de suas ações.

Outro documento obtido data de 1990, sob o título “A Criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PROBIB) e a Implementação do I Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – I PNBU: 1986-89”, de autoria de Yone Sepulveda Chastinet então Secretária Executiva do PROBIB.

Figura 17 - Capa do documento (SESu/PNBU/DOC. TEC. 015/90).



Fonte: Arquivo pessoal

Revela esse documento que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) e o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PROBIB) foram consequência da evolução da Pós-Graduação brasileira a partir da década de 1970, com uma exigência maior por informação científica. Outra questão revelada por Yone Sepulveda Chastinet foi a transformação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que passou a coordenar as atividades de Informação, Ciência e Tecnologia (ICT), bem como as discussões em encontros científicos realizados pelos bibliotecários.

Assim, infere-se que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986) foi uma conjunção de fatores e forças que se aglutinaram para promover uma ação de mudança na estrutura da biblioteca universitária, considerando os avanços científicos e tecnológicos da época.

Embora as dificuldades de implementação do Plano tenham sido significativas para realização das ações, e como relata Yone Sepulveda Chastinet, faltou infraestrutura ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) e dados sobre as bibliotecas para que fossem implementadas as ações. Logo, para o planejamento das ações, foi necessária a coleta de dados mínimos que fundamentassem a implementação das ações de melhoria das bibliotecas universitárias.

Foi com a competente Coordenação de Yone Sepulveda Chastinet que muitas barreiras foram superadas para operacionalização do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986) com o apoio do Ministério da Educação através da Secretaria da Educação Superior (SESu) e outras Instituições como: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Universidades e bibliotecas universitárias brasileiras.

É com essa contextualização de um histórico de necessidade de disseminação da informação científica e tecnológica em território nacional que a biblioteca universitária como espaço de socialização do conhecimento passa a ser evidenciada numa ação planejada de integração ao desenvolvimento das políticas científicas do Brasil.

Assim, Yone Sepulveda Chastinet figurou como protagonista principal desse episódio que marca a história da biblioteca universitária, bem como integra as páginas da história do progresso científico brasileiro.

CONCLUSÃO

Como contexto elucidativo desta tese em seu enfoque conclusivo, é remetido primeiramente ao objetivo proposto atingir a contextualização descritiva da história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), cujos elementos o apresentam como instrumento de planejamento da biblioteca universitária brasileira, a partir de sua idealização, suas ações executadas, de sua desativação e contribuição. O Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) visou à adequação da biblioteca universitária ao contexto de planejamento para o desenvolvimento de ciência e tecnologia que vigorava no Brasil na década de 1980.

Dessa forma, foi estimulada a memória individual de testemunhas oculares, os atores indivíduos, do fato transcorrido em período determinado da história contemporânea do Brasil, fazendo emergir lembranças situadas no silêncio do esquecimento para iluminar uma história que foi também fundamentada em registros escritos como forma de esclarecer o silêncio da história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Nesta pesquisa ficou evidente que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), atendeu aos seus objetivos, foi provado que a biblioteca universitária mudou sua face após a execução do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), o que confirma a hipótese de inovação ao transcender uma constituição caótica, com esforços aleatórios, para instituir uma nova realidade da biblioteca universitária, sendo favorecida por uma conjunção positiva de fatores políticos, técnicos, educacional, cultural e de prática científica, ao proporcionar projetos que favoreciam a democratização da informação em toda a extensão territorial do Brasil, além de mudança no atendimento à demanda por informação científica pelos pesquisadores.

Nesse sentido, foi possível perceber num cenário contextual do Brasil, que os contextos que estiveram a influenciar a trajetória de criação, execução e desativação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), fizeram parte da história da Biblioteconomia brasileira em seu aspecto do planejamento bibliotecário nacional, bem como de parte da história do próprio País.

Foi num período de redemocratização política que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) foi criado, embora tenha sido gestado há quase uma década anterior ainda em regime de Ditadura Militar (1964-1985), com a criação do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) em 1978, que congregou a classe bibliotecária em torno dos debates sobre a biblioteca universitária, tendo como resultado as recomendações de melhoria que incluía uma ação governamental para adequar a biblioteca universitária à nova realidade, tendo em vista que as reflexões anteriores eram esparsas, e, que foram tornando-se mais necessárias, principalmente a partir do crescimento da Pós-Graduação, com a adoção de uma política para a Pós-Graduação, iniciada com o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG/1975-1979). Estava na vigência do III Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG/1986-1989) quando houve a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Numa visão mais específica do planejamento bibliotecário, já estava sedimentada uma conscientização para atuação de ações estruturantes sobre a questão da biblioteca universitária, com o ensaio de uma estruturação com as ações do Núcleo de Assistência Técnica – 8 (NAT-8), no âmbito da Política Educacional da década de 1970, em pleno ambiente político de uma Ditadura Militar. O reflexo desse ensaio foi de pouca envergadura, porém desencadeia o I Seminário Nacional de Biblioteca Universitária (I SNBU - 1978) o qual constituiu uma prática científica de grande prestígio para as ações resultantes de suas recomendações. Desde o primeiro Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU - 1978) que os relatórios e recomendações apontam para uma ação concreta governamental na intervenção da diagnose levantada no que é referente a biblioteca universitária, no entanto foi no III Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (III SNBU - 1983), ocorrido em Natal, capital do Rio Grande do Norte na Região Nordeste do país, que é explicitado em seu relatório final o *modus operandi* que se deveria seguir para transformar as ideais em uma prática assumida de maneira governamental como política pública voltada para transformação da realidade da biblioteca universitária brasileira.

Contudo foi no IV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (IV SNBU - 1985), ocorrido em Campinas, importante cidade de São Paulo, no Sudeste do país, que as condições foram mais determinantes e que houve convergência de fatores,

com os atores em suas posições ideais de atuação para influir no que se pôde verificar como a principal política para a biblioteca universitária brasileira. Para S10RSS *as coisas evoluem muito lentamente, os projetos inovadores geralmente duram muito tempo. Introduzem nova maneira de pensar e de agir, contribuem para o desenvolvimento, mas este se faz com uma lentidão desesperadora num vai-e-vem que só pode ser analisados mais tarde.* Assim a história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) está sendo descrito após mais de três décadas de sua criação, no desvelar de uma história um tanto silenciosa, mas que teve seu protagonismo no planejamento bibliote-cário brasileiro.

O Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Superior (MEC/SESu) como Instituição (ator coletivo) teve um protagonismo relevante para a concretização da principal política para a biblioteca universitária brasileira seguida por outros atores coletivos como: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Universidades e bibliotecas unversitárias. Contudo não haveria Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) sem os atores indivíduos que se mobilizaram, debateram, articularam e realizaram as ações de efetividade de criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Do ponto de vista político, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) pode ser visto como uma resultante de sucesso para um quadro de re-democratização em que o país se voltava ao mundo como forma de interação com as próprias forças de poder, sem as determinações vindas de maneira externa e até impostas, embora as recomendações e auxílio de órgãos externos, como Organização das Nações Unidas (ONU), *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), *United States Agency for International Development* (USAID), *National Information System* (NATIS), *Intenational Information System* (UNISIST), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) entre outros, ao planejamento do país em seus vários contextos não fosse algo que o país por ideologia

não devesse aproveitar, aliás, foi feito um aproveitamento de maneira eficaz, ainda que em áreas (como social e educacional) no contexto atual mereçam atenção mais apropriada, contudo o saldo do ponto de vista do desenvolvimento econômico e da ciência e tecnologia tiveram um salto qualitativo principalmente no tocante à pesquisa científica brasileira.

Dessa forma, o contexto tecnológico e científico indica um entusiasmo com os Planos Básicos de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (PBDCT), e nesse aspecto, a biblioteca universitária entrava com papel coadjuvante, necessitava de uma ação maior e mais evidente para enfrentamento do crescimento da ciência brasileira.

Assim, a confluência de todos os contextos e consciência de que a biblioteca universitária seria o instrumento ideal para atingir os objetivos de promoção da política de informação ciência e tecnologia, visto estar em todas as regiões do país e estar inserida na universidade, como representação do contexto educacional, sendo a universidade espaço de desenvolvimento de pesquisa por meio da disseminação dos cursos de Pós-Graduação, principalmente no tocante a modalidade *stricto sensu*: Mestrados e Doutorados, que visavam ao progresso da ciência brasileira frente à evolução da ciência mundial.

O resultado dessa harmonização de contextos foi a instituição do Plano Nacional de biblioteca universitárias que foi criado pela Portaria Nº 287 de 24 de abril de 1986 e publicado em Diário Oficial da União na Seção I, páginas 6050-6052, na mesma data de ofício como consta o documento SESu/Bibl./Doc Plan/86-001. Em continuidade a esse feito ainda em mesma data foi publicada a Portaria Nº 288 de 24 de abril de 1986, apenas um dia após a publicação do Plano, o Programa foi publicado em Diário Oficial da União na data 25 de abril de 1986. Seção I. p.6000-600, constando o mesmo com a denominação de Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias. Continuando a efetivação da regulamentação, foi publicado o Regimento do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias através da Portaria Nº 55 de 28 de abril de 1986 em 30 de abril de 1986, no Diário oficial da União, Seção I página 6225.

É possível, portanto inferir que toda a tramitação legal ocorre quase que simultaneamente, numa ideia de que a articulação política é feita em consonância com a objetividade de já se ter toda uma documentação escrita após um trabalho de aglutina-

ção de ideias, forças e argumentos para articular ações em breves espaços temporais e dentro do que regem as tramitações legislativas no Brasil.

Assim consta no Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) de 12 diretrizes e 46 ações, que são articuladas com atores individuais e coletivos para sua efetivação, visto necessitar de aplicação nas bibliotecas universitárias participantes, bem como houve também o papel da manutenção e financiamento dos projetos previstos ou criados de acordo com as delimitações do Plano e as determinações do Programa.

Os projetos desenvolvidos visavam o aspecto de cumprimento da função da biblioteca universitária em adquirir e disseminar informação entre os pesquisadores das Universidades de todo o País. Houve uma democratização da informação científica, contribuindo consideravelmente para uma quase equidade entre as regiões no desenvolvimento da história da ciência contemporânea brasileira, tendo em vista que a prática científica era basicamente em ambiente da universidade pública, presente em todas as regiões do país, ainda que, com suas diferenças de financiamento e qualidade. E o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) veio contribuir com todas as bibliotecas universitárias, contudo é inegável que umas tiveram uma ação mais efetiva pela participação de atores e melhor posicionamento no cenário nacional, mas todas as bibliotecas universitárias que participaram dos principais projetos tiveram uma melhoria na qualidade do serviço prestado a sua comunidade acadêmica.

Ainda que os projetos tenham visado à disseminação de informação científica numa clara visão de foco na Pós-Graduação, toda a comunidade acadêmica incluindo o segmento da graduação foi beneficiado com o melhoramento do acervo bibliográfico por meio do desenvolvimento dos estudos das coleções e aquisição de material bibliográfico e mesmo o material não bibliográfico.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), favorece uma abertura para internacionalização por meio de programas como o Programa de Aquisição Planificada de Periódicos para Bibliotecas Universitárias (PAP) e do programa de aquisição de livros (BIBLOS), que proporcionava ao pesquisador brasileiro tomar conhecimento do que o mundo estava pesquisando. A biblioteca universitária assume um importante papel na democratização da informação no País, tendo em

vista que o Programa de Aquisição Planificada de Periódicos para Bibliotecas Universitárias (PAP) proporcionou uma atualização da coleção de periódicos. Outro Programa que favorecia essa democratização era a comutação bibliográfica por meio do Programa COMUT, que teve seu apogeu no período do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) atendendo a todo o território nacional, numa cooperação informacional em que as coleções se complementavam regionalmente, além de proporcionar o acesso à informação ao pesquisador que estivesse distante da informação desejada. Esse Programa comutava informação tendo como apoio o Catálogo Coletivo Nacional (CCN), que alimentado pelas bibliotecas cooperantes, possibilitava e ainda possibilita continuar em atividade a visualização da coleção de todas as bibliotecas que integram esse catálogo.

Isto caracteriza uma efetividade de sucesso do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), na construção de uma biblioteca universitária moderna e sistematizada em consonância com os anseios da comunidade universitária e integrada ao contexto de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, bem como uma integração de entidades na proposição e financiamento de projetos que asseguravam a implementação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), atribuindo um caráter interinstitucional em favor da valorização do desenvolvimento de um importante sustentáculo informacional de excelência no desenvolvimento da pesquisa brasileira.

O Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), estava sustentado por uma estrutura organizacional diretamente subordinada ao Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior (MEC/SESu), auxiliado por órgãos de apoio que visavam ao desenvolvimento educacional e de ciência e tecnologia, constando em sua estrutura regimental um Comitê Técnico Assessor (CTA), centro vital para todas as decisões e planejamento, para onde convergiam atores e ideias transformadas em projetos a serem implantadas nas bibliotecas universitárias brasileiras, constituindo um instrumento da política de informação científica e tecnológica importante para a promoção da pesquisa científica no Brasil.

Historicamente, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) transforma-se em fonte para a compreensão de uma importante cena da ciência

brasileira ao ser constituído em sua esfera de atuação por uma produção documentária: documentos primários (projetos, relatórios, ofícios, programas etc.) e publicações sobre projetos e ações mais relevantes ao desenvolvimento do Plano, principalmente divulgados nos anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU).

Do ponto de vista dos documentos primários sobre a criação e execução do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), é possível uma referência a Instituição Secretaria de Educação Superior (SESu), que até o momento atual dessa investigação e que foi procurada por esta pesquisadora não tinha de forma clara o destino de onde se encontra a documentação gerada pelos próprios processos burocráticos, tais como: atas de reuniões, projetos, programas, relatórios, ofícios, memorandos, fotografias entre outros documentos primários gerados na prática burocrática de planejamento, criação e execução das ações do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986). Outra Instituição que podem ser citadas na dificuldade de encontrar informação útil nesses termos foi a Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), cuja resposta à busca desse tipo de documentos não foi satisfatória.

De maneira que a reconstituição da história tomando-se por base as fontes documentárias por meio dos documentos primários ocorreu na forma de busca no colégio invisível, numa clara alusão à literatura cinzenta, possibilitando acesso a documentos importantes para dar conteúdo histórico à contextualização do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), enquanto instrumento governamental decisivo na evolução da biblioteca universitária brasileira.

A produção científica relativa ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), e com financiamento por programas do próprio Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), (embora não seja de conhecimento a forma de aquisição ou distribuição à época) de algumas publicações isoladas, porém importantes para o acervo Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) não constou de uma distribuição/aquisição equitativa entre as bibliotecas universitárias das várias Universidades nas diversas regiões do país que continham o Curso de Biblioteconomia, tomando-se, por exemplo, o acervo da Biblioteca Central do Curso de Bibliote-

conomia da Universidade Federal da Paraíba, não constam nesta biblioteca determinadas obras advindas do financiamento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), e, que foram conseguidas na Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Outras produções foram publicadas nos anais dos Seminários Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBUs), que embora não conheça o modo de aquisição desses anais pelas bibliotecas, também não constam todos os anais na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba, de modo que a aquisição de alguns artigos foi na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB) nos anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU).

Esta trajetória de mineração de dados foi no início da pesquisa um fator de obstáculo ao pleno conhecimento da construção do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) e dos Seminários Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBUs) em sua estrutura de organização, que apesar de ter conseguido alguns anais na mineração de informação com aquisição própria em site de loja virtual de livros, esse aspecto melhorou sensivelmente com a divulgação em 2014 dos anais de quase todos os Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) digitalizados e divulgados como produto do XVIII Seminário Nacional de Biblioteconomia Universitária (XVIII SNBU) ocorrido em Belo Horizonte capital do Estado de Minas Gerais. Essa iniciativa foi de grande importância, pois contribuiu para o acesso aos anais necessários e que ainda não haviam sido encontrados.

Contudo as dificuldades da trajetória da pesquisa embora limitadoras não foram obstáculos intransponíveis a construção do conteúdo que reconstroi a história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) e o coloca em evidência em detalhes ainda não seja pretensão abordar todo o universo do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), mas clarifica a importância desse Plano e Programa, em que se buscaram os atores (indivíduos) para contribuição no acesso a suas memórias, gentilmente cedidas para corroboração com as fontes escritas de maneira a ser possível traçar o percurso histórico do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Constando, ainda na oportunidade a visualização de formação de uma rede colaborativa, formada de maneira espontânea, sem a especificação em objetivo formal de tal finalidade, porém a percepção de rede colaborativa fica clara quando é observado o fato (o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias/PNBU - 1986), e tendo seus atores da rede colaborativa por meta as discussões temáticas para o desenvolvimento da biblioteca universitária brasileira, em que estes aparecem nos anais dos seis primeiros Seminários Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBUs), tanto os atores do ponto de vista dos indivíduos quanto coletivos. A visualização em rede colaborativa dos construtores do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) assegura a esses atores um lugar na história do planejamento bibliotecário no país, considerando que as ações são realizadas por pessoas, portanto uma construção humana de cunho social, assim se constitui o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986).

Esta rede colaborativa passa a ser estabelecida a partir do fenômeno cultural propiciado por uma prática científica que ocorria com o evento Seminário Nacional Bibliotecas Universidades (SNBU), cujos temas relativos à biblioteca universitária foram debatidos, tornando-se um pensamento coletivo, ainda que a geração de conhecimento fosse representativo de uma prática laboral, era transformada em conhecimento científico apresentado aos pares, adquirindo caráter científico por apresentar requisitos de pesquisa científica, passando a constituir um *corpus* epistemológico da biblioteca universitária brasileira, numa produção de conhecimento envolvendo sua problemática e sua evolução num prisma interno relacionado à sua estrutura organizacional e de gestão, bem como do ponto de vista externo, no tocante a sua função de suporte em informação a comunidade acadêmica, permitindo a Universidade avançar no cumprimento de suas atribuições de ensino e pesquisa, de maneira qualitativa.

Os construtores do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias influenciados por uma forma de pensamento, que emanava da prática científica que foi avançando em direção a modernidade que se apresentava com suas influências de novas tecnologias adotadas no tratamento, armazenamento e recuperação da informação desde a década de 1960 em países desenvolvidos e que no Brasil se disseminava nas apresentações de experiências adquiridas em algumas aplicações de automação bibliotecária e coope-

rativa, entre outros segmentos de práticas de gestão organizacional para a biblioteca universitária brasileira.

Infere-se, portanto, que os primeiros Seminários Nacional Bibliotecas Universitárias (SNBUs) tem uma conexão, equanto prática científica com a concepção do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), cujo planejamento e concretização seguiram as convergências de sinergias próprias para acontecimentos dessa natureza no tocante à condição brasileira para estes fins.

De fato, criado o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), foi possível propiciar um contributo político e técnico para a biblioteca universitária brasileira, que tem como primazia a estruturação de uma política governamental que dê solução de investimento para a biblioteca universitária brasileira, em seu panorama organizacional, tendo como contributo político: a evidência de um planejamento bibliotecário exclusivo para a biblioteca universitária; evidenciação da biblioteca universitária na pauta governamental e setorial quanto ao ambiente em que se insere a Universidade; inclusão no contexto da política de informação, ciência e tecnologia. Do ponto de vista do contributo técnico considera-se: a produção de conhecimento técnico relativo à biblioteca universitária no Brasil, planejamento de todas as áreas organizacionais do acervo aos recursos humanos incluindo sua arquitetura, instrumentalização de seus processos técnicos e otimização dos serviços aos usuários.

Nesse sentido, sendo o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) necessário, constando de controle e avaliação no decorrer de sua implantação e cujos resultados eram positivos ao cumprimento de seus objetivos, inquire-se: Por que teve esse Plano e Programa sua desativação?

Como reflexão, é possível extrair que vivemos no Brasil em termos de políticas públicas um eterno recomeço, ou uma eterna fase de planejamento, quando enfim implanta-se o que se levou anos a planejar. É preciso apenas que, politicamente, o governo estabelecido não queira cumprir o seguimento de ações deixadas pelo governo anterior, mesmo que as ações tenham seu alcance social definido e comprovado, porém não há uma avaliação para continuidade e avanços numa definição de uma política de Estado implementada do ponto de vista geral e setorial, o que vigora é a própria condição ideológica do governo que se estabelece.

No caso específico do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), de acordo com o que foi visto em pesquisa empírica, o segmento classista bibliotecário em suas instâncias de organização não soube exercer uma articulação de sucesso para evitar que o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986) fosse desativado como política bem estruturada, que valeria tornar-se uma política de Estado para a biblioteca universitária brasileira, tomando-se por perspectiva o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, que se apresentava numa nova era da redemocratização.

E assim, temos uma espécie de descaso com a sequência da história no setor público brasileiro que é marcado pelas descontinuidades de seus programas públicos, quase sempre atribuídos, muito mais a questões de ordem político-ideológica de governo, do que propriamente de ordem econômica de financiamento da política pública em seu alcance social.

Com o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), ocorre essa descontinuidade e embora nada tenha conseguido como prova documental, as bibliotecas universitárias passaram a ser de responsabilidade de suas mantenedoras legítimas, quais sejam as Universidades. Nesse sentido o Reitorado que tiver uma maior sensibilidade à importância da biblioteca universitária como centro de excelência para suporte de informação à pesquisa no âmbito acadêmico, passa a assegurar investimento a biblioteca em suas necessidades de evolução organizacional e de serviços ao usuário.

Por fim, como pano de fundo mais ilustrativo de um fecho desta pesquisa, foi pedido aos sujeitos que relatassem como foi sua experiência, ao trabalhar no Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias.

As respostas foram compiladas nas ideias centrais que dão o tom de como foi o ambiente operacional e organizacional desse ensaio brasileiro em modernizar a biblioteca universitária em adequação ao contexto científico e tecnológico.

Assim sendo, foi possível saber o que revelaram os sujeitos: S2RSB, S4RSS, S6RI, S7RSB, S8RC, S9RSB, S10RSS, nas palavras a seguir como uma experiência: *fascinante, enriquecedora, gratificante, importante, maravilhosa, intensa e prazerosa*. Por tudo isto que foi visto, conclui-se que o Plano Nacional de Biblioteca Universitária (PNBU - 1986) possuía um ambiente organizacional harmonioso, como já

preconizava o objetivo geral do Programa para implementação do Plano. Qual seja: harmonizar e estimular as atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior na área de informação e documentação em ciência, tecnologia e humanidades, otimizando a prestação de serviços aos usuários.

Com isto, o objetivo de modernizar a biblioteca universitária brasileira foi cumprido pelo Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), o qual pode ser considerado como precursor na transformação evolutiva do planejamento institucional para a biblioteca universitária no Brasil.

Considera-se que esta pesquisa contribuiu para o deslinde descritivo da história do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986), aglutinando fontes, sejam os discursos de testemunhas oculares, bem como as fontes documentais que serviram para compor a pesquisa exclusivamente sobre acontecimentos que culminaram com a criação, execução e encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias. Aliás, na questão encerramento, está esclarecido do ponto de vista político, no entanto há ainda o que se deter do ponto de vista normativo, visto não ter esta pesquisadora encontrado Atos Normativos-Administrativos que dessem por encerrado o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986).

Contribui ainda esta pesquisa, para a constituição da memória literária e para trazer à tona atores que colaboraram para a construção de uma prática e pensamento histórico da Biblioteconomia brasileira. Além de apresentar elementos de importância da biblioteca universitária no suporte ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao integrar a política de informação científica e tecnológica, dá apoio à Universidade em sua missão de ensino e pesquisa, que é voltada ao crescimento qualitativo da pesquisa brasileira.

Dessa forma, tem-se uma conjuntura de política pública para a biblioteca universitária brasileira, no âmbito de políticas científicas e tecnológicas para favorecer o desenvolvimento do país, tendo na biblioteca universitária uma importante instituição que proporcionou uma mudança na forma de ver a ciência produzida no Brasil, através dos Programas e Projetos postos em prática por meio do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), que teve por característica adequar a biblioteca universitária à nova realidade de desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Esta pesquisa teve por agenda historiar o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), consistindo numa inovação que contribuiu com a modernização da biblioteca universitária brasileira, num novo momento do Brasil em tempos democratização política, no final de século XX, sendo marcante para novas ideias de democratização da informação no alvorecer do século XXI.

Em atendimento ao movimento de acesso aberto que estava em plena ascensão, a ideia do Projeto de Programa de de Aquisição de Periódicos (PAP) idealizado no contexto do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU – 1986) foi aperfeiçoado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), passando para um novo modo de aquisição de informação em bases de dados denominado Portal de Periódicos. Promovendo um salto qualitativo na pesquisa brasileira, favorecendo uma projeção internacional da produção científica brasileira ao possibilitar as Universidades Públicas e as Universidades Privadas com Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tenha acesso à informação produzida mundialmente. O projeto do Portal de Periódicos da CAPES, foca em especial na disseminação da informação científica pela biblioteca universitária, que tem por missão a promoção de competências informacionais da comunidade usuária, no âmbito da Universidade.

Diante da realidade atual, com todo o historiar do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU - 1986), é possível então concluir que houve uma desativação dos projetos do Plano, ainda que exista na atualidade um legado que repercute na biblioteca universitária brasileira no que ela é hoje. Faz-se necessário pensar um novo modelo para a biblioteca universitária com o que há de contemporâneo para uma inovação da sua missão como centro de excelência da universidade no Brasil.

E como recomendação para novas pesquisas, é sugerido: o esquadrinhamento da desativação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986); a verificação das consequências que acarretou a desativação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986) nas últimas três décadas; diagnosticar a biblioteca universitária na atualidade com suas diferenças regionais. Verificar o papel da biblioteca universitária no desenvolvimento da ciência brasileira contemporânea.

Desafios para o futuro: Planejar uma atualização do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU-1986), de maneira a se ter uma nova planificação setorial para a área, considerando os requisitos da sociedade contemporânea, e, repensando o papel da biblioteca universitária no posicionamento de um novo contexto em fazer ciência no mundo atual, diante de uma miríade de formas de pensar o avanço científico e tecnológico, através da pesquisa científica e das atuais modalidades de acesso e recuperação da informação.

FONTES

A atuação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em face de nova Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (1980?). (documento fotocopiado/fonte arquivo do IBICT).

Brasil. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. (1931). Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. *Diário Oficial da União, 15 de abril de 1931, 5800. 1931.* Recuperado em 28 outubro 2017 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

Brasil. Decreto n. 21.321, de 18 de Junho de 1946. (1946). Aprova o Estatuto da Universidade do Brasil. *Diário Oficial da União.* Seção 1 de 20 de junho de 1946. Recuperado em: 28 outubro 2017, de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

Brasil. Decreto n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951. (1951a). Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências. Recuperado em 19 agosto 2015 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

Brasil. Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951. (1951b). Institui a Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Recuperado em 18 agosto 2015 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

Brasil. Decreto n. 35.124, de 27 de fevereiro de 1954. (1954). Cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, nos termos da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Recuperado em 10 julho 2015 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

Brasil. Decreto n. 61.056, de 24 de julho de 1967. (1967). Regulamenta o art. 191 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, constitui a Financiadora de Estudos de Projetos S.A (FINEP) e dá outras providências. Recuperado em 12 fevereiro 2018 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

Brasil. Decreto-Lei n. 719, de 31 de julho de 1969. (1969). Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dá outras providências. Recuperado em 12 fevereiro 2018 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

Brasil. Decreto n. 67.348, de 6 de outubro de 1970. (1970). Institui o Programa Intensivo de pós-graduação, nas áreas ligadas ao Desenvolvimento Tecnológico do País, e dá outras providências. Recuperado em 18 agosto 2015 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

- Brasil. Decreto n. 73.411, de 4 de Janeiro de 1974. (1974). Institui o Conselho Nacional de Pós-Graduação e dá outras providências. Recuperado em 20 agosto 2015 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.
- Brasil. Decreto n. 85.118, de 03 de setembro de 1980. (1980). Aprova o III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico PBDCT. Recuperado em 21 abril 2017 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.
- Brasil. Decreto n. 98.964 de 16 de fevereiro de 1990. (1990). Institui o Programa Nacional de Bibliotecas de Instituição de Ensino Superior. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 fev. 1990. Seção 1. p. 3306.
- Brasil. Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951. (1951). Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências. Recuperado em 21 agosto 2015 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.
- Brasil. Lei n. 40.110, de 10 de outubro de 1956. (1956). Cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências. Recuperado em 18 agosto 2015 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.
- Brasil. Lei n. 4.533, de 8 de dezembro de 1964. (1964). Altera a Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. Recuperado em 31 maio 2015 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.
- Brasil. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. (1968). Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Recuperado em 19 agosto 2015 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.
- Brasil. Lei n. 5.851, de 7 de dezembro de 1972. Autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências. Recuperado em 30 janeiro 2018 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.
- Brasil. Lei n. 6.129, de 6 de novembro de 1974. (1974). Dispõe sobre a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e dá outras providências. Recuperado em 28 junho 2015 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.
- Brasil. Lei n. 8.405, de 9 de janeiro de 1992. (1992). Autoriza o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e dá outras providências. Recuperado em 25 agosto 2015 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

- Brasil. Lei Nº 11.502, de 11 de julho de 2007. (2007). Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei no 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nos 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Recuperado em 18 agosto de 2015 de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.
- Chastinet, Y. S. (1975). Os serviços de um sistema de informação e sua aceitação pelos usuários. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 3 (2), 1975.
- Chastinet, Y. S.; Lima, I. (1986). *O impacto da implantação do programa de aquisição planificada de periódicos para bibliotecas universitárias – PAP*. SESu/PNBU/DOC.TEC.86/002.
- Chastinet, Y. S.; Mercadante, L. (1986). *Programa de aquisição planificada de periódicos para bibliotecas universitárias – PAP: 2ª versão atualizada*. SESu/PNBU/DOC.TEC.86/003.
- Chastinet, Y. S. (1988). *Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior: remontar ou desmontar*. SESu/PNBU/DOC.TEC./009-88.
- Chastinet, Y. S. (1990). *Participação da comunidade na implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias-PNBU*. MEC/SESu/CNPq/FINEP.
- Chastinet, Y. S. (1990). *A Criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias – PROBIB e a Implementação do I Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – I PNBU: 1986-89*. Brasília: PROBIB, 1990.
- Chastinet, Y. S. (2018). “CHAIRMAN”. [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por <edilenetoscana@gmail.com>. em 23 fevereiro 2018.
- Conselho Federal de Educação. Parecer 977/1965: Definição dos Cursos de Pós-Graduação. Recuperado em 04 abril 2017 de <http://www.capes.gov.br>.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNDCT) (1985). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (IBICT): *Relatório anual 1984*. Brasília: IBICT, 1985. 81 p. (versão preliminar). (Fotocopiado)
- Gonçalves, L. (1983). *Relatório final: 3º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. ABBU/FEBAB/BC-UFRN/1983.

Ministério da Educação e Cultura. (1975). *I PNPG: Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação. Recuperado em 31 de outubro de 2015 de http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf.

Ministério da Educação e Cultura. (1976). Secretaria de Educação Superior (SESu). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(Capes). *II Plano Setorial de Educação e Cultura (1975/1979)*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação.

Ministério da Educação e Cultura. (1986). Secretaria de Educação Superior (SESu). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(Capes). *III PNPG: Plano Nacional de Pós-Graduação 1986-1989*. Brasília: [CAPES]. Recuperado em 31 de out. 2015 de http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf.

Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias. (1987). *Projetos prioritários para implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – PNBU no exercício de 1988*. SESu/PNBU/DOC. PLAN. Nº 87/006, rev. 1.

Portaria n. 287 de 24 de abril de 1986. (1986). Ministério da Educação. Aprova o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 28 abr. 1986, Seção I. p. 6050-6052.

Portaria n. 288 de 24 de abril de 1986. (1986). Ministério da Educação. Cria o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 1986. Seção I. p. 6000-6001.

Regimento do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias 30 abril de 1986. (1986). *Diário Oficial da União*. Seção I, 6225.

BIBLIOGRAFIA

- Alfonso-Goldffarb, A. M. (1994). *O que é história da ciência*. São Paulo: Brasiliense.
- Amaral, A. M. B. M. do. (1991) O cenário da política nacional de informação no Brasil. *Informação e Sociedade: estudos*. João Pessoa, 1 (1), p. 68-81.
- Aragão, R. M. R. de. (1976.). *Teoria da Aprendizagem Significativa de Davi P. Ausubel: sistematização dos aspectos teóricos fundamentais*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil.
- Araújo, C. A. A. (2014). *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos.
- Araújo, C. A. A. (2013). Correntes teóricas da Biblioteconomia. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, 9 (1), p. 41-58.
- Araújo, E. A. (1991). A subjetividade enclausurada: o discurso científico na biblioteconomia. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, 1 (1), p. 14-22.
- Ausubel, D. P. (2000). *Aquisição e retenção do conhecimento: uma perspectiva cognitiva*. Tradução L. Teopisto. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Balachevsky, E. (2005). A Pós-Graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In B. Colin & S. Simon. *Os desafios da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbieri, J. C. (1993). *O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. São Paulo: FGV. Recuperado em 20 abril 2015 de <http://www.schwartzman.org.br>.
- Barros, E. M. C. de. (1998). *Política de Pós-Graduação: um estudo da participação da comunidade científica*. São Carlos: UFSCar.
- Batagelj, V. & Mrvar, A. (2011). *Pajek: Program for Analysis and Visualization of Large Networks - Reference Manual List of commands with short explanation, version 2.05*. Ljubljana. Department of Mathematics/Faculty of Social Sciences, University of Ljubljana. Recuperado em 20 agosto 2017 de <http://vlado.fmf.uni-lj.si/pub/networks/pajek/doc/pajekman.pdf>
- Belens, A. de J. & Porto, C. de M. (2009). Ciência e tecnologia, uma abordagem histórica na sociedade da informação. In C. M. Porto (Org.). *Difusão e cultura científica: alguns recortes* [online]. Salvador: EDUFBA.

Betti, Mauro. (2005). Educação física como prática científica e prática pedagógica: reflexões à luz da filosofia da ciência. *Revista brasileira de Educação Física Esportiva*, 19 (3), p. 83-97.

Biblioteca universitária: ação da SESu na área das bibliotecas. (1985). Brasília: SESu. [Fotocópia].

Bragança, A. (2009). *As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967)*. Matrizes, 2 (2), p. 221-246.

Britto, Antônio. (1985). *Assim Morreu Tancredo Neves*. Porto Alegre: Editora L & PM.

Bunge, M. (1999). *Las ciencias sociales em discusión: una perspectiva filosófica*. Traducción Horacio Pons. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

Butler, P. (1971). *Introdução da Biblioteconomia*. Tradução M. L. Nogueira. Rio de Janeiro: Lidador.

Cañas, A. J. et al. (2004). CMAPTOOLS: a knowledge modeling and sharing environment. *I International Conference On Concept Mapping*, Pamplona, Spain. Recuperado em 18 setembro 2017 de <https://pdfs.semanticscholar.org/e23f/b772d5021f05a8a1faa26681366ca935a6d0.pdf>

Cañas, A. J.; Ford K. M.; Hayes P. H., Reichherzer, T.; Suri, N.; Coffey, J. W. R.; Carff, G. H. (1997). Colaboracion en la Construcción de Conocimiento Mediante Mapas Conceptuales. Invited Plenary Talk, *VIII Congreso Internacional Sobre Tecnología y Educación a Distancia*, San José, Costa Rica, (Nov. 1997). Available in the Proceedings of the Conference, pp. XXV- XLII. Recuperado em 17 setembro 2017 de <https://www.ihmc.us/users/acanas/ColabCon.pdf>

Carr, E. H. (1996). *O que é história?* Tradução Lucia Maurício de Alverga. São Paulo: Paz e Terra.

Carvalho, L. M. & Silva, A. M. (2009). *Impacto das tecnologias digitais nas bibliotecas universitárias: reflexões sobre o tema*. *Informação & Sociedade: Estudos*. 19 (3), p. 125-132, set./out.

Castro, C. M. (1981). *Apresentação*. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. (SNBU). (1981). *Anais do II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias 1981*, Brasília: CAPES, Brasil.

Chalmers, A. F. (1993). O que é ciência afinal? In: Chalmers, A. F. (1993). *O que é ciência afinal?*. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense. p. 210-211.

- Charle, C. & Verger, J. (1996). *História das Universidades*. Tradução E. Fernandes. São Paulo: Editora da Unesp.
- Chassot, A. *A ciência através dos tempos*. (2 ed.). São Paulo: Moderna.
- Chastinet, Y. S. (1975). Os serviços de um sistema de informação e sua aceitação pelos usuários. *Biblioteconomia de Brasília*, 3 (2).
- Chastinet, Y. (1988). *Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior: remontar ou Desmontar?*. Brasília: PNBU.
- Chastinet, Y. (1989). Participação da comunidade na implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU). *Anais do VI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*, Belém. 39-47.
- Chastinet, Y. (1990). *Participação da Comunidade na Implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – PNBU*. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. (SNBU). *Anais do VI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias 1989*. Belém: UFPA, Brasil.
- Conti, M. S. (1999). *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras. 719.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2018). *Missão*. Recuperado em 27 fevereiro 2018 de http://cnpq.br/apresentacao_institucional.
- Cunha, M. L. (1977). *Bibliotecas universitárias em sistemas nacionais de informação*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Cunha, M. B. & Diógenes, F. C. B. *A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010*. Recuperado em 16 fevereiro 2018 de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100>.
- Damas, M. J. & Ketele, J-M. (1985). *Observar para avaliar*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Debus, A. G. (2004). Ciência e História: o nascimento de uma nova área. In: Alfonso-Goldfarb, A. M. & Beltran, M. H. R. (2004). *Escrevendo a História da Ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: EDUC. p. 13-42.
- Dziekaniak, G. & Rover. (2011). A. Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos. *DataGramZero*, 12 (5).

- Dias, G. D.; Silva, T. E. & Cervantes, B. M. N. (2013). Políticas de informação nas bibliotecas universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 11 (1), p. 39-54.
- Dias, R. B. (2012). *Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp.
- Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. (2007). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007. (Versão 2.0a de abril de 2007). (Verbetes: *contributo*).
- Diehl, A. A. & Tatim, D. C. (2004). *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Pearson/Prentice Hall.
- Diniz (2014). M. H. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito: introdução à teoria geral do Direito, à Filosofia do Direito, à Sociologia Jurídica e à Lógica Jurídica. Norma Jurídica e aplicação do Direito*. (25 ed.). São Paulo: Saraíva.
- Durkheim. E. (1995). *As regras do método sociológico*. Tradução Paulo Neves. & Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- Durham, E. R. (2003). *O ensino superior no Brasil: público e privado*. São Paulo: NUPES. Documento de trabalho do Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, março de 2003. Recuperado em 8 maio 2014, de <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>.
- Fernandes, A. M. & Sobral, F. A. F. (1994). (Orgs.). *Colapso da Ciência & Tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Ferreira, C. G. (2015). *Percepções dos docentes avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): um estudo sobre produtividade acadêmica*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal Fluminense.
- Ferreira, J. R. (1999). Os 45 anos do IBICT. *Ciência da Informação*, 28(1). Ferreira, G. C. (2011). Redes Sociais de Informação: uma história e um estudo de caso. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 16(3), p. 208-231.
- Ferreira, L. S. (1980). *Bibliotecas universitárias brasileiras: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas*. São Paulo: Pioneira.
- Figueiredo, N. (1979). Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 7 (1), p. 9-25, jan/jun.
- Fleck, L. (1986). *La génesis y el desarrollo de un hecho científico: introducción a la teoría del estilo de pensamiento y del colectivo de pensamiento*. Versión española de Luís Maena. Madrid: Alianza Editorial.

- Foucault, M. *A Arqueologia do Saber*. (1997). (5. ed.). Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Frauches, C. da C. 2014. *A livre iniciativa e reforma universitária brasileira*. Recuperado em 16 junho 2014 de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35656>.
- Galbinski, J. & Miranda, A. (1993). *Planejamento físico de bibliotecas universitárias*. Brasília: PROBIB.
- Galvão, D. (1987). Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias, *In: V Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. Porto Alegre. p. 5-13.
- Garcia, M. L. A. (1991). *Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias: planejamento e permanência*. [s.l.]: [s. e]. 42. (Fotocopiado).
- Garvey, W. D. & Griffith, B. C. (1967). Scientific Communication as a Social System: The exchange of information on research evolves predictably and can be experimentally modified. *Science*, 157 (3792), p. 1011-1016.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (5 ed.). São Paulo: Atlas.
- Gomes, H. E. (1975). A participação da Biblioteca Universitária no sistema nacional de informação científica e tecnológica e em outros sistemas de informação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 4 (1), p. 63-78.
- Gomes, H. E. & Chastinet, Y. S. (1974). IBBD and participation in AGRIS & CARIS PROJECTS. *Quartely Bulletin of the IAALD*, 19 (3/4), p. 201-208.
- Gonçalves, L. A. (1983). *III Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias: relatório final*. Natal: UFRN. 5.
- Gonzalez, M. (2012). Os primórdios da Comunicação em o Ensaaiador (1623), de Galileu Galilei. In L. V. R. Pinheiro & E. C. P. Oliveira (Orgs). *Múltiplas facetas da Comunicação e Divulgação Científicas: Transformações em cinco séculos*. Brasília: IBICT, 2012. p. 18-49. Recuperado em 19 agosto 2016. <http://www.livroaberto.ibict.br>.
- Granja, E. C. (1978). A biblioteca universitária e sua contribuição para o desenvolvimento da pesquisa científica. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. 11 (1/2), p. 17-20.
- Guimarães, E. A.; Araújo Júnior, J. T. de. & Erber, F. (1985). *A política científica e tecnológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 91. (Brasil: os anos de autoritarismo – análise – balanço – perspectiva).

- Halbawchs, M. (2009). *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro.
- Hjorland, B. (2003). Fundamentals of Knowledge. *Organization Knowledge*, 30 (2), p. 87-111.
- Hostins, R. C. L. (2006). Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. *Perspectiva*, 24(1), 133-160. Recuperado em 30 outubro 2015 de <http://www.perspectiva.ufsc.br>.
- Hurd, J. M. (2004). Scientific Communication: New Roles and New Players. *Science & Technology Libraries*. 25(1/2), p. 5-22.
- Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia. (2018). *Informação para a Pesquisa*. Recuperado em 28 fevereiro 2018 de <http://www.ibict.br>.
- Japiassú, H. & Marcondes, D. (1996). *Dicionário básico de Filosofia*. (3 ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Klaes, R. R. (1991). *Dados e informações usados na tomada de decisão em bibliotecas universitárias brasileiras: o contexto da atividade de desenvolvimento de coleções*. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em Biblioteconomia e Documentação, Universidade de Brasília, Brasil.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica tempos históricos*. Tradução W. P. Maas & C.A.Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio.
- Koselleck, R.; Meier, C.; Günther, H. & Engels, O. (2016). *O conceito de História*. Tradução René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Koyré, Alexandre. (1982). *Estudo de História do pensamento científico*. Tradução Márcio Ramalho. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Kragh, H. (2001). *Introdução à historiografia da ciência*. Tradução Carlos Grifo Babo. Porto: Porto Editora.
- Kuhn, T. S. (1997). *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução Beatriz Boeira e Nelson Boeira. (5. ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Lefèvre, F. & Lefèvre, A.M.C. (2005a). *Discurso do Sujeito Coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (Desdobramentos)*. Caxias do Sul – RS: EDUCS.
- Lefèvre, F. & Lefèvre, A.M.C. (2005b). *Depoimentos e Discursos: uma análise em pesquisa social*. Brasília: Liber Livro Editora.
- Lemos, A. A. B. (1987). Política de informação em ciência e tecnologia. *XIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*. Recife.

- Lima, J. L. O. & Alvares, L. (2012). Organização e representação da informação e do conhecimento. In L. Alvares (Org.). *Organização da Informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. São Paulo: B4 Editores, 21-34.
- Lima, P. G. (2009). *Política Científica & Tecnológica: Países Desenvolvidos, América Latina e Brasil*. Dourados: UFGD.
- Lima, E. (1977). A biblioteca no ensino superior. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. 5(2).
- Löwy, I. (1994). Ludwick Fleck e a presente história das ciências. *Maguinhos*, 1(1), p. 7-18.
- Lugo, M. E. S. (1983), Las bibliotecas universitárias en América Latina. *Ruciba*, 5(2), p. 105-108.
- Machado, M. T. (1981). *Relatório final, conclusões e recomendações*. Brasília: MEC/SESu/CAPES/PREMESU/CFE. 11.
- Machlup, F. (1962). *The Production and distribution of knowledge in the United States*. Princenton (NJ): Princenton University Press. Recuperado em 12 julho 2017 de <https://books.google.com.br/books>.
- Maia, A. B. (1979). Prefácio. *Anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*, 1978. Niterói: UFF/Núcleo de Documentação, I, 11. Recuperado em 20 de agosto 2016 de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001624.pdf>.
- Marengo, A. (2015). When Institutions Matter: CAPES and Political Science in Brazil. *Revista Ciência Política*, 35 (1), p. 33-46.
- Marques, J. C. (1989). Pós-Graduação, reforma ou ruptura em busca da contextualidade, da concretude e do realismo utópico. *Educação Brasileira*, Brasília, 11 (22), p. 35-69.
- Marques, (2012). Marques. (Org.). (2012). E. *Redes Sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- Martins, M. D. (2010). O Banco Mundial e a política científica dos governos militares no Brasil. *World Tensions / Tensões Mundiais*. 2010, 6 (11), p129-151. 23 p. Recuperado em 10 fevereiro 2018. de <http://web.b.ebscohost.com/abstract>.
- Martins, M. G. (1980). *Planejamento Bibliotecário*. São Paulo: Pioneira.

- Martins, R. A. (1999). O que é a ciência, do ponto de vista da epistemologia? *Caderno de Metodologia e Técnica de Pesquisa*. (9), p. 5-20
- Mattelart, A. (2006). *História da Sociedade da Informação*. (2 ed. Rev. e Atual.). Tradução N. N. Campanário. São Paulo: Loyola.
- Meadows, A. J. (1999). *A comunicação científica*. Tradução A. A. B. Lemos. Brasília: Briquet de Lemos.
- Mercadante, L. M. Z. (Coord.). (1990). *Análise de modelos organizacionais de bibliotecas universitárias nacionais*. Brasília: MEC/SESu.
- Messias, D. R. S. (2016). *A memória de um discurso silencioso: perspectivas teóricas acerca das relações entre memória, identidade, discurso, esquecimento e silêncio*. Rio de Janeiro: UFRJ. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (BR).
- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (11 ed.). São Paulo. Hucitec.
- Miranda, A. (1977a). *Planejamento bibliotecário no Brasil: a informação para o desenvolvimento*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- Miranda, A. (1977b). *Bibliotecas dos Cursos de Pós-Graduação em Educação*. Estudo Comparado. Brasília: CAPES.
- Miranda, A. (1979). Biblioteca Universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática. *Anais do I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*, 1978. Niterói: UFF/Núcleo de Documentação, p. 175-189. Recuperado em 20 de agosto 2016, de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001624.pdf>
- Miranda, A. (2004). Biblioteca Universitária no Brasil: cenários e perplexidades. *III Simpósio de Diretores de Bibliotecas Universitárias da América Latina. Anais do XIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. Natal (RN) Brasil: SNBU.
- Moraes, V. S. (2012). As políticas públicas educacionais para a pós-graduação lato sensu no Brasil: tendências atuais. *Anais do V Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada*, Belém (PA), Brasil.
- Morales López, V. (2008). *La bibliotecología y estudios de la información: análisis histórico-conceptual*. México, DF: El Colegio de México.
- Morel, R. L. M. (1979). *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T. A. Quieiroz.

- Motoyama, S. (Org). (2004). *Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- Motoyama, S.; Queiroz, F. A. & Vargas, M. (2004). 1964-1985: sob o signo do desenvolvimentismo. In S. Motoyama (Org). *Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: EDUSP. p. 317-385.
- Moura, A. M. S. de; Gomes, I. M. de A. M. & Silva, A. M. (2014). O periódico científico como canal de informação científica em Comunicação. Comunicação Ibero-Americana: os desafios da internacionalização. *Livro de Atas do II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana*. p. 462-471.
- Murguia, E. I. (2013). As articulações políticas na criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). *DataGramaZero*. 14 (2).
- Novak, J. D. & Cañas, A. J. (2006). The origins of the concept mapping tool and the continuing evolution of the tool. *Information Visualization*. (5), p. 175-184.
- Novak, J. D., & Cañas, A. J. (2008). *The theory underlying concept maps and how to construct and use them. Technical Report IHMC CmapTools*. Florida Institute for Human and Machine Cognition. Retrieved May18, 2014. Recuperado em 20 junho 2017, [de http://cmap.ihmc.us/docs/theory-of-concept-maps](http://cmap.ihmc.us/docs/theory-of-concept-maps).
- Núcleo de Assistência Técnica (NAT- 08) com especialização em sistemas de bibliotecas universitárias. (1975). *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. 6 (4/6), p. 110-124, (parte integrante da publicação: Brasil, Ministério de Educação e Cultura. Plano Setorial de Educação.1975 - 1979, Brasília, p. 483 – 494. (Projeto 21).
- Nunes, M. F. (2001). *Imprensa periódica científica (1772-1852): Leituras de “Sciencia Agricola” em Portugal*. Lisboa: Estar Editora.
- Oddone, N. (2006). O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. Brasília. *Ciência da Informação*. 35 (1), p. 45-56.
- Oliveira, S. M. M. de. (1995) Atitudes de Planejamento em Bibliotecários de Instituições Universitárias Brasileiras. *Transinformação*, 7 (1/2/3).
- Oliveira, B. (2001). *Sarney: O Outro Lado da História*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Paniago, E. B. (1997). O impacto do padct na química brasileira: uma visão acadêmica. *Química Nova*, 20 (Especial). Recuperado em 13 fevereiro 2018 de <http://www.scielo.br/pdf/qn/v20nspe/4978.pdf>.

- Pinheiro, L. V. R. (1997). *A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. Rio de Janeiro (Tese de doutorado em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Brasil.
- Pinheiro, L.V. R. (2012). Constituição epistemológica e social da comunicação científica no Brasil. In L.V.R. Pinheiro & E. C. P. Oliveira (Orgs). *Múltiplas facetas da Comunicação e Divulgação Científicas: Transformações em cinco séculos*. Brasília: IBICT, 18-49. Recuperado em 19 agosto 2016 <http://www.livroaberto.ibict.br>.
- Presidência da República. (1980). Secretaria de Planejamento. *III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. Brasília: CNPq, 77.
- Ranganathan, S. R. (2009). *As cinco leis da Biblioteconomia*. Tradução T. Zandonade Brasília: Briquet de Lemos.
- Ranke, L. (1979). Leopold von Ranke: História. Tradução: Trude von Laschan Solstein. São Paulo: Ática. (Organizador de coletânea: Sérgio Buarque de Holanda).
- Robredo, J.; Fonseca, A. F. M. & Lôbo, P. R. A. Análise da expansão do serviço de bibliografias personalizadas em agricultura (BIP/AGRI) – um serviço brasileiro de disseminação seletiva da informação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília* 6 (2).
- Robredo, J. & Chastinet, Y. S. (1974). Metodologia para elaboração da lista básica dos periódicos nacionais em ciências agrícolas e estudo da dispersão da literatura agrícola brasileiro. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. 2 (2), p. 119-142.
- Rosa, C. A. P. (2012). *História da ciência: o pensamento científico e a ciência no século XIX*. 2. ed. Brasília: FUNAG. Vol. II, Tomo II. 371.
- Rothen, J. C. (2008). Os bastidores da Reforma Universitária de 1968. *Educação e Sociedade*. Campinas, 29 (103), p. 453-475. Recuperado em 08 maio 2014, de <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Sabor, J. E. (1977). Desarrollo del planeamiento bibliotecário em America Latina. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 5(1), p. 45-86.
- Salles Filho, S. (2003a). Política de Ciência e Tecnologia no II PBDCT (1976). *Revista Brasileira de Inovação*, 2 (1), p. 179-211, jan./jun. Recuperado em 11 setembro 2014. <http://www.finep.gov.br>.
- Salles Filho, S. (2003b). Política de Ciência e Tecnologia no III PBDCT (1980/1985). *Revista Brasileira de Inovação*, v. 2, n. 2, p. 407-432, jul./dez. 2003. Recuperado em 11 setembro 2014 de <http://www.finep.gov.br>.

- Santana, I. V. (1989). Biblioteca Universitária e Transferência de Informação: problemas e perspectivas. *Ciência da Informação*, 18 (1), p. 35-44.
- Santos, C. M. (2003). Tradições e Contradições da Pós-Graduação no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, 24 (83), p. 627-641.
- Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. (SNBU). (1979). *Anais do I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*, Niterói: UFF/Núcleo de Documentação, Brasil.
- Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. (SNBU). (1981). *Anais do II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*, Brasília: CAPES, Brasil.
- Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. (SNBU). (1983). *Anais do III Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. Natal: UFRN/APBRN, Brasil.
- Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. (SNBU). (1985). *Anais do IV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. Campinas: UNICAMP, Brasil.
- Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. (SNBU). (1987). *Anais do V Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. Porto Alegre: UFRGS, Brasil.
- Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. (SNBU). (1989). *Anais do VI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. Belém: UFPA, Brasil.
- Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. (SNBU). (1991). *Anais do VII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. Rio de Janeiro: SIBI/UF RJ, Brasil.
- Silva, A. M. (2006). *A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico*. Porto, Rainho & Neves.
- Silva, A. M.; Ribeiro, F.; Ramos, J. & Real, M. L. (2009). *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. (3 ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Silva C. J. L. (2013). *Normatividade, tecnicidade e/ou cientificidade da Biblioteconomia*. *Transinformação*, 25 (1), p. 5-17, jan./abr.
- Silva, L. A. G. (1981). Visão panorâmica do planejamento de sistemas de bibliotecas universitárias. I Simpósio de Planejamento de Bibliotecas Universitárias. II *Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. Brasília: MEC(SESu/CAPES/PREMESU/CFE).
- Silva, S. M. V. & Ferro, M. A. B. (2010?). *CAPES e CNPq: Agências de fomento e desenvolvimento para a Pós-Graduação brasileira*. Recuperado em 19 agosto 2015 de <http://leg.ufpi.br>.

- Silveira, A. J. T. (2010) A história da ciência pelo olhar do historiador. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, 17 (3), p. 840-844.
- Simiand, F. (2003). *Método histórico e Ciência Social*. Tradução José Leonardo do Nascimento. Bauru (SP): EDUSC.
- Singer, P. (1972). *O Milagre Brasileiro: Causas e Conseqüências*. *Caderno CEBRAP*, n. 6. São Paulo.
- Smiraglia, R. P. (2014). *The elements of knowledge organization*. Milwaukee (WI-USA): Springer. 101. Recuperado em 11 maio 2017 de <https://books.google.com.br/book>.
- Solís, C. & Sellés, M. (2004). *História de la Ciência*. Madrid: Espasa.
- Souza, H. G. De; Almeida, D. F. de & Ribeiro, C. C. (1972). *Política Científica*. São Paulo: Perspectiva.
- Souza-Paula, M. C. & Villela, A. B. C. (2014). Programas nacionais de ciência e tecnologia: dos indivíduos às redes. *Parerias Estratégicas*. Brasília-DF, 19 (39), p. 143-159, jul-dez.
- Suaiden, E. Apresentação. (2012) In L. V. R. Pinheiro; E. C. P. Oliveira, (Orgs). *Múltiplas facetas da Comunicação e Divulgação Científicas: Transformações em cinco séculos*. Brasília: IBICT, p. 18-49. Recuperado em 19 agosto 2016 de <http://www.livroaberto.ibict.br>.
- Tarapanoff, K. (1984). Planejamento da informação científica e técnica do Brasil. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 13 (2), p. 284-301.
- Tarapanoff, K. (1987). Planejamento Bibliotecário: em busca de identidade. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 15 (2), p. 229-236, jul./dez.
- Targino, M. G. (2000) Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. *Informação & Sociedade*. João Pessoa, 10 (2), p. 1-27.
- Tourinho, M. M. & Palha, M. D. C. (2014). A CAPES, a universidade e a alienação gestada na pós-graduação. *Cadernos EBAPE.BR*, 12 (2), p. 270-283.
- Veyne, P. (1971). *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70. 321.
- Wasserman, S. & Faust, K. *Social Network Analysis: Methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. Recuperado em 27 julho 2017 de <https://books.google.com.br>.

Ziman, J. M. (1979). *Conhecimento público*. Tradução R. R. Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

APÊNDICES

APÊNDICE - A



PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA

João Pessoa, de fevereiro de 2015.

Ao Sr./Á Sra.

Prezado/Prezada,

Primeiramente devo apresentar-me, sou Edilene Toscano Galdino dos Santos, Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e Doutoranda no Programa de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora (Portugal). Estou desenvolvendo um projeto de Tese intitulado: **Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU): contextos de idealização, execução e encerramento**. Em documento de vossa senhoria intitulado “Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias”, foi para mim, indicativo de inclusão de vossa senhoria em minha pesquisa, como sujeito histórico que tem muito a contribuir com este trabalho, visto ter sido um importante plano para as bibliotecas universitárias brasileiras. Assim sendo, rogo-lhe a honra de resposta ao questionário como parte da coleta de dados da minha pesquisa.

Fico no aguardo de uma comunicação e na expectativa positiva de concessão dessa entrevista.

Com meus melhores cumprimentos,

Edilene Toscano Galdino dos Santos
Doutoranda em História e Filosofia da Ciência
Universidade de Évora

APÊNDICE - B



PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA

FEVEREIRO DE 2015

Prezado/Prezada,

Sou, Edilene Toscano Galdino dos Santos, Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e Doutoranda no Programa de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora (Portugal). Estou desenvolvendo uma pesquisa para Tese Doutoral, intitulada “PLANO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (PNBU): contextos de idealização, execução e encerramento”, pela Universidade Évora (Portugal). Para tanto, sua colaboração com este estudo é de fundamental importância na recolha de dados, que possam contribuir para o entendimento do PNBU, enquanto fator de desenvolvimento da Biblioteca Universitária no Brasil.

- 1 Qual o seu nome completo e sua formação?
- 2 Quando e por que motivo(s) você começou a trabalhar com o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias?
- 3 Qual sua função no Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias?
- 4 Que outras pessoas/profissionais se envolveram na criação e implementação do PNBU?
- 5 Como ocorreu o planejamento para criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias?
- 6 Como se deu a participação da classe bibliotecária na criação e desenvolvimento PNBU?

7 Relate sua experiência ao trabalhar no Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias.

8 Em sua opinião, que fatos da política do MEC para as universidades foram importantes para criação e execução do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias?

9 Quais as contribuições (político e técnica) do PNBU para as bibliotecas universitárias brasileiras?

10 Em sua opinião quais fatos teriam contribuído para o encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias?

11 A classe bibliotecária teria se manifestado contra o encerramento do PNBU?

12 Qual o cenário político e econômico do país no momento do encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias?

13 Existiria algum ato institucional que registra o encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias?

14 Em sua opinião o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias cumpriu os objetivos a que se propôs?

15 Como você entende hoje a situação das bibliotecas universitárias diante das políticas setoriais do MEC para o ensino superior?

16 Seria pertinente na atual situação do ensino superior brasileiro a criação e implementação de uma política setorial para as bibliotecas universitárias?

17 Você considera o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias como um exemplo de política setorial as bibliotecas universitárias brasileiras?

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO!

ANEXOS

ANEXO A

Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias: atos de criação. (1986) Brasília.

MEC/SESU

[Handwritten signature]

PNBU
PLANO NACIONAL DE
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS
Atos de Criação

BRASÍLIA

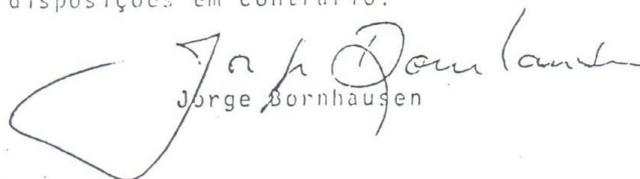
PORTARIA Nº 287 DE 24 DE Abril DE 1986

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a necessidade de harmonizar e estimular o desenvolvimento das bibliotecas universitárias, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias - PNBU, anexo à presente Portaria.

Art. 2º - Caberá à Secretaria da Educação Superior - SESU a responsabilidade de implementar o PNBU.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.


Jorge Bornhausen

Diário Oficial de 28/4/86
Pag. 6050 - Seção T

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ministério da Educação
Secretaria da Educação Superior
SESu/BIBL./DOC PLAN/86-001
PLANO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (1º PNBU)
BRASÍLIA - ABRIL, 1986

INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação, através da Secretaria da Educação Superior - SESu, no cumprimento das suas funções de coordenação da Política Nacional de Educação Superior está empreendendo esforços no sentido de promover o aperfeiçoamento de todos os fatores que interferem na qualidade do ensino universitário brasileiro. Esta preocupação, manifestou-a o próprio Presidente da República ao afirmar que só pode haver progresso e democracia quando o sistema educacional de um país apresenta padrão elevado de qualidade.

A biblioteca universitária é um dos alicerces vitais da vida acadêmica e para que seus objetivos básicos sejam alcançados, exige-se a renovação contínua e adequada dos seus acervos e prestação de serviços de informação fundamentais às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Cabe à SESu, com a participação e o envolvimento da comunidade universitária, assegurar condições que propiciem a definição de padrões de organização e desenvolvimento de sistemas e serviços bibliográficos nas universidades. Igualmente, é imprescindível que sejam estabelecidos os meios de comunicação e de interligação dos diversos sistemas, bem como sejam traçadas as diretrizes para aplicação de recursos compatíveis (humanos, bibliográficos, financeiros e tecnológicos), garantindo a consolidação e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias.

Neste sentido, a SESu elaborou o I Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias, resultado de ampla consulta à comunidade universitária brasileira. O trabalho baseou-se em documento apresentado pelo IBICT no 4º Seminário de Bibliotecas Universitárias (Campinas, fevereiro de 1985), o qual reúne as recomendações oriundas de diversos seminários e reuniões realizados sobre o assunto. O documento apresentado em sua versão final foi ampliado, tendo incorporado as contribuições originadas pela análise e discussão de um grupo de especialistas da área, representantes de bibliotecas centrais a nível das regiões, agências de C&T e usuários. Em decorrência dessa discussão, produziu-se um novo texto que foi distribuído a 80 instituições de nível superior (relação anexa), ao IBICT, Biblioteca Nacional, BIREME e BICENGE, para críticas e sugestões. O índice de respostas foi de 80%, resultando em cerca de 300 sugestões, cuja análise propiciou o enriquecimento de aproximadamente 30% das diretrizes e das ações definidas. Cerca de 20% das sugestões tratam de recomendações específicas, mais voltadas para a fase de implementação do Plano e serão oportunamente divulgadas através de documento hábil.

Serão definidas e detalhadas as ações prioritárias para implantação do Plano, constituindo-se, assim, os Programas de trabalho.

Vale ressaltar que do mesmo modo como nesta fase de planejamento considerou-se como princípio fundamental o respeito à autonomia da universidade e às características de suas bibliotecas, este mesmo princípio orientará as fases posteriores e todas as atividades do PNBU.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

A apresentação deste I PNBU marca o início de nova etapa de trabalho que, como esta, deverá contar com a participação da comunidade universitária.

1. PLANEJAMENTO: Organizacional, Financeiro, de Recursos Humanos e Físicos

1.1. Planejamento Organizacional

DIRETRIZ I - Estabelecer e/ou fortalecer uma estrutura de sistema de biblioteca e documentação em cada universidade, tendo o MEC/SESu como órgão de apoio e harmonização, visando a assegurar a eficiência e a eficácia dos serviços de informação para os usuários.

AÇÕES

a) Instituir junto ao Ministério da Educação/SESu um órgão central que coordene a formulação de políticas e programas para as bibliotecas universitárias, harmonizando e estimulando sua integração em atividades cooperativas na área de informação em ciência, tecnologia e humanidades, assegurando sua participação nos sistemas nacionais especializados de informação, de modo a ampliar seus recursos documentais e serviços à comunidade universitária. Esse órgão central disporá de um Comitê Técnico Assessor com representação regional das Bibliotecas Centrais das Universidades Federais e com a participação de Bibliotecas Centrais das Universidades Estaduais e Particulares, das Agências de Financiamento e de especialistas da área;

b) Estimular a criação e/ou fortalecimento do sistema de bibliotecas e documentação de cada universidade, tendo um órgão central com autoridade e competência para desempenhar atividades de coordenação a nível institucional e de representação do sistema a nível nacional.

DIRETRIZ II - Estimular a definição de padrões de desempenho da biblioteca universitária adequados à realidade brasileira, de modo a orientar o seu planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação e garantir a qualidade das atividades realizadas a nível institucional e nacional.

AÇÕES

a) Definir dados estatísticos mínimos a serem coletados sistematicamente pelas bibliotecas universitárias, orientados para a elaboração de indicadores e estudos comparativos;

b) Operacionalizar, a nível institucional, um mecanismo de coleta de dados estatísticos relevantes para o planejamento e avaliação das operações administrativas, financeiras, técnicas e de prestação de serviços, de maneira a possibilitar estudos que através de seus resultados contribuam para a melhoria dos serviços;

c) Realizar estudos, por amostragem, daqueles serviços que por sua natureza não necessitam de uma coleta contínua e rotineira de dados estatísticos, de modo a permitir a avaliação do desempenho da biblioteca sem sobrecarregar seu sistema estatístico;

d) Estabelecer padrões mínimos necessários e adequados ao funcionamento eficiente das bibliotecas universitárias.

1.2. Planejamento Financeiro

DIRETRIZ III - Dotar as bibliotecas universitárias de recursos financeiros adequados à prestação de serviços de informação, em estágio compatível com as exigências e necessidades de informação da comunidade universitária.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ACÕES

- a) Definir as bibliotecas universitárias como centros de custo no planejamento orçamentário da Universidade;
- b) Estabelecer um percentual mínimo do orçamento da Universidade, que garanta a atualização do acervo e a prestação de serviços em níveis adequados, a ser aplicado no sistema de bibliotecas;
- c) Definir critérios para elaboração de orçamentos de bibliotecas universitárias, com a participação da comunidade universitária;
- d) Criar condições institucionais para gerenciamento pela biblioteca central (quando houver), ou setorial, da dotação orçamentária própria e, sempre que possível, dos recursos financeiros de procedência externa, como aqueles obtidos através de projetos específicos de pesquisa;
- e) Estabelecer tetos orçamentários para dispêndio de divisas estrangeiras na aquisição de materiais documentais em consonância com as necessidades efetivas de desenvolvimento dos acervos;
- f) Propor cotas de importação compatíveis com os tetos pretendidos no sentido de garantir a concretização dos planos de desenvolvimento do acervo.
- g) Criar mecanismos para captação de recursos externos, visando ao desenvolvimento das bibliotecas universitárias.

1.3. Planejamento de Recursos Humanos:

DIRETRIZ IV - Dotar as instituições universitárias de condições para formação e qualificação adequada de recursos humanos para as bibliotecas.

ACÕES

- a) Proporcionar o aperfeiçoamento contínuo do pessoal profissional e de apoio, através da participação em cursos de pós-graduação, reciclagem e treinamento, eventos da área de informação e de outras áreas do conhecimento, programas de cooperação técnica interinstitucional, estágios, etc;
- b) Estabelecer padrões mínimos para a composição do quadro funcional (profissional e de apoio), levando em consideração acervo, serviços, usuários, horário de funcionamento, etc;
- c) Determinar critérios específicos de seleção de pessoal profissional e de apoio às atividades técnicas para a efetivação de um recrutamento qualificado;
- d) Estudar a reestruturação da carreira em níveis escalonados que permita a progressão funcional do pessoal, prevendo a concessão ao pessoal profissional das vantagens salariais ocasionadas por obtenção de títulos pós-graduados, produção científica, experiência profissional acumulada, etc;
- e) Promover estudos, visando à criação de curso de especialização especificamente voltado para as necessidades de desenvolvimento dos técnicos das bibliotecas universitárias;
- f) Desenvolver um programa de estudos, visando à otimização e harmonização de técnicas e procedimentos bibliotecários, em áreas de interesse do Plano;
- g) Estabelecer um programa de cooperação técnica voltado para as necessidades do desenvolvimento do Sistema.

1.4. Planejamento de Recursos Físicos:

DIRETRIZ V - Dotar as bibliotecas universitárias de estrutu-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

04

ra física adequada às condições de conforto e segurança para coleções, usuários e funcionários.

AÇÕES

a) Estabelecer critérios para construção, reestruturação e modernização de bibliotecas universitárias, adequados às condições ambientais e culturais do local.

2. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

DIRETRIZ VI - Favorecer a formulação de políticas institucionais de formação, desenvolvimento e conservação de coleções de materiais informacionais, embasadas nos objetivos da universidade e em suas características particulares.

AÇÕES

a) Elaborar instrumentos básicos para formação e desenvolvimento de coleções: definição de padrões mínimos para formação de acervo de bibliotecas universitárias, critérios para descarte, etc;

b) Definir diretrizes e modelos básicos para a orientação das bibliotecas universitárias na estruturação de seus processos de seleção e aquisição, de forma sistêmica e com a participação da comunidade de usuários;

c) Elaborar instrumentos para avaliação do uso das coleções de modo a subsidiar os programas institucionais de desenvolvimento do acervo;

d) Desenvolver programas de fomento no âmbito do MEC, articulando-os com aqueles das demais agências de C&T, de maneira a apoiar as IES na formação e desenvolvimento de seus acervos.

DIRETRIZ VII - Estimular o estabelecimento de programas de aquisição cooperativa e planejada, possibilitando o acesso comum às coleções.

AÇÕES

a) Estabelecer, a nível institucional, um catálogo central do acervo das bibliotecas e centros de documentação da Universidade, como instrumento para o estudo e implantação da política institucional de aquisição planejada;

b) Promover a atualização e desenvolvimento da lista de periódicos resultante do Projeto CAPES/FINEP;

c) Definir e implantar uma política de aquisição cooperativa e planejada de periódicos para as bibliotecas universitárias;

d) Elaborar bibliografias mínimas, por cursos, a serem periodicamente atualizadas;

e) Definir uma política para armazenagem, controle e divulgação das teses e demais documentos gerados pelas IES.

3. PROCESSAMENTO TÉCNICO DOS DOCUMENTOS

DIRETRIZ VIII - Assegurar que sejam adotados padrões, normas e metodologias para o tratamento dos documentos, de modo a racionalizar procedimentos e facilitar intercâmbio entre arquivos, visando ao rápido acesso do usuário ao acervo.

AÇÕES

a) Definir normas, padrões e metodologias compatíveis, principalmente no que se refere à catalogação bibliográfica e cabeçalhos de assuntos padronizados, visando a sua adoção pelas bibliotecas universitárias;

b) Estimular as unidades isoladas de ensino superior a compatibilizarem seus procedimentos técnicos, possibilitando sua integração a programas cooperativos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

4. AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS

DIRETRIZ IX - Estimular a automação dos procedimentos técnicos e administrativos das bibliotecas universitárias, visando a facilitar o atendimento aos usuários.

AÇÕES

- a) Desenvolver uma rede de intercâmbio de dados bibliográficos e documentários, com um grande banco de dados central, para viabilizar serviços de catalogação cooperativa, empréstimo, comutação bibliográfica, etc., considerando, entre outros fatores, como: - localização da unidade central em instituição com vocação para o serviço; utilização de computador de grande porte; início de operação com os maiores acervos de bibliotecas universitárias (preferencialmente as que adotem normas semelhantes para processamento técnico) e com o acervo de documentos nacionais da Biblioteca Nacional;
- b) Manter um centro referencial de informação sobre automação de bibliotecas, que assegure também orientação à implantação de projetos de automação de bibliotecas;
- c) Estimular o desenvolvimento de softwares integrados para automação de todas as funções de bibliotecas;
- d) Apoiar a adoção do formato de intercâmbio CALCO, estimulando seu constante aprimoramento, de maneira a assegurar sua compatibilidade aos padrões internacionais.

5. USUÁRIOS E SERVIÇOS

DIRETRIZ X - Assegurar o desenvolvimento e divulgação de métodos e técnicas que facilitem o levantamento de necessidades de informação das instituições universitárias e de seus usuários para garantir o uso adequado dos acervos, produtos e serviços disponíveis a nível institucional ou externo.

AÇÕES

- a) Divulgar metodologias testadas de levantamento de necessidade de informação e estudo de usuários das bibliotecas universitárias, ou, se necessário, criar e/ou adaptar outras metodologias;
- b) Desenvolver programas de educação de usuários e elaborar materiais instrucionais;
- c) Oferecer regularmente programas de capacitação em metodologia da pesquisa documentária, através das bibliotecas universitárias ou em colaboração com cursos de graduação e pós-graduação, de modo a conscientizar os usuários para o uso adequado da informação.

DIRETRIZ XI - Assegurar o planejamento e oferecimento dos serviços de informação de acordo com os diversos segmentos de usuários, utilizando-se de recursos informacionais internos e externos.

AÇÕES

Intermediação de Serviços:

- a) Promover treinamento sobre "fontes de informação", nas áreas de interesse para a comunidade universitária;
- b) Estabelecer acordos com os produtores e intermediários dos serviços de informação disponíveis, visando a torná-los acessíveis a um maior número de usuários da Universidade;
- c) Divulgar os produtos e serviços existentes nas bibliotecas universitárias.

Geração de Serviços:

- a) Planejar e oferecer serviços a partir do acervo de documentos primário (alertas, sumários correntes, divulgação de pesquisas,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

etc.) e a partir de documentos secundários (levantamento bibliográfico), considerando as necessidades dos usuários e os serviços externos disponíveis.

b) Assegurar o acesso à documentação primária, através do fortalecimento e desenvolvimento do Programa COMUT.

6. ATIVIDADES COOPERATIVAS:

DIRETRIZ XII - Estimular a participação de bibliotecas universitárias em atividades cooperativas, visando ao aproveitamento racional e eficiente dos recursos informacionais disponíveis.

Ações para implementação da Diretriz XII:

a) Integrar cada biblioteca universitária, quando adequado, em programas cooperativos, tais como: aquisição cooperativa e planificada, catálogo coletivo de periódicos, catalogação cooperativa, sistemas especializados, COMUT.

b) Criar um veículo comum de divulgação das atividades de interesse das bibliotecas universitárias.

ANEXO

Relação das instituições convidadas a apresentarem respostas ao documento

Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Maria, Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, Fundação Universidade do Amazonas, Fundação Universidade do Brasil, Fundação Universidade do Maranhão, Fundação Universidade do Rio Grande, Fundação Universidade Federal do Acre, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Fundação Universidade Federal de Pelotas, Fundação Universidade Federal do Piauí, Fundação Universidade Federal de São Carlos, Fundação Universidade Federal de Sergipe, Fundação Universidade Federal de Uberlândia, Fundação Universidade Federal de Viçosa, Fundação Universidade do Rio de Janeiro - UNI-Rio, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Universidade Metodista de Piracicaba, Universidade Católica de Pernambuco, Universidade Católica de Salvador, Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Católica de Petrópolis, Universidade Católica do Paraná, Universidade Católica de Pelotas, Universidade Católica de Goiás, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade de Passo Fundo, Universidade de Taubaté, Universidade de Fortaleza, Universidade Gama Filho, Universidade Santa Ursula, Universidade de Mogi das Cruzes, Universidade Mackenzie, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, Universidade

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Regional do Nordeste, Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas, Escola Federal de Engenharia de Itajubá, Escola Paulista de Medicina, Escola Superior de Agricultura de Lavras, Escola Superior de Agricultura de Mossoró, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, Faculdade de Odontologia de Diamantina, Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Centro de Educação Tecnológica da Bahia, BIREME, BICENGE, IBICT e Biblioteca Nacional.

ANEXO B

Portaria n. 287 de 24 de abril de 1986. (1986). Ministério da Educação. Aprova o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 abr. 1986, Seção I. p. 6050-6052.

6050 SEÇÃO I DIÁRIO OFICIAL SEGUNDA-FEIRA, 28 ABR 1986

BANCO CENTRAL DO BRASIL Departamento de Organização do Mercado de Capitais

Processos aprovados na forma dos pareceres:

- Pelo Sr. Chefe da RERIF (RJ), em 22.4.86:

7109834/86 - NACIONAL S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS - Correção da expressão monetária do capital realizado de Cz\$ 40.137.300,00 para Cz\$127.392.300,00; aumento de capital de Cz\$ 127.392.300,00 para Cz\$150.078.600,00; reforma de estatuto. (AGO/E de 2.4.86).

- Pelo Sr. Chefe da REMEF (SP), em 22.4.86:

7704827/86 - BANCO SAFRA DE INVESTIMENTOS S/A - Correção da expressão monetária do capital realizado de Cz\$100.000.000,00 para Cz\$..... 319.367.711,02; aumento de capital de Cz\$319.367.711,02 para Cz\$ 450.000.000,00; reforma de estatuto. (AGE de 10.3.86 e AGO/E de 17.4.86).

7704634/86 - DISTRIBUIDORA BANK OF BOSTON DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. - Transferência das dependências de Maceió (AL) para São Luís (MA) e de São José dos Campos (SP) para Londrina (PR); alteração contratual. (Instrumento de 14.3.86).

- Pelo Sr. Chefe da REMEF (SP), em 23.4.86:

7704803/86 - BRASCORP DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. - Aumento de capital de Cz\$321.431,90 para Cz\$1.960.000,00; alteração contratual. (Instrumento de 15.4.86). (Of. nº 81/86)

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 261, DE 23 DE ABRIL DE 1986

O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 120/86, conforme consta do Processo nº 23080.016860/84-52 do Ministério da Educação, Resolve

Art. 1º - Fica aprovada a alteração no Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina, a fim de acrescentar ao seu Artigo 8º, in fine, o item XI - Centro de Ciências Jurídicas.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JORGE BORNHAUSEN

PORTARIA Nº 287 DE 24 DE ABRIL DE 1986

Ministério da Agricultura

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 24 de abril de 1986

Considerando que a extirpação da fração de 2,7 hectares do imóvel, com área superior a 100 ha., denominado "Húmus de Laboratórios", na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, não prejudica as atividades hoje em desenvolvimento, pelo Ministério da Agricultura, na respectiva gleba, em razão de sua ampla extensão;

Considerando estar, o Ministério da Agricultura, apenas na posse do imóvel supracitado, pois embora autorizado pela Lei nº 435, de 16/07/51, do Governo do Estado de Goiás, não teve, ainda, com sua transferência, DETERMINO que:

- retorne o processo à DFA/GO para aguardar o deslinde das ações, encetadas pelo DSFU, junto ao Governo do Estado de Goiás, para transferência definitiva do imóvel ao Ministério da Agricultura;
- oficie-se à Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no Estado de Goiás, encaminhando cópia deste e do despacho do Senhor Consultor Jurídico;
- oficie-se à Associação Atlética Esporte do Brasil - AABE em Goiânia-GO

A SUDEPE para, desde que haja real enquadramento nas condições técnicas exigidas, permitir, por parte da LEAL SANTOS PESCADOS S/A, sediada no Distrito Industrial, 48 Seção da Barra, na Cidade de Rio Grande-RS, arrendamento das embarcações camaroneiras, de bandeira japonesa, denominadas NISSHIN MARU nºs. 102, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113 e 115, pertencentes à empresa NISSHIN GYOCHO KAISSHA LTD. estabelecida em Toquio, Japão.

Esta autorização deve ser concedida pelo prazo de 1 (um) ano e as embarcações arrendadas destinar-se-ão à pesca de camarão no mar territorial brasileiro, tudo em conformidade com a legislação em vigor e com os elementos constantes do Processo SUDEPE nº 21184-2298/85.

(Nº 44190 - 25.04.86 - Cz\$ 210,80)

A SUDEPE para, desde que haja real enquadramento nas condições técnicas exigidas, permitir, por parte da LEAL SANTOS PESCADOS S/A, sediada no Distrito Industrial, 48 Seção da Barra, na Cidade de Rio Grande-RS, o arrendamento das embarcações camaroneiras, de bandeira japonesa, denominadas NISSHIN MARU nºs. 6, 7, 8 e 10, pertencentes à Empresa NISSHIN GYOCHO KAISSHA LTD., estabelecida em nº 6-9, 4-CHOME, HACHIOBORI, CHUO-KU, Toquio, Japão.

Esta autorização deve ser concedida pelo prazo de 1 (um) ano e as embarcações arrendadas destinar-se-ão à pesca de camarão no mar territorial brasileiro, tudo em conformidade com a legislação em vigor e com os elementos constantes do Processo SUDEPE nº 21184.2063/85

IRIS REZENDE MACHADO

(Nº 44.191 de 25-04-86 - Cz\$ 210,80)

O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a necessidade de harmonizar e estimular o desenvolvimento das bibliotecas universitárias, resolve

Art. 1º - Aprovar o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias - PNBU, anexo a presente Portaria.

Art. 2º - Caberá à Secretaria da Educação Superior - SESU a responsabilidade de implementar o PNBU.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JORGE BORNHAUSEN

Secretaria da Educação Superior
PLANO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (1º PNBU)
BRASÍLIA - ABRIL, 1986

INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação, através da Secretaria da Educação Superior - SESU, no cumprimento das suas funções de coordenação da Política Nacional de Educação Superior está empreendendo esforços no sentido de promover o aperfeiçoamento de todos os fatores que interferem na qualidade do ensino universitário brasileiro. Esta preocupação, manifestou-se o próprio Presidente da República ao afirmar que só pode haver progresso e democracia quando o sistema educacional de um país apresenta padrão elevado de qualidade.

A biblioteca universitária é um dos alicerces vitais da vida acadêmica e para que seus objetivos básicos sejam alcançados, exige-se a renovação contínua e adequada dos seus acervos e prestação de serviços de informação fundamentais às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Cabe à SESU, com a participação e o envolvimento da comunidade universitária, assegurar condições que propiciem a definição de padrões de organização e desenvolvimento de sistemas e serviços bibliográficos nas universidades. Igualmente, é imprescindível que sejam estabelecidos os meios de comunicação e de interligação dos diversos sistemas, bem como sejam traçadas as diretrizes para aplicação de recursos compatíveis (humanos, bibliográficos, financeiros e tecnológicos), garantindo a consolidação e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias.

Neste sentido, a SESU elaborou o I Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias, resultado de ampla consulta à comunidade universitária brasileira. O trabalho baseou-se em documento apresentado pelo IBICT no 4º Seminário de Bibliotecas Universitárias (Campinas, Fevereiro de 1985), o qual reúne as recomendações oriundas de diversos seminários e reuniões realizados sobre o assunto. O documento apresentado em sua versão final foi ampliado, tendo incorporado as contribuições originadas pela análise e discussão de um grupo de especialistas da área, representantes de bibliotecas centrais a nível das regiões, agências de C&T e usuários. Em decorrência dessa discussão, produziu-se um novo texto que foi distribuído a 80 instituições de nível superior (relação anexa), ao IBICT, Biblioteca Nacional, BIREME e BICENGE, para críticas e sugestões. O índice de respostas foi de 80%, resultando em cerca de 300 sugestões, cuja análise propiciou o enriquecimento de aproximadamente 30% das diretrizes e das ações definidas. Cerca de 20% das sugestões tratam de recomendações específicas, mais voltadas para a fase de implementação do Plano e serão oportunamente divulgadas através de documento hábil.

Serão definidas e detalhadas as ações prioritárias para implantação do Plano, constituindo-se, assim, os Programas de trabalho. Vale ressaltar que do mesmo modo como nesta fase de planejamento considerou-se como princípio fundamental o respeito à autonomia da universidade e às características de suas bibliotecas, este mesmo princípio orientará as fases posteriores e todas as atividades do PNBU.

A apresentação deste I PNBU marca o início de nova etapa de trabalho que, como esta, deverá contar com a participação da comunidade universitária.

1. PLANEJAMENTO: Organizacional, Financeiro, de Recursos Humanos e Físicos.

1.1. Planejamento Organizacional

DIRETRIZ I - Estabelecer e/ou fortalecer uma estrutura de sistema de biblioteca e documentação em cada universidade, tendo o MEC/SEU como órgão de apoio e harmonização, visando a assegurar a eficiência e a eficácia dos serviços de informação para os usuários.

- AÇÕES**
- a) Instituir junto ao Ministério da Educação/SEU um órgão central que coordene a formulação de políticas e programas para as bibliotecas universitárias, harmonizando e estimulando sua integração em atividades cooperativas na área de informação em ciência, tecnologia e humanidades, assegurando sua participação nos sistemas nacionais especializados de informação, de modo a ampliar seus recursos documentais e a unidade universitária. Esse órgão central disporá de um Comitê Técnico Assessor com representação regional das Bibliotecas Centrais das Universidades Federais e com a participação de Bibliotecas Centrais das Universidades Estaduais e Particulares, das Agências de fomento e de especialistas da área;
 - b) Estimular a criação e/ou fortalecimento do sistema de bibliotecas e documentação de cada universidade, tendo um órgão central com autoridade e competência para desempenhar atividades de coordenação a nível institucional e de representação do sistema a nível nacional.

DIRETRIZ II - Estimular a definição de padrões de desempenho da biblioteca universitária adequados à realidade brasileira, de modo a orientar o seu planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação e garantir a qualidade das atividades realizadas a nível institucional e nacional.

- AÇÕES**
- a) Definir dados estatísticos mínimos a serem coletados sistematicamente pelas bibliotecas universitárias, orientados para a elaboração de indicadores e estudos comparativos;
 - b) Operacionalizar, a nível institucional, um mecanismo de coleta de dados estatísticos relevantes para o planejamento e avaliação das operações administrativas, financeiras, técnicas e de prestação de serviços, de maneira a possibilitar estudos que através de seus resultados contribuam para a melhoria dos serviços;
 - c) Realizar estudos, por amostragem, daqueles serviços que por sua natureza não necessitam de uma coleta contínua e rotineira de dados estatísticos, de modo a permitir a avaliação do desempenho da biblioteca sem sobrecarregar seu sistema estatístico;
 - d) Estabelecer padrões mínimos necessários e adequados ao funcionamento eficiente de bibliotecas universitárias.

1.2. Planejamento Financeiro

DIRETRIZ III - Dotar as bibliotecas universitárias de recursos financeiros adequados à prestação de serviços de informação, em estágio compatível com as exigências e necessidades de informação da comunidade universitária.

- AÇÕES**
- a) Definir as bibliotecas universitárias como centros de custo no planejamento orçamentário da Universidade;
 - b) Estabelecer um percentual mínimo do orçamento da Universidade que garanta a atualização do acervo e a prestação de serviços em níveis adequados, a ser aplicado no sistema de bibliotecas;
 - c) Definir critérios para elaboração de orçamentos de bibliotecas universitárias, com a participação da comunidade universitária;
 - d) Criar condições institucionais para gerenciamento pela biblioteca central (quando houver), ou setorial, da dotação orçamentária própria e, sempre que possível, dos recursos financeiros de procedência externa, como aqueles obtidos através de projetos específicos de pesquisa;
 - e) Estabelecer tetos orçamentários para dispêndio de divisas estrangeiras na aquisição de materiais documentais em consonância com as necessidades efetivas de desenvolvimento dos acervos;
 - f) Propor cotas de importação compatíveis com os tetos pretendidos no sentido de garantir a concretização dos planos de desenvolvimento do acervo;
 - g) Criar mecanismos para captação de recursos externos, visando ao desenvolvimento das bibliotecas universitárias.

1.3. Planejamento de Recursos Humanos

DIRETRIZ IV - Dotar as instituições universitárias de condições para formação e qualificação adequada de recursos humanos para as bibliotecas.

- AÇÕES**
- a) Proporcionar o aperfeiçoamento contínuo do pessoal profissional e de apoio, através da participação em cursos de pós-graduação, reciclagem e treinamento, eventos da área de informação e de outras áreas do conhecimento, programas de cooperação técnica interinstitucional, estágios, etc.;
 - b) Estabelecer padrões mínimos para a composição do quadro funcional (profissional e de apoio), levando em consideração acervo, serviços, usuários, horário de funcionamento, etc.;
 - c) Determinar critérios específicos de seleção de pessoal profissional e de apoio às atividades técnicas para a efetivação de um recrutamento qualificado;
 - d) Estudar a reestruturação da carreira em níveis escalonados que permita a progressão funcional do pessoal, prevendo a concessão ao pessoal profissional das vantagens salariais ocasionadas por obtenção de títulos pós-graduação, produção científica, experiência profissional acumulada, etc.;

- e) Promover estudos, visando à criação de curso de especialização especificamente voltado para as necessidades de desenvolvimento dos técnicos das bibliotecas universitárias;
- f) Desenvolver um programa de estudos, visando à otimização e harmonização de técnicas e procedimentos bibliotecários, em áreas de interesse do Plano;
- g) Estabelecer um programa de cooperação técnica voltado para as necessidades do desenvolvimento do Sistema.

1.4. Planejamento de Recursos Físicos

DIRETRIZ V - Dotar as bibliotecas universitárias de estrutura física adequada às condições de conforto e segurança para coleções, usuários e funcionários.

- AÇÕES**
- a) Estabelecer critérios para construção, reestruturação e modernização de bibliotecas universitárias, adequados às condições ambientais e culturais do local.

2. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

DIRETRIZ VI - Favorecer a formulação de políticas institucionais de formação, desenvolvimento e conservação de coleções de materiais informacionais, embasadas nos objetivos da universidade e em suas características particulares.

- AÇÕES**
- a) Elaborar instrumentos básicos para formação e desenvolvimento de coleções: definição de padrões mínimos para formação de acervo de bibliotecas universitárias, critérios para descarte, etc.;
 - b) Definir diretrizes e modelos básicos para a orientação das bibliotecas universitárias na estruturação de seus processos de seleção e aquisição, de forma sistêmica e com a participação da comunidade de usuários;
 - c) Elaborar instrumentos para avaliação do uso das coleções de modo a subsidiar os programas institucionais de desenvolvimento do acervo;
 - d) Desenvolver programas de fomento no âmbito do MEC, articulando-os com aqueles das demais agências de C&T, de maneira a apoiar as IES na formação e desenvolvimento de seus acervos.

DIRETRIZ VII - Estimular o estabelecimento de programas de aquisição cooperativa e planejada, possibilitando o acesso comum às coleções.

AÇÕES

- a) Estabelecer, a nível institucional, um catálogo central do acervo das bibliotecas e centros de documentação da Universidade, como instrumento para o estudo e implantação da política institucional de aquisição planejada;
- b) Promover a atualização e desenvolvimento da lista de periódicos resultante do Projeto CAPES/FINEP;
- c) Definir e implantar uma política de aquisição cooperativa e planejada de periódicos para as bibliotecas universitárias;
- d) Elaborar bibliografias mínimas, por cursos, a serem periodicamente atualizadas;
- e) Definir uma política para armazenagem, controle e divulgação das teses e demais documentos gerados pelas IES.

3. PROCESSAMENTO TÉCNICO DOS DOCUMENTOS

DIRETRIZ VIII - Assegurar que sejam adotados padrões, normas e metodologias para o tratamento dos documentos, de modo a racionalizar procedimentos e facilitar intercâmbio entre arquivos, visando ao rápido acesso do usuário ao acervo.

AÇÕES

- a) Definir normas, padrões e metodologias compatíveis, principalmente no que se refere à catalogação bibliográfica e cabeçalhos de assuntos padronizados, visando a sua adoção pelas bibliotecas universitárias;
- b) Estimular as unidades isoladas de ensino superior a compatibilizarem seus procedimentos técnicos, possibilitando sua integração a programas cooperativos.

4. AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS

DIRETRIZ IX - Estimular a automação dos procedimentos técnicos e administrativos das bibliotecas universitárias, visando a facilitar o atendimento aos usuários.

- AÇÕES**
- a) Desenvolver uma rede de intercâmbio de dados bibliográficos e documentários, com um grande banco de dados central, para viabilizar serviços de catalogação cooperativa, empréstimo, consulta bibliográfica, etc., considerando, entre outros fatores, como: localização da unidade central em instituição com vocação para o serviço; utilização de computador de grande porte; início de operação com os maiores acervos de bibliotecas universitárias (preferencialmente as que adotem normas semelhantes para processamento técnico) e com o acervo de documentos nacionais da Biblioteca Nacional;
 - b) Manter um centro referencial de informação sobre automação de bibliotecas, que assegure também orientação à implantação de projetos de automação de bibliotecas;
 - c) Estimular o desenvolvimento de softwares integrados para automação de todas as funções de bibliotecas;
 - d) Apoiar a adoção do formato de intercâmbio CALCO, estimulando seu constante aprimoramento, de maneira a assegurar sua compatibilidade aos padrões internacionais.

5. USUÁRIOS E SERVIÇOS

DIRETRIZ X - Assegurar o desenvolvimento e divulgação de métodos e técnicas que facilitem o levantamento de necessidades de informação das instituições universitárias e de seus usuários para garantir o uso adequado dos acervos, produtos e serviços disponíveis a nível institucional ou externo.

AÇÕES

- a) Divulgar metodologias testadas de levantamento de necessidade de informação e estudo de usuários das bibliotecas universitárias, ou, se necessário, criar e/ou adaptar outras metodologias;
- b) Desenvolver programas de educação de usuários e elaborar materiais instrucionais;
- c) Oferecer regularmente programas de capacitação em metodologia da pesquisa documental, através das bibliotecas universitárias ou em colaboração com cursos de graduação e pós-graduação, de modo a conscientizar os usuários para o uso adequado da informação.

PORTARIA XI - Assegurar o planejamento e o oferecimento dos serviços de informação de acordo com os diversos segmentos de usuários, utilizando-se de recursos informacionais internos e externos.

ACÕES

Intermediação de Serviços:

- a) Promover treinamento sobre "fontes de informação", nas áreas de interesse para a comunidade universitária;
- b) Estabelecer acordos com os produtores e intermediários dos serviços de informação disponíveis, visando a torná-los acessíveis a um maior número de usuários da Universidade;
- c) Divulgar os produtos e serviços existentes nas bibliotecas universitárias.

Criação de Serviços:

- a) Planejar e oferecer serviços a partir do acervo de documentos primário (alertas, sumários correntes, divulgação de pesquisas, etc.) e a partir de documentos secundários (levantamento bibliográfico), considerando-se necessidades dos usuários e os serviços externos disponíveis;
- b) Assegurar o acesso à documentação primária, através do fortalecimento e desenvolvimento do Programa COMU.

6. ATIVIDADES COOPERATIVAS:

DIRETRIZ XII - Estimular a participação de bibliotecas universitárias em atividades cooperativas, visando ao aproveitamento racional e eficiente dos recursos informacionais disponíveis.

Ações para implementação da Diretriz XII:

- a) Integrar cada biblioteca universitária, quando adequado, em programas cooperativos, tais como: aquisição cooperativa e planificação, catálogo coletivo de periódicos, catalogação cooperativa, sistemas especializados, COMU;
- b) Criar um veículo comum de divulgação das atividades de interesse das bibliotecas universitárias.

ANEJO

Relação das instituições convidadas a apresentarem respostas ao documento

- Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Bahia, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Piauí, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UNI-Rio, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Universidade Metodista de Piracicaba, Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Católica de Salvador, Universidade Católica de Goiás, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Regional do Nordeste, Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas, Escola Federal de Engenharia de Itajubá, Escola Paulista de Medicina, Escola Superior de Agricultura de Lavras, Escola Superior de Agricultura de Mossoró, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, Faculdade de Odontologia de Diamantina, Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Centro de Educação Tecnológica da Bahia, BIREME, BICENGE, IBICT e Biblioteca Nacional.

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 25 de abril de 1986

Nos termos e para os efeitos do artigo 14 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA os Pareceres do Conselho Federal de Educação

de nº 09/86 - no sentido de que seja autorizado o concurso vestibular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jales, mantida pela Associação Educacional de Jales, com sede em Jales, Estado de São Paulo, para o ano letivo de 1986, com os seguintes cursos: Ciências, com 230 (duzentos e trinta) vagas; Letras, licenciatura plena, com 50 (cinquenta) vagas; Geografia, 50 (cinquenta) vagas; Educação Artística, licenciatura plena, com habilitações em Desenho e Artes Plásticas, 100 (cem) vagas. Manifesta-se, ainda, favorável à prorrogação da intervenção por mais 180 (cento e oitenta) dias. (Processo nº 23033.01886/85-26).

nº 44/86 - e aprova o Regimento da Fundação Educacional Rosemar Pimentel, com sede em Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro. (Processo nº 23001.000095/86-91).

nº 106/86 - favorável à renovação do credenciamento, pelo prazo de 05 (cinco) anos, do curso de pós-graduação em Engenharia Mecânica, a nível de mestrado, com área de concentração em Energia Térmica, ministrado pela Universidade Federal da Paraíba. (Processo nº 23001.001175/84-3).

(Of. nº 80/86)

JORGE BORNHAUSEN

SECRETARIA GERAL

(*) - PORTARIA Nº 235 DE 17 DE ABRIL DE 1986

O Secretário Geral do Ministério da Educação, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 383, de 15 de maio de 1985, e considerando os termos da Portaria Ministerial nº 3.312, de 16 de junho de 1979, resolve:

Promover a republicação, conforme os quadros em anexo, dos Orçamentos Próprios para o exercício de 1986 das Fundações abaixo relacionadas, instituídas pelo Poder Público e Superdimensionadas por este Ministério, a fim de adaptá-las ao novo padrão monetário:

- 45001 - FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
- 45006 - FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TV EDUCATIVA
- 45031 - FUNDAÇÃO CENTRO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL
- 45040 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
- 45041 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
- 45042 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
- 45043 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO
- 45044 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS
- 45045 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
- 45046 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
- 45047 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
- 45048 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
- 45049 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas
- 45050 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
- 45051 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
- 45052 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
- 45053 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
- 45073 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
- 45086 - FUNDAÇÃO FACULDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE PORTO ALEGRE
- 45088 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
- 45089 - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

ALOISIO GUIMARÃES SOTERO

(*) - N. da D.Pb. - Esta Portaria e seus anexos estão publicados em Suplemento à presente edição.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Conselho Deliberativo

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 17 DE ABRIL DE 1986

O CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, na forma do artigo 6º da Portaria nº 654, de 04 de dezembro de 1981, em sessão realizada nesta data, resolve:

Art. 1º - Aprovar a seguinte alteração no Orçamento Próprio do FNDE, sob a forma de crédito suplementar:

45002.08070316.327.0009-09 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura - Administração	3223.02	- Outras Despesas Correntes.....	Cz\$ 8.000.000,00
FONTE: 070.100 - Juros de Títulos de Renda	45002.08430316.327.0009-11 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura - Ensino de 2º Grau	4323.01	- Auxílios para Investimentos.....
			Cz\$ 10.000.000,00
FONTE: 090.200 - Saldos de Exercícios Anteriores	45002.08460316.327.0009-13 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Educação e Cultura - Educação Física e Desportos	4323.01	- Auxílios para Investimentos.....
			Cz\$ 10.000.000,00
			Cz\$ 5.000.000,00
FONTE: 070.100 - Juros de Títulos de Renda	45002.08431966.327.0007-08 - Desenvolvimento do Ensino Técnico, Agrícola e Industrial - IV Acordo MEC/BIRD	4120.00	- Equipamentos e Material Permanentes.....
			Cz\$ 38.748.710,00
FONTE: 048.240 - IV Acordo MEC/BIRD - Nº 2366-BR	Art. 2º - Os recursos necessários ao presente crédito provêm da anulação parcial da seguinte dotação:	4311.01	- Auxílios para Investimentos.....
			Cz\$ 3.000.000,00
			Cz\$ 20.000.000,00

ANEXO C

Portaria n. 288 de 24 de abril de 1986. (1986). Ministério da Educação. Cria o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 1986. Seção I. p. 6000-6001.

6000	SEÇÃO I	DIÁRIO OFICIAL	SEXTA-FEIRA, 25 ABR 1986
			CAPÍTULO V Disposições Gerais
			Art. 20 - A organização e funcionamento dos órgãos previstos nos artigos 9º a 17 deste Regimento Interno serão definidos em normas administrativas internas, baixadas pelo Presidente da EDUCAR.
			Art. 21 - Os titulares das unidades constantes do art. 2º deste Regimento providenciarão o detalhamento das respectivas unidades em manuais de serviços que serão submetidos à aprovação do Presidente da Fundação.
			Art. 22 - O regime de pessoal da EDUCAR é o da Consolidação das Leis do Trabalho.
			Art. 23 - A EDUCAR absorverá a totalidade dos servidores da ex-Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAFAL. Parágrafo único - Observadas as normas legais e regulamentares referentes ao ingresso de pessoal nas Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e enquanto não for aprovado o Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens, ficam vedadas as contratações de pessoal na EDUCAR, a qualquer título, exceto para funções de confiança.
			Art. 24 - Os casos omissos, neste Regimento Interno, serão resolvidos pelo Presidente da EDUCAR.
			Art. 25 - O presente Regimento Interno, bem como suas alterações, serão aprovados por ato do Ministro de Estado da Educação, mediante proposta do Presidente da EDUCAR.
			PORTARIA Nº 285, DE 23 DE ABRIL DE 1986 O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 817/85, conforme consta do Processo nº 23030.011700/84-9 do Ministério da Educação, Resolve Art. 1º - É autorizada a reestruturação dos cursos de Estudos Sociais e de Ciências, licenciaturas de 1º grau, ministrados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cruz Alta, mantida pela Associação de Professores de Cruz Alta, com sede em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, de modo a que passe a oferecer, além das licenciaturas de 1º grau, posições novas como tronco comum, as licenciaturas plenas em História, Geografia e Educação Moral e Cívica, e em Matemática e Biologia, respectivamente. Art. 2º - As novas licenciaturas funcionarão em regime de autarquia. Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. JORGE BORNHAUSEN
			PORTARIA Nº 286, DE 23 DE ABRIL DE 1986 O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 184/86, conforme consta do Processo nº 23033.004535/85-77 do Ministério da Educação, resolve Art. 1º - É concedido reconhecimento ao curso de Psicologia, com habilitações em Licenciatura e Formação de Psicólogo, ministrado pela Faculdade Riopretense de Filosofia, Ciências e Letras, mantida pela Sociedade Assistencial de Educação e Cultura, com sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. JORGE BORNHAUSEN
			PORTARIA Nº 288, DE 24 DE ABRIL DE 1986 O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a implementação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias, resolve: Art. 1º - Criar, no âmbito da Secretaria da Educação Superior - SESU, o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, com a finalidade precípua de assegurar as condições necessárias à implementação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias - PNBU, aprovado pela Portaria Ministerial nº 287 de 24 de abril de 1986. Art. 2º - O Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias tem por objetivos: I - harmonizar e estimular as atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior na área de informação e documentação em ciência, tecnologia e humanidades, otimizando a prestação de serviços aos usuários. II - integrar as ações dos órgãos e setores do MEC incumbidos de atividades ligadas às bibliotecas universitárias. III - assessorar, através da SESU, o Ministro de Estado da Educação em matéria referente a bibliotecas universitárias. Art. 3º - A estrutura do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias é constituída de: I - Secretaria Executiva. II - Comitê Técnico Assessor - CTA. Parágrafo único - Emanação do Secretário da Educação Superior as decisões quanto à implantação e desenvolvimento do Programa. Art. 4º - São atribuições da Secretaria Executiva: I - acompanhar e avaliar a implantação do PNBU; II - acompanhar e avaliar os programas, projetos e atividades integrantes e/ou decorrentes do PNBU;
			Art. 9º - Ao Gabinete do Presidente compete: 1. assistir o Presidente em sua representação política e social; 2. encarregar-se do preparo e despacho do expediente pessoal do Presidente; 3. acompanhar as providências adotadas pelo Presidente e mantê-lo informado sobre seu andamento; 4. organizar e apoiar as reuniões dos Conselhos Administrativo e Consultivo; 5. promover contatos com órgãos externos e Coordenações da EDUCAR, objetivando assessorar o Presidente e apoiar a ação dos órgãos de Direção Superior da Fundação; 6. planejar, orientar, promover e acompanhar as atividades que visam a captação de recursos para a Fundação; 7. planejar e desenvolver a integração com organismos internacionais; 8. desempenhar outras atividades, por determinação do Presidente. Art. 10 - A Procuradoria Jurídica compete: 1. exercer funções de assessoria jurídica, com a emissão de pareceres sobre os casos jurídicos a seu exame, bem como proceder a estudos sobre quaisquer problemas institucionais atinentes à EDUCAR; 2. examinar e elaborar acordos, ajustes, convênios e contratos, bem como quaisquer atos administrativos que possam envolver matéria legal, negocial e comercial; 3. representar a EDUCAR junto ao Poder Judiciário, em qualquer instância ou jurisdição; 4. representar, administrativamente, a Fundação sempre que se fizer necessário, junto à Administração Pública Direta e Indireta e outras entidades, de qualquer natureza, em todo o território nacional; 5. orientar os órgãos relativamente à aplicação das leis, regulamentos e atos normativos, em geral; 6. desempenhar outras atividades, por determinação do Presidente. Art. 11 - A Assessoria de Comunicação Social compete: 1. assessorar a presidência nas relações com a imprensa, setores públicos, privados e o Poder Legislativo, visando o apoio à EDUCAR; 2. coordenar eventos sociais; 3. produzir, editorialmente, coleções didáticas; 4. veicular, interna e externamente, notícias sobre a Fundação; 5. proceder à revisão ortográfica, tipográfica e "copydesk" de material de impressão; 6. produzir documentários audiovisuais, VTs, fotos e som na área de mídia eletrônica; 7. desempenhar outras atividades, por determinação do Presidente. Art. 12 - A Auditoria compete: 1. promover auditorias preventivas e corretivas no âmbito geral da Fundação EDUCAR; 2. acompanhar as atividades de controle interno. Art. 16 - Poderão ser criadas, na Diretoria de Operação, até 05 (cinco) funções de Superintendente Regional. Parágrafo único - Os Superintendentes Regionais serão nomeados pelo Presidente da EDUCAR, competindo-lhes assessorar a Administração Superior da Fundação em assuntos referentes à articulação entre as Coordenações da mesma região. Art. 17 - A Diretoria de Administração compete: 1. propor à Presidência diretrizes para a área de administração e finanças da EDUCAR, de forma articulada com as demais Diretorias; 2. planejar, coordenar e executar as atividades relativas à administração financeira no que se refere à sua execução, escrituração dos atos e fatos da gestão econômico-financeira da instituição e à prestação de contas; 3. constituir-se como agente pagador; 4. planejar, coordenar e executar as atividades relativas à administração de recursos humanos, no que se refere ao recrutamento e seleção, movimentação e desenvolvimento de pessoal; 5. elaborar e administrar o Plano de Cargos, Salários, Benefícios e Vantagens da EDUCAR, de acordo com as normas legais e regulamentares pertinentes às entidades fundacionais; 6. planejar, coordenar e executar as atividades relativas à administração de material e patrimônio, no que se refere à aquisição, guarda, controle e distribuição de bens móveis; 7. planejar, coordenar e executar as atividades relativas à organização, métodos e processos, desenvolvimento de sistemas e processamento de dados; 8. administrar os serviços de apoio, de manutenção e gráficos necessários ao desempenho das atividades da Fundação; 9. manter articulação com os demais órgãos para a execução dos programas; 10. desempenhar outras atividades, por determinação do Presidente.
			CAPÍTULO IV Patrimônio e Receita Art. 18 - O patrimônio da EDUCAR será constituído pelos bens, valores, rendas e direitos que lhe forem doados ou que venha a adquirir. Parágrafo único - Os bens e direitos da EDUCAR serão utilizados apenas para consecução de seus objetivos, permitida a sublocação de uns e outros para obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim. Art. 19 - Constituirão recursos da EDUCAR: 1. as dotações orçamentárias e subvenções da União; 2. as contribuições, auxílios e subvenções de entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais e particulares; 3. as rendas do seu patrimônio; 4. as rendas de qualquer espécie a seu favor constituídas por terceiros; 5. as rendas decorrentes dos serviços que prestar; 6. os rendimentos eventuais, inclusive da venda de material didático.

III - propor ajustes e reprogramações eventualmente necessários à implantação e desenvolvimento do PNBU;
IV - elaborar Programas anuais de trabalho;
V - assegurar o acesso a dados necessários à execução dos programas, projetos e atividades;
VI - assessorar o Secretário da Educação Superior em matéria relacionada às bibliotecas universitárias;
VII - executar os trabalhos administrativos, gerenciando os recursos humanos, financeiros e materiais;
VIII - elaborar e propor ao Secretário da Educação Superior o orçamento anual do Programa;
IX - elaborar programas de divulgação e promoção do PNBU;
X - executar outras tarefas que lhe forem delegadas.
Art. 59 - São atribuições do Comitê Técnico Assessor-organizador o Programa quanto:
I - ao acompanhamento e avaliação da implantação do PNBU;
II - ao acompanhamento e avaliação dos programas, projetos e atividades integrantes e/ou decorrentes do PNBU;
III - à proposição de ajustes e reprogramações eventualmente necessários à implantação e desenvolvimento do PNBU;
IV - à elaboração dos Programas anuais de trabalho.

Art. 60 - O Comitê Técnico Assessor tem a seguinte composição:

I - Secretário da Educação Superior, que o presidirá;
II - Diretor da CAPES;
III - Diretor do CEBATE;
IV - Diretor do INEP;
V - 5 Diretores de Bibliotecas Universitárias Federais, com representatividade regional.
Parágrafo Único - Podem também integrar o CTA representante de biblioteca de Escola Federal Isolada; representante de biblioteca de Universidade Estadual; representante de biblioteca de Universidade Particular; representante do Conselho Federal de Biblioteconomia; representante da Biblioteca Nacional; representante do IBICT; representante da FINEP e três especialistas da área.
Art. 79 - Os recursos financeiros necessários à implantação do Programa, para o presente exercício, estão assegurados no orçamento próprio do MEC/SESU.
Art. 85 - A Secretária da Educação Superior terá o prazo de 60 dias, contados a partir da data de publicação da presente Portaria, para fixar normas de funcionamento do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias.
Art. 99 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JORGE BORNHAUSEN

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 23 de abril de 1986

Nos termos e para os efeitos do artigo 14 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Pareceres do Conselho Federal de Educação

nº 154/86 - favorável à renovação do credenciamento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, do curso de pós-graduação em Bioquímica, aos níveis de mestrado e doutorado, ministrado pela Universidade Federal de Minas Gerais, com efeitos retroativos ao término do credenciamento anterior. (Processo nº 23001.00090/84-6)

nº 160/86 - favorável ao funcionamento das licenciaturas plenas, como complementação dos seguintes cursos de licenciatura de 1º grau já oferecidos em Castanhal, Estado do Pará, pela Universidade Federal do Pará: Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar, licenciatura plena, com planejamento a licenciatura Supervisão Escolar para o 1º grau, com 60 (sessenta) vagas; Português e Literatura da Língua Portuguesa, licenciatura plena, complementando os estudos da licenciatura de 1º grau em Letras, com 60 (sessenta) vagas; História e Geografia, licenciaturas plenas, complementando os estudos da licenciatura de 1º grau em Estudos Sociais, com 120 (cento e vinte) vagas; e Matemática, licenciatura plena, complementando os estudos de licenciatura de 1º grau em Ciências, com 45 (quarenta e cinco) vagas. (Processo nº 23073.00834/85-42).

JORGE BORNHAUSEN

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

MTb-24440-005.135/85 Ap-24440-010.146/85 - Nos termos da Proposta da Subsecretaria de Assuntos Sindicais e considerando o que dos autos consta, RESOLVO, no uso da competência que me confere a Portaria Ministerial nº 3.125, de 29.07.81, homologar a alteração introduzida nos Estatutos Sociais do Sindicato Nacional das Empresas de Armazenamento Mercantil (LEASTING), aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 1985. Em 17 de abril de 1986. PLÍNIO GUSTAVO ADRI SARTI.
MTb-24772-000.443/85 - Nos termos do pronunciamento da Subsecretaria de Proteção ao Trabalho e usando da competência que me foi delegada pela Portaria Ministerial nº 3.124, de 29 de julho de 1981, HOMOLOGO o Quadro de Pessoal Organizado em Carreira e respectivo Regula-

mento de Promoção dos empregados da Cooperativa dos Produtores Rurais de Itambacuri LTDA., no Município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita nesse Quadro para sua validade, dependerá de prévia aprovação deste Ministério. PU BLIQUE-SE e TRANSMITA-SE. Em 16 de abril de 1986. PLÍNIO GUSTAVO ADRI SARTI. (Of. nº 164/86)

Subsecretaria de Proteção ao Trabalho

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
Em 23 de abril de 1986

O Subsecretário de Proteção ao Trabalho, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 30, de 28 de julho de 1976, do Senhor Secretário de Relações do Trabalho, despachou dando provimento ao recurso interposto, reformando a decisão re corrida e tomando Insusistente o Auto de Infração do seguinte processo:

01 - 24260,003032/84 - LOJAS BRASILEIRAS S/A.
O Subsecretário de Proteção ao Trabalho, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 30, de 28 de julho de 1976, do Senhor Secretário de Relações do Trabalho, despachou dando provimento aos recursos "ex-offício", reformando as decisões recorridas dos seguintes processos de Autos de Infração:

- 01 - 24000,005700/84 DRT/DF 4004/83 - CONFEDERAL S/A.-COMERCIO E INDUSTRIA
- 02 - 24000,005701/84 DRT/DF 4068/83 - CONFEDERAL S/A.-COMERCIO E INDUSTRIA
- 03 - 24000,005702/84 DRT/DF 4300/83 - CIA. GOIANA DE ALIMENTOS
- 04 - 24000,004048/85 DRT/DF969/83 - CIA. BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
- 05 - 24190,001257/84 - CONFEITARIA FRANCESA LTDA.
- 06 - 24190,001409/85 - LULLYPOP BOUTIQUE LTDA.
- 07 - MTb.- 323215/83 DRT/DF 4300/83 - CIA. GOIANA DE ALIMENTOS
- 08 - 24000,005832/84 DRT/DF 4396/83 - BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A.
- 09 - 24210,006532/84 - VIACAO ANAPOLINA LTDA.

O Subsecretário de Proteção ao Trabalho, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 30, de 28 de julho de 1976, do Senhor Secretário de Relações do Trabalho, despachou negando provimento aos recursos "ex-offício", mantendo as decisões recorridas dos seguintes processos de Autos de Infração:

- 01 - 24152,000104/85 - MESSIA & CIA. LTDA.
- 02 - 24170,008888/84 - FRANCISCA DAS CHAGAS OLIVEIRA DE CARVALHO
- 03 - 24202,000939/84 - E.A. COUTINHO
- 04 - 24280,003257/84 - RODOVIARIA SANTA RITA LTDA.
- 05 - 24280,004513/84 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A.
- 06 - 24280,000772/85 - CIA. BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
- 07 - 24220,000373/84 - BANCO DO NORDESTE S/A.
- 08 - 24220,001049/84 - BADRA S/A.
- 09 - 24210,001838/84 - BALMEI LYRIO DE ALMEIDA
- 10 - 24210,004450/84 - TÁTICA ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS LTDA.
- 11 - 24210,005513/84 - COOPERATIVA INDUSTRIAL DE CRANES E DERIVADOS DE GOLÁS LTDA.
- 12 - 24000,007841/85 - DEPOSITO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO OESTE LTDA.
- 13 - 24370,002589/85 - VÖEST ALPINE DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.
- 14 - 24370,002938/85 - VÍJAZO SUL FLUMINENSE TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
- 15 - 24370,030547/85 - VIDRACARIA CENTRAL DE GRAMAMHO LTDA.
- 16 - 24370,030548/85 - SAVILLY MODAS LTDA.
- 17 - 24370,030558/85 - BAR SIMPATIA DA TAQUARA LTDA.
- 18 - 24370,001050/85 - VIDRACARIA CABELEIREIROS LTDA.
- 19 - MTb.- 321035/83 DRT/DF 2561/83 - BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A.
- 20 - 24000,005449/84 DRT/DF 3419/83 - FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TV EDUCATIVA
- 21 - 24190,001558/84 - SULLIMAR SULZ CONÇALVES
- 22 - 24190,003415/84 - IRMOS SARAIVA LTDA.
- 23 - 24190,003434/84 - RUIJOKA CINE FOTO LTDA.
- 24 - 24190,003434/84 - RUIJOKA CINE FOTO LTDA.
- 25 - 24190,000651/85 - RHAD JORGE AIDAR
- 26 - 24190,000767/85 - BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A.
- 27 - 24190,001650/84 - CIPARAL CONFECÇÕES LTDA.
- 28 - 24190,001650/84 - TCB-SOCIETHE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA
- 29 - 24190,001745/85 - JOAO BATISTA DOS SANTOS
- 30 - 24190,002715/85 - PLANALTO DE AUTOMÓVEIS LTDA.
- 31 - 24190,003025/85 - SUPERMERCADO MERCASOX LTDA.-ME
- 32 - 24190,003107/85 - SUPERMERCADO MERCASOX LTDA.-ME
- 33 - 24190,003108/85 - SUPERMERCADO MERCASOX LTDA.-ME
- 34 - 24190,003246/85 - JI CAMARA & IRMOS S/A.
- 35 - 24192,000041/84 - RUIJOKA CINE FOTO LTDA.
- 36 - 24000,005771/84 DRT/MG-SIT 10151/83 - GEORGES MICHAEL KALLAS
- 37 - 24000,005802/84 DRT/MG-SIT 10153/83 - GEORGES MICHAEL KALLAS
- 38 - 24000,009325/84 DRT/MG 991/83 - EXPRESSO ALVARADA LTDA.
- 39 - 24000,001721/85 DRT/MG-SIT 10849/84 - ALPHA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.

- 40 - 24000,001823/85 DRT/MG-SIT 10982/84 - FARMASIL ORGANIZAÇÃO FARMACEUTICA LTDA.
- 41 - 24000,005399/85 DRT/MG 2290/83 - HIMA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.
- 42 - 24260,002540/84 - J. RIBEIRO & CIA. LTDA.
- 43 - 24260,003172/84 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO-IBRAM
- 44 - 24260,003413/84 - MAX MERCANTIL LTDA.
- 45 - 24260,003972/84 - RELOJARIA QUARTZ LTDA.
- 46 - 24260,004363/84 - SOÇAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- 47 - 24260,004659/84 - BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S/A.
- 48 - 24260,004682/84 - MERCANTIL DE CEREJAS LTDA.
- 49 - 24260,004759/84 - ANA LUCIA ALMEIDA DE CRAVALHO
- 50 - 24260,004824/84 - NICOLAU E FILHO LTDA.
- 51 - 24260,004959/85 - CLÍNICA INFANTIL DE URGENCIA PADRE EUSTÁQUIO LTDA.
- 52 - 24260,005922/85 - J.C.A. REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

O Subsecretário de Proteção ao Trabalho, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 30, de 28 de julho de 1976, do Senhor Secretário de Relações do Trabalho, despachou concedendo dos recursos interpostos para, negando-lhes provimento, manter a decisão recorrida, convertendo os depósitos efetuados para fins recu- sais em pagamento de multa, dos seguintes processos de Autos de Infração:

- 01 - 24292,000028/84 - EMPRESA JORNALÍSTICA FOLHA DE LONDRINA LTDA.
- 02 - 24190,000664/85 - BANCO REAL S/A.
- 03 - 24190,000827/84 - DIAS NOLETTI S/A.-INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- 04 - 24280,000711/85 - BANCO REAL S/A.
- 05 - 24280,002202/85 - BANCO REAL S/A.
- 06 - MTb.- 319755/80 DRT/SP 43389/78 - BANCO ITAJÁ S/A.
- 07 - 24000,003935/84 DRT/SP 1831/82 - CIA. USINAS NACIONAIS
- 08 - 24440,039436/84 - METALOP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
- 09 - 24440,025742/85 - FERRO ENAMEL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

ANEXO D

Portaria n. 55 de 30 de abril de 1986. (1986). Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação. Aprova Regimento Interno do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias. Diário Oficial da União. Seção I, 6225.

PORTARIA Nº 55 DE 28 DE *abril* DE 1986
O SECRETARIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO,
no uso de suas atribuições considerando o disposto no artigo 5º da Portaria nº 288 de 24 de abril de 1986, resolve:
Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, anexo à presente Portaria.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.


Gamaliel Herval

REGIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Título I - Generalidades

Capítulo I - Do Programa

Capítulo II - Dos Recursos Financeiros

Título II - Da Organização, das Atribuições, da Composição e das Reuniões

Capítulo I - Da Organização

Capítulo II - Das Atribuições

Seção I - Da Secretaria Executiva

Seção II - Do Comitê Técnico Assessor

Capítulo III - Da Composição

Seção I - Do CTA

Capítulo IV - Das Reuniões

Seção I - Do Funcionamento

Seção II - Das Atribuições dos Membros

Título III - Das Disposições Finais

Título I
Generalidades
Capítulo I
Do Programa

Art. 1º O Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, criado junto à Secretaria da Educação Superior - SESu pela Portaria nº 288 de 24 de abril de 1986, do Ministro da Educação, é um programa de caráter técnico-científico, de duração indeterminada, regendo-se pelo presente instrumento e que tem por finalidade precípua assegurar a implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias - PNBU.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I - Harmonizar e estimular as atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior, na área de informação e documentação em ciência, tecnologia e humanidades, otimizando a prestação de serviços aos usuários.

II - Integrar as ações dos órgãos e setores do MEC incumbidos de atividades ligadas às bibliotecas universitárias.

III - Assessorar, através da SESu, o Ministro de Estado da Educação em matéria referente a bibliotecas universitárias.

Capítulo II

Dos Recursos Financeiros

Art. 3º Os recursos financeiros do Programa serão provenientes de:

I - orçamento do MEC/SESu

II - financiamento e subvenções de órgãos externos

Título II

Da Organização das Atribuições e das Reuniões

Capítulo I

Da Organização

Art. 4º O Programa tem a seguinte estrutura:

I - Secretaria Executiva

II - Comitê Técnico Assessor - CTA

Capítulo II

Das Atribuições

Seção I

Da Secretaria Executiva

Art. 5º A Secretaria Executiva é o órgão encarregado de administrar e operar o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias e será dirigida por Secretário Executivo, designado pelo Secretário da Educação Superior.

Art. 6º A Secretaria Executiva constitui-se de:

I - Secretário Executivo

II - Funcionários em número necessário para o desenvolvimento do programa.

Art. 7º São atribuições da Secretaria Executiva:

I - acompanhar e avaliar a implantação do PNBU;

II - acompanhar e avaliar os programas, projetos e atividades integrantes e/ou decorrentes do PNBU;

III - propor ajustes e reprogramações eventualmente necessários à implantação e desenvolvimento do PNBU;

- IV - elaborar Programas anuais de trabalho;
- V - assegurar o acesso a dados necessários à execução dos programas, projetos e atividades;
- VI - assessorar o Secretário da Educação Superior em matéria relacionada às bibliotecas universitárias;
- VII - executar os trabalhos administrativos, gerenciando os recursos humanos, financeiros e materiais;
- VIII - elaborar e propor ao Secretário da Educação Superior o orçamento anual do Programa;
- IX - elaborar programas de divulgação e promoção do PNBU;
- X - executar outras tarefas que lhe forem delegadas.

Seção II

Do Comitê Técnico Assessor

Art. 8º O Comitê Técnico Assessor é um órgão de consulta do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, que tem como atribuições assessorá-lo quanto:

- I - ao acompanhamento e avaliação da implantação do PNBU;
- II - ao acompanhamento e avaliação dos programas, projetos e atividades integrantes e/ou decorrentes do PNBU;
- III - à proposição de ajustes e reprogramações eventualmente necessárias à implantação e desenvolvimento do PNBU;
- IV - à elaboração dos Programas anuais de trabalho.

Capítulo III
Da Composição

Seção I

Do CTA

Art. 9º O Comitê Técnico Assessor é o órgão consultivo do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias.

Art. 10 O Comitê Técnico Assessor tem a seguinte composição:

- I - Secretário da Educação Superior
- II - Diretor da CAPES
- III - Diretor do CEDATE
- IV - Diretor do INEP
- V - Cinco Diretores de Bibliotecas Universitárias - Federais,

com representatividade regional.

§ 1º Podem também integrar o CTA representante de biblioteca de Escola Federal Isolada, representante de biblioteca de Universidade Estadual, representante de biblioteca de Universidade Particular, representante do Conselho Federal de Biblioteconomia, representante da Biblioteca Nacional, representante do IBICT, representante da FINEP e três especialistas da área.

§ 2º O CTA será presidido pelo Secretário da Educação Superior.

§ 3º Os membros a que se refere o item V assim como o Parágrafo Único serão convidados pelo Secretário da Educação Superior e designados pelos dirigentes das respectivas instituições.

§ 4º Os membros a que se refere o item V terão mandato de três anos, devendo ser substituídos por representantes de outras bibliotecas de Universidades da mesma região.

§ 5º O Presidente em suas faltas ou impedimentos será substituído pelo Diretor da CAPES.

§ 6º Cada membro do CTA terá um suplente designado pelos dirigentes das instituições.

Capítulo IV

Das Reuniões

Seção I

Do Funcionamento

Art. 11 O CTA reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente.

Parágrafo Único. As reuniões do CTA serão realizadas com a presença mínima de oito membros.

Art. 12 A critério do Presidente do CTA, poderão participar das reuniões pessoas habilitadas a contribuir para o esclarecimento das matérias de competência do Comitê.

Art. 13 A critério do presidente, poder-se-á criar subcomissões transitórias para discussão de matéria específica.

Seção II

Das Atribuições dos Membros

Art. 14 Ao Presidente incumbe coordenar as atividades do CTA e:

I - convocar e presidir as reuniões e preparar as respectivas pautas;

II - representar o CTA;

III - criar subcomissões específicas, quando for o caso;

IV - designar relatores, quando for o caso;

V - assegurar a elaboração de atas das reuniões.

Art. 15 Aos membros do CTA incumbe:

I - participar das reuniões;

II - compor subcomissões, quando for o caso;

III - relatar a matéria que lhe for atribuída;

IV - apresentar qualquer proposição sobre matéria da competência do CTA.

Parágrafo Único. Além dessas incumbências, cabe, também, aos oito representantes de bibliotecas:

I - articular-se a nível de região (Universidades Federais) ou a nível de sua natureza administrativa (Universidades Estaduais, Particulares ou IES isoladas) no sentido de assegurar sua representatividade no CTA;

II - manter a direção das bibliotecas situadas em seu âmbito de abrangência constantemente informada através do envio das atas de reuniões e de outros documentos relativos à matéria do CTA;

III - solicitar à direção das bibliotecas situadas em seu âmbito de abrangência sugestões quanto às matérias tratadas no CTA.

Título III

Das Disposições Finais

Art. 16 Dever-se-á realizar, a cada dois anos, durante os seminários nacionais de bibliotecas universitárias, Assembleias Gerais do PNBU, visando a assegurar intercâmbio de experiências advindas da execução do Plano e discussões sobre seu desenvolvimento.

Art. 17 A SESu prestará ao CTA apoio técnico e administrativo.

Art. 18 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão resolvidos pelo Presidente ouvido o CTA.

Art. 19 Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

REGIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Título I
Generalidades
Capítulo I
Do Programa

Art. 1º O Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, criado junto à Secretaria da Educação Superior - SESU pela Portaria nº 288 de 24 de abril de 1986, do Ministro da Educação, é um programa de caráter técnico-científico, de duração indeterminada, regendo-se pelo presente instrumento e que tem por finalidade precípua assegurar a implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias - PNBU.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I - Harmonizar e estimular as atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior, na área de informação e documentação em ciência, tecnologia e humanidades, otimizando a prestação de serviços aos usuários.

II - Integrar as ações dos órgãos e setores do MEC incumbidos de atividades ligadas às bibliotecas universitárias.

III - Assessorar, através da SESU, o Ministro de Estado da Educação em matéria referente a bibliotecas universitárias.

Capítulo II
Dos Recursos Financeiros

Art. 3º Os recursos financeiros do Programa serão provenientes de:

I - orçamento do MEC/SEU
II - financiamento e subvenções de órgãos externos

Título II
Da Organização das Atribuições e das Reuniões

Capítulo I
Da Organização

Art. 4º O Programa tem a seguinte estrutura:

I - Secretaria Executiva
II - Comitê Técnico Assessor - CTA

Capítulo II
Das Atribuições

Seção I
Da Secretaria Executiva

Art. 5º A Secretaria Executiva é o órgão encarregado de administrar e operar o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias e será dirigida por Secretário Executivo, designado pelo Secretário de Educação Superior.

Art. 6º A Secretaria Executiva constituir-se de:

I - Secretário Executivo
II - Funcionários em número necessário para o desenvolvimento do programa.

Art. 7º São atribuições da Secretaria Executiva:

I - acompanhar e avaliar a implantação do PNBU;
II - acompanhar e avaliar os programas, projetos e atividades integrantes a/ou decorrentes do PNBU;
III - propor ajustes e reprogramações eventualmente necessárias à implantação e desenvolvimento do PNBU;

IV - elaborar Programas anuais de trabalho;
V - assegurar o acesso a dados necessários à execução dos programas, projetos e atividades;
VI - assessorar o Secretário de Educação Superior em matéria relacionada às bibliotecas universitárias;
VII - executar os trabalhos administrativos, gerenciando os recursos humanos, financeiros e materiais;
VIII - elaborar e propor ao Secretário da Educação Superior o orçamento anual do Programa;
IX - elaborar programas de divulgação e promoção do PNBU;
X - executar outras tarefas que lhe forem delegadas.

Seção II
Do Comitê Técnico Assessor

Art. 8º O Comitê Técnico Assessor é um órgão de consulta do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, que tem como atribuições assessorá-lo quanto:

I - ao acompanhamento e avaliação da implantação do PNBU;
II - ao acompanhamento e avaliação dos programas, projetos e atividades integrantes a/ou decorrentes do PNBU;
III - à proposição de ajustes e reprogramações eventualmente necessárias à implantação e desenvolvimento do PNBU;
IV - à elaboração dos Programas anuais de trabalho.

Capítulo III
Da Composição

Seção I
Do CTA

Art. 9º O Comitê Técnico Assessor é o órgão consultivo do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias.

Art. 10 O Comitê Técnico Assessor tem a seguinte composição:

I - Secretário da Educação Superior
II - Diretor da CAPES
III - Diretor do CENADE
IV - Diretor do INEP
V - Cinco Diretores de Bibliotecas Universitárias Federais, com representatividade regional.

§ 1º Podem também integrar o CTA representante de biblioteca de Escola Federal Isolada, representante de biblioteca de Universidade Estadual, representante de biblioteca de Universidade Particular, representante do Conselho Federal de Biblioteconomia, representante da Biblioteca Nacional, representante do IBIC, representante da FINEP e três especialistas da área.

§ 2º O CTA será presidido pelo Secretário de Educação Superior.

§ 3º Os membros a que se refere o item V assim como o Parágrafo Único serão convidados pelo Secretário da Educação Superior e designados pelos dirigentes das respectivas instituições.

§ 4º Os membros a que se refere o item V terão mandato de três anos, devendo ser substituídos por representantes de outras bibliotecas de Universidades da mesma região.

§ 5º O Presidente em suas faltas ou impedimentos será substituído pelo Diretor de CAPES.

§ 6º Cada membro do CTA terá um suplente designado pelos dirigentes das instituições.

Capítulo IV
Das Reuniões

Seção I
Do Funcionamento

Art. 11 O CTA reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente.

Parágrafo Único. As reuniões do CTA serão realizadas com a presença mínima de oito membros.

Art. 12 A critério do Presidente do CTA, poderão participar das reuniões pessoas habilitadas a contribuir para o esclarecimento das matérias de competência do Comitê.

Art. 13 A critério do presidente, poderá-se criar subcomissões transitórias para discussão de matéria específica.

Seção II
Das Atribuições dos Membros

Art. 14 Ao Presidente incumbe coordenar as atividades do CTA e:

I - convocar e presidir as reuniões e preparar as respectivas pautas;
II - representar o CTA;
III - criar subcomissões específicas, quando for o caso;
IV - designar relatores, quando for o caso;
V - assegurar a elaboração de atas das reuniões.

Art. 15 Aos membros do CTA incumbe:

I - participar das reuniões;
II - compor subcomissões, quando for o caso;
III - relatar a matéria que lhe for atribuída;
IV - apresentar qualquer proposição sobre matéria da competência do CTA.

Parágrafo Único. Além dessas incumbências, cabe, também, aos oito representantes de bibliotecas:

I - articular-se a nível de região (Universidades Federais) ou a nível de sua natureza administrativa (Universidades Estaduais, Particulares ou IES isoladas) no sentido de assegurar sua representatividade no CTA;

II - manter a direção das bibliotecas situadas em seu âmbito de abrangência constantemente informada através do envio das atas de reuniões e de outros documentos relativos à matéria do CTA;

III - solicitar à direção das bibliotecas situadas em seu âmbito de abrangência sugestões quanto às matérias tratadas no CTA.

Título III
Das Disposições Finais

Art. 16 Dever-se-á realizar, a cada dois anos, durante os seminários nacionais de bibliotecas universitárias, Assembleias Gerais do PNBU, visando a assegurar intercâmbio de experiências advindas da execução do Plano e discussões sobre seu desenvolvimento.

Art. 17 A SESU prestará ao CTA apoio técnico e administrativo.

Art. 18 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão resolvidos pelo presidente ouvido o CTA.

Art. 19 Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Ministério do Trabalho

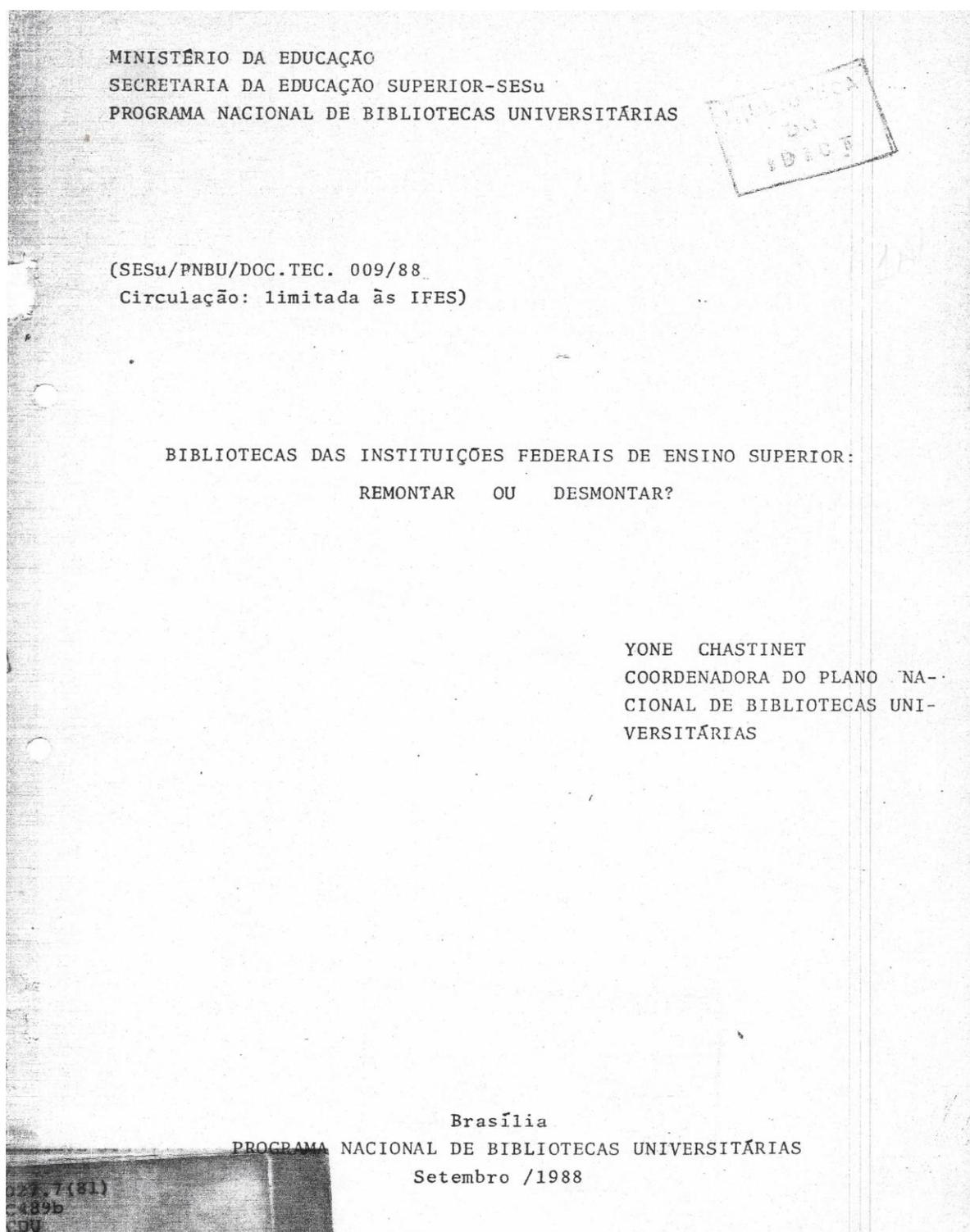
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Comissão de Enquadramento Sindical
RESOLUÇÕES
MTB 323 396 /78 e apensos

VISTOS E RELATADOS estes autos em que o SINDICATO DOS MESTRES E CONTRAMESTRES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TÊXTIL DE SÃO PAULO, interpõe Recurso contra a decisão proferida no processo MTB 323 396/78 e apensos, pela qual esta Comissão opinou pela alteração da denominação do recorrente para "Mestres, Contra-Mestres e Técnicos Têxteis (inclusive ajudantes de contra-mestre) que passaria a integrar, tão somente estas categorias e os que exerceram funções iguais, semelhantes ou equivalentes aos mestres, contra-mestres e técnicos têxteis, sob outras designações. Contra a referida Resolução manifestaram-se, em parte, vários Sindicatos de Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, solicitando reparos na redação, não quanto aos cargos de chefias ou pessoal de escritório mas sim, quanto a expressão "funções iguais, semelhantes ou equivalentes". A questão ora submetida à apreciação da CES, se relaciona, tão somente, com a representação dos empregados das indústrias de fiação e tecelagem. De acordo com atos deste Ministério, incluindo deste órgão, ao Sindicato dos Mestres e Contra-Mestres, caberia representar: mestres e contra-mestres, pessoal de escritório, gerentes e todos quantos desempenham funções de chefia, cabendo, aos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem, de modo geral, todos os trabalhadores dessas indústrias, com exceção dos acima mencionados, dos que pertencem às categorias profissionais diferenciadas e dos profissionais liberais que optarem pelo respectivo Sindicato de profissão liberal. Diversos encontros foram realizados pelas partes envolvidas, inclusive com este órgão colegiado, na tentativa de encontrar o denominador comum, CONSIDERANDO que a representação dos mestres e contra-mestres, vem sendo obedecida desde 1943 o que, até mesmo o judiciário trabalhista, vem sustentando em suas decisões a referida representação; CONSIDERANDO que o recorrente vem representando, desde 1943, os mestres e contra-mestres, os empregados nos escritórios e exercentes de funções de chefias, das indústrias de fiação e tecelagem; CONSIDERANDO as reiteradas decisões deste Ministério quanto a matéria, conforme processos DNT 2.336/41, 7.050/41, 11.922/43; CONSIDERANDO "Instrumento Paq

ANEXO E

Chastinet, Y. S. (1988). *Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior: remontar ou desmontar*. SESu/PNBU/DOC.TEC./009-88.



APRESENTAÇÃO

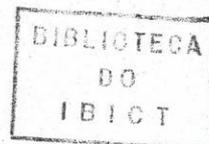
O presente documento apresenta uma visão geral da situação do acervo e do orçamento das Bibliotecas das IFES e foi elaborado visando fornecer subsídios àqueles que, em diversas instâncias, nas administrações das Universidades, das Bibliotecas e no próprio MEC, detêm o poder de decisão sobre esses órgãos.

O estudo abrange o período 1985-88. As Bibliotecas forneceram os dados referentes a seu acervo e orçamentos nesse período. Cabe registrar a extrema dificuldade na obtenção desses dados, o que explicita a necessidade de levar às Bibliotecas a prática do trabalho com dados estatísticos e aproximá-las mais da área administrativa, que detêm informações sobre orçamento, de uma maneira geral desconhecidas pelos profissionais das Bibliotecas.

Foi aplicado um questionário para coleta de dados em 48 IFES. Nem todos foram respondidos. No que se refere à quantidade do acervo, foi possível proceder às análises de quase todas as IFES, utilizando-se de dados já disponíveis no Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias-PNBU. Os dados de alunato foram fornecidos pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura do MEC. Quanto à obtenção de dados sobre orçamento e quantidade de livros adquiridos com recursos externos, a dificuldade foi enorme. Diversos contatos telefônicos, dados corrigidos, insegurança. Finalmente, limitamos o estudo desses itens a 33 IFES que pareciam apresentar dados mais confiáveis. Os valores dos orçamentos foram transformados em OTN de junho dos respectivos anos.

As informações sobre os orçamentos das IFES no período, foram extraídas, eliminando-se despesas com pessoal e programas, das execuções orçamentárias. Em 1988, da proposta orçamentária. À semelhança dos orçamentos das Bibliotecas, foram transformadas em OTN.

Fica a expectativa de recebermos das IFES eventuais correções dos dados fornecidos e/ou das análises efetuadas. Fica também, e principalmente, a expectativa de uma mobilização das IFES para, junto com a SESu, especificamente com o PNBU, encontrarmos as melhores soluções para o remontar de nossas Bibliotecas que, além dos problemas atuais, certamente serão atingidas pelos reflexos da crise financeira do país, com o "desmontar" de algumas fontes e programas que vêm assegurando substanciais recursos para aquisição de material bibliográfico.



S U M Á R I O

	P.
1- SITUAÇÃO ATUAL DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS - IFES	1
2- ORÇAMENTO DAS BIBLIOTECAS DAS IFES	3
3- RECURSOS DE FONTES EXTERNAS	7
4- CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	8
ANEXOS: I- Média de volumes por aluno	
II- Orçamento das Bibliotecas. Percentuais de Recursos das IFES alocados às Bibliotecas	
III- Percentual de Material Bibliográfico Adquirido com Recursos Externos	

1- SITUAÇÃO ATUAL DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - IFES

Diversos são os estudos que têm sido realizados, em maior ou menor escala, sobre a situação do ensino e da pesquisa no Brasil e que invariavelmente apontam a deficiência das Bibliotecas entre os principais fatores inibidores ao melhor desempenho dessas atividades.

"A formação e desenvolvimento das coleções bibliográficas, insumo essencial ao ensino e pesquisa, apresentam inúmeras deficiências, que decorrem, em sua maior parte, das dificuldades e limitações financeiras, administrativas e cambiais para sua aquisição. Considerando-se que, na maioria das áreas do conhecimento, a literatura procedente do exterior é a de mais alta demanda, e os seus custos crescentes, torna-se evidente o enorme grau de dificuldade que se enfrenta neste terreno, principalmente em tempos de crise econômica. Verifica-se uma alta incidência de coleções incompletas de periódicos, ocasionada pela diminuição, absoluta e relativa, dos recursos orçamentários destinados à aquisição de material bibliográfico. Os acervos de documentos nacionais também apresentam um progressivo empobrecimento, seja devido às dificuldades comuns a todas essas instituições, seja devido à concentração dos limitados recursos financeiros na aquisição de materiais estrangeiros, em face de sua reconhecida importância e do próprio empenho dos usuários em ressaltar a prioridade da bibliografia internacional no campo da pesquisa." (*)

As bibliotecas das IFES somam um acervo de 6,5 milhões de livros. À primeira vista este número pode parecer vultoso, mas se comparado ao acervo de apenas uma das principais universidades norte-americanas, como Harvard, por exemplo, ele ganha outra dimensão. Essa biblioteca possui em suas estantes cerca de onze milhões de livros, distribuídos por 100 Bibliotecas setoriais. A comparação se torna ainda mais eloquente quando feita em relação aos maiores acervos universitários brasileiros que não ultrapassam mais de 1,5 milhões de volumes: a USP com cerca de 1,2 milhões e a UFRJ, com cerca de 750 mil. (**)

(*) Ação Programada em Informação em Ciência e Tecnologia, CNPq/IBICT, 69 p.

(**) Folha de São Paulo, 10/10/87.

A atual média de volumes por aluno é de 19,93 considerando 47 das 50 IFES. A média varia de 6 (UFRPe) a 82,7 (ESAM). Apenas 7 IFES apresentam média superior a 30 volumes por aluno e 10 IFES apresentam média inferior a 10. A maior concentração se localiza em 18 IFES, com média entre 10 e 20. Esses dados são apresentados no Anexo I e condensados no quadro abaixo:

Q U A D R O I

Média de volumes de livros por alunos

Nº de IFES	Variação da Média
10 (a)	até 10
18 (b)	de 10.1 a 20
12 (c)	de 20.1 a 30
5 (d)	de 30.1 a 40
2 (e)	acima de 40

a= UFPA, UFF, UFSM, UFES, UFGO, FMTM, UFRN, UFPI, UFRPe, FURG

b= UFSC, UFPR, UFPB, UFCE, EFEI, UFJF, UFAL, UFRRJ, FCMPa, UFU, UFMA, FCAP, CENTEC/Ba, UFSe, ESAL, EFOA, UNIRIO, UFPel

c= UFBA, UFPE, UFAM, UFMS, CEFET/Pr, UFSCar, UFAC, UFMT, FAFEOD, CEFET/MG, CEFET/RJ, EPM

d= UFRGS, UFMG, UFV, UFOP, UFRJ

e= UnB, ESAM

A UNESCO, em 1984, elaborou um relatório (F. N. WITHEIRS-STANDARDS FOR LIBRARY SERVICE: AN INTERNATIONAL SURVEY) que aponta que a média de livros por estudantes em alguns países da África, em Bibliotecas Universitárias, na década de 70, era de 50. Essa média foi considerada baixa pela UNESCO, que recomendou que na década de 80 se chegasse a 75 volumes por estudante.

Se pretendessemos seguir essa recomendação da UNESCO teríamos de quase quadruplicar o acervo das IFES, o que se apresenta como inviável, não somente pelo vulto dos recursos necessários, mas também pela impossibilidade das bibliotecas absorverem tal quantidade

de de livros. A infraestrutura das bibliotecas (pessoal, mobiliário, espaço físico), de uma maneira geral, já é deficiente em relação ao acervo atual.

A situação do acervo nacional de periódicos técnico-científicos é tão grave quanto o de monografias. Talvez mais grave, porque atinge frontalmente a pesquisa e a pós-graduação, seus principais usuários. As coleções são incompletas, o que decorre das constantes diminuições dos orçamentos das bibliotecas e do aumento dos preços das assinaturas. Os novos títulos lançados no mercado geralmente não são adquiridos. Recentemente tentou-se efetuar um estudo em cerca de 20 IFES, que apontasse a quantidade de títulos, nos últimos 4 anos, que deixaram de ser assinados por falta de recursos. Verificou-se que a grande maioria das Bibliotecas não dispunha do dado: vêm há tantos anos, desde administrações anteriores, desativando assinaturas de títulos, a cada ano, que perderam o referencial do que seria desejável. Duas informaram que, por decisão da alta administração, vêm renovando todas as assinaturas de periódicos, o que impossibilita a compra de livros. Quatro forneceram o dado solicitado: nos últimos quatro anos deixaram de renovar 41% da soma de seus acervos.

A dificuldade de manutenção e crescimento da coleção de periódicos técnico-científicos, devido a seu custo, vem sendo sentida, em diferentes escalas, mesmo por países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, na década de 70, diversas são as experiências descritas na literatura sobre programas de aquisição planejada e cooperativa, como uma solução para minimizar a questão: constituição de rede de bibliotecas que decidem conjuntamente o que descartar e o que comprar, evitando duplicidade e assegurando mecanismo de acesso aos acervos.

2- ORÇAMENTO DAS BIBLIOTECAS DAS IFES

Foram analisados os orçamentos de 1985 a 1988 de 33 dos 48 sistemas de Bibliotecas das IFES. Os valores foram fornecidos pelas próprias bibliotecas das Instituições, e não incluem recursos externos, como PAP, BIBLOS, CNPq, FINEP, PADCT, BID etc. Referem-se a recursos da União e recursos próprios das Instituições. O orçamento de 1988 pode sofrer alterações em função de possíveis suplementações.

O Anexo II apresenta os orçamentos das Bibliotecas em ordem decrescente do total dos quatro anos analisados, indicando, para cada período, o percentual do recurso das IFES aplicado às Bibli

otecas. Verifica-se que os maiores orçamentos referem-se às UFMG, UFRJ, UnB, UFPr e UFSC. A diferença entre a 1.^a e a 2.^a colocada é significativa, cerca de 50%. As 4. que se seguem, após a 1.^a, apresentam diferenças menores. Entre a 5.^a e a 6.^a colocadas, a diferença volta a acentuar-se. As 5 primeiras colocadas (15,15% das IFES) detêm 46,52% do orçamento global e são responsáveis por 28,8% do acervo (monografias e assinaturas de periódicos) adquirido sem apoio de fontes externas. À primeira vista, poder-se-ia esperar que o percentual relativo ao acervo acumulado por essas IFES fosse maior. No entanto, considerando que são todas Instituições voltadas para pós-graduação e pesquisa, cujos usuários exigem maior quantidade de material bibliográfico importado, a relação talvez possa ser adequada.

A distribuição do orçamento total das Bibliotecas das 33 IFES nos anos de 1985 e 1988, apresenta um certo equilíbrio: 24,55% em 1985; 27,13% em 1986; 26,6% em 1987 e 21,7% em 1988.

As Bibliotecas que apresentam os maiores orçamentos têm percentuais de recursos das Instituições que as mantêm, que variam de 3 (UFRJ) a 9,66 (UFMG). A 1.^a colocada detém também o maior percentual, o que parece indicar uma política constante da Instituição em priorizar serviços de Biblioteca. A variação do percentual, entre todas as Instituições, é de 0,4 a 9,66.

As discussões sobre a determinação do percentual mínimo do orçamento de uma Instituição a ser alocada à Biblioteca, em foros nacionais e internacionais, situam-se constantemente entre os números 6 ou 10, enquanto que o percentual médio destinado às Bibliotecas, nas 33 IFES analisadas é de 3,45, no período 1985-88. O quadro a seguir resume a situação das 33 IFES estudadas.

Q U A D R O II

Percentual do Orçamento das IFES Alocado às Bibliotecas

NÚMERO DE IFES	% do orçamento das IFES alocados às Bibliotecas (1985 - 1988)
4	abaixo de 1
14	entre 1 e 2,9
10	entre 3 e 5,9
5	entre 6 e 9,7

Em relação à flutuação dos orçamentos anuais das Bibliotecas das 33 IFES, verifica-se que apenas 3 (UFPA, UFGO e UFES) apresentam orçamentos crescentes, e que correspondem a percentuais crescentes de alocação de recursos nas Bibliotecas. Duas (UnB e UFAL) apresentam orçamentos decrescentes.

A maior queda no orçamento da Biblioteca da UnB ocorreu em 1987, paralelamente à drástica redução do percentual do orçamento da Instituição alocado a esse órgão. No entanto, considerando os 4 anos analisados, a IFES encontra-se na 3ª posição em relação aos percentuais de todas as Instituições. O que dificilmente será recuperado é a perda do acervo naquele exercício, já que mesmo para sua manutenção existem dificuldades. A UFAL parece que agora começa a investir em Biblioteca, apresentando em 1988 o maior percentual de recursos para esse órgão.

Visando verificar as possíveis razões das quedas acentuadas dos orçamentos das Bibliotecas de uma mesma IFES no período 1985-87, procedeu-se à análise de seus orçamentos, utilizando-se a seguinte metodologia:

- a) identificação para cada IFES do maior orçamento do período alocado à Biblioteca;
- b) identificação para cada IFES de períodos com orçamentos de Biblioteca inferiores a 50% do maior orçamento;
- c) análise dos orçamentos identificados na alínea "b", verificando possíveis razões de seu decréscimo. Para isto, os orçamentos das Bibliotecas foram analisados em relação à flutuação dos orçamentos das próprias IFES nos respectivos períodos e em relação à flutuação do percentual dos recursos dessas Instituições alocados às Bibliotecas.

Verificou-se que 12 IFES não apresentam, no período, orçamento de Bibliotecas inferior a 50% do maior. São elas: UFPE, UFPB, UFMG, UFRJ, UFPR, UFAL, UFRRJ, UnB, UFSC, UFU, EFEI e FMTM. Observa-se que se incluem nesse grupo as 5 detentoras dos maiores orçamentos como também a UFAL, detentora do menor. Isso decorre do objetivo da análise: isolar os casos extremos de quedas dos orçamentos, o que não ocorre em nenhuma das Instituições acima citadas, de acordo com os parâmetros utilizados.

O quadro III apresenta o resultado da análise em relação às demais IFES.

Q U A D R O III
 Quedas nos Orçamentos das Bibliotecas

Bibliotecas de IFES que apresentam orçamentos anuais inferiores a 50% do maior orçamento do período 1985-1987	
(a) Por 2 anos	(b) Por 1 ano
UFRS, UFAM, FCAP, UFJF, UNIRIO, UFMT, UFGO	UFPa, UFV, UFF, UFBA, UFMS, UFCE, UFMS, UFSCar, UFRN, UFMa, UFES, UFPI, CEFET/Pr. FAFEOD

Verifica-se que das 7 Bibliotecas das IFES citadas na coluna "a" no quadro acima, as 3 primeiras apresentaram o maior orçamento no ano de 1985, as 2 seguintes, em 1986 e as 2 últimas em 1987. O menor orçamento da UFRS foi em 1985, quando alocou à Biblioteca o maior percentual do período e quando esta teve seu maior orçamento, o que também ocorre na UFAM e FCAP, com ligeiras alterações. A queda brusca dos orçamentos das demais Bibliotecas parece também decorrer mais de diminuições dos percentuais a elas alocados, do que de eventual questão de orçamento das Instituições, que se apresentam crescentes no período. A Biblioteca da UFGO apresenta orçamentos e percentuais baixos, porém crescentes.

No conjunto das 14 Bibliotecas das IFES que apresentam quedas bruscas em seus orçamentos num determinado ano (coluna "b" do quadro acima), destaca-se a UFPa que apresenta orçamentos e percentuais de alocação de recursos à Biblioteca crescentes no período 1985 a 1987, chegando a 8,59 em 1988, o que parece indicar a priorização da atividade de Bibliotecas nessa Instituição, nos últimos exercícios. A UFES apresenta orçamentos e percentuais crescentes, porém baixos, (em 1988, 3,99%). De uma maneira geral, observa-se que a queda do orçamento das Bibliotecas não tem relação com as flutuações dos orçamentos das IFES. As razões que determinam pois a queda dos orçamentos das Bibliotecas parecem decorrer de decisões internas às IFES, reveladas através dos diferentes percentuais a elas alocados no período estudado. Nos casos em que há uma certa estabilidade de percentuais alocados à Biblioteca seu orçamento é crescente, acompanhando o orçamento da IFES.

É interessante observar que, de uma maneira geral, as IFES alocam maior percentual de seus orçamentos ao Restaurante do

que à Biblioteca. Foram analisados dados orçamentários de 20 IFES em 1985 e 24 em 1986, tendo-se verificado que as Bibliotecas receberam 3,49 do orçamento geral e os Restaurantes, 4,45.

3- RECURSOS DE FONTES EXTERNAS

São rotulados como fontes externas, no presente trabalho, recursos oriundos das Agências de C&T, como CNPq e FINEP, programas especiais, como PADCT, Emergência, CEDATE/BID, e demais recursos oriundos de convênios a nível federal ou estadual, incluindo-se nestes o PAP e BIBLOS.

Dentro dessa conceituação e considerando-se o universo das 33 IFES analisadas, verifica-se que 60,11% do material bibliográfico adquirido no período 1985-88, (assinatura de periódicos e monografias), foram comprados com recursos de fontes externas. O percentual de assinaturas de periódicos efetuadas com recursos externos é de 33,83 e o de monografias, de 64,37. Essa diferença parece decorrer de dois fatores: a) da política das Bibliotecas de assegurarem, prioritariamente, os recursos para renovação das assinaturas de periódicos e b) da política das agências de financiamento, que preferem apoiar a aquisição de livros, evitando assim criar dependência em relação a renovação de assinaturas de periódicos.

O Anexo III apresenta, em ordem decrescente, o percentual do material bibliográfico (monografias e assinaturas de periódicos) adquirido com recursos externos. Verifica-se que 20 IFES, ou seja, 60,6% das 33 Instituições analisadas, adquiriram mais do que 50% de seu material bibliográfico, no período 1985-88, através de recursos de fontes externas. Cabe assinalar que todas essas Instituições se beneficiaram de recursos do PAP e BIBLOS. E que 11 delas, receberam nos últimos anos livros através do CEDATE/BID.

Na tentativa de estabelecer relação entre os maiores orçamentos alocados pelas IFES às Bibliotecas, a quantidade de material bibliográfico adquirido com esse orçamento e a utilização de recursos externos foi possível obter-se apenas o seguinte resultado: as 5 IFES cujas Bibliotecas apresentam maiores orçamentos, ocupam as 3.^a, 6.^a, 7.^a, 10.^a e 8.^a posições em relação ao acervo e as 20.^a, 15.^a, 27.^a, 19.^a e 13.^a em relação a recursos externos. O que poderia indicar pelo menos uma tendência de que quanto maior o recurso alocado pela IFES à Biblioteca, maior a quantidade de material bibliográfico adquirido e menor a necessidade de recursos externos. Não é o caso de, pelo menos 3 das 5 IFES com maiores orçamentos. Essas ainda dependem de financiamento

to externo, para manutenção de seus acervos. Não há também relação direta entre o percentual do orçamento alocado às Bibliotecas e o recurso externo aplicado a material bibliográfico. Parece que, de uma maneira geral, as administrações das IFES tentam compensar o reduzido orçamento alocado à Biblioteca (geralmente inferior ao do restaurante), solicitando recursos a agências e programas.

4- CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- 1- Os acervos das Bibliotecas das IFES são deficientes, o que se constata pela baixa média de volumes de livros por alunos e pelas crescentes dificuldades de renovação de títulos de periódicos estrangeiros, em decorrência do que a coleção de periódicos técnico-científicos interna da no país é decrescente;
- 2- Um dos principais fatores da deficiência dos acervos das IFES parece ser o percentual baixo e flutuante de seus recursos alocado às Bibliotecas.
- 3- A maior parte dos recursos financeiros aplicados pelas Bibliotecas das IFES para aquisição de material bibliográfico provém de fontes externas de financiamento.

Diante desse quadro e, além disso, considerando as possíveis consequências da atual crise financeira que ameaça "desmontar" ou reduzir drasticamente as fontes de recursos externos até então utilizadas para aquisição de mais de 60% do acervo bibliográfico das IFES, parece que, para sua sobrevivência, a questão dessas Bibliotecas deve ser repensada.

Entende-se que o remontar das Bibliotecas passa por duas vertentes: a) o desejo político das altas administrações do MEC e das IFES, sem o que qualquer ação pode ser inviabilizada; b) o desenvolvimento de programas cooperativos que assegurem maior racionalização na aplicação dos limitados recursos financeiros e maior compartilhamento no uso do recurso bibliográfico, para o que se recomenda:

- 1- Aumento do percentual do orçamento das IFES alocado às Bibliotecas, sugerindo-se que este não seja inferior a 6;
- 2- Continuidade das ações da SESu, no sentido de assegurar para o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias recursos que permitam a manutenção do PAP (Programa de Aquisição Planificada de Periódicos para IES) e a reativação plena do BIBLOS;
- 3- Ação da alta administração do MEC e das IFES junto às autoridades competentes, para que as Bibliotecas recebam benefícios da isenção fis

cal, decreto-lei nº 2.443 de 20/05/88 (SESu/PNBU/DOC. PLAN. 009/88);

4- Estabelecimento de relação de livros de caráter didático, por disciplina dos cursos de graduação, visando fornecer subsídios aos professores para constituição ou melhoria de suas bibliografias e orientar os serviços de aquisição das Bibliotecas, de maneira a melhor aproveitar os limitados recursos;

5- Estabelecimento de mecanismo para intercâmbio de livros (inexistente no país) visando permitir empréstimo entre Bibliotecas e, portanto, efeito multiplicador dos investimentos;

6- Estudo piloto de aquisição planejada e cooperativa de periódicos estrangeiros em algumas áreas da pós-graduação e em algumas IFES, visando verificar a possibilidade de decidir-se conjuntamente os títulos de periódicos comuns que poderão ser descartados, em função do que novos títulos poderão ser adquiridos, ou seja, extensão da filosofia do PAP para todo o acervo das Instituições; e

7- Fortalecimento do COMUT, tendo por objetivo assegurar o intercâmbio de artigos de periódicos, ou seja, seu uso compartilhado.

ORÇAMENTO DAS BIBLIOTECAS
 PERCENTUAIS DE RECURSOS DAS IFES ALOCADOS AS BIBLIOTECAS

IES	1985		1986		1987		1988		TOTAL	
	EM OTN	% DO ORÇAMENTO DA IFES	EM OTN	% DO ORÇAMENTO DA IFES	EM OTN	% DO ORÇAMENTO DA IFES	EM OTN	% DO ORÇAMENTO DA IFES	EM OTN	% DO ORÇAMENTO DA IFES
UFMG	84.879	11,13	73.527	8,31	97.702	7,92	63.906	14,78	320.014	9,66
UFRRJ	26.940	2,69	51.905	2,53	34.862	2,08	46.634	7,45	160.641	3,00
UnB	41.862	8,61	41.910	8,61	24.823	3,9	14.323	6,79	123.518	6,9
UFPR	27.063	4,91	32.647	4,85	27.585	2,94	21.879	6,44	109.174	4,36
UFSC	20.889	5,26	36.540	7,28	30.177	3,91	10.240	4,32	97.846	4,32
UFRS	38.056	7,05	18.796	3,01	9.017	0,98	10.984	3,72	76.873	3,23
UFMT	1.775	0,67	5.434	1,78	40.768	10,47	23.890	18,87	71.865	6,63
UFU	15.927	6,51	18.616	5,87	23.290	5,79	9.226	6,31	67.259	6,04
UFV	27.527	8,19	2.634	0,57	32.361	5,97	4.337	2,4	66.859	4,82
UFF	3.294	0,6	15.616	2,67	15.081	1,67	26.355	8,81	60.548	2,88
UFBA	7.188	1,2	16.804	2,37	10.636	1,05	18.846	5,45	53.474	2,01
UFPA	4.073	1,14	7.908	1,39	14.887	2,15	20.941	8,69	47.809	2,57
UFPE	11.509	2,05	12.585	1,87	14.395	1,49	7.853	2,3	46.342	1,82
UFRRJ	13.190	7,16	14.088	6,24	8.762	2,93	8.167	7,29	44.217	4,92
UFFPB	8.120	1,49	12.027	1,83	10.206	1,12	10.492	3,28	40.845	1,68
UFMS	10.931	6,97	15.445	8,4	6.276	2,34	7.852	8,26	40.504	6,78
UNIRIO	1.142	0,63	22.577	11,03	9.268	3,17	6.005	3,23	36.511	1,86
UFCE	11.896	2,98	11.776	1,73	3.864	0,49	8.975	3,61	32.679	1,92
UFES	11.368	3,19	8.109	1,73	5.152	0,79	8.052	3,61	32.679	1,92
UFSCar	11.325	6,65	8.456	4,4	5.452	2,07	6.513	7,19	31.786	4,43
UFAM	16.975	7,39	6.579	2,48	1.927	0,5	4.778	3,68	30.269	3,01
EFEI	8.871	0,11	4.635	4,92	7.325	4,04	2.978	6,49	27.809	0,98
UFRRN	1.866	0,49	8.178	1,82	8.147	1,27	9.423	3,98	27.604	1,62
UFMA	2.989	1,43	8.989	4,15	4.888	1,44	6.242	6,05	23.108	2,66
UFES	3	0,001	4.487	1,25	6.059	1,17	7.168	3,98	17.065	1,32
FNMTM	4.559	5,2	4.407	3,19	4.080	2,42	1.085	1,34	14.111	2,87
FCAP	10.254	16,18	301	0,05	129	0,11	1.637	3,96	12.221	1,61
UFPI	716	0,36	2.023	0,86	1.857	0,58	2.474	2,14	7.070	0,8
CEET/PR	1.420	2,15	2.325	2,37	812	0,72	1.491	4,06	6.048	1,83
UFGO	0,5	0,0001	17	0,004	2.576	0,51	3.141	1,79	5.734	0,42
UFJF	709	0,32	1.868	0,72	515	0,14	763	0,61	3.855	0,4
FAFEOD	309	1,6	1.193	3,57	644	1,42	785	5,19	2.931	2,99
UFAL	571	0,2	395	0,15	322	0,08	314	0,27	1.602	0,16
TOTAL	428.194	-	473.247	-	463.923	-	378.407	-	1.743.771	3,45

BIBLIOTECA
 DO
 IBICT

ANEXO I
MÉDIA DE VOLUMES POR ALUNO

I E S	MÉDIA ATUAL DE VOLUME POR ALUNO	Nº ATUAL DE VOLUMES
UFRPE	6	28.136
UFGO	6.8	62.428
UFRN	7	141.463
FURG	7.3	30.432
UFF	9	137.613
UFPA	9.7	138.763
UFES	9.7	88.733
UFSM	10	86.904
FMTM	10	4.343
UFPI	10	82.050
UFJF	10.5	66.359
EFOA	10.8	9.615
UFAL	11	70.000
UFCE	12	167.423
FCMPA	12.4	7.207
EFEI	12.5	17.000
FCAP	13	10.000
UFSE	13.8	76.048
UFU	15	99.960
UFMA	15.4	95.834
CENTEC/BA	15.6	10.972
UFRRJ	16	51.273
UFSC	16	195.000
UFPR	18.4	264.903
UFPB	19	344.466
ESAL	19	28.700
UFPEL	19	100.947
UNIRIO	19.9	45.763
UFPE	21	291.475
CENTEC/PR	21	21.932
UFAC	21	41.058
UFMT	21.9	141.535
UFSCar	22.7	54.763
UFMS	23	119.624
EPM	23.5	25.000
CEFET/MG	25.5	20.000
CEFET/RJ	27.2	20.517
FAFEOD	27.5	4.923
UFAM	28	210.124
UFBA	28.4	451.344
UFMG	30.6	500.000
UFOP	31.6	66.167
UFV	32.5	139.376
UFRS	38	615.292
UFRJ	38.95	743.640
UNB	56.5	493.308
ESAM	82.7	28.042
TOTAL	-	6.498.195

ANEXO III
PERCENTUAL DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO
ADQUIRIDO COM RECURSOS EXTERNOS

I E S	%
UFAL	98,84
UFF	95,77
FAFEOD	92,68
UFMT	91,73
UFGO	90,59
UFRRJ	79,34
UFCE	78,86
UFPA	78,2
UFPB	76,56
UFPI	76,52
UFSM	75,97
EFEI	71,1
UFSC	65,15
UFRS	63,27
UFRJ	62,48
UFRN	60,34
UFBA	60,06
FUAM	56,27
UFPR	55,95
UFMG	51,67
UFSCar	49,22
FCAP	46,47
UFPE	44,34
UFV	41
UFJF	36,5
FMTM	34,12
UnB	31
UNIRIO	28,62
UFU	28,41
UFMS	17,95
CEFET/PR	13,17
UFES	5,56
UFMA	5,51



CONSELHO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

**CENTRO DE INFORMAÇÃO SOBRE
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

CNPq-129

ANEXO F

Chastinet, Y. S. (1990). *Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior – PROBIB: Decreto de Criação e Regimento*. Brasília: PROBIB. (SESu/PNBU/DOC. PLAN. 014/90).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS DE INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR – PROBIB
(SESu/PNBU/DOC. PLAN. 014/90)

PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS DE INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR – PROBIB: Decreto de Criação e Regimento

Brasília
PROBIB
- 1990 -

APRESENTAÇÃO

O presente documento dá conhecimento à comunidade diretamente ligada ao Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior – PROBIB, do Decreto de institucionalização do Programa e de seu Regimento.

Vale registrar que o Regimento ora divulgado constitui-se na 3ª versão daquele produzido por ocasião do início de implantação do Programa, em 1986. As alterações sofridas decorreram de sugestões do Comitê Técnico Assessor do PROBIB que, paulatina e constantemente, vem envidando esforços para o aprimoramento dos instrumentos do Programa.

Yone Chastinet

Secretária-Executiva do Programa Nacional
de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior – PROBIB

SUMÁRIO

	Página
01 – Decreto de institucionalização do Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior – PROBIB	05
02 – Regimento do Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior – PROBIB	07

01 – Decreto de Institucionalização do Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior
– PROIB

Decreto nº 98.964 de 16 fevereiro de 1990 – Publicado no Diário Oficial de 19.02.89

Institui o Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 84, itens IV e VI, da Constituição, e

Considerando a necessidade de assegurar a docentes, pesquisadores, discentes e técnicos, o acesso à informação em ciência e tecnologia, como fator fundamental à melhoria do ensino e da pesquisa;

Considerando que este processo requer recursos e condições adequadas de apoio e fomento pelo Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído no âmbito do Ministério da Educação o Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, visando contribuir para a melhoria do ensino e da pesquisa, e tendo, entre outros, os seguintes objetivos:

- I – Contribuir para a atualização e expansão dos acervos bibliográficos;
- II – Promover o desenvolvimento e a utilização de padrões, metodologias e técnicas modernas de tratamento dos documentos de maneira a assegurar intercâmbio de dados e ações cooperativas entre as instituições de ensino superior e de pesquisa;
- III – Assegurar o uso compartilhado dos recursos disponíveis, através de mecanismos específicos e redes que interliguem as Bibliotecas das instituições de ensino superior e de pesquisa.
- IV – Promover a melhoria dos serviços de informação prestados aos usuários, assegurando acesso à informação nacional e internacional;
- V – Promover a capacitação do pessoal técnico e científico das Bibliotecas e programas de orientação para os usuários, no que se refere ao uso de fontes de informação.

Art. 2º – Caberá ao Ministro de Estado da Educação definir as metas do Programa de que trata este Decreto, observadas as linhas prioritárias de ação, fixadas no artigo precedente.

Art. 3º – A coordenação do Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior ficará a cargo da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação.

Art. 4º – As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta dos recursos próprios, consignados no orçamento do Ministério da Educação;

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em _____ de 1990

JOSÉ SARNEY
Carlos Sant'Anna

2 – Regimento do Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior – PROBIB

REGIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS DE INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR – PROBIB

Título I – Generalidades

Capítulo I – Do Programa

Capítulo II – Dos Recursos Financeiros

Título II – Da Organização, das Atribuições, da Composição e das Reuniões

Capítulo I – Da Organização

Capítulo II – Das Atribuições

Seção I – Da Secretaria Executiva

Seção II – Do Comitê Técnico Assessor

Capítulo III – Da Composição

Seção I – Do CTA

Capítulo IV – Das Reuniões

Seção I – Do Funcionamento

Seção II – Das Atribuições dos Membros

Título III – Das Disposições Finais

Título I
Generalidades
Capítulo I
Do Programa

Art. 1º – O Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior – PROBIB criado junto à Secretaria da Educação Superior – SESu pelo Decreto nº 98.964, de 16 de fevereiro de 1990, é um programa de caráter técnico-científico, de duração indeterminada, regendo-se pelo presente instrumento e que tem por finalidades precípua assegurar a implantação do Plano Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior – PNBU.

Art. 2º – São Objetivos do Programa:

I – Harmonizar e estimular as atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior, na área de informação e documentação em ciência, tecnologia e humanidades, otimizando a prestação de serviços aos usuários.

II – Integrar as ações dos órgãos e setores do MEC incumbidos de atividades ligadas às bibliotecas universitárias.

III – Assessorar, através da SESu, o Ministro de Estado da Educação em matéria referente a bibliotecas universitárias.

Capítulo II
Dos Recursos Financeiros

Art. 3º – Os recursos financeiros do Programa serão provenientes de:

I – orçamento do MEC/SESu

II – financiamento e subvenções de órgãos externos

Título II
Da Organização das Atribuições e das Reuniões

Capítulo I
Da Organização

Art. 4º – O Programa tem a seguinte estrutura:

I – Secretaria Executiva

II – Comitê Técnico Assessor – CTA

Capítulo II
Das Atribuições

Seção I
Da Secretaria Executiva

Art. 5º – A Secretaria Executiva é o órgão encarregado de administrar e operar o PROBIB e será dirigida pelo Secretário Executivo, designado pelo Secretário da Educação Superior.

Art. 6º – A Secretaria Executiva constitui-se de:

I – Secretário Executivo

II – Funcionários em número necessário para o desenvolvimento do Programa.

Art. 7º – São atribuições da Secretaria Executiva:

I – acompanhar e avaliar a implantação do PNBU;

II – acompanhar e avaliar os programas, projetos e atividades integrantes e/ou decorrentes do PNBU;

III – propor ajustes e reprogramações eventualmente necessários à implantação e desenvolvimento do PNBU;

IV – elaborar Programas anuais de trabalho;

V – assegurar o acesso a dados necessários à execução dos programas, projetos e atividades;

VI – assessorar o Secretário da Educação Superior em matéria relacionada às bibliotecas universitárias;

VII – executar os trabalhos administrativos, gerenciando os recursos humanos, financeiros e materiais;

VIII – elaborar e propor ao Secretário da Educação Superior o orçamento anual do Programa;

IX – elaborar programas de divulgação e promoção do PNBU;

X – executar trabalhos técnicos, visando à implantação de projetos específicos;

XI – executar outras tarefas que lhe forem delegadas.

Seção II

Do Comitê Técnico Assessor

Art. 8º – O Comitê Técnico Assessor é um órgão de consulta do Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, que tem como atribuições assessorá-lo quanto:

I – ao acompanhamento e avaliação da implantação do PNBU;

II – ao acompanhamento e avaliação dos programas, projetos e atividades integrantes e/ou decorrentes do PNBU;

III – à proposição de ajustes e reprogramações eventualmente necessárias à implantação e desenvolvimento do PNBU;

IV – à elaboração dos Programas anuais de trabalho.

Capítulo III

Da Composição

Seção I

CTA

Art. 9º – O Comitê Técnico Assessor é o órgão consultivo do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias.

Art. 10º – O Comitê Técnico Assessor tem a seguinte composição;

I – Secretário da Educação Superior

II – Diretor da CAPES;

III – Secretário de Informática do MEC

IV – Diretor do INEP;

V – Secretário Executivo do PROBIB;

VI – Cinco Diretores de Bibliotecas Universitárias Federais, com representatividades regionais;

VII – Um dirigente das Bibliotecas dos Centros Federais de Educação Tecnológica;

VIII – Um dirigente das Bibliotecas das Escolas Federais Isoladas;

§ 1º – Podem também integrar o CTA: representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, representante da Federação das Associações de Bibliotecários – FEBAB, dirigente de Biblioteca de Universidade Estadual, dirigente de Biblioteca de Universidade Particular, representante do Conselho Federal de Biblioteconomia, Representante da Biblioteca Nacional, representante do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia – IBICT, representante da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e dois especialistas da área.

§ 2º – O CTA será presidido pelo Secretário da Educação Superior.

§ 3º – Os membros a que se referem os itens VI – VII – VIII, assim como os citados no § 1º, serão convidados pelo Secretário da Educação Superior e designados pelos dirigentes das respectivas instituições.

§ 4º – Os membros a que se refere o item VI terão mandato de três anos, devendo ser substituídos por representantes de outras bibliotecas de Universidades da mesma região.

§ 5º – Os membros a que se referem os itens VII e VIII, bem como o representante de Bibliotecas de Universidade Estadual e o representante de Universidade Particular terão mandato de três anos, devendo ser substituídos por representantes de outras bibliotecas de Instituições de Ensino Superior da mesma natureza administrativa.

§ 6º – O Presidente em suas faltas ou impedimentos será substituído pelo Secretário Executivo do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias.

§ 7º – Cada membro do CTA terá um suplente designado pelos dirigentes das instituições.

§ 8º – “Os procedimentos adotados para substituição de membros devem contemplar consulta a todas as Bibliotecas Centrais, ou órgãos assemelhados, da mesma natureza da Biblioteca cujo prazo expira. Uma vez efetuada a consulta, a indicação de 3 (três) nomes deve ser apreciada em Reunião do Comitê Técnico Assessor do PROBIB. Nesta ocasião os procedimentos adotados na fase de consulta deverão ser explicitados. A indicação final de novos membros deverá considerar a representatividade regional do Comitê”.

§ 9º – A renovação dos 9 (nove) representantes de Bibliotecas se fará na proporção 1/3 por ano.

Capítulo IV Das Reuniões

Seção I Do Funcionamento

Art. 11 – O CTA reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente.

Parágrafo Único. As reuniões do CTA serão realizadas com a presença mínima de doze membros.

Art. 12 – A critério do Presidente do CTA, poderão participar das reuniões pessoas habilitadas a contribuir para o esclarecimento das matérias de competência do Comitê.

Art. 13 – A critério do presidente, poder-se-á criar subcomissões transitórias para discussão de matéria específica.

Seção II

Das Atribuições dos Membros

Art. 14 – Ao Presidente incumbe coordenar as atividades do CTA e:

- I – convocar e presidir as reuniões e preparar as respectivas pautas;
- II – representar o CTA;
- III – criar subcomissões específicas, quando for o caso;
- IV – designar relatores, quando for o caso;
- V – assegurar a elaboração de atas das reuniões.

Art. 15 – Aos membros do CTA incumbe:

- I – participar das reuniões;
- II – compor subcomissões, quando for o caso;
- III – relatar a matéria que lhe foi atribuída;
- IV – apresentar qualquer proposição sobre matéria da competência do CTA.

Parágrafo Único. Além dessas incumbências, cabe, também, aos oito representantes de bibliotecas:

- I – articular-se a nível de região (Universidades Federais) ou a nível de sua natureza administrativa (Universidades Estaduais), Particulares ou IES isoladas) no sentido de assegurar sua representatividade no CTA;
- II – manter a direção das bibliotecas situadas em seu âmbito de abrangência constantemente informada através do envio das atas de reuniões e de outros documentos relativos à matéria do CTA;
- III – solicitar à direção das bibliotecas situadas em seu âmbito de abrangência sugestões quanto às matérias tratadas no CTA.

Título III

Das Disposições Finais

Art. 16 – Dever-se-á realizar, a cada dois anos, durante os seminários nacionais de bibliotecas universitárias, Assembléia Gerais do PNBU, visando a assegurar intercâmbio de experiências advindas da execução do Plano e discussões sobre seu desenvolvimento.

Art. 17 – A SESu prestará ao CTA apoio técnico e administrativo.

Art. 18 – Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão resolvidos pelo Presidente ouvido o CTA;

Art. 19 – Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO
E FORMAÇÃO AVANÇADA

Contactos:

Universidade de Évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94
7002-554 Évora | Portugal
Tel: (+351) 266 740 800
Fax: (+351) 266 744 677
email: iifa@uevora.pt